O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quinta-feira 9 de FEVEREIRO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47231
estadão.com.br

Fogo cruzado __A6

Para forçar baixa nos juros, PT vai ampliar pressão sobre o BC

Cúpula do partido prega linha desenvolvimentista na economia

A cúpula do PT apoia a pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o presidente do BC e defende não apenas a substituição de Roberto Campos Neto, mas uma reorientação da política monetária, informa Vera Rosa. O plano é impor uma linha "desenvolvimentista" à condução da economia. "O fato de o presidente do Banco Central ter mandato não dá a ele autorização para irresponsabilidade", disse a presidente do PT, Gleisi Hoffmann. Dirigentes petistas, assim como Lula, criticam a taxa básica de juros da economia, de 13,75% ao ano. Além de elevada, ela conduziria o País à recessão e ao desemprego, segundo eles. A posição será levada à reunião do Diretório Nacional do PT, na segunda-feira. "Ter mandato não significa ser imexível", disse Gleisi.

William Waack __A8
Campanha contra BC de Lula é por convicção

Adriana Fernandes __B6
Tática é culpar alguém por economia em baixa

E&N Entrevista __B5
'É um desprezo raivoso pela responsabilidade fiscal'
ARMINIO FRAGA, economista

Ataque de Lula ao BC é "equívoco" e sinais da economia são ruins, afirma o ex-presidente do banco.

E&N Dívida pública __B1

Por taxas menores, País quer ampliar venda de títulos no exterior

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou que o governo pretende permitir a negociação dos papéis da dívida doméstica na plataforma global Euroclear, com sede na Bélgica. Expectativa é de aumento da concorrência.

Celso Ming __B2
Lula e seus predadores

IBAMA

Ibama e Funai iniciam retomada do território Yanomami

Avião usado por garimpeiros é incendiado; em dois dias de operação, também foram destruídos um helicóptero, um trator de esteira e estruturas de apoio logístico ao garimpo. Três barcos com combustível, alimentos e equipamentos foram apreendidos. __A14

E&N Julgado pode não valer __B6

STF autoriza revisão de decisão tributária se Corte mudar sentença

Receita poderá cobrar tributos retroativamente, com juros e multa, caso o Supremo mude entendimento.

BURITI FILMES

Animação __C1

Uma explosão de cores e sons

'Perlimps', animação do diretor brasileiro Alê Abreu, retrata a magia de uma criança em busca de seres de luz.

Com 38.390 pontos __A19

RONALD MARTINEZ/GETTY IMAGES/AFP

Maior cestinha da NBA, LeBron James (D) supera Abdul-Jabbar

.EDU __D1
Nas escolas, crescem debate e prática sobre sustentabilidade

Criminalidade __A15

Golpe do Pix tem nova versão, com uso de dados sigilosos de clientes

Ao se passar por funcionários de bancos, criminosos citam informações como movimentações da conta corrente.

Tragédia __A11

Turcos reprovam ação de Erdogan no terremoto; mais de 12 mil morrem

População aponta demora no socorro e falta de assistência do Estado. Presidente visita região mais afetada.

E&N Varejo __B12

Caso Americanas faz Lojas Marisa pedir mais prazo para quitar dívidas

Com crédito mais escasso, varejista de moda anuncia troca de presidente e renegociação com bancos credores.

Notas e Informações __A3
O rebanho de bodes expiatórios do PT

Coluna do Estadão __A2
Haddad faz acerto sobre perdas do ICMS

Paul Krugman __A12
Regulação, produção e o sentido da vida

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Haddad acerta com governadores como ressarcir perdas do ICMS

Na reunião com governadores nesta terça (7), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acertou alguns parâmetros para a reparação que a União terá de fazer aos Estados pelas perdas provocadas com a redução forçada no ICMS, feita no governo Jair Bolsonaro. O governo prevê pagar ao todo R$ 22,5 bilhões em compensações e se comprometeu em fazer isso ao longo do atual mandato dos governadores – ou seja, até 2026. Mas, na reta final da negociação, apareceu nova divergência. Como alguns Estados recorreram ao STF e pararam de pagar as suas dívidas com a União durante o impasse, eles agora teriam mais a pagar do que a receber. Por isso, tentam chegar a um acordo que não exija desembolsos.

• **CONTA.** Um dos Estados nesta situação é São Paulo, que renovou em agosto o pedido no STF para deixar de pagar parcelas mensais de sua dívida. Piauí, Maranhão e Alagoas também obtiveram vitória no Supremo. Ao limitar o ICMS cobrado sobre energia, telecomunicações e combustíveis, o Congresso previu a compensação temporária aos Estados, mas Bolsonaro vetou. No fim do ano, o veto foi derrubado.

• **MEIO.** Os parâmetros da negociação foram levados aos ministros do STF Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, que arbitram as tratativas entre governo e União. Os valores estão em discussão no Tesouro.

• **ESTREIA.** O PDT vai pleitear a presidência da Comissão de Meio Ambiente da Câmara para a deputada Duda Salabert (PDT-MG). Ela foi uma das responsáveis pela ação popular que suspendeu um projeto de mineração na Serra do Curral.

• **BATEU.** Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL) divergiram sobre a tramitação das medidas provisórias editadas por Lula. Pacheco deliberou que os textos passarão por uma só comissão mista, formada por deputados e senadores, o que daria agilidade e reduziria o risco de alterações ao texto. Lira, por sua vez, disse a aliados que não foi consultado. Pacheco deve recuar.

• **ROCHA.** **Davi Alcolumbre** (União-AP) saiu de conversas nesta quarta (8) dizendo-se contra qualquer acordo com o PL para a distribuição de cargos no Senado. A estratégia tem aval do PSD e do MDB.

• **EXPLICA.** O PSOL vai protocolar hoje representação no Senado pedindo a cassação do mandato de Damares Alves (Republicanos-DF) pela crise dos Yanomami. A sigla alega que ela foi alertada do problema pelo MP e pela ONU, quando era ministra, e ignorou os avisos.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Davi Alcolumbre, senador (União-AP)

• **CEP.** Alvo de críticas de Lula pela alta taxa de juros, Roberto Campos Neto defendeu-se dos ataques, nesta terça (7), em evento do instituto de Michael Milken. O americano foi condenado nos anos 1990 por fraudes no mercado de ações, ficou 22 meses preso e acabou banido de Wall Street.

• **CEP 2.** Depois de solto, Milken buscou se refazer, criando o think tank e se dedicando à filantropia. Em 2020, recebeu o perdão presidencial de Donald Trump, que pediu votos para Jair Bolsonaro na eleição contra Lula, no ano passado.

PRONTO, FALEI!

Otto Alencar
Senador (PSD-BA)

"O governo precisa encaminhar a proposta de nova âncora fiscal antes da reforma tributária", disse, sobre plano de Haddad de dar prioridade à reforma.

CLICK

REPRODUÇÃO

Nísia Trindade
Ministra da Saúde

Em reunião com o secretário de Saúde de São Paulo, Eleuses Paiva, ouviu pedidos de ajuda ao governo federal para ampliação de leitos do SUS no Estado.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

O rebanho de bodes expiatórios do PT

O PT governou o Brasil por 14 dos últimos 20 anos. Mas, para Lula, que fez juras de unir a Nação numa frente ampla, todas as mazelas que assolam o País são culpa dos outros

É um *locus classicus*: o Brasil não é fustigado por catástrofes naturais, não tem histórico de guerras internacionais nem guerras civis, e, em que pesem as cicatrizes de seu passado escravocrata, é uma democracia multiétnica e multicultural enriquecida por imigrantes de todo o mundo, que tem à disposição abundantes recursos naturais para prosperar.

Mas, apesar disso, os índices de crescimento econômico, de saúde ou educação são cronicamente medíocres. O Estado, paquidérmico e ineficiente, é um sorvedouro de recursos saqueados dia e noite por legiões de políticos patrimonialistas, clientelistas e corporativistas. A sociedade, uma das mais desiguais do mundo, está unida pelo medo à violência e dividida pela radicalização política. Refletindo as causas e sintomas desse persistente mal-estar, as últimas eleições – mesmo num cenário de desemprego elevado, indústria estagnada, inflação acelerada e contas públicas desancoradas – foram uma batalha campal cujo rastro foi um deserto de propostas jamais visto desde a redemocratização. E, em tudo isso, qual é a parcela de responsabilidade do partido que governou o País por 14 dos últimos 20 anos? Segundo seu líder máximo, nenhuma. Ao contrário, se o Brasil não é o céu na terra, é porque o inferno são os outros.

Mal esquentou a cadeira presidencial, Lula já soou o apito para que seu rebanho militante arrebanhasse seus surrados bodes expiatórios. Segundo levantamento do **Estado**, em um mês Lula já apelou ao menos oito vezes ao antagonismo entre ricos e pobres. A invasão às sedes dos Três Poderes, por exemplo, "foi uma revolta dos ricos que perderam as eleições". A bola da vez é o Banco Central, acusado de perseguir uma meta da inflação que não é o padrão "brasileiro", seja lá o que isso queira dizer.

Na mitologia lulopetista, o Brasil vivia uma espiral virtuosa até o "golpe" destruir tudo. "Essa é a explicação que encontrei para o impeachment da presidente Dilma Rousseff, minha prisão e as várias mentiras fabricadas contra o PT", disse Lula a um jornal chinês. "A única explicação que posso encontrar é esta. Os Estados Unidos estão sempre intervindo na política latino-americana."

Assim Lula estima as instituições nacionais: a imprensa, que denunciou escândalos de corrupção como o mensalão e o petrolão; a polícia, que os investigou; o Judiciário, que os condenou; o Congresso, que num processo presidido pela Suprema Corte destituiu sua criatura por crimes de responsabilidade, todos são fantoches de um grande complô do "imperialismo estadunidense", do "capital", das "elites" contra o "povo", obviamente encarnado em Lula.

O PT se escandaliza com a miséria e a desigualdade, como se suas políticas econômicas negacionistas não tivessem nada a ver com a pior recessão da história recente; escandaliza-se com a corrupção, como se ela nada tivesse a ver com o sistemático aparelhamento do Estado para servir aos interesses do partido; escandaliza-se com a radicalização, como se ela nada tivesse a ver com a renitente demonização de seus adversários e críticos.

Questionado duas vezes em entrevista à RedeTV! sobre o que teria a dizer a todos que o rejeitaram nas urnas – que, somados os votos ao adversário, nulos, brancos e ausentes, representam quase 60% do eleitorado –, Lula só aludiu à "indústria de mentiras criada nesse país". Ou seja, toda essa gente é mera massa de manobra ludibriada pela conspiração contra o PT. Logo, suas opiniões não são passíveis de conciliação, só de retificação ou retaliação.

Na verdade, o que Lula não tolera não é o empresariado, o Banco Central, a imprensa, o Judiciário, o Congresso, as massas que protestaram inúmeras vezes nas ruas; o que Lula não tolera é a insubmissão. Quaisquer parcelas da sociedade civil ou das instituições públicas que não sejam submissas ao projeto de poder hegemônico do PT já foram julgadas e condenadas pelo "tribunal da História". Elas são culpadas de não rezar o credo petista, de não prestar genuflexão ao grande líder, e devem ser sacrificadas no altar erguido ao seu culto, como irredimíveis bodes expiatórios.●

Inteligência artificial desafia a educação

Avaliação tradicional de alunos será colocada em xeque por sistemas que elaboram textos; proibir o uso do programa ou fazer prova oral são paliativos ante revolução que se avizinha

Universidades e escolas estão diante de um novo desafio: avaliar seus alunos em tempos de enormes avanços e popularização da inteligência artificial (IA). Como noticiou o **Estadão**, a necessidade de rever métodos de avaliação ficou evidente após o lançamento do chamado ChatGPT, um sistema de inteligência artificial capaz de responder a perguntas e criar textos sobre assuntos variados, com explicações aprofundadas e informações de contexto. Disponível na internet, o novo sistema é simples de usar e, até o momento, gratuito. Na área da educação, cresce a preocupação com o eventual uso indevido por parte de estudantes – um risco que certamente exigirá mudanças nas avaliações.

O debate é recente: o ChatGPT foi lançado no fim de novembro e logo provocou reações nos Estados Unidos, onde o ano letivo estava em pleno andamento. Como informou o *New York Times*, já houve escolas públicas em Nova York e Seattle que proibiram o acesso ao dispositivo, uma medida de difícil controle. Universidades norte-americanas, por sua vez, têm agido para alterar o formato das avaliações, buscando adaptar-se à nova realidade. Exames com consulta e tarefas de casa cedem lugar a testes realizados na sala de aula, a provas orais ou a textos escritos à mão.

São medidas paliativas, que apenas tangenciam a revolução que se insinua. No Brasil, a comunidade acadêmica mal começou a discutir como encarar o problema. Conforme noticiou o **Estadão**, a página da nova ferramenta está em inglês, mas o sistema entende e fornece respostas em português. Uma das saídas apontadas por professores é a elaboração de questões mais complexas, que exijam capacidade de análise dos estudantes e fujam do repertório à disposição da inteligência artificial. O professor Carlos Rafael, que leciona no curso de Sistemas de Informação da ESPM, afirmou que o banco de dados do ChatGPT vai até 2021. Ou seja, fatos mais recentes estariam fora do alcance da máquina – pelo menos por enquanto.

Transformações provocadas por avanços tecnológicos fazem parte da história humana. Vale lembrar que a inteligência artificial já foi capaz de derrotar campeões de xadrez e está presente em atividades tão variadas como o controle de estoques, o reconhecimento facial ou o atendimento ao público em serviços digitais. Não surpreende, portanto, que chegue às salas de aulas. Assim como em outras áreas, cabe a professores e estudantes tirar proveito da tecnologia sem incorrer em plágio nem adotar condutas antiéticas.

Uma das tantas possibilidades de uso do ChatGPT, por exemplo, é ajudar estudantes na revisão de conteúdos e na preparação para testes. O sistema, se bem orientado, elabora resumos e roteiros que podem facilitar a vida de qualquer aluno. Tal funcionalidade pode servir também a docentes na hora de planejar aulas. Nesse sentido, porém, recomenda-se cautela dupla. Embora útil para selecionar informações e apresentar temas complexos de maneira simplificada, a ferramenta é, por enquanto, incapaz de substituir a figura do professor, além de estar sujeita a erros e limitações – algo que o próprio ChatGPT admite com transparência. Sua contribuição, portanto, não pode ser mais que um ponto de partida para o trabalho docente.

O mesmo raciocínio se aplica a pesquisadores e estudantes de pós-graduação: o uso da inteligência artificial é bem-vindo na medida em que acelere e amplie a geração de conhecimentos. Nunca para pular etapas indispensáveis à validade do método científico. Quanto a isso, será bem-vindo um ChatGPT que contribua para aperfeiçoar as ferramentas que detectam casos de plágio, identificando textos produzidos por inteligência artificial – algo que está no radar de universidades e revistas científicas.

Se a inteligência artificial será capaz de substituir a mente humana, ainda é uma questão em aberto. O fato, contudo, é que a IA já é uma realidade, e pode servir tanto ao estudante preguiçoso quanto aos profissionais que precisam poupar tempo gasto em atividades cotidianas para se dedicar integralmente à criação – a verdadeira vocação da inteligência humana. ●

ESPAÇO ABERTO

A reforma tributária possível

José Serra

Há muito tempo discute-se no Brasil a necessidade de uma reforma tributária, pois o sistema atual é caótico, tributa em demasia o consumo – onerando proporcionalmente mais quem ganha menos – e subtributa a renda e o patrimônio. Não é à toa que isso ocorre. É bem mais fácil cobrar tributos indiretos, como ICMS, IPI, ISS, o PIS e a Cofins, do que os diretos, como o Imposto de Renda, IPVA ou IPTU, por exemplo.

O caso do ICMS se destaca, provavelmente, como o maior problema do sistema tributário, tendo 27 legislações diferentes, que se multiplicam em milhares de normas fiscais, impossíveis de serem observadas na sua totalidade por empresas que operam em várias unidades da Federação. Os conflitos e a judicialização crescem exponencialmente.

No caso da União, há anos, o Executivo tenta fazer uma reforma que simplifique o sistema vigente e que gere uma neutralidade global na arrecadação. Paralelamente, tramitam no Congresso Nacional diversas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) sobre o tema.

A necessidade de uma reforma tributária é compartilhada por governos, empresas e sociedade. E, se todos querem, por que não é feita? Porque cada agente tem a sua proposta e elas não são coincidentes. Os governos querem aumentar ou manter a atual carga tributária, já os contribuintes querem reduzi-la. O único consenso é na simplificação, porém até nisso pensam de maneira diferente.

As PECs em tramitação no Congresso buscam a unificação dos tributos sobre o consumo, com alíquota única e princípio de destino, sem benefícios fiscais e sem aumento de carga total, a dita neutralidade. Ao analisar essas propostas, verificamos que resultarão numa redução na tributação da indústria e num aumento expressivo da carga nos setores de serviços e da agropecuária, que compensariam a redução dos impostos do setor industrial. Algo impensável de fazer, porque impactaria diretamente nos preços dos serviços, como os de saúde, educação, transporte e construção civil, e ainda do setor agropecuário, como carne, leite, ovos, arroz, feijão, entre inúmeros outros produtos.

> *Sugiro que façamos o bom e o possível, e não fiquemos buscando eternamente o ótimo, como vem ocorrendo há anos, sem sucesso*

Os benefícios fiscais concedidos por União, Estados e municípios a empresas são outro problema a ser resolvido. A tributação totalmente no destino anularia grande parte desses benefícios, acentuando a desvantagem locacional de empreendimentos, levando a uma realocação de plantas industriais para grandes centros consumidores, com impactos significativos na economia local. A eliminação do IPI destruiria a Zona Franca de Manaus, sem que ainda existam outras atividades econômicas que a substituam. O Amazonas simplesmente teria sua economia arruinada.

Como se isso não bastasse, as PECs hoje em tramitação ainda estabelecem um grande período de transição, com a convivência entre os tributos que serão substituídos no tempo pelo novo imposto a ser criado, aumentando a complexidade dos contribuintes no cumprimento de suas obrigações acessórias e principais. Some-se a isso a dificuldade dos Fiscos em estabelecer alíquotas que sejam de fato neutras e a tendência de errar para cima, com receio da perda de receitas.

Com um tributo novo, que, por óbvio, não teria ainda sua jurisprudência consolidada no Judiciário, inúmeras teses seriam levantadas e judicializadas, podendo inviabilizar a arrecadação nos valores inicialmente estimados, com grave impacto nas finanças dos entes e no atendimento às demandas da sociedade.

Dito isso, o que fazer? O ideal seria uma reforma tributária em etapas. Começando pela unificação do PIS e da Cofins, como tributo de valor adicionado e alíquotas diferenciadas, ao menos inicialmente, aplicável para a indústria, o setor de serviços e a agropecuária, via legislação infraconstitucional. Desta forma, estaríamos testando a nova base de tributação e os riscos jurídicos e fiscais. Eliminados ou mitigados esses riscos, poder-se-ia aos poucos aumentar a carga deste tributo e ir eliminando outros, como o IPI, o ICMS e o ISS, em comum acordo entre União, Estados e municípios. Ao final, teríamos um único tributo, com alíquotas e arrecadação dividida em três partes: federal, estadual e municipal.

O próximo passo, que poderia ser dado paralelamente à unificação do PIS e da Cofins, seria a federalização da legislação do ICMS, transferindo a totalidade da capacidade legislativa ao Congresso Nacional, não permitindo mais que os Estados legislassem sobre esse imposto. As alíquotas – poucas, se possível única – seriam estabelecidas pelo Senado Federal. Os Estados seriam apenas arrecadadores e fiscalizadores deste imposto. Sempre bom lembrar que o antigo ICM, vigente até a Constituição de 1988, era assim e funcionava muito bem para todos.

Por fim, ajustar-se-ia a carga dos tributos que incidem sobre a renda e o patrimônio, que também poderiam ter suas alíquotas fixadas pelo Senado, para harmonizar o sistema tributário nacional, possibilitando, inclusive, uma redução na tributação sobre o consumo.

Há um antigo ditado que diz que o ótimo é inimigo do bom. Sugiro que façamos o bom e possível, e não fiquemos buscando eternamente o ótimo, como vem ocorrendo há vários anos, sem sucesso. ●

ECONOMISTA

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Governo Lula

Ricos contra pobres

Não tardou para que a ladainha voltasse, e voltou com força. Na posse de Aloizio Mercadante como presidente do BNDES, Luiz Inácio reavivou seu velho e conhecido preconceito contra os ricos. Disse que os atos golpistas de 8 de janeiro foram "uma revolta dos ricos que perderam as eleições". Generalização leviana e mentirosa, pois não foram poucos os abastados que, horrorizados com a mediocridade do governo Bolsonaro, votaram em Lula, assim como Bolsonaro passou perto de ser reeleito pela votação massiva de pobres. Não bastasse isso, arrematou em tom ameaçador: "Nós não podemos brincar, porque um dia o povo pobre pode se cansar de ser pobre e pode resolver fazer as coisas mudarem neste país". Bem, seria interessante saber, caso um dia aconteça uma revolução popular – pois é disso que ele está falando –, se será permitida a destruição do Congresso, do STF e do Palácio do Planalto (ele deixaria a porta destrancada?). Já chega de falação e besteirol. Lula precisa falar menos e começar a governar. Para todos, pobres e ricos.

Luciano Harary
lharary@hotmail.com
São Paulo

Lula e o BNDES

Lula explicou o calote dos países *hermanos* no BNDES em razão da péssima relação que tinham com o governo Bolsonaro, culpando a gestão anterior pela falta de cobrança da dívida. Agora, que os representantes de Brasil, Cuba e Venezuela brincam juntos no recreio, não seria justo eles se porem em dia antes de obter novos empréstimos? Princípio de qualquer comércio de fundo de quintal.

Jose Luiz Sanchez
mama3707@icloud.com
São Paulo

Mantenha essa proa

Ouvindo o discurso de posse de Mercadante no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de tão antigas as palavras, ideias e citações, creio que o empossado se referiu ao banco de fomento ainda como BNDE, que assim funcionou até 1984, sem a porção *Social*. Por que não foi abordado o *modus operandi* da instituição nos governos do PT, que generosamente beneficiou nações incompatíveis com regimes democráticos e abonados empresários/empreiteiros amigos da então "diretoria" do Planalto, que deram provimento aos pleitos das nações "necessitadas de ofício"? Mercadante, se o BNDES se prestar exclusivamente a honrar com transparência a sua razão de ser, "o financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira", está de bom tamanho. Mantenha essa proa. Copiou?

Celso David de Oliveira
david.celso@gmail.com
Rio de Janeiro

Cruzada contra o BC

O excelente editorial *A cruzada de Lula contra o BC* (8/2, A3) e os constantes ataques à política de juros do Banco Central pelo atual presidente do Brasil mostram que Lula e o PT continuam os mesmos: buscam um culpado para se isentarem dos problemas que devem resolver (plano econômico) ou que criam (gastar sem limite, com a desculpa de atender ao social). No caso, estão tentando construir uma narrativa para se isentarem do pífio desempenho que a economia do País deverá ter neste ano.

Marcos Sanches
mvasanches@icloud.com
São Paulo

Uber e Correios

O novo governo precisa ser avisado: a Idade da Pedra já vai longe. O chofer de praça é um autônomo que tem um ponto. Ter um ponto no aeroporto não é para qualquer um. Custa caro. Para se aposentar, ele precisa recolher mensalmente o INSS. O motorista de Uber é um autônomo que não tem o ponto, trabalha livre e precisa também contribuir. Querer arrumar um penduricalho estatal para aplicativo de táxis é retrocesso, é burocratizar, ainda mais quando o debate que precisa ser feito é a privatização dos Correios, na busca da eficiência.

Paulo Tarso J. Santos
ptjsantos@yahoo.com.br
São Paulo

Terremoto no Oriente

A ajuda russa

A Rússia anunciou o envio de centenas de soldados para ajudar na busca aos desaparecidos no terremoto devastador que já deixa mais de 10 mil mortos. Admiro a iniciativa, mas isso não é incoerente com a devastação da Ucrânia, onde russos estão derrubando prédios e assassinando ucranianos – e as imagens que nos chegam de lá são muito parecidas com as da tragédia na Turquia e na Síria? Alguém consegue explicar o *ser* humano – se assim podemos chamá-lo?

Carlos Alberto Duarte
carlosadu@yahoo.com.br
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Muito mais que liberdade de expressão

Eugênio Bucci

Na semana passada, aconteceu de novo. Um pequeno incidente veio mostrar, mais uma vez, que a cultura política e a cultura jurídica brasileiras ainda não compreendem bem a substância da liberdade de imprensa.

Desta vez, o episódio ocorreu no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF). O despacho em que o ministro Alexandre de Moraes solicitou a empresas jornalísticas que entregassem a íntegra dos áudios de entrevistas concedidas pelo senador Marcos do Val (Podemos-ES) tropeçou numa hesitação inicial reveladora, que deveria nos servir de alerta. Conforme noticiado amplamente, a primeira versão da ordem judicial estabelecia multa para quem não a cumprisse e – ainda mais preocupante – não deixava claro se o magistrado exigia a apresentação de todos os diálogos gravados com o senador ou apenas daqueles que tivessem sido efetivamente publicados pelos órgãos de imprensa. Em seguida, numa benfazeja correção de curso, as coisas se acertaram: além de retirar a previsão de multa, o ministro explicitou que estava se referindo apenas aos conteúdos, nos termos dele, "já publicizados". Ficou melhor assim. Ficou direito, como deve ser.

Do Val, você sabe, é aquele que vem falando de propostas golpistas que teria ouvido do tal que era presidente da República até o ano passado. A denúncia precisa ser apurada, é lógico. O problema é que, em declarações dispersas e diversas, o parlamentar deu versões distintas das falas presidenciais que teria presenciado. Diante das inconsistências, o Supremo acerta em procurar reunir todos os pronunciamentos possíveis na tentativa de reconstituir a verdade factual. O esforço é necessário e bem-vindo.

Quanto a isso, é preciso registrar o mérito indiscutível do STF em conter as nefastas, embora "tabajáricas", tentativas de golpe de Estado. Nesse trabalho institucional – que se mostrou decisivo para garantir a estabilidade da democracia –, o ministro Moraes ocupou e ocupa lugar de honra. Portanto, não vai aqui nenhum ataque à conduta dos membros do Supremo Tribunal Federal.

O episódio em questão, no entanto, descortina um problema de fundo: quando se trata de liberdade de imprensa, o poder, infelizmente, hesita, titubeia, deixando ver que desconhece o que deveria proteger com firmeza racional. São inúmeros os casos. Estão aí, frescas na memória, medidas de censura que tiveram de ser revertidas – ainda bem – a toque de caixa. Somos uma sociedade que não entendeu direito que a liberdade de imprensa é mais, muito mais, do que a simples liberdade de expressão.

> ***Conversas que repórteres mantiveram com suas fontes e resolveram não levar a público devem ser protegidas, não expostas pela Justiça***

Por certo, o jornalismo dá curso à livre circulação das ideias, que é um direito de todas as pessoas. Sim, a imprensa é uma forma especializada da liberdade de expressão. Mas sua substância é maior do que a mera liberdade de expressão. Para que se realize como prática social, a atividade jornalística requer direitos que não se resumem a manifestar ideias. Mais do que uma liberdade de dizer, é uma *liberdade de fazer*.

O ofício de repórteres e editores se define muito mais por aquilo que eles fazem do que por aquilo que eles enunciam ou propiciam que outros enunciem. Para começar, esses profissionais se reúnem todos os dias para criticar o poder. Depois, saem às ruas, entrevistam pessoas, consultam documentos, testemunham fatos e dirigem aos poderosos perguntas que os incomodam. Em suas tarefas cotidianas, exercem direitos que a democracia lhes assegura – e cumprem seu dever, que é essencial para a mesma democracia. Mais que um hábito, uma ética e um discurso, a imprensa é um método que inclui uma escola própria para fiscalizar o poder, para promover investigação independente e para moderar o debate público.

Essa liberdade de fazer inclui, não por acaso, o direito de *não* dizer. Quem edita uma publicação séria lida diariamente com uma grande quantidade de informações. Nem tudo é publicado. É verdade que, de vez em quando, lamentavelmente, alguma sandice escapa, o que gera noites de insônia para os profissionais, mas o método jornalístico tem sempre o ideal de desenvolver critérios para selecionar o que merece ser publicado. O que não é publicado permanece guardado em reserva. O direito de *não* publicar parte das informações é parte da liberdade de imprensa. Disso decorre que as autoridades não deveriam exigir que o jornalista conte para a polícia o que resolveu não publicar. Tal pretensão expõe a risco fundamentos basilares, como o do sigilo da fonte.

Conversas que repórteres mantiveram com suas fontes e resolveram não levar a público devem ser protegidas, não expostas pela Justiça. É claro que uma empresa, isoladamente e espontaneamente, pode resolver mostrar todos os seus arquivos para as autoridades que conduzem um inquérito. Decisões privadas autônomas não criam jurisprudência. Como regra geral, contudo, o juiz age bem quando se limita a conhecer o "já publicizado". A liberdade de imprensa requer que o jornalista tenha o direito de não expressar o que não quer. No caso presente, para sorte do País, prevaleceu o bom senso democrático. ●

JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

TEMA DO DIA

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Xeque Mate

Conheça a história da bebida criada por universitários em MG que virou febre

Já famosa nas ruas de Belo Horizonte, uma bebida vendida em latinha que leva rum, mate, guaraná e limão chegou a São Paulo há oito meses e tem se espalhado pelas festas da cidade rapidamente. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Xeque mate é muito bom, mas qualquer um é capaz de fazer a mistura em casa."
FELIPE MORILLA

● "A mistura de mate, guaraná e limão é antiga e popular. A novidade é a adição do rum."
JORGE ARAÚJO

● "Os caras tiveram a brilhante ideia de misturar cuba libre com mate."
MATHEUS ANDRADE

● "Confesso que achei que ia bombar no Rio antes para atualizar o mate que eles tomam na praia."
KARLA CARVALHO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

RYAN PFLUGER/THE NEW YORK TIMES

The New York Times

Stephanie Hsu é a zebra da temporada de premiações? ●
https://bit.ly/3HHwSbC

Saúde

Os erros que te impedem de ter um abdome definido. ●
https://bit.ly/3lcPIQn

Aplicativo do Estadão

Receba alertas em tempo real das últimas notícias. ●
https://bit.ly/3D0iGb6

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Governo

PT vai ampliar pressão sobre BC para forçar mudança em política de juros

Cúpula petista usa embate com Roberto Campos Neto para disputar rumos do governo com siglas de centro e centro-direita e tentar impor linha 'desenvolvimentista'

VERA ROSA
BRASÍLIA

RICARDO STUCKERT/PR

Lula durante reunião do Conselho Político da Coalizão, que reuniu ministros e líderes de partidos da base aliada, no Palácio do Planalto

A cúpula do PT quer enquadrar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e há quem defenda até mesmo sua substituição, sob o argumento de que a atual gestão à frente da autarquia pode levar o governo a uma crise política incontornável. Agora, dirigentes do partido não apenas endossam a pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o Banco Central para reduzir a taxa básica de juros (Selic) como avaliam que é preciso pregar a reorientação da política monetária.

Enquanto ministros tentam amenizar o confronto entre Lula e o BC, deputados e senadores do PT aproveitam a controvérsia em torno da política monetária para disputar os rumos do governo com siglas aliadas de centro e centro-direita, na tentativa de impor uma linha "desenvolvimentista" à condução da economia.

"O fato de o presidente do Banco Central ter mandato não dá a ele autorização para a irresponsabilidade", disse ao **Estadão** a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), ao antecipar a posição que levará à reunião do Diretório Nacional do PT, na segunda-feira. "Ter mandato não significa ser imexível."

No encontro de ontem com o Conselho Político da Coalizão – composto por partidos da base aliada do governo –, Lula recebeu apoio na ofensiva contra o atual patamar de juros, hoje em 13,75% ao ano. "A gente não tem que pedir licença para governar, a gente foi eleito para governar", afirmou Lula, no Palácio do Planalto. "A gente não tem que tentar agradar a ninguém (...), tem que agradar ao povo brasileiro, que acreditou num programa que nos trouxe até aqui. E é esse programa que nós vamos cumprir."

'INSTABILIDADE'. Gleisi pediu a palavra para cumprimentar Lula pelas cobranças ao Banco Central. "Não há justificativa para um juro de 13,75% e uma meta de inflação inexequível. Não temos risco fiscal. Tudo isso vai trazer recessão e desemprego", insistiu a presidente do PT. "O Brasil tem o juro real mais alto do mundo. Em segundo lugar está o México. A postura do Banco Central joga o País na instabilidade. Se a economia der errado, a democracia estará ameaçada", completou ela.

> ***"Ter mandato (de presidente do BC) não significa ser imexível"***
> **Gleisi Hoffmann (PR)**
> **Deputada federal e presidente do PT**

> ***"A gente não tem que pedir licença para governar, a gente foi eleito para governar"***
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> **Presidente da República**

> ***"Estamos fazendo um embate político para demarcar um campo e mostrar que temos outra linha de política monetária"***
> **Carlos Zarattini (PT-SP)**
> **Deputado federal**

Para o presidente do Solidariedade, Paulo Pereira da Silva, Campos Neto ficou "à mercê" da Faria Lima, avenida de São Paulo que abriga várias instituições de investimento. "O Banco Central não pode ser o Vaticano, que está dentro da Itália, mas quem manda é o papa", provocou Paulinho da Força, como é conhecido o ex-deputado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou do encontro e observou que, com juros de 13,75%, não há como fazer a economia girar.

"A temperatura está alta lá fora. Aqui em Brasília está quente, mas há um debate. Tenho certeza absoluta de que o presidente Lula tem e sempre terá uma relação harmônica com o BC. Todos no País querem juros mais baixos", amenizou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

EFEITO. Embora não tenham manifestado reparo à posição de Lula durante a reunião, integrantes do MDB e do União Brasil – partidos que, juntos, ocupam seis dos 37 ministérios – avaliam que culpar o Banco Central pela crise econômica pode ter efeito contrário, interferindo tanto nas expectativas de inflação como no câmbio.

"A autonomia do Banco Central é a proteção contra ideologias e até contra mercados", destacou o senador Renan Calheiros (MDB-AL). "Mas nenhum presidente pode se manter atrelado ao governo que o nomeou."

Nas redes sociais, Gleisi comparou a administração da autarquia à "última trincheira do bolsonarismo no poder". Ao **Estadão**, a deputada disse ser preciso enfrentar esse debate. "O preço do dólar está sempre oscilando, com Lula falando ou não. O Brasil tem reservas internacionais. A nossa dívida é interna e não há risco de não pagá-la. Estão doidos?", perguntou Gleisi, ao rebater críticas de quem vê a estratégia de Lula como muito radical.

A presidente do PT também defendeu uma reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) para reorientar a política monetária de acordo com a realidade econômica do País, "que exige estímulo para crescimento, investimento e criação de emprego". Haddad e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, integram o CMN.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou requerimento para convidar Campos Neto a comparecer à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e explicar a manutenção da taxa de juros em 13,75%, além do que chamou de "erro contábil" no fluxo cambial, em um cenário de desaceleração da economia.

> **Interferência**
> **Gleisi defende reunião do Conselho Monetário Nacional para reorientar política monetária**

"Lula foi eleito presidente da República e vai deixar um cara com freio de mão puxado na economia?", questionou Lindbergh. "Se isso continuar, estaremos liquidados e haverá uma imensa crise política." No mesmo tom, o ex-senador Paulo Rocha (PT-PA), que terminou o mandato em dezembro, publicou no Twitter a seguinte mensagem: "Renuncia cidadão! O Brasil não aguenta mais o presidente bolsonarista do BC 'autônomo'".

MANDATO. A lei que prevê a autonomia do Banco Central, com mandato de quatro anos para presidente e diretores da autarquia, foi aprovada pelo Congresso há dois anos, no governo de Jair Bolsonaro (PL). O presidente do BC pode ser dispensado em caso de "comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos" da autarquia. A exoneração, no entanto, precisa passar pelo crivo do Senado. Os aliados do governo não têm votos suficientes para aprovar a saída de Campos Neto.

"Estamos fazendo um embate político para demarcar um campo e mostrar que temos outra linha de política monetária", comentou o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). "O Centrão e a base do governo deveriam apoiar essa política do presidente Lula sobre o Banco Central, já que a maioria é ligada aos pequenos empresários." Para Zarattini, o mercado "nunca" quer perder dinheiro. "Tudo aqui no Congresso é um estica e puxa. Nenhum projeto é aprovado na moleza."

Na avaliação do secretário de Comunicação do PT, Jilmar Tatto (SP), o partido não pode abrir mão de pressionar o Planalto. "A dificuldade para ganhar a eleição fez com que Lula formasse um grande arco de alianças, mas o PT tem de ser a cara e a voz do povo no governo", afirmou o deputado. "O Banco Central não deixa diminuir a desigualdade social e não podemos aceitar isso." ● COLABORARAM IANDER PORCELLA E EDUARDO GAYER

Poderes

‘Quanto mais tempo passa, mais caro fica para aprovar projetos’, afirma Lula

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

Na primeira reunião do Conselho Político da Presidência, formado por políticos de partidos da base do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Executivo tem de buscar logo um entendimento sobre seus projetos para não ficar “mais caro” aprovar medidas no Legislativo.

“Nós precisamos ser mais precisos, porque, quanto mais a gente demora para encontrar uma solução – seja num acordo simples de votação de uma medida provisória, de um projeto de lei, de uma emenda constitucional –, quanto mais tempo passa, mais fica caro você aprovar aquelas coisas. Ou seja, fica muito mais crivada entre nós a desarmonia e nós não queremos desarmonia”, disse o presidente. O primeiro mandato do petista no Palácio do Planalto foi marcado pelo escândalo do mensalão – compra de votos no Congresso em troca de apoio parlamentar.

Na sequência, o petista contemporizou a declaração ao dizer que tem a certeza de que conseguirá formar a maioria necessária para implementar a agenda de interesse do Planalto. “Queremos restabelecer a conversa mais civilizada possível com o Congresso. Tenho certeza de que vamos conseguir maioria ampla para fazermos as mudanças que precisamos neste país”, afirmou Lula.

Aos deputados, senadores e presidentes de partidos presentes, o presidente insistiu que não quer “desarmonia” entre Legislativo e Executivo. E cobrou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e líderes do governo no Congresso para que mantenham uma interlocução constante com os parlamentares.

Deputados vão se revezar no comando da Frente Evangélica

A Frente Parlamentar Evangélica anunciou ontem que os deputados Eli Borges (PL-TO) e Silas Câmara (Republicanos-AM) vão revezar a presidência do grupo a cada seis meses. Eli será o primeiro a comandar a frente. A bancada enfrentava uma disputa porque Silas dialoga com Lula e Eli tem atuação no PL de Jair Bolsonaro. ● LEVY TELES

COMPOSIÇÃO. O Planalto ainda sofre com as costuras para manter coeso o grupo de partidos que dão sustentação ao governo. Legendas como União Brasil, PSD e MDB, mesmo com cargos no primeiro escalão, não garantem a Lula que darão integralmente os votos das bancadas na Câmara e no Senado em pautas de interesse do Executivo.

Durante o período de transição do governo, Lula contou com um conselho político formado, à época, por 14 partidos. Essas siglas, que vão do MDB ao PROS, garantem, no máximo, 226 votos na Câmara dos Deputados – o número é insuficiente para aprovar, por exemplo, um projeto de lei, que exige pelo menos 257 votos.

Para aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), são necessários 308 votos dos deputados e outros 49 votos de senadores. ●

Nikolas vai responder por transfobia contra colega

BELO HORIZONTE

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais acatou um recurso do Ministério Público Estadual e determinou ontem que o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) responda por injúria racial contra a deputada Duda Salabert (PDT-MG). Se condenado na ação, Nikolas pode cumprir até três anos de prisão, pena máxima prevista para o crime.

Duda, que é uma mulher transexual, apresentou queixa-crime contra Nikolas após ser chamada de “ele”. “Ele é homem. É isso o que está na certidão dele, independentemente do que ele acha que é”, afirmou Nikolas, em entrevista, em dezembro de 2020, quando ambos eram vereadores.

No recurso, o MP demonstrou que a decisão da primeira instância não observou que o Supremo Tribunal Federal (STF), em outubro de 2021, equiparou transfobia ao racismo. O **Estadão** tentou contato com os gabinetes de Nikolas e Duda, mas as ligações não foram atendidas. ● CARLOS EDUARDO CHEREM, ESPECIAL PARA O ESTADÃO

William Waack

O perigo das ideias

Ideias sobrevivem adormecidas durante muito tempo, mas precisam do momento certo para serem realizadas. É o que parece estar acontecendo agora no embate Lula versus Banco Central e as taxas de juros.

A ideia de que desequilíbrio fiscal não é o precursor de colapsos econômicos ou de inflação é debatida há muito no mundo acadêmico. Simplificando brutalmente, não haveria nada errado com um governo que pretende estimular a economia gastando muito mais do que arrecada, pois os benefícios (renda, crescimento, arrecadação, popularidade) vêm logo ali.

O que não pode acontecer é a política monetária atrapalhar, ainda mais se baseada no falso pressuposto de que existe uma crise fiscal. Que, por sua vez, alimentaria as falsas expectativas de uma persistente inflação só remediável ao preço intolerável de taxas de juros exorbitantes. Isto, sim, travaria todo o conjunto da política econômica, beneficiando apenas "rentistas".

Lula nunca se interessou por debates acadêmicos, mas as ideias acima casaram perfeitamente com suas intuições políticas, hoje baseadas no fígado. Conceitualmente ele regrediu ao quadro mental anterior ao seu primeiro período na Presidência, assumindo que tudo não passa de uma luta entre ricos e pobres e "elites" conspiram para não deixá-lo governar.

> *A campanha de Lula contra Banco Central é por convicção e não por cálculo político*

Como todo populista, Lula enxerga conflitos pelo "pessoal" e não pela relação institucional. Resume boa parte da questão da taxa Selic a um presidente do Banco Central que foi de camiseta amarela votar no adversário Bolsonaro nas últimas eleições (portanto, um "infiltrado"). É apenas a repetição de um velho comportamento: na época do mensalão, por exemplo, ele esperava "gratidão" por parte de alguns indicados por ele para o STF.

Nesse sentido, não é propriamente uma "jogada" política a campanha de Lula contra o BC e os juros, tentando pressionar a autoridade monetária a se alinhar ao Planalto. Não é tampouco a criação de um bode expiatório para, eventualmente, "justificar" números na economia inadequados para manter popularidade.

É algo muito mais amplo: é o casamento de ideias no campo das doutrinas econômicas com a intuição "certeira" (para ele, Lula) da realidade política. Essa é a principal causa do evidente descompasso das declarações de grupos de assessores escalados em várias áreas econômicas do governo e as falas do presidente.

Nesses grupos, como é sabido, trafegam várias ideias, até conflitantes. Lula está exibindo as próprias. Por isso, são tão perigosas: é sempre o apego a ideias equivocadas que está na raiz de desastres econômicos. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Dinheiro público

TRE-MA indica 'controvérsia' em gastos de Juscelino Filho

Tribunal acata recurso do MP Eleitoral e processo vai ao TSE; ministro apresentou dados falsos sobre voos pagos com 'fundão'

VINÍCIUS VALFRÉ
TACIO LORRAN
JULIA AFFONSO
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) apontou "controvérsia" e "incerteza" na prestação de contas da campanha de deputado de Juscelino Filho (União Brasil), ministro das Comunicações do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Um dos gastos questionados é de R$ 385 mil, com uma empresa de táxi aéreo. Como mostrou o **Estadão**, Juscelino usou dados falsos para justificar 23 dos 77 voos declarados. O caso agora será analisado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O jornal revelou ainda que Juscelino usou verbas do orçamento secreto para destinar recursos públicos para asfaltar uma estrada que passa em suas propriedades rurais na cidade de Vitorino Freire (MA).

Caso o TSE reprove as contas de Juscelino, ele deverá ressarcir R$ 570 mil aos cofres públicos. Além dos R$ 385 mil com viagens de helicóptero, também são questionados outros R$ 185 mil com material gráfico. A despesa teria sido realizada após as eleições, o que é vedado. Esse tipo de processo não ameaça, no entanto, o mandato de deputado de Juscelino, uma vez que trata apenas da prestação de contas.

RESSALVAS. A decisão da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, presidente do TRE, foi publicada anteontem, quase dois meses depois de o tribunal aprovar, com ressalvas, as contas de campanha do agora ministro. A magistrada atendeu a um pedido do Ministério Público Eleitoral feito em 16 de dezembro.

"Em relação aos requisitos objetivos de admissibilidade do recurso especial, tenho que os mesmos foram devidamente preenchidos, dado que a controvérsia acerca da prestação de contas do recorrido indica uma eventual incerteza", destacou a desembargadora.

Para o MP Eleitoral, Juscelino não comprovou que o serviço de táxi aéreo foi efetivamente usado para a campanha. O recurso especial do Ministério Público foi apresentado antes de passageiros citados pelo ministro como "cabos eleitorais" relatarem ao **Estadão** que não têm relação com o político. "Isso aí está errado, provavelmente é uma fraude. Não tenho nenhuma ligação com campanha nem com político no Maranhão (...) Usaram meu nome, da minha família, da minha filha", disse o empresário Daniel Andrade, listado 23 vezes como passageiro.

Com a remessa do caso para o TSE, as declarações da família poderão reforçar a tese de que Juscelino gastou recursos do fundo eleitoral de maneira irregular. Por lei, todos os desembolsos precisam ter relação com a campanha e estar devidamente justificados e declarados à Justiça Eleitoral.

SERVIÇOS. À Justiça Eleitoral, a campanha de Juscelino afirmou que todos os deslocamentos foram regulares. "Todos os voos foram feitos em prol da campanha, bem como todas as pessoas que constam nos relatórios prestaram serviços diretamente à campanha", disse a defesa no processo.

Uma ação de investigação eleitoral depende de uma nova medida do MP Eleitoral no Maranhão. Questionado, o órgão não se manifestou. "O procurador regional Eleitoral do Maranhão, Hilton Melo, informou que não comentará casos em andamento", diz a nota.

Ao aprovar as contas de Juscelino, em dezembro, o TRE-MA não analisou de maneira pormenorizada a relação de passageiros. Procurado, o tribunal declarou apenas que "toda a tramitação é de acesso público" e destacou seu "compromisso com a transparência".

Em nota, os advogados Ticiano Figueiredo e Pedro Ivo Velloso afirmaram que o ministro "não praticou qualquer ilegalidade, sempre tendo postura correta, como a própria Justiça Eleitoral reconhece com a aprovação das contas". Segundo eles, o surgimento de passageiros aleatórios na documentação apresentada para justificar o gasto se deve a "uma informação errada por parte da empresa de táxi aéreo, como a própria esclareceu".

A Rotorfly, empresa contratada pela campanha de Juscelino, alegou um "erro no sistema" ao gerar a lista de passageiros. Os documentos têm rasuras e anotações manuscritas. ●

Para lembrar

Fundo eleitoral bancou viagens de ministro

● **Empresa**
Como mostrou o Estadão, o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, contratou a empresa Rotorfly Táxi Aéreo com R$ 385 mil do fundo eleitoral, dinheiro público, supostamente para transportar a equipe de campanha em helicóptero pelo Maranhão

● **Prestação de contas**
Juscelino apresentou a prestação de contas sem comprovar a ligação das viagens aéreas com sua campanha à reeleição na Câmara dos Deputados, no ano passado

● **Relatórios**
Cobrado pelo Ministério Público, o ministro entregou relatórios de voos. Em 23 viagens, ele declarou os mesmos passageiros e informou serem seus "cabos eleitorais". A lista era composta por três pessoas, um casal de São Paulo e uma criança de dez anos. Eles, no entanto, negam conhecer o ministro

● **Gráfica**
Além dos R$ 385 mil gastos com helicóptero, também são questionados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão outros R$ 185 mil desembolsados pelo ministro com material gráfico. A despesa teria sido realizada após a eleição, o que é vedado

● **Justiça Eleitoral**
Caso o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reprove as contas de Juscelino Filho, ele deverá ressarcir R$ 570 mil aos cofres públicos

CLÉVERSON OLIVEIRA/MCOM - 2/1/2023

Juscelino Filho; suspeitas de irregularidades na campanha

Melvyn Levitsky

Para ex-embaixador dos EUA, 'não há inclinação real' para 'clube da paz'

Diplomata que atuou no Brasil diz que relação dos dois países pode ser mais ativa com Lula e Biden do que era com Bolsonaro

ENTREVISTA

Professor de Relações Internacionais na Universidade de Michigan, foi diplomata durante 35 anos e embaixador no Brasil

BEATRIZ BULLA

A reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o americano Joe Biden, amanhã, em Washington, é uma forma de mostrar o apoio dos Estados Unidos à eleição e à democracia brasileira, mas também de dar o pontapé em uma relação bilateral mais ativa. A avaliação é de Melvyn Levitsky, que foi embaixador dos EUA no Brasil entre 1994 e 1998, diplomata americano durante 35 anos e é atualmente professor de Relações Internacionais da Universidade de Michigan.

"Acho que a relação vai ser mais positiva agora. Em termos de convite, é um gesto simbólico grande chamá-lo à Casa Branca", afirmou o ex-embaixador, em entrevista ao **Estadão**. Levitsky, que conheceu Biden e Lula, imagina que a conexão entre os dois será positiva.

Ele disse não acreditar, no entanto, que os EUA apoiarão a ideia de Lula de intermediar o que chama de "clube da paz", para negociar uma saída para a guerra da Ucrânia, com outros países que não estão envolvidos no conflito. "Os americanos não irão criticar o movimento do Brasil, mas não vejo interesse em ter o país envolvido em negociações ou atividades diplomáticas", afirmou o ex-embaixador.

A defesa da democracia contra autoritarismos é apontada pelos dois países como pauta do encontro. O que podemos esperar que saia desta reunião, além do simbólico?

O Brasil passou por um processo eleitoral com muitas questões muito parecidas com o que aconteceu nos EUA. Os apoiadores do (*Jair*) Bolsonaro invadiram o Congresso, o que também aconteceu aqui. Mas o Brasil é, em todo caso, um país importante internacionalmente. A relação entre Brasil e EUA é importante e há inúmeras coisas para discutir entre os dois países. Convidar o presidente para a Casa Branca mostra nosso apoio pela eleição e pela democracia brasileira. É um encontro importante, tanto do ponto de vista simbólico como prático em uma série de outras questões.

GERALD R. FORD SCHOOL/UNIVERSITY OF MICHIGAN

'Desta vez, tema ambiental não será contencioso', afirma Levitsky

Na comparação com a relação que estava estabelecida com o ex-presidente Jair Bolsonaro, como definiria o novo momento dos dois países?

Às vezes acho que Bolsonaro era o (*Donald*) Trump do Brasil. Às vezes, que Trump era o Bolsonaro dos EUA. Eles tinham as mesmas inclinações e faziam intervenções pessoais em questões econômicas e políticas. Acho que a relação vai ser mais positiva agora. Em termos de convite, é um gesto simbólico grande chamá-lo à Casa Branca. Não era ruim a relação dos Estados Unidos com Bolsonaro, mas pode ser muito mais ativa do que era.

A questão climática também deve ser central no encontro. Quais oportunidades podem surgir, nos dois países, com o alinhamento sobre meio ambiente?

Quando eu estava no Brasil (*como embaixador*), ouvia muito o discurso "a Amazônia é nossa". Desta vez, acredito que o tema ambiental não será contencioso, porque os EUA não estão tentando impor uma posição, não vejo relutância por parte do governo Lula e vejo muito espaço para cooperação, incluindo financiamento da União Europeia e dos Estados Unidos para a região.

Há espaço para Lula emplacar o que ele chama de "clube da paz" e se colocar como um negociador de uma solução para a guerra na Ucrânia?

Não. Na ONU, o Brasil é uma voz importante, mas não estamos neste estágio. Não há inclinação real de buscar outros países, de fora da área, envolvidos em qualquer tipo de negociação. É natural a ambição, para um país grande como o Brasil, mas não acredito que haverá resposta dos EUA. Os americanos não vão criticar o movimento do Brasil, mas não vejo interesse em ter o país envolvido em negociações ou atividades diplomáticas.

Lula teve boa conexão com George W. Bush. Bolsonaro, com Trump. Como imagina que se dará a relação pessoal entre Biden e Lula?

Biden provavelmente é o presidente que, ao chegar ao cargo, tinha maior experiência acumulada em relações exteriores. Lembro quando fui indicado embaixador no Brasil e Biden, senador, foi muito ativo no processo de sabatina. Ele é um presidente que está envolvido com assuntos internacionais há muito tempo, como senador e vice-presidente, e acho que os dois vão se dar muito bem. São dois presidentes que veem a relação internacional como algo importante. Nas eleições que levaram FHC à Presidência, eu tentei me encontrar, no Brasil, com alguns candidatos para entender quem eles eram. Conheci Fernando Henrique, mas com Lula não consegui um encontro. Depois da eleição, com Lula derrotado, eu o convidei para um almoço na embaixada. Ele foi, com Aloizio Mercadante e alguns conselheiros. Ali tive uma impressão muito diferente do Lula, na comparação com a que tive na campanha. Lembro de enviar um relato para o governo (*americano*) em tom muito positivo. Nós (*governo americano*) estávamos mudando nossa visão sobre Lula e acredito que Lula também estava mudando a visão sobre os Estados Unidos, vendo o país como um parceiro. ●

Simbologia
Ex-embaixador afirma que chamar Lula à Casa Branca é um gesto simbólico grande de Biden

Falar sobre direita radical tornou-se imperativo para Lula e Biden

ANÁLISE

FERNANDA MAGNOTTA

Lula e Biden encontram-se pessoalmente amanhã. Trata-se de uma das reuniões mais esperadas dos últimos tempos – e não apenas pelos motivos corriqueiros, típicos das visitas diplomáticas. Sabemos que os Estados Unidos são parceiro prioritário para o Brasil e as relações bilaterais, por si só, são importantes em múltiplas dimensões. Apesar disso, em 2023, o aperto de mão entre os líderes pode selar, ao menos do ponto de vista simbólico, um compromisso diferente. Lula e Biden buscam, no campo internacional, meios para fortalecer a cruzada doméstica que travam contra a direita radical.

É claro haverá espaço para o diálogo que envolve interesses nacionais dos dois países. Temas como dinamização do comércio, ampliação de investimentos, cooperação em defesa e segurança, além de proteção da Amazônia, certamente estarão na pauta das reuniões.

Mas é cada vez mais difícil separar a realidade interna da ação internacional. A direita radical é um elo que conecta umbilicalmente, hoje, Brasil e EUA. Importamos do Norte não apenas características do trumpismo, como algumas de suas manifestações mais violentas. Vícios graves, que vão da defesa de interesses privados em detrimento de interesses públicos até a própria negação da política como meio de construção coletiva.

Biden e Lula têm ao menos três desafios comuns quando o assunto é defesa da democracia. Precisam encontrar meios de conter a onda de ressentimento que conquistou mentes e corações nos dois países, levando à radicalização. Precisam lidar com efeitos do populismo e antiglobalismo, que insuflam narrativas xenófobas. Precisam encontrar formas para combater a desinformação, que fomenta a polarização.

A tarefa não é fácil. Do lado brasileiro, não queremos outros países interferindo em assuntos internos. Ao mesmo tempo está claro que o que acontece lá e cá não é matéria do acaso. A direita radical organiza-se de forma transnacional e gera efeitos em cascata, incluindo ondas de legitimação mútua e a ideia de "salvo-conduto", com a perigosa naturalização de certas práticas.

A realidade impõe-se diante de Lula e Biden. Falar sobre a direita radical tornou-se imperativo em uma visita de Estado. Os dois derrotaram adversários nas urnas, mas chegaram ao poder com a sensação de "derrota dentro da vitória", afinal, o inimigo do radicalismo permanece vivo e forte. ●

PROFESSORA E COORDENADORA DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA FAAP

Castelo de 2 mil anos é danificado por terremoto

Tragédia

Turcos criticam resposta de Erdogan ao terremoto; mortes passam de 12 mil

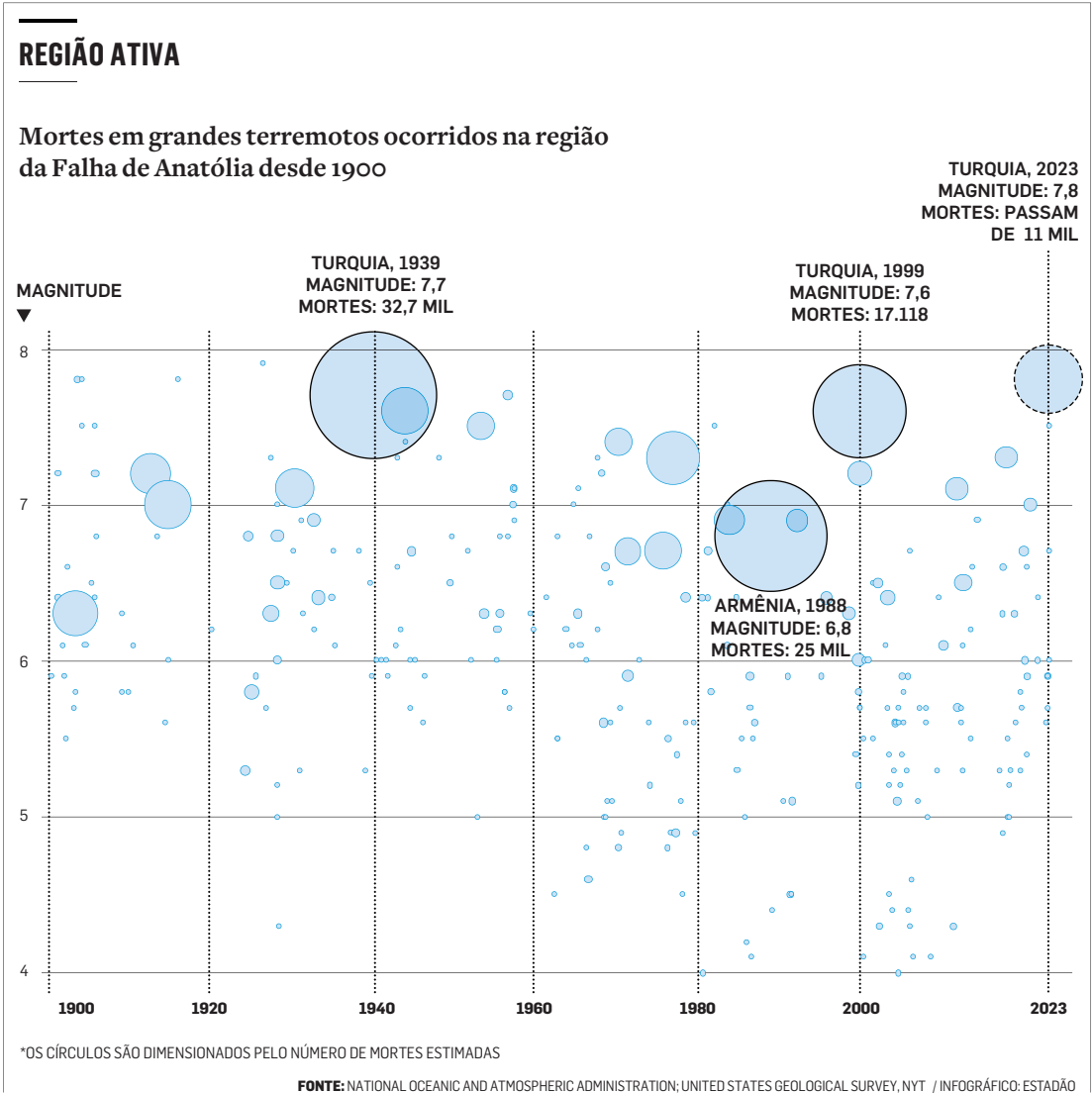
População se queixa de demora na chegada de socorristas e de falta de assistência do Estado; pressionado pelas críticas, presidente da Turquia visita epicentro do tremor

ISTAMBUL

O número de mortos no terremoto de magnitude 7,8 registrado na Turquia e na Síria, na segunda-feira, chegou ontem a 12 mil. À medida que cresce a proporção da tragédia, aumenta também a insatisfação da população com a reação do governo. Sob pressão, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, visitou ontem a região do epicentro do tremor.

O sismo atingiu uma zona remota do país, o que agravou o desafio das equipes de emergência. O impacto nas rodovias e o inverno frio e chuvoso também dificultaram o resgate, trazendo pessimismo às perspectivas de encontrar sobreviventes.

A situação fez Erdogan visitar ontem a cidade de Kahramanmaras, onde a população reclama da falta de equipes de resgate, de frio e de fome. "Enfrentamos dificuldades no início, mas hoje estamos melhor e amanhã estaremos melhor ainda", disse Erdogan, que pediu paciência aos turcos.

CRÍTICAS. "Onde está o Estado?", perguntava desesperado um homem que se identificou apenas como Ali. Ele perdeu o irmão e o sobrinho em Kahramanmaras. "Não vimos nenhuma distribuição de comida. Sobrevivemos ao terremoto, mas vamos morrer de fome ou de frio", afirmou Melek, de 64 anos, em Antakya.

Em Gaziantep, as escavadoras e os cães farejadores só começaram a vasculhar os escombros na tarde de terça-feira. "É muito tarde. Agora, esperamos nossos mortos", disse uma mulher que esperava informações sobre a tia.

A cidade ainda sofre abalos secundários e falta de tudo: as lojas estão fechadas, não há gás, calefação ou gasolina. Diante das poucas padarias abertas, longas filas se formam cedo. Em Sehitkamil, subúrbio de Gaziantep, diante de um prédio reduzido a escombros, a sensação de abandono abala os sobreviventes ainda mais do que o frio. Muitos correram para a rua sem nem calçar os sapatos no meio da noite.

Ebru Firat, de 23 anos, tem consciência de haver cada vez menos chances de encontrar a prima com vida. "Já se passaram 36 horas desde o terremoto. O avanço é muito lento", disse a jovem.

Após a tragédia, não chegou nenhum socorrista na área. Foram os próprios parentes dos desaparecidos, às vezes acompanhados por policiais, os primeiros a usar as próprias mãos para fazer as buscas.

Relatos de pessoas que se viram obrigadas a escavar os destroços em busca de familiares soterrados também se multiplicaram. Ugur Poyraz, secretário-geral do partido de oposição IYI, criticou a resposta do governo. "A ajuda não está sendo coordenada", afirmou.

REAÇÃO. As autoridades afirmam que mais de 24 mil socorristas atuam nas buscas, 9 mil tropas foram mobilizadas e mais de 8 mil pessoas foram resgatadas dos escombros. Em meio ao frio, Celal Deniz, de 61 anos, cujo irmão e sobrinhos estão soterrados, criticou o governo. "Não sabem pelo que o povo está passando. Onde estão nossos impostos?"

No meio da turbulência, o governo turco restringiu o acesso às redes sociais, principalmente o Twitter – uma estratégia frequente usada por Erdogan para combater as críticas. Ontem, a polícia identificou mais de 200 contas, interrogou 18 pessoas e prendeu 5 acusados de disseminar informações falsas e de espalhar o pânico. O presidente turco voltou a pedir que os turcos "ouçam apenas canais oficiais de informação". ● AP, AFP, NYT e WP

Guerra civil e sanções dificultam envio de ajuda internacional à Síria

DAMASCO

O terremoto de segunda-feira trouxe à tona uma questão com a qual a Síria luta há anos: o acesso a ajuda externa. Obter suprimentos é complicado pela guerra civil, que deixou o país dividido em aproximadamente três partes: as áreas controladas pelo governo, uma parte dominada pelas forças curdas apoiadas pelos EUA e um bolsão controlado pela oposição. Quase dois terços dos 4,5 milhões de sírios foram deslocados e uma crise humana já estava em andamento antes do terremoto.

A empobrecida Província de Idlib, na fronteira com a Turquia, está repleta de deslocados. Além dos bombardeios regulares das forças do governo, doenças já devastavam a área. Mesmo antes do terremoto, 4,1 milhões precisavam de assistência humanitária, segundo a ONU. Essa assistência é prejudicada por restrições impostas pelo governo sírio, que também impede o acesso de algumas organizações internacionais à área.

Agora, com o terremoto, as estradas para Bab al-Hawa estão severamente danificadas e a resposta transfronteiriça foi interrompida, de acordo com o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU. A estrada que liga a cidade de Gaziantep à Síria está em uma das áreas mais danificadas e atualmente inacessível. ONGs internacionais têm prestado assistência a Idlib e áreas vizinhas há anos. Mas, em razão do que as autoridades da ONU apelidaram de "fadiga da Síria", as doações diminuíram.

BOMBARDEIOS. O noroeste da Síria há muito sofre bombardeios regulares – os últimos ataques foram em janeiro. A cólera varreu a área em razão da falta de acesso a água potável. Agora, o terremoto destruiu a internet, a eletricidade e abrigos já precários.

Do outro lado da equação estão as áreas mantidas pelo governo do presidente Bashar Assad, que enfrenta sanções de EUA e Europa. Governos estrangeiros e muitos grupos de ajuda internacional evitam encaminhar a ajuda pelo governo, que sancionaram por crimes de guerra. Há a crença de que a ajuda seria embolsada por especuladores e autoridades sírias.

Resgate

O governo brasileiro enviará 42 socorristas para ajudar nos trabalhos de busca na Turquia

O governo brasileiro anunciou ontem o envio de uma missão humanitária à Turquia. A equipe é composta por 42 pessoas, a maioria bombeiros, e quatro cães farejadores, que ajudarão nas busca. ● WP

Regulação, produção e o sentido da vida

Acreditava-se que as regras tinham reduzido a produtividade, mas elas trouxeram melhorias

ARTIGO

Paul Krugman
The New York Times
É colunista e ganhador do prêmio Nobel de Economia de 2008

Poucos dias atrás, o *Times* publicou uma coluna muito interessante de meu colega Ezra Klein sobre a peculiar ausência de progresso nos EUA na arte de construir coisas. Citando um artigo recente de Austan Goolsbee e Chad Syverson, ele notou que, pelo menos de acordo com estatísticas oficiais, nós passamos por meio século sem nenhum aumento – e talvez até com algum declínio – em produtividade na construção civil; basicamente o número de horas-pessoa necessário para construir uma casa ou outra estrutura de dado tamanho.

AVANÇOS. O que torna isso estranho é que houve muitos avanços tecnológicos desde 1970 que deveriam ter facilitado e barateado a construção. Mas nenhum desses avanços parece ter se pagado.

Klein sugere que o problema pode ser o excesso de regulações no sentido mais amplo, a existência de muitos "pontos de veto" em que interesses específicos são capazes de bloquear construções a não ser que suas demandas sejam atendidas. E ele pode muito bem estar certo.

Mas seu questionamento me fez pensar a respeito de um debate em economia do qual tenho idade suficiente para me recordar como testemunha: a tentativa de explicar a drástica redução no crescimento em produtividade em todas as economias nos anos 70.

Esse debate tem muito em comum com a atual discussão a respeito de produtividade na construção. E também levanta algumas dúvidas sobre a produtividade ser ou não a maneira certa de medir sucesso econômico.

A produtividade cresceu rapidamente por várias décadas após a 2.ª Guerra, dobrando em uma geração. Então, diminuiu drasticamente durante muitos anos. O ressurgimento do crescimento após 1990 – provavelmente ocasionado pela tecnologia da informação – e sua estagnação mais recente também são anedotas interessantes, mas não são meu assunto de hoje.

> ***Locais de trabalho se tornaram mais seguros e o ar mais limpo em detrimento da produção***

REGULAÇÕES. A questão é: o que aconteceu com a produtividade durante aquela queda nos anos 70? Uma teoria popular na época, com alguma base empírica, foi que pelo menos parte da redução refletia maiores regulações do governo.

A Agência de Proteção Ambiental (EPA) foi fundada em 1970, e o Departamento de Segurança e Saúde Ocupacional (Osha), em 1971. Ambas as entidades impuseram uma série de novas regras sobre as empresas, e não é difícil imaginar que essas regras tenham surtido alguns impactos adversos sobre a produtividade dos trabalhadores.

Mas isso significa que a regulação maior foi algo ruim? Não necessariamente. Em 2020, o Escritório de Estatísticas Laborais lançou uma retrospectiva de 50 anos sobre o Osha, que contém, entre outras coisas, um gráfico notável. Resulta que os locais de trabalho dos EUA, no início dos anos 70, eram perigosos demais, segundo os padrões atuais. Não sei o que você acha, mas, para mim, uma probabilidade enormemente reduzida de se ferir ou ficar doente no trabalho soa a progresso.

PROGRESSO. Mas não é progresso o que aparece em medições de PIB real – e, portanto, em dados de produtividade. Dados de produtividade mostram apenas os custos, não os benefícios, das regulações de segurança.

O mesmo é verdadeiro em relação a regulações ambientais. Em tempos ruins, a cidade de Nova York parecia-se com um parque industrial. Ela não tem mais essa aparência. E a EPA realizou estudos sistemáticos a respeito dos custos e benefícios da Lei do Ar Limpo que constataram que os benefícios, muitos deles na forma de melhorias na saúde das pessoas, excederam enormemente os custos.

Novamente, contudo, os benefícios não aparecem em medições de produtividade, exceto, possivelmente, com uma longa defasagem (porque trabalhadores mais saudáveis são supostamente mais produtivos).

Portanto, parte da redução na produtividade durante os anos 70, provavelmente, não representou uma perda de dinamismo, como mudança em prioridades – escolhas deliberadas para tornar locais de trabalho mais seguros e o ar mais limpo, mesmo em detrimento da produção.

Essas escolhas foram defensáveis? Definitivamente, sim. Essas políticas poderiam ter sido aplicadas de uma maneira melhor? É claro. Mas quando isso não acontece?

Neste momento, estou bastante disposto a acreditar que as contrapartidas no setor da construção foram muito piores do que na média, sem benefícios sociais correspondentes àquelas escolhas de políticas nos anos 70.

Os problemas com o nimbyismo são enormes e óbvios, e são supostamente parte de um quadro maior, no qual grupos de interesse demais têm poder para dificultar a construção civil, mesmo quando esses projetos atendem ao interesse público. Entretanto, é importante perceber que facilitar para as empresas fazerem o que bem entendam nem sempre é uma coisa boa.

VALORES. A lição maior é que medir produtividade não é a única coisa que importa. Para que, afinal, serve a economia? O objetivo é melhorar a vida das pessoas. Isso com frequência é alcançado aumentando o PIB per capita, mas o PIB é um indicador, não um objetivo final. Nós poderíamos ter uma economia maior se estivéssemos dispostos a respirar ar sujo e ter muito mais trabalhadores feridos – mas não aceitamos essas contrapartidas. ●

TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

HISTÓRIAS DO MUNDO Holocausto

Aos 97 anos, morre judeu que se passou por nazista

Alemão Solomon Perel integrou a Juventude Hitlerista para sobreviver; sua história serviu de base para um filme

BERLIM

Solomon Perel, um judeu alemão que enganou os nazistas disfarçando-se de jovem hitlerista na 2.ª Guerra – uma história dramatizada pelo filme *Filhos da Guerra*, de 1990 –, morreu no dia 2 em sua casa, em Givatayim, perto de Tel-Aviv, aos 97 anos.

Por décadas, Perel viveu uma vida pacata em Israel, que adotou como residência, fabricando zíperes e criando sua família. Somente em sua aposentadoria, depois de uma cirurgia de ponte de safena, ele começou a contar sua história.

"Até hoje tenho um entrecruzamento de duas almas em um só corpo", disse Perel ao *Washington Post*, em 1992. "Com isso, quero dizer que o caminho até Josef, o jovem hitlerista que fingi ser por quatro anos, foi curto e fácil. Mas o retorno para o judeu em mim, Shlomo, foi mais difícil."

COURTESY OF SHLOMO PEREL/U.S. HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM

Perel (D) trabalhando como tradutor para os soviéticos após a guerra

PERSEGUIÇÃO. Shlomo Perel nasceu em Peine, perto de Hanover, em 21 de abril de 1925, e foi criado sob os princípios judaicos. Perel recordava-se de uma infância feliz até Hitler se tornar chanceler da Alemanha, em 1933. Ele e sua família foram obrigados a se instalar no gueto de Lodz, onde milhares de judeus foram confinados em condições deploráveis. Seus pais mandaram ele e um irmão para o leste da Polônia, então sob controle soviético.

Perel foi levado para um orfanato administrado pelos soviéticos na cidade de Grodno, hoje em Belarus. Ele tinha 16 anos quando Hitler invadiu a União Soviética e ele fugiu para Minsk, onde foi preso. "Um soldado alemão perguntou: 'Você é judeu?' A voz da mãe, dizendo que eu tinha de sobreviver, prevaleceu, e eu disse: 'Não, eu sou alemão'."

O oficial nazista o incorporou à sua unidade, onde se tornou intérprete. Impressionados com suas habilidades, os superiores de Perel o mandaram de volta para a Alemanha para que ele se juntasse à Juventude Hitlerista, onde permaneceu até 1945.

"Eu era esquizofrênico", afirmou Perel. "Durante o dia, era um jovem hitlerista que queria vencer a guerra, cantava canções contra judeus e berrava 'Heil Hitler' – e de noite, na cama, eu chorava de saudades da minha família."

Perel foi mandado para o front, mas os alemães se renderam pouco depois e ele foi feito prisioneiro pelos americanos por um breve período. Os pais e a irmã de Perel morreram na guerra, com 6 milhões de judeus. Em 1948, ele migrou para a Palestina, sob mandato britânico, e lutou na Guerra da Independência de Israel, antes de se casar e formar sua família. ● WP, TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

● A Guerra de Putin

Londres dará treinamento de caças da Otan para a Ucrânia

Promessa foi feita durante visita-surpresa ao Reino Unido do presidente Volodmir Zelenski, que busca apoio contra Rússia

LONDRES

O presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski, fez ontem uma visita-surpresa ao Reino Unido para fechar parcerias com a Otan e estreitar laços com líderes europeus. Esta é a segunda visita dele ao exterior desde o início da guerra, há quase um ano. A primeira foi aos EUA, em dezembro.

O Reino Unido anunciou que oferecerá treinamento a pilotos ucranianos para operarem caças usados por países da Otan. O governo britânico também se comprometeu a garantir que pilotos ucranianos "consigam pilotar sofisticados caças-padrão da Otan no futuro".

"A visita do presidente Zelenski ao Reino Unido é uma prova da coragem, determinação e luta de seu país, e uma prova da amizade inquebrantável entre nossos dois países", disse em comunicado o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak. Depois de se encontrar com o premiê, Zelenski foi recebido pelo rei Charles III no Palácio de Buckingham.

CAÇAS. Apesar de nenhum país ter atendido aos apelos de Zelenski por caças modernos, o anúncio do Reino Unido pode indicar o envio à Ucrânia de uma nova leva de equipamentos ocidentais. Em entrevista ao programa de TV *Piers Morgan Uncensored*, Sunak não descartou a possibilidade de enviar caças à Ucrânia no futuro, mas alertou que são "peças de equipamento incrivelmente sofisticadas" que exigem "meses, senão anos" de treinamento intensivo.

Hoje, Zelenski vai a Bruxelas para participar de uma cúpula da União Europeia e há a expectativa do anúncio de um novo pacote de ajuda que pode incluir caças. A UE já destinou dezenas de bilhões de euros em ajuda à Ucrânia e organizou a entrega de armas às Forças Armadas para enfrentar a ofensiva da Rússia. ● AFP, AP e NYT

AARON CHOWN/AFP

Rei Charles recebe o presidente Zelenski no Palácio de Buckingham

Nova Zelândia

Polícia apreende 3,2 toneladas de cocaína

A polícia da Nova Zelândia confiscou 3,2 toneladas de cocaína que flutuavam no Pacífico, uma quantidade suficiente para satisfazer a demanda pela droga no país por 30 anos. Os 81 pacotes tinham um valor de mercado de US$ 316 milhões (R$ 1,6 bilhão). "Foi a maior descoberta de drogas já feita na Nova Zelândia", disse o chefe da polícia, Andrew Coster. ●

NEW ZEALAND DEFENCE FORCE/AFP

Holanda

Investigação liga Putin a queda de avião em 2014

A comissão da Holanda que investiga a queda do voo da Malasya Airlines, em 2014, disse que há "fortes indícios" de que o presidente russo, Vladimir Putin, forneceu o míssil que derrubou o avião, matando todas as 298 pessoas a bordo. Em novembro, três homens foram condenados à prisão perpétua pela queda do avião. ●

Terra Indígena Yanomami

Ibama e Funai iniciam retomada de território e queimam equipamentos

Em dois dias de operação, foram destruídos um helicóptero, um avião, um trator de esteira e estruturas de apoio logístico ao garimpo, além da apreensão de três barcos

ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

IBAMA/REUTERS

Casa queimada junto com um avião na operação conjunta da Funai e da Força Nacional de Segurança contra garimpo ilegal em Roraima

O governo federal deu início às ações de repressão ao crime e de retirada dos garimpeiros da terra indígena Yanomami, em Roraima. Entre a segunda-feira e o início da noite de terça-feira, foram destruídos um helicóptero, um avião, um trator de esteira e estruturas de apoio logístico ao garimpo. Foram apreendidos ainda duas armas e três barcos, com cerca de 5 mil litros de combustível.

A ação foi liderada por agentes do Ibama, com apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Força Nacional de Segurança Pública. Ibama e Força Nacional instalaram uma base de controle no rio Uraricoera, principal rota fluvial da região, para impedir o fluxo de suprimentos para os garimpos. Além de gasolina e diesel, os barcos apreendidos carregavam cerca de uma tonelada de alimentos, freezers, geradores e antenas de internet.

OPERAÇÃO DE BLOQUEIO. Todos os suprimentos serão usados para abastecer a base de controle. Nenhuma embarcação com carregamento de combustível e equipamentos será autorizada a seguir daquele ponto de bloqueio em direção aos garimpos. A instalação de bases de controle será estendida para outras áreas da terra indígena. A estrutura logística é fornecida pela Funai, com o apoio dos próprios indígenas nesta fase da operação.

A ação aérea é realizada pelo Grupo Especializado de Fiscalização (GEF) do Ibama, que monitora pistas clandestinas na região. Sobrevoos para identificar e destruir a infraestrutura do garimpo, como aviões, helicópteros, motores e instalações, serão mantidos. O trator destruído era usado na abertura de "ramais" na mata.

O Ibama também fiscaliza distribuidoras e revendedoras responsáveis pelo comércio irregular de combustível de aviação que abastece os garimpos.

O objetivo da operação é inviabilizar linhas de suprimento e rotas que abastecem e escoam a produção do garimpo, além de garantir a permanência das equipes de fiscalização por prazo indeterminado.

SAÚDE INDÍGENA. As ações foram acompanhadas pela Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente, da Advocacia-Geral da União (AGU). Cerca de 350 indígenas estão internados nos hospitais de Roraima. Mulheres e crianças são as mais atingidas. "A área Yanomami virou campo de concentração", disse o secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Ricardo Weibe Tapeba.

O hospital da base Surucucu ainda está em montagem dentro do plano de contingência e a Casai, que é o hospital de atendimento indígena, abriga 281 Yanomamis, sendo mais de 50 crianças em quadro grave de desnutrição. Segundo Tapeba, a base de Surucucu estava sem água, internet, telefone e energia.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que foram identificadas 75 pistas clandestinas próximas do território Yanomami. A região possui uma profusão de rotas aéreas clandestinas, com atividade dentro e fora do território nacional, mantida pelo crime organizado para extrair ouro e cassiterita. Desde a semana passada, a Força Aérea Brasileira (FAB) aumentou o controle do espaço aéreo regional para neutralizar o tráfego de aeronaves da mineração ilegal, um trabalho de estrangulamento logístico do crime que reúne cerca de 25 mil garimpeiros na floresta.

AMANDA PEROBELLI/REUTERS

Garimpeiros abandonam mineração ilegal em Alto Alegre

"Temos 840 pistas clandestinas, só perto das terras Yanomami são 75. Não é possível não enxergar isso. Quem permitiu isso tem de ser responsabilizado", escreveu o presidente, no Twitter. Na segunda-feira, a FAB anunciou a abertura parcial do espaço aéreo nas terras Yanomami, com a criação de três corredores de voo para a saída de garimpeiros. Os mineradores, que têm pedido ajuda às autoridades para sair do território, terão uma semana para aproveitar a alternativa oferecida pela FAB, uma vez que os corredores vão ficar ativados até segunda-feira.

GARIMPO REÚNE MILHARES. O governo estima que 15 mil garimpeiros ilegais estejam na região, mas que "milhares" já começaram a sair por conta própria antes do início de uma operação policial, programada para apreender e destruir equipamentos e pistas clandestinas, e efetuar prisões em flagrante. A expectativa é de que 80% dos garimpeiros saiam da área nesta semana.

Nos últimos dias, mineradores gravaram vídeos pedindo socorro às autoridades e ajuda para conseguirem sair da região. Eles relatam dificuldades para deixar a área e que pessoas estão ilhadas no local.

No último dia 20, o Ministério da Saúde declarou emergência em saúde pública de importância nacional para a situação vivida pelo povo Yanomami. A medida foi tomada porque o território, com mais de 30 mil indígenas, tem sofrido com casos de insegurança alimentar e falta de acesso da população à saúde. ●

Crise humanitária
Centenas de indígenas recebem socorro em hospitais e milhares de garimpeiros saem da área

PGR encaminha à 1ª instância pedido para investigar Bolsonaro

A Procuradoria-Geral da República (PGR) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) ontem que deu encaminhamento ao pedido para investigar se autoridades do governo Jair Bolsonaro descumpriram deliberadamente decisões que mandaram ampliar a proteção a comunidades indígenas.

O caso foi enviado para a Procuradoria da República no Distrito Federal (PR-DF), já que o ex-presidente e seus ministros perderam o foro privilegiado ao deixarem os cargos.

A subprocuradora-geral da República Eliana Peres Torelly de Carvalho, que coordena a 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão das Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF), disse que remeteu o "conteúdo integral" dos autos para a Procuradoria no DF investigar se houve crime de desobediência e se as autoridades devem ser responsabilizadas. O ofício foi enviado ao gabinete do ministro Luís Roberto Barroso. ● RAYSSA MOTTA

Crime

Golpe do Pix tem nova modalidade com uso de informações sigilosas

Clientes denunciam que criminosos fazem abordagens utilizando dados protegidos, como movimentações do extrato bancário

GONÇALO JUNIOR
ÍTALO LO RE

Clientes têm usado as redes sociais para denunciar uma nova forma de golpe via Pix. Usando informações resguardadas pelo sigilo bancário, como movimentações da conta corrente, os bandidos fingem ser funcionários das instituições financeiras, conquistam a confiança da vítima e tentam aplicar o golpe, pedindo transferências e depósitos.

A jornalista Marcella Centofanti, de 44 anos, foi alvo dos criminosos na terça-feira. Ela recebeu uma ligação telefônica de um suposto funcionário do Banco Itaú informando que sua conta havia sido invadida por criminosos e, por medida de segurança, bloqueada.

Marcella acreditou que o contato era verdadeiro por causa das informações citadas. "Ele citou o que saiu e o que entrou na minha conta nos últimos dias, inclusive transações via Pix, com nomes e valores, além de débitos automáticos precisos até nos centavos", conta a moradora de Ilhabela, litoral paulista.

Com a orientação do bandido, Marcella criou uma nova senha pelo aplicativo do banco. O atendimento foi articulado e atencioso, sem que o interlocutor pedisse os dados pessoais. Pelo contrário, orientou que ela não clicasse em nenhum link nem compartilhasse sua senha. Até a música de espera era a mesma usada pelo banco. Desconfiada, ela acionou a gerente de sua agência e seu namorado.

O golpe entrou na fase final quando o criminoso informou que a conta de Marcella havia sido acessada por dois aparelhos iPhone, de Santo André, no ABC paulista, com três depósitos entre R$ 9 mil e R$ 10 mil cada. Ele citou os nomes e os bancos dos endereçados. Já desesperada, Marcela negou as operações. O criminoso pediu que ela refizesse as transferências, com os mesmos valores, para as mesmas contas. Segundo ele, o banco reconheceria a duplicidade e cancelaria a operação. Marcella teve certeza que era um golpe.

Depois que ela desligou, houve nova tentativa de fraude. Uma mulher, usando o nome e sobrenome da gerente de sua agência, disse que estava ligando a pedido do departamento de segurança do banco. "Ainda estou abalada. A gente perde a confiança. Consulto minha conta a todo momento para conferir se está tudo bem. Vou pessoalmente na agência e pretendo registrar um boletim de ocorrência."

> ***"Ele citou o que saiu e o que entrou na minha conta nos últimos dias, inclusive transações via Pix, com nomes e valores, além de débitos automáticos precisos até nos centavos"***
> **Marcella Centofanti**
> **jornalista**

Marcella diz que recebeu uma mensagem em que o Itaú afirma que "em regra, informações sobre a conta bancária ou outras operações são resguardadas pelo sigilo bancário e apenas podem ser prestadas ao respectivo titular (*ou ao seu representante legal/procurador com poderes específicos ou terceiro mediante autorização expressa*)". Em outro trecho, a instituição informa que "acionou os órgãos competentes para análise e avaliação".

APLICATIVO. Gladis Maria de Barcellos Almeida, professora de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), viveu situação semelhante com o Banco do Brasil no mês passado. Ela conta que, durante o golpe, os criminosos pediram que ela instalasse um aplicativo que supostamente corrigiria as tentativas de fraude em sua conta. O aplicativo era, na verdade, o acesso remoto ao seu celular. "Felizmente, eu percebi que aquilo estava errado e desliguei o celular. Escapei por pouco", conta.

A advogada Vanessa Souza, de 45 anos, por sua vez, não conseguiu se safar a tempo. Diante de um contato exatamente com o mesmo modus operandi – atendimento cortês com a descrição dos últimos movimentos do extrato bancário –, a correntista do Itaú fez duas operações de Transferência Eletrônica Disponível (TED) que totalizaram R$ 20 mil.

O episódio ocorreu em agosto do ano passado, mas ela ainda aguarda o ressarcimento bancário. "Ele (*o criminoso*) leu meu extrato. Eu senti humilhada, pois fui passada para trás", diz.

OUTROS CASOS. O relato de Marcella viralizou nas redes sociais. Até a tarde de ontem foram mais de 1,8 mil comentários e 26 mil curtidas, muitos deles de pessoas que viveram situações parecidas.

"Aconteceu igual comigo, pelo Santander. Ele me ligou, tinha acesso a tudo da minha conta, sabia até o valor do meu salário. O telefone era o mesmo da agência da minha cidade. No fim, ele tentou me dar um golpe de R$ 215 mil. Minha sorte era que eu tinha R$ 100 na conta", relatou o designer gráfico Ivan Soratto.

Desde que o Pix, solução de pagamento instantâneo do Banco Central, foi implementado em novembro de 2020, ele passou a facilitar uma série de transferências bancárias no País. Por outro lado, a nova ferramenta provocou o aumento das ações criminosas.

A maioria "esmagadora" das invasões a contas bancárias são por meio de phishing, técnica de engenharia que consiste no envio de armadilhas – normalmente mensagens com links maliciosos – aos alvos. Isso é o que diz o delegado Luiz Alberto Guerra, titular da 2.ª Delegacia de Investigações Gerais (DIG) do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) da Polícia Civil.

O phishing, segundo ele, normalmente é uma estratégia adotada antes de as quadrilhas entrarem em contato com as vítimas em potencial para tentar executar o golpe. "Pode ser um link enviado por e-mail ou mesmo um SMS, que vai redirecionar a pessoa para uma página falsa do banco onde são captados de agência, conta e senha pelos criminosos", afirma o delegado.

Outras formas de se obter os dados das vítimas são por meio de ligações telefônicas – em que criminosos normalmente se passam por funcionários de banco e solicitam senhas. ●

Bancos investem em TI e alertam para fraudes

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirma que os bancos "investem constantemente e de maneira massiva em campanhas e ações de conscientização em seus canais de comunicação com os clientes para orientar a população a se prevenir de fraudes. Além de campanhas, os bancos investem cerca de R$ 3 bilhões por ano em sistemas de tecnologia da informação para segurança". O Itaú Unibanco afirma que "reforça as orientações para que os clientes se atentem a tentativas de golpes envolvendo abordagens de falsas centrais de segurança ou falsos funcionários da instituição". Neste sentido, "esclarece que ligações recebidas pelos clientes solicitando qualquer documento, senhas, dados cadastrais e financeiros, estornos ou transferências não são práticas da instituição". Já o Banco do Brasil informa que os bancos podem ligar para o cliente, "mas nunca o orientarão a realizar qualquer procedimento" nem pedem digitação de senhas. E o Banco Central ressalta que operações do Pix são rastreáveis, o que permite identificar contas recebedoras. ●

NOTAS E INFORMAÇÕES

Mesmo no carnaval, as leis valem

Moradores tentam fazer valer direitos básicos, cassados por gente autoritária que acha que a folia valida tudo

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP), por meio da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital, instaurou inquérito civil para apurar violações da ordem pública durante a passagem de blocos de rua pelo distrito de Pinheiros, normalmente um dos mais movimentados da capital paulista.

Várias associações de moradores e associações comerciais da região procuraram o MP-SP para alertar que o desfile de blocos improvisados, além da realização de outros eventos fora do planejamento e controle da Prefeitura, tem causado barulho excessivo, deixado um rastro de sujeira e impedido a livre circulação.

Um grupo de bagunceiros não pode decidir tomar o espaço público com truculência, a pretexto de exercer a "liberdade de manifestação", apenas porque se autodenomina "bloco de rua". Só porque é carnaval, ora vejam, sentem-se no direito de dispor das ruas como bem entenderem, impedindo o trânsito de pessoas e veículos e, pior, prejudicando o bem-estar de moradores e trabalhadores da região.

O carnaval é a festa da subversão temporária da ordem estabelecida e das convenções sociais. Padrões que valem durante quase o ano todo deixam de valer nos dias de folia. Qualquer brasileiro sabe disso; afinal, pular carnaval é um dos traços distintivos da identidade nacional. É evidente, no entanto, que essa subversão só é divertida no plano simbólico. O bonachão Rei Momo acumula muitos poderes nessa época do ano, mas não os de suspender a vigência das leis da República nem de abolir as normas do bom convívio em sociedade. Seus súditos não são agraciados com direitos absolutos.

Como justificativa para o inquérito civil, o MP-SP afirmou, com toda razão, que "o fechamento de vias públicas para prática de eventos carnavalescos de grande porte, em ocorrendo deficiência em seu planejamento, pode ocasionar prejuízo ao deslocamento nos eixos fundamentais da cidade, bem como aos acessos aos estabelecimentos estratégicos e aos serviços essenciais como hospitais".

O MP-SP recomendou ao prefeito Ricardo Nunes (MDB) que exerça "o devido controle e a devida fiscalização com relação ao uso e à ocupação de áreas públicas e de uso comum para que se evite a prática de atividades irregularidades", além de acionar a Polícia Militar e a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito para que promovam a segurança e a organização dos eventos autorizados pelo poder público.

Ninguém há de negar a importância dos festejos de carnaval para São Paulo, que só crescem ano após ano e atraem milhões de turistas brasileiros e estrangeiros para a capital paulista. Mas, justamente por seu gigantismo e sua relevância, a folia tem de ser planejada e fiscalizada pela Prefeitura.

Onde não estão presentes os requisitos para a realização de uma festa segura, organizada e respeitosa aos direitos dos cidadãos que só querem seguir suas rotinas e nem sequer tomar conhecimento do carnaval, os eventos não devem ser autorizados; se realizados à margem da lei, que sejam interrompidos pela polícia. Carnaval não é vale-tudo, não é sinônimo de caos.●

Saúde

Governo ampliará Mais Médicos com prioridade aos brasileiros

Ministério descarta no momento novo acordo internacional de cooperação para trazer profissionais de Cuba

FABIANA CAMBRICOLI

O Ministério da Saúde ampliará o programa Mais Médicos privilegiando brasileiros formados em território nacional, mas mantendo profissionais formados no exterior sem diploma revalidado, que correspondem hoje a mais de 3 mil médicos, 40% do total.

Está descartado no momento um novo acordo de cooperação com o governo de Cuba para trazer profissionais da ilha, principal controvérsia da versão original do programa. A nova gestão federal estuda oferecer cursos de pós-graduação e especialização aos participantes como forma de atrair mais brasileiros.

Os planos para a retomada e fortalecimento do Mais Médicos foram detalhados ao **Estadão** por Felipe Proenço, secretário-adjunto de Atenção Primária à Saúde do ministério. Médico da família e comunidade e doutor em saúde coletiva, Proenço coordenou o programa Mais Médicos entre 2013 e 2016, durante a gestão de Dilma Rousseff (PT).

Ele afirma que, com o aumento de vagas nas faculdades de Medicina nos últimos anos, a nova gestão federal espera atrair mais brasileiros, mas explica que a própria lei do Mais Médicos, de 2013, prevê a chamada de médicos formados no exterior sem diploma revalidado (intercambistas) quando não há preenchimento de todas as vagas pelos médicos com registro no Brasil.

"A gente conta muito com os médicos formados no Brasil, inclusive pelo fato de que aumentou o número de vagas (*de Medicina*) e, portanto, de egressos. Mas, durante todos esses anos, se mantiveram intercambistas no programa com o exercício profissional através do registro do Ministério da Saúde. É evidente que a gente precisa lidar com estratégias diversificadas para o provimento de médicos. Isso é uma estratégia de vários países para garantir o provimento em áreas de mais difícil inserção", afirmou o secretário.

DOIS PROGRAMAS. O Mais Médicos foi criado com a proposta de levar de forma emergencial médicos para locais de difícil provimento, como cidades distantes dos grandes centros, distritos indígenas e periferias das capitais. Ele chegou a ter 18,2 mil profissionais, dos quais 11 mil eram cubanos trazidos por meio de um acordo intermediado pela Organização Panamericana da Saúde (Opas). A maioria desses profissionais deixou o Brasil ainda no final de 2018, logo após a eleição de Jair Bolsonaro, contrário ao acordo e crítico do governo do país caribenho.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL–10/7/2021

Gestão estuda oferecer cursos de pós-graduação e especialização

Apesar das críticas ao Mais Médicos e da promessa de criar um programa para substituí-lo – o que fez Bolsonaro conquistar apoio de expressiva parcela da classe médica –, o ex-presidente manteve as principais características do programa criado pela petista e não conseguiu fazer decolar o Médicos pelo Brasil, criado para substituir o projeto da gestão petista. A iniciativa foi criada em 2019, mas teve seu primeiro edital lançado somente em 2021. Hoje, os dois programas coexistem e o Mais Médicos tem mais profissionais do que o Médicos pelo Brasil.

Reforço
Governo retoma dois editais lançados em 2022 e que foram paralisados por restrições orçamentárias

De acordo com Proenço, são 8.321 profissionais atuando pelo Mais Médicos e 5.515 pelo Médicos pelo Brasil, que só aceita profissionais com registro profissional emitido no País. Do total de profissionais do Mais Médicos, 39% (ou seja, mais de 3,2 mil doutores) são formados no exterior sem diploma revalidado.

SEM NOVO ACORDO. Proenço afirmou que a nova gestão "não vislumbra" a necessidade de um novo acordo de cooperação. "A gente tem vários outros passos antes: a gente oferece a vaga para médicos com registro no Brasil, depois para brasileiros formados no exterior, depois para estrangeiros. A cooperação seria um quarto passo. A gente não vislumbra algo nesse sentido porque a gente conta com os profissionais brasileiros formados nesses cursos mais recentes", diz.

O Ministério da Saúde estuda formas de oferecer formação médica para os participantes como forma de fixá-los no programa. "Nossa diretriz é trabalhar com a perspectiva de que, ao longo da inserção do médico no programa, ele possa alcançar a formação como especialista, possa ter acesso a modalidades de pós-graduação, porque um dos motivos que a gente vê de desistência é os médicos brasileiros procurarem outros formatos de educação médica. O que a gente está estudando é a viabilidade de isso ser ofertado pelo próprio programa", afirma.

De acordo com Proenço, o tempo médio de permanência dos médicos formados no Brasil é um ano e oito meses, enquanto o dos intercambistas chega a três anos.

O secretário disse que, antes da abertura de novos editais, o governo está retomando dois editais lançados no ano passado, ainda na gestão Bolsonaro, e que foram paralisados por restrições orçamentárias. Juntas, as duas chamadas ofereciam 1.174 vagas, das quais 152 eram voltadas para distritos indígenas. "Chegou a haver a alocação dos profissionais, a publicação dos municípios que eles atuariam, mas não tinha recurso para dar andamento nesses editais. A gente retomou os editais e os médicos que confirmarem participação começam já em março."

O secretário-adjunto de Atenção Primária disse que o ministério ainda estuda o número de novas vagas que serão abertas nos próximos editais do Mais Médicos. O secretário titular de Atenção Primária, Nesio Fernandes, indicou no mês passado, em reunião com o Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde (Conasems), que esse número pode chegar a 5 mil. ●

Educação

Escola é interditada após contaminação por gases

ADRIANA FERRAZ

A Prefeitura de São Paulo interditou por tempo indeterminado o Centro Educacional Unificado (CEU) Três Pontes, no Jardim Romano, extremo leste da cidade, após constatar a contaminação no terreno por gases metano e etilbenzeno, ambos tóxicos e inflamáveis. Cerca de 1,9 mil crianças e adolescentes terão de ser transferidas para outras unidades neste início do ano letivo.

Os primeiros sinais de que havia algo errado foram identificados em setembro, quando o pilar de um prédio da creche começou a aquecer. Uma sala, conforme o prefeito Ricardo Nunes (MDB), foi interditada ainda no dia 20 daquele mês.

Foram acionadas, também segundo ele, a Secretaria de Obras, a Comgás e a Defesa Civil. "Após a vistoria dessas equipes, o espaço desse centro de educação infantil foi isolado e as atividades de todos os equipamentos do CEU foram suspensas por 15 dias para a realização de diagnóstico mais aprofundado e reparos que fossem necessários", disse o prefeito ao **Estadão**.

Em seguida, segundo ele, foi contratada empresa de engenharia ambiental para monitorar o local. Nesse período, afirma Nunes, os alunos do ensino fundamental passaram a ter atividades remotas e as crianças da educação infantil foram levadas para outras unidades do entorno. "Em novembro de 2022, as aulas foram retomadas, mas nesse CEI (*unidade de educação infantil*), não", afirmou Nunes. As crianças, continua ele, foram acomodadas no prédio da gestão.

> **CEU Três Pontes**
> **Laudo sobre contaminação ficou pronto quatro meses depois da descoberta do caso pela Prefeitura**

Segundo a Secretaria Municipal da Educação, o laudo definitivo sobre o tipo de contaminação ficou pronto em 27 de janeiro, cerca de quatro meses depois da descoberta do caso pela pasta. Agora, foram suspensas todas as atividades do CEU para que fosse feita a instalação dos drenos. A empresa responsável pediu prazo de seis meses, afirma Nunes, para fazer essa remediação e liberar o retorno das aulas.

Os gases estão confinados abaixo da laje do prédio e não houve detecção no ar e na água, apenas do solo, não tendo havido exposição a eles. O próximo passo é a remediação por meio da extração e filtragem controlada desses gases com uso de equipamentos específicos. Após a implantação do sistema, o local pode ser considerado seguro para o retorno das atividades normais.

Neste momento, está em fase de elaboração o projeto-piloto, onde estão sendo estudadas das características do solo de onde serão extraídos os gases para, assim, dimensionar o sistema que deverá ser instalado.

O piloto que está sendo desenvolvido agora tem previsão de conclusão em 25 dias. A partir desse projeto, a Prefeitura diz que terá elementos para licitar remediação, pois o trabalho vai fornecer informações que serão utilizadas no processo licitatório. ●

Unidade tem capacidade para 1.600 alunos

O CEU Três Pontes foi inaugurado em fevereiro de 2008, na gestão do então prefeito Gilberto Kassab (PSD). O complexo escolar tem 11.205 m² de área construída, em um terreno de 21.000 m² e conta com creche, uma escola de educação infantil e uma escola de ensino fundamental, além de prédio administrativo, refeitório, biblioteca, duas piscinas, quadras poliesportivas e um anfiteatro com 200 lugares. Segundo o site da Prefeitura, a capacidade máxima é de 1.631 alunos.

Pais e professores foram comunicados da decisão no sábado, durante reunião com representantes municipais e a comunidade escolar. O Sindicato dos Educadores da Infância (Sedin), que representa os funcionários da rede infantil, considerou que houve morosidade na apresentação do laudo técnico e já representou o Ministério Público do Estado e a Câmara Municipal.

O vereador Antonio Donato (PT) requisitou à gestão Nunes o laudo técnico que constatou a contaminação e notificou o Tribunal de Contas do Município (TCM), para acompanhar o processo de remediação do local. "A Prefeitura sabia que tinha algo ali desde setembro do ano passado e só agora tomou uma atitude a respeito." ● A.F.

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE:

MANHÃ	TARDE	NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
18°	30°	20°	5MM	40%

SEXTA	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA
18°/ 29°	20°/ 28°	19°/ 28°	19°/ 29°

SOL

NASCENTE: 5H50
POENTE: 18H50

LUA: **CHEIA**

CHEIA	5/2	15H20
MINGUANTE	13/2	13H03
NOVA	20/2	4H09
CRESCENTE	27/2	5H06

Estado de SP

● Dia de sol e temperatura em elevação. Faz calor e chove apenas de forma rápida e isolada durante a tarde.

Tábuas das marés: Porto de Santos

15nós SE | 1,0m

HOJE			SEXTA, 10		
4h21	↑	1,2	4h45	↑	1,1
10h14	↓	0,5	10h29	↓	0,5
16h06	↑	1,4	16h40	↑	1,2
22h15	↓	0,3	22h32	↓	0,4

SÁBADO, 11			DOMINGO, 12		
5h06	↑	0,9	5h14	↑	0,8
10h37	↓	0,6	10h16	↓	0,6
17h23	↑	1,1	18h39	↑	0,9
22h49	↓	0,6	22h56	↓	0,7

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	23°/30°	MACEIÓ	24°/29°
BELÉM	23°/31°	MANAUS	23°/30°
BELO HORIZONTE	19°/26°	NATAL	23°/30°
BOA VISTA	24°/33°	PALMAS	23°/32°
BRASÍLIA	19°/29°	PORTO ALEGRE	20°/34°
CAMPO GRANDE	21°/32°	PORTO VELHO	23°/32°
CUIABÁ	24°/33°	RECIFE	23°/29°
CURITIBA	16°/30°	RIO BRANCO	22°/31°
FLORIANÓPOLIS	23°/30°	RIO DE JANEIRO	21°/32°
FORTALEZA	24°/30°	SALVADOR	24°/31°
GOIÂNIA	20°/30°	SÃO LUÍS	24°/30°
JOÃO PESSOA	24°/29°	TERESINA	23°/31°
MACAPÁ	23°/28°	VITÓRIA	21°/33°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	22°/39°	MÉXICO	-3	14°/24°
ATENAS	5	2°/7°	MIAMI	-2	20°/27°
BARCELONA	4	5°/10°	MONTEVIDÉU	0	21°/26°
BERLIM	4	-3°/2°	MOSCOU	5	-7°/0°
BRUXELAS	4	-1°/5°	NOVA YORK	-2	2°/6°
BUENOS AIRES	0	25°/32°	PARIS	4	-1°/6°
CARACAS	-1	19°/24°	ROMA	4	0°/9°
CHICAGO	-3	0°/6°	SANTIAGO	0	18°/34°
ESTOCOLMO	4	0°/2°	SYDNEY	14	18°/24°
GENEBRA	4	-9°/-1°	TEL-AVIV	5	6°/11°
JOHANNESBURGO	3	16°/23°	TÓQUIO	12	5°/10°
LIMA	-2	21°/22°	TORONTO	-2	2°/4°
LISBOA	3	7°/16°	WASHINGTON	-2	6°/15°
LONDRES	3	2°/8°			
LOS ANGELES	-5	15°/24°			
MADRID	4	5°/11°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Liderou as mulheres do Hospital Sírio-Libanês

OBITUÁRIO

Yvonne Cutait
Mãe do médico Raul Cutait

ARQUIVO PESSOAL/RAUL CUTAIT

Morreu na última sexta-feira, dia 3, Yvonne Cutait, aos 97 anos. Filha de imigrantes vindos da Síria no início do século 20, Yvonne nasceu em 18 de janeiro de 1926, em São Paulo. Em 1948, aos 22 anos, casou-se com o cirurgião Daher Cutait, com quem viveu por mais de 50 anos, até o falecimento dele em 2001.

"Meu pai sempre foi uma pessoa importante no cenário médico nacional e internacional e minha mãe sempre o acompanhou com sorriso nos lábios, dando-lhe apoio incondicional em suas atividades profissionais e acadêmicas. Foi uma esposa modelo. Nos congressos médicos, era sempre cercada com carinho pelas esposas dos outros médicos. Agregou muito à liderança do meu pai", disse Raul Cutait, 72 anos, filho do casal, professor de Cirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), membro da Academia Nacional de Medicina e cirurgião digestivo do Hospital Sírio-Libanês.

Em 1965, quando Daher Cutait assumiu a direção do Sírio-Libanês, então um hospital filantrópico com poucos recursos, Yvonne comandava um grupo de mulheres que, dentre outras atividades, confeccionava roupas para os pacientes internados.

Nos últimos anos, passava grande parte de seu tempo vendo vídeos de música, que era uma paixão dela desde a adolescência.

Deixou três filhos, dez netos e 11 bisnetos. Yvonne foi enterrada no Cemitério São Paulo, no jazigo da família, sexta-feira. A missa de sétimo dia será realizada amanhã na Igreja Nossa Senhora do Brasil, às 10h30. ● **RENATA OKUMURA**

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor reclama de plano de saúde

Reclamação de Marcos Nogueira Destro: "Em maio do ano passado, cancelamos o seguro de saúde da minha empresa junto à operadora Amil. Mas fomos surpreendidos pela cobrança adicional de mensalidades, após nosso desligamento."

Resposta: "A Amil afirma que entrou em contato com o Sr. Marcos Nogueira Destro para esclarecimento acerca do aviso prévio estipulado no contrato. Permanecemos à disposição para esclarecimentos." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Baile de Carnaval

O interesse pelo grande baile do Avenida Club se torna mais intenso. Os convites, que tiveram grande procura, andam agora por empenho. Aliás, não é de estranhar, conhecidas como são as tradições do club, que é dos que mais brilham todos os annos no Carnaval.

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Maria Salgado Alonso – Aos 94 anos. Filha de José Rodrigues Salgado e Virginia Fernandes Dias. Era viúva. Deixa os filhos Francisco, Nadya, Haydee, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Rosa Latuf Moreno – Aos 91 anos. Era viúva de João Moreno Balero. Deixa os filhos Roberto, Jorge, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Elza Dias Correia – Aos 90 anos. Era viúva. Deixa os filhos Marlene, Marina, José, Luiz, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Galdina Faro Ribeiro – Aos 88 anos. Filha de Manoel Pereira Faro e Helena Pereira Faro. Era viúva. Deixa filhas, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Maria Augusta Geraldo Pessianoto – Aos 83 anos. Filha de Augusto Geraldo e Maria Simplicia De Jesus. Era casada com Ademar Passianoto. Deixa os filhos Tania, Paulo, Marcos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Maria de Fatima Costa Fernandes – Aos 83 anos. Era solteira. Deixa os filhos Alberto, Leila, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Jandira Carolina Nazareth – Aos 75 anos. Era solteira. Deixa os filhos Alexandra, Alexandre, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Eliane de Oliveira Veiga do Nascimento – Aos 55 anos. Era casada com Paulo Roberto. Deixa os filhos Danilo, Deborah, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Francisco Luiz Gonçalves – Aos 82 anos. Era casado. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Dirceu Alberto Albarella – Aos 81 anos. Era casado com Therezinha de Oliveira Albarella. Deixa os filhos Carla, Sheila, Fabio, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Luiz Pedro Gorgone – Aos 79 anos. Era casado de Neide Bergamo Gordone. Deixa os filhos Carlos, Luciane, Vanessa, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Copa do Brasil: confira os jogos e o chaveamento da primeira fase do torneio

Basquete

LeBron James supera Abdul-Jabbar e se torna o maior pontuador da NBA

Astro dos Lakers ultrapassou os 38.387 pontos do ex-pivô e atingiu os 38.390. Com 20 temporadas em quadra, ele ainda sonha jogar com o filho Bronny, que tem 18 anos

MARCIUS AZEVEDO

Gloria Marie estava grávida de LeBron James quando Kareem Abdul-Jabbar se tornou o maior pontuador da NBA em 5 de abril de 1984. Foram quase 39 anos até o posto ser ocupado por um novo dono. O astro do Los Angeles Lakers, que nasceu em 30 de dezembro daquele mesmo ano, ultrapassou os 38.387 pontos do ex-pivô no jogo contra o Oklahoma City Thunder, na madrugada de ontem (horário de Brasília).

Agora, LeBron ostenta 38.390 pontos em jogos de temporada regular. "A todos que fizeram parte desta jornada comigo, nos últimos 20 anos, eu apenas quero dizer 'obrigado' demais. À NBA, eu agradeço a vocês por me deixarem fazer parte de algo que eu sonhei. Eu jamais poderia sonhar que chegaria a um momento como este, nesta noite", afirmou LeBron. "Eu nunca fui atrás de nenhum recorde ou fiquei pensando se conseguiria ultrapassar tal marca.... É uma das coisas que acontece e você nem pensa na possibilidade", disse o novo recordista.

Abdul-Jabbar estava no ginásio e viu sua marca ser quebrada. Ele entregou a bola do jogo a LeBron James, num gesto simbólico como se estivesse passando o bastão ao novo dono do recorde. "Estar na presença de uma lenda como ele significa muito para mim. Sinto muito orgulho por isso", comentou LeBron, que tem 2,06 metros. O ex-jogador de 75 anos e 2,18 metros estava na primeira fila da arquibancada.

"O recorde de pontuação nunca passou pela minha cabeça porque sempre fui um cara que passa primeiro. Sempre adorei ver o sucesso dos meus companheiros de equipe", continuou. "Eu sei fazer cestas. Quando digo que não sou pontuador, digo no sentido de que essa nunca foi a parte do meu jogo que me define."

Apesar de ser o maior da história na temporada regular, LeBron ainda se posiciona atrás de Michael Jordan na média de pontos. O seis vezes campeão pelo Chicago Bulls anotou 32.292 pontos em 1.072 jogos na temporada regular, média de 30,1 pontos por partida.

> ***"A todos que fizeram parte desta jornada eu apenas quero dizer 'obrigado'. Eu jamais poderia imaginar que chegaria a um momento como este"***
> **LeBron James**, astro dos Lakers

MAIS RECORDES. LeBron James está com 38 anos e tem contrato com o Los Angeles Lakers até 2024/2025, com cláusula de player option. Ou seja, tem condições de bater mais duas marcas de longevidade na NBA: maior número de jogos e de temporadas. Atualmente, Robert Parish, lendário jogador do Boston Celtics, ocupa o posto, com 1.611 jogos. LeBron já se posicionou entre os dez primeiros na lista, mas o caminho até o top ainda é longo.

Com 20 temporadas disputadas, LeBron precisa de apenas mais duas para igualar o recorde de Vince Carter, que disputou 22 temporadas na NBA por oito franquias diferentes.

"Eu literalmente tento preparar meu corpo, minha mente e minha alma para me manter jovem em um jogo de jovens", afirmou LeBron. "As pessoas sempre tentam falar algo contrário ou dizer que sou muito velho para fazer algo. Então todos os dias eu sou lembrado deste fato e faço questão de lembrar as pessoas que eu posso continuar a fazer o que eu sempre fiz."

O astro do Los Angeles Lakers não esconde que o seu objetivo é atuar com o filho Bronny antes de se aposentar. Ele tem 18 anos e está atualmente no último ano do ensino médio, na Sierra Canyon School, e não será elegível para jogar na NBA até a temporada de 2024/2025, segundo as regras atuais da liga. "Preciso estar na quadra com meu filho", disse LeBron, que acrescentou que não precisa ser na mesma equipe. "Ou no mesmo time ou em uma partida contra ele. Não quero dizer como." ●

RONALD MARTINEZ / GETTY IMAGES / AFP

LeBron James celebra quebra do recorde histórico de pontuação

MAIORES PONTUADORES

Astro do Los Angeles Lakers quebra tabu de 39 anos no basquete americano

	PONTOS (EM NÚMERO)	JOGOS (EM NÚMERO)
LEBRON JAMES	**38.390**	1.410
KAREEM ABDUL-JABBAR	38.387	**1.560**
KARL MALONE	36.928	1.476
KOBE BRYANT	33.643	1.346
MICHAEL JORDAN	32.292	1.072

FONTE: NBA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Mundial de Clubes

Vinicius Junior e Rodrygo marcam e Real Madrid avança para a final

RABAT / MARROCOS

O Real Madrid derrotou com tranquilidade o Al Ahly, do Egito, por 4 a 1 ontem, pela semifinal do Mundial de Clubes e vai enfrentar o Al Hilal na grande decisão marcada para sábado, às 16h (horário de Brasília), em Rabat, capital do Marrocos. Os brasileiros deixaram a sua marca. Vinicius Junior marcou o gol de número 50 em 200 partidas pelo time merengue. Já Rodrygo anotou o terceiro da partida, em linda tabela com Ceballos – Valverde e Arribas fizeram os outros gols da equipe e Maaloul descontou.

A equipe espanhola vai em busca do seu oitavo título mundial, o quinto desde que a competição passou a ser organizada pela Fifa. Já o Al Ahly terá o Flamengo pela frente na disputa do terceiro lugar no mesmo dia, às 12h30.

Após a partida, Rodrygo disse que não acreditava no Flamengo. "A gente sabia que era difícil para o Flamengo passar e estava todo mundo apostando mesmo no Al Hilal", afirmou. "A gente esperava que a final fosse contra eles mesmo e foi o que aconteceu. Agora a gente sabe que será um jogo muito difícil e vamos tentar ganhar."●

MANU FERNANDEZ/AP

Rodrygo foi o autor do 3º gol do Real Madrid no Marrocos

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
- **Supercopa Feminina**
Corinthians x Internacional
16h20 / Globo e SporTV
- **Campeonato Gaúcho**
Juventude x Grêmio
19h30 / Premiere
- **Campeonato Paulista**
Palmeiras x Inter de Limeira
19h30 / Premiere e YouTube
- **Paulistão**
São Bernardo x Corinthians
21h30 / TNT
- **Sul-Americano Sub-20**
Equador x Venezuela
17h / SporTV
Uruguai x Paraguai
19h30 / SporTV
Colômbia x Brasil
22h / SporTV

Campeonato Paulista

No Allianz, o Palmeiras, o último invicto, ajuda o povo Yanomami

Equipe convida a torcida Alviverde a levar doações para a população indígena, que enfrenta grave crise sanitária no País

RICARDO MAGATTI

Único invicto do Campeonato Paulista, o Palmeiras recebe a Inter de Limeira hoje, às 19h30, no Allianz Parque. Antes do duelo da sétima rodada do torneio estadual o clube receberá doações nos acessos do estádio a serem destinadas ao povo Yanomami, que enfrenta uma grave crise sanitária devido ao garimpo ilegal.

O Palmeiras já recolheu com seus torcedores três toneladas de alimentos durante a Copa São Paulo de Futebol Júnior, da qual foi campeão. O clube destinou à Central Única das Favelas (Cufa).

O Palmeiras lidera o Grupo D com 14 pontos e é o único time invicto do Estadual após seis rodadas, com quatro vitórias e dois empates. No Allianz Parque, por qualquer campeonato, o time alviverde não perde há 17 jogos.

É provável que Abel Ferreira repita a escalação que tem usado nos principais jogos deste ano, como a Supercopa do Brasil que rendeu ao clube o primeiro título do ano, e o clássico com o Santos, vencido com facilidade por 3 a 1.

NO ABC. O Corinthians quer dar sequência ao bom momento no ano. As três vitórias seguidas deram paz e confiança ao começo de trabalho do técnico Fernando Lázaro. A equipe vem de uma vitória convincente sobre o Botafogo-SP por 2 a 0 e agora mira o quarto triunfo seguido, diante do São Bernardo fora de casa, hoje, às 21h30.

O Corinthians é líder do Grupo C do Campeonato Paulista e tem agradado o torcedor. Os ajustes táticos de Lázaro, especialmente do meio para frente, se mostraram acertados até o momento. O meia Renato Augusto segue em alta, o atacante Róger Guedes vive grande momento e até o volante Roni, antes criticado, tem feito atuações seguras. ● / COLABOROU PEDRO RAMOS.

7ª RODADA DO PAULISTÃO

PALMEIRAS INTER

PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha, Gustavo Gómez, Murilo e Piquerez; Gabriel Menino, Zé Rafael e Raphael Veiga; Dudu, Rony e Endrick. **Técnico:** Abel Ferreira.
INTER DE LIMEIRA: Léo Vieira; Léo Duarte, Douglas, João Paulo e Zé Mário; Claudinei, Uillian Correia e Matheus Oliveira; Everton Brito, Iago Teles e Chrigor. **Técnico:** Pintado.
Árbitra: Edina Alves Batista.
Horário: 19h30.
Local: Allianz Parque.
Transmissão: Paulistão Play, Premiere e Youtube.

7ª RODADA DO PAULISTÃO

SÃO BERNARDO CORINTHIANS

SÃO BERNARDO: Alex Alves, Bruno Azevedo, Matheus Salustiano, Rafael Vaz, Arthur, Vitinho, Rodrigo Souza, Jeferson, Chrystian Barletta, Léo Jabá e João Carlos. **Técnico:** Márcio Zanardi.
CORINTHIANS: Cássio; Fagner, Méndez, Gil e Fábio Santos; Roni, Giuliano, Adson, Renato Augusto e Róger Guedes; Yuri Alberto.
Técnico: Fernando Lázaro.
Árbitro: João Vitor Gobi.
Horário: 21h30. **Local:** 1º de maio, em São Bernardo do Campo.
Transmissão: HBO Max, TNT.

Gol no fim dá vitória e traz alívio ao Santos

Com sofrimento, o Santos desencantou no Campeonato Paulista. Em jogo com dois gols anulados e chances incríveis desperdiçadas na Vila Belmiro, a equipe precisou de uma jogada de dois reservas já na reta final para superar o São Bento, por 1 a 0, e respirar na classificação. O resultado fez os comandados de Odair Hellmann deixarem a lanterna do Grupo A e abrirem cinco pontos da zona de degola.

O alívio veio aos 39 da etapa final, em cabeçada de Lucas Barbosa. Agora, o time tem nove pontos, um a menos que a Inter de Limeira, vice-líder do Grupo A – o Red Bull Bragantino lidera a chave, com 13 pontos. No domingo, o time encara o São Paulo, no Morumbi.

EM BRAGANÇA. O São Paulo levou dois gols num intervalo de três minutos no fim da partida e foi derrotado pelo Red Bull Bragantino por 2 a 1 ontem, em Bragança Paulista.

Os gols saíram no segundo tempo. Galoppo, por cobertura aos 19 minutos, abriu o placar para o São Paulo. O time do Interior empatou aos 39, com Praxedes, e virou aos 42, com um belo gol de Thiago Borbas. O Tricolor segue na liderança do Grupo B com 11 pontos. ●

7ª RODADA DO PAULISTÃO

SANTOS 1 SÃO BENTO 0

Gol: Lucas Barbosa, aos 39 do 2º T.
SANTOS: João Paulo; J. Lucas (Nathan), Maicon, Bauermann e Lucas Pires; Dodi, Sandry (L. Barbosa) e Ivonei (Pirani); Ângelo (Raniel), Mendoza (Lucas Braga) e Marcos Leonardo. **Técnico:** Odair Hellmann.
SÃO BENTO: Zé Carlos (E. Mardden); Caio Hila, Léo Silva, Bruno Aguiar e Vitinho; Marlon (F. Camargo), R. Mota (Cristiano) e Marquinhos; Fernandinho, C. Jatobá (Neto Paraíba) e Marcos Nunes (Branquinho).
Técnico: Paulo Roberto Santos.
Amarelos: L.Braga, M. Leonardo, João Lucas, Sandry e Vitinho.
Árbitro: Raphael Claus.
Renda: R$ 286.560,00
Público: 6.539 presentes.
Local: Vila Belmiro, em Santos.

7ª RODADA DO PAULISTÃO

BRAGANTINO 2 SÃO PAULO 1

Gols: Galoppo, aos 19, Praxedes, aos 39, e T. Borbas, aos 42 do 2ºT
RB BRAGANTINO: Cleiton; Hurtado, L. Cunha, L. Patrick e J. Capixaba; M. Fernandes, Jadsom (Popó) e Gustavinho (Praxedes); Artur (Aderlan), Alerrandro (Sorriso) e Bruninho (Thiago Borbas).
T: Pedro Caixinha. **SÃO PAULO:** Rafael; Orejuela, Alan Franco, Beraldo e Welington; Méndez (Nestor), P. Maia e Luciano; W. Rato (Pedrinho), Erison (Galoppo) e David (Caio Paulista). **T:** Rogério Ceni. **Juiz:** Luiz Flávio de Oliveira. **Amarelos:** Alerrandro, Sorriso, J. Capixaba. **Público:** 8.012 pagantes. **Renda:** R$ 336.405,00. **Local:** Nabi Abi Chedid, em Bragança Paulista.

Oportunidade

Empreendedores da periferia têm chance nos EUA

Com critérios de renda e raciais, programa vai oferecer 10 bolsas para imersão no Vale do Silício

ADILTON VENEGEROLES/ESTADÃO

Danielle Marques, de Ribeirão Preto (SP); parceria com startup

SHAGALY FERREIRA

E se, de repente, fosse possível fazer uma viagem com todas as despesas pagas até a Califórnia, nos EUA, para uma imersão em um dos mais conhecidos polos de tecnologia e inovação do mundo? Ir até o Vale do Silício é um sonho para muitos profissionais do setor, mas para parte deles é uma realidade quase impossível. É para esse público que o projeto "Do silêncio ao Silício" quer possibilitar a experiência de vivenciar, na prática, a rotina de grandes empresas de ponta, para além do empreendedorismo já praticado nas periferias brasileiras.

Por trás da ideia, está a analista de Diversidade e Inclusão Danielle Marques, de 28 anos. Moradora da periferia de Ribeirão Preto (SP), ela passou pela mesma experiência nos EUA em 2021, quando recebeu uma bolsa que financiava um curso no local. No entanto, a viagem quase deixou de ser realizada por falta de recursos para arcar com outros gastos básicos. A jovem precisou, então, fazer uma "vaquinha" para não ter de desistir da oportunidade.

"Quando eu comecei a levantar os custos da viagem, vi que nem de longe eu tinha o valor necessário. Eu estava muito próxima de perder a bolsa, e eu ainda não tinha nem o visto. Fiz uma 'vaquinha' e vi amigos meus colaborando com R$ 5", relembra.

Os dias no Vale do Silício mudaram a vida de Danielle em um momento de transição de carreira. Até então, ela, que havia se formado em Administração com uma bolsa ProUni, atuava em outra área. A migração para o setor de tecnologia, ao mesmo tempo que significava um momento de grande realização profissional, lhe fazia também perceber contrastes incômodos, que ficaram ainda mais evidentes durante a imersão. Para começar, ela conta que na turma de 70 brasileiros, era a única mulher negra. No local, ela também notou que havia uma diversidade cultural, mas não racial.

Com o projeto – feito em parceria com os amigos Lucas Henrique e Evandro de Oliveira –, a analista percebeu que poderia possibilitar que mais empreendedores periféricos e negros pudessem ter a mesma oportunidade dela.

CONEXÃO. A proposta de conexão entre as periferias brasileiras e o Vale do Silício – em parceria com a startup Startse – tem como objetivo beneficiar 10 empreendedores com negócios na área de tecnologia. Além dos critérios raciais e de moradia, é necessário que o interessado tenha domínio da língua inglesa. No entanto, um curso intensivo será oferecido para quem não possui fluência. Os selecionados vão visitar polos das principais empresas de tecnologia do mundo.

As inscrições vão até 20 de fevereiro no site: www.dosilencioaosilicio.com.br. ●

B10 Varejo
‘Caso Americanas’ leva Marisa a propor renegociação de débitos a bancos credores

ECONOMIA & NEGÓCIOS E&N
QUINTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2023 O ESTADO DE S. PAULO

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B16)

Fazenda Esforço de venda

Tesouro quer negociar títulos da dívida em plataforma global

Proposta é permitir a negociação de papéis na Euroclear, com sede na Bélgica, para aumentar a participação de investidores estrangeiros

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

Para aumentar o interesse dos investidores estrangeiros pela compra de títulos públicos emitidos em reais, o Tesouro Nacional vai anunciar um conjunto de medidas para melhorar o ambiente de negociação e garantir mais segurança. O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, antecipou ao **Estadão** que o governo pretende permitir a negociação dos papéis da dívida doméstica na plataforma global Euroclear, com sede na Bélgica.

Com isso, a expectativa é de aumento da concorrência e, por tabela, de redução das taxas de juros pagas pelo governo aos investidores. Com o andamento das medidas de ajuste fiscal, a reforma tributária e o projeto da nova âncora fiscal, Ceron avalia que o juro real (que desconta a inflação) pode cair para 5% no curto prazo. Hoje, os juros observados nos papéis de longo prazo do Tesouro rondam os 6,5%.

“A maior plataforma de negociações de títulos mobiliários é a Euroclear, e a gente não está nela. A maior parte dos países está lá”, disse Ceron, citando, entre esses países, a China, o México e o Chile. Segundo ele, a plataforma torna mais amigável a transação. Ele reforçou que não se trata de negociar os títulos emitidos em dólar, mas os papéis da dívida do governo em reais.

> **Integrantes**
> **Entre os países que já participam da Euroclear estão China, México e Chile**

PARTICIPAÇÃO. Os estrangeiros, tradicionalmente, têm apetite pelos papéis de longo prazo vendidos nos leilões no mercado interno. No passado, quando tiveram uma presença mais forte no Brasil, ajudaram a aumentar a concorrência nos leilões. De acordo com Ceron, os papéis com prazos mais longos são importantes para atrair o investimento. “É uma linha de ação importante, saudável, porque eles (*os estrangeiros*) têm um apetite para títulos de mais longo prazo e isso força a curva de juros para baixo”, explicou.

O Tesouro quer atrair novos investidores e aqueles que deixaram de comprar ou se desfizeram dos títulos da dívida doméstica brasileira nos últimos anos. Em 2015, a participação de estrangeiros no total da dívida em títulos do governo federal chegou a 20,8%. Em 2022, fechou em apenas 9,36%, menos da metade.

Boa parte desses investidores saiu após o Brasil perder o grau de investimento, o selo de bom pagador dado pelas agências de classificação de risco, mas houve vários movimentos que afastaram ainda mais os estrangeiros, como a pandemia da covid-19. “É tentar voltar à normalidade. São algumas ações que estamos fazendo para tentar ajudar a criar esse ambiente para a atração dos não residentes.”

De acordo com ele, existe hoje um fluxo de capital externo que está “olhando” para o Brasil. “Precisamos é acertar a comunicação. A negociação nessa plataforma ajuda.” Ceron disse que há vantagens do investidor ao transacionar na plataforma. Hoje, ele precisa se cadastrar internamente no Brasil para poder fazer as operações. ●

SECRETÁRIO DO TESOURO DEFENDE CONTROLE DE GASTOS EM REGRA FISCAL. PÁG. B2

Celso Ming

celso.ming@estadao.com

Lula e seus predadores

A lula, o molusco, quando ameaçada solta jatos de tinta negra à sua volta para confundir os predadores. Assim, também, vai agindo Lula, o presidente.

Ele é um grande tático político, mas ainda não revelou sua estratégia para a área econômica. Sabe que vai ter um ano de crescimento pífio, que a inflação vai corroendo o salário do trabalhador, que o crédito está caro e que a indústria vai continuar a definhar. Para livrar sua cara política destas e de outras ameaças, deu para expelir jatos de tinta escura sobre supostos predadores. Mas não tem feito boas escolhas.

Seus principais alvos até agora foram: o Banco Central (BC), cuja autonomia, diz ele, é "uma bobagem"; a meta de inflação "irrealista" para os padrões do Brasil; o "cidadão" Roberto Campos Neto, presidente, que se aproveita da "bobagem" para castigar com juros o trabalhador; e a Eletrobras, cuja privatização foi "uma bandidagem" e precisa ser revertida.

Lula finge que não se dá conta de que o problema não é a autonomia do BC, nem os juros altos, mas a inflação, que ele próprio alimenta, porque tomou a decisão de gastar mais do que pode e abriu mais um rombo nas contas públicas.

Pior ainda, alimenta a inflação porque a pichação verbal contra o BC e o regime de metas de inflação turva a confiança, puxa as cotações do dólar para cima e aumenta os preços dos importados ou de grande número de alimentos de produção nacional cotado em dólares.

PEDRO KIRILOS / ESTADÃO-6/2/2023

Lula: à procura de culpados

No dia 2 de fevereiro, a cotação do dólar havia resvalado para abaixo dos R$ 5,00. Em dias, à medida que o presidente Lula foi aumentando os decibéis do seu ataque verbal, o dólar saltou para R$ 5,19.

Ainda não ficou claro como o governo vai ancorar as contas públicas, como prometido. O chamado "pacote desenrola" continua enrolado. Em nenhum momento o governo acenou com um substituto melhor à meta de inflação e aos juros elevados contra a alta de preços.

Tanto Lula como seu ministro do Trabalho, Luiz Marinho, condenam, não sem razão, o "regime de escravos" a que submetem os trabalhadores de aplicativos, mas não sabem como garantir proteção social para eles. Marinho, que é do tempo da enceradeira e do cartão de ponto, sugeriu que os Correios substituam o Uber e o iFood, sem mostrar noção do investimento em logística que isso implicaria. E parece não se dar conta de que o mercado de trabalho passa por uma revolução, aqui e no mundo, que não pode ser enfrentada com mais CLT. Primeiro, tem de ser entendida.

Não é com mais navios e mais plataformas fabricados no Brasil com uma das chapas grossas mais caras do mundo que a produção nacional vai ser resgatada. A indústria precisa de tecnologia de ponta e de acesso ao mercado externo e este, de acordos comerciais.

Qual é a política econômica do governo Lula e de que predadores ele quer desviar a atenção com a saraivada de ataques ao BC e à Eletrobras? ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Fazenda **Despesas públicas**

Secretário do Tesouro defende controle de gastos em regra fiscal

Para Rogério Ceron, crescimento das despesas tem de estar atrelado a uma alta 'saudável' das receitas

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, defendeu a fixação de regra de controle de gastos na nova âncora fiscal. O projeto de lei com o tema será encaminhado em abril ao Congresso. Ceron disse que o crescimento das despesas tem de estar atrelado a uma alta "saudável" de receitas. "O que pode ou não crescer (*de despesa*) tem a ver com quanto se terá de receita disponível", disse Ceron ao **Estadão**. Veja os principais tópicos da entrevista do secretário do Tesouro.

DÉFICIT DAS CONTAS PÚBLICAS. "O ministro Haddad sinalizou que um déficit de menos de 1% do PIB (*cerca de R$ 100 bilhões*) seria um resultado muito satisfatório. É o nosso piso. Estou confiante de que vamos atingir. Respiramos todo o tempo para melhorar esse número. Eu miro zerar."

PACOTE FISCAL. "Está em curso. Temos um mês. Tem várias medidas que precisam cumprir a noventena (*prazo de 90 dias para entrar em vigor*). Está indo de forma satisfatória. Em abril, teremos o impacto cheio das medidas. Acredito que vamos superar as expectativas sobre o pacote."

MERCADO. "É preciso dar tempo ao tempo. Fizemos o anúncio das medidas do pacote. Um mês depois, a maior parte das casas do mercado já alinhou a previsão para um déficit em torno de R$ 100 bilhões e R$ 120 bilhões. Vai ganhando credibilidade ao longo do tempo."

CONGRESSO. "Tenho visto sinalizações muito positivas de ajudar e encontrar um bom caminho do diálogo. Naquilo que não há consenso, buscar aprimoramento, mas prosseguir."

REGRA FISCAL. "Acho importante, sim, ter uma regra de controle de despesas. A regra que está posta (*o teto de gastos*) é impossível. Há despesas que têm crescimento real. O teto congela as despesas. Para mudá-lo, teria de ser algo acima disso (*um crescimento real, acima da inflação*). Esse crescimento tem de estar ancorado numa alta saudável de receitas, que tem a ver com o crescimento econômico. O que pode ou não crescer (*de despesa*) tem a ver com quanto terá de receita disponível para não gerar um problema de superendividamento lá na frente."

TABELA DO IR. "O Imposto de Renda não afeta exatamente o resultado primário das contas do governo porque terá uma medida de compensação. Se formos fazer um ajuste no sentido de desonerar algumas faixas ou elevar o limite de isenção em termos de salário mínimo, tem vários desenhos possíveis, tem que compensar."

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Ceron, no Ministério da Fazenda: aumento de impostos não é debatido

PROGRAMA DESENROLA. "A intenção é sair ainda neste mês. Se o desenho final for atender até quem ganha dois salários mínimos, é um universo de 50 milhões de pessoas. É muita gente."

DESONERAÇÃO DA GASOLINA E DO ÁLCOOL. Como o ministro (*Haddad*) já tinha sinalizado, não há nenhuma discussão em curso (*para prorrogar*). O que está posto é que, a partir de março, volta a incidência dos tributos federais."

REFORMA TRIBUTÁRIA x REGRA FISCAL. "Não sei se tem risco em votar a reforma tributária antes da regra fiscal. Há uma convergência para aprovação célere da reforma tributária. Se ela acontecer, tem de aproveitar o momento. Ela é importantíssima."

> ***"Não adianta fingir que existe Estado grátis"***
> **Rogério Ceron**
> **Secretário do Tesouro**

CARGA TRIBUTÁRIA NEUTRA. "Não temos uma discussão de aumento da carga. Mas temos a busca da carga tributária de 2022. É um patamar necessário para manter o Estado brasileiro solvente. Para ser abaixo disso, precisaria ser um Estado menor, o que a sociedade não quer. Ela quer um suporte social. Precisa ter um Estado saudável. Não adianta fingir que existe Estado grátis."

BOLSA FAMÍLIA. "Se for verificado o número de beneficiários não elegíveis, (*a economia*) poderia ser até maior. Estão falando de 1,5 milhão a 2 milhões de beneficiários. Aí, é a qualidade de gastos porque é um programa que está beneficiando quem não deveria."

SUBSÍDIOS. "Precisamos avaliar se os gastos tributários (*subsídios, incentivos*) como estão cumprem o seu papel. Temos muitas desonerações. A pejotização que está acontecendo para tentar fugir da tributação do Imposto de Renda. O próprio movimento que acontece de empresas que começam no Simples Nacional e que, para não sair do programa, começam a se multiplicar para poder não sair do regime. Isso é ruim para o País."

CARF. "Colocamos luz numa discussão muito importante que é a do Carf. Faz sentido um contencioso administrativo que dura seis anos e depois vai para discussão judicial, que demora mais nove anos, e depois começa uma execução fiscal, que demora mais cinco a dez anos? É esse o sistema que queremos? No mundo inteiro, é célere. Tem de ser revisto."

LULA, BC E JUROS. "O presidente tem o direito de fazer as considerações dele. Os ministros da Fazenda e do Planejamento estabelecem a meta que o BC tem de cumprir e eles são os atores legítimos para tratar desse assunto. O que eu olho é o custo da atuação do BC sobre o custo da dívida e, por consequência, o quanto ele ocupa de espaço no Orçamento, que deveria ser utilizado para outras coisas. Eu não falo sobre mérito da condução, mas é obvio que há um impacto." ●

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - CPAD 05/2021

(PROCESSO Nº 53500.062761/2021-13)

Edital de Citação

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD 05/2021, Processo nº 53500.062761/2021-13, instituída pela Portaria Disciplinar nº 11, de 31/08/2021, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico de 1º/09/2021, tendo como último ato a prorrogação pela Portaria Disciplinar nº 21, de 08/12/2022, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico em 12/12/2022, com fulcro no art. 163, caput, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e por se achar o acusado em local incerto e não sabido, CITA o ex-servidor ARNALDO DE SOUZA FILHO, Matrícula SIAPE nº 2435317, para apresentar defesa escrita em face do Despacho Decisório nº 71/2022/CRG - Termo de Encerramento da Instrução e de Indiciação, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação do último Edital. As manifestações por escrito poderão ser encaminhadas para o e-mail janaina@anatel.gov.br ou poderão ser entregues no protocolo da Gerência Regional da Anatel no Estado de São Paulo (GR01) ou na Sede em Brasília, ou endereçadas à Presidente da CPAD 05/2021, através da Caixa Postal nº 15753, CEP 71.200-980, em Brasília/DF.

JANAINA PORTO VIEIRA (Presidente da CPAD 05/2021)

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 98ª (Nonagésima Oitava) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em série única da 98ª (nonagésima oitava) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **28 de fevereiro de 2023, às 10:15 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2022, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM nº 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM nº 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e OT - AF Assembleias af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 155ª (Centésima Quinquagésima Quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 155ª (centésima quinquagésima quinta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("**Titulares de CRA**", "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 155ª (centésima quinquagésima quinta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), da Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020, conforme alterada ("Instrução CVM 625"), e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("**AGTCRA**"), a realizar-se no dia 27 de fevereiro de 2023, às 10:00 horas exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma eletrônica *Zoom,* administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pela Oliveira Trust Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("**Agente Fiduciário**"), nos termos deste Edital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** aprovação para a realização de alteração na definição do índice financeiro EBITDA, constante na cláusula 10.3, item "vi", das CPRFs nºs 001 e 002; e no Termo de Securitização, tanto na definição do termo quanto na cláusula 7.4.2 do documento para, onde consta "lucro antes do resultado financeiro e dos tributos, acrescido dos valores atribuíveis à depreciação e amortização e da variação no valor justo dos aditivos biológicos (conforme fluxo de caixa)", passar a constar "resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da ICVM 527"; e **(ii)** autorização para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos e quaisquer atos para efetivação das deliberações da AGTCRA, incluindo eventual alteração dos documentos da oferta. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. **1. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i)** A AGTCRA instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação, às 10:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2023, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos CRA em Circulação, sendo as matérias sujeitas à aprovação por 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação. **(ii)** Nos termos do artigo 4º, § 1º, da Instrução CVM 625, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA, preferencialmente. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica, conforme previsto no artigo 4º, § 3º, da Instrução CVM 625. **(iii)** Observado o disposto na Instrução CVM 625, e, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia dos seguintes documentos: **1.** quando pessoa física, documento de identidade; **2.** quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; **3.** se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e **4.** quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. **(v)** Os documentos relacionados às matérias constantes deste Edital estarão disponíveis aos Titulares de CRA no endereço da Emissora na internet https://www.ecoagro.agr.br/emissoes, (inserir "Palmital" em "Buscar Empresas, Série, Cetip" e clicar na linha da emissão nº "155ª" e, então, localizar o documento desejado), incluindo a Proposta da Administração. São Paulo, 07 de fevereiro de 2023. **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. - Cristian de Almeida Fumagalli -** Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Distribuição e Diretor de Securitização.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO COM A EFETIVA COBERTURA DOS POSTOS DESIGNADOS, NOS LOCAIS ESPECIFICADOS NA TABELA DE POSTOS E LOCAIS A SEGUIR DETERMINADOS. Disputa: dia 24/02/2023 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.bbmnetlicitacoes.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652- 7609 Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 08 de fevereiro de 2023

Habitasec Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 09.304.427/0001-58 - NIRE 35.3.0035206.8

Edital de 1ª (Primeira) Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 32ª Série da 1ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A.

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 32ª Série da 1ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A. ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) para se reunirem em **Assembleia Geral de Titulares dos CRI a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 01 de março de 2023, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online através da plataforma *Zoom Video Communications***, sob tipo de conta profissional, a ser coordenada pela Emissora, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sem a possibilidade de participação de forma presencial, e tampouco através do envio de instrução de voto a distância, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI, pela Emissora, devidamente habilitados nos termos deste edital, para deliberar sobre: **(i)** Aprovar a não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, de acordo com a cláusula 6.1., item (b) da Escritura de Emissão de Debêntures, e consequentemente dos CRI, por descumprimento de obrigação não pecuniária pela TSC Jaraguá do Sul Garden Shopping S/A, em virtude de não apresentação, em 31 de janeiro de 2023, da renovação do seguro patrimonial do Imóvel alienado fiduciariamente, conforme prazo estipulado na cláusula 5.2. do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel; **(ii)** Caso aprovado o item (i) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 60 dias corridos, contados a partir da eventual aprovação em Assembleia, para apresentação, pela Devedora, da renovação do seguro patrimonial do Imóvel, conforme cláusula 5.2. da Alienação Fiduciária de Imóvel; **(iii)** Aprovar a exclusão definitiva da obrigação disposta na cláusula 18.4. do Termo de Securitização, que determina a contratação, por parte da Devedora, às expensas do Patrimônio Separado, de agência de classificação de risco com atuação internacional, bem como o não envio do laudo de classificação de risco, cujo prazo de cura encerrará em 14 de fevereiro de 2023, sem que seja considerado um descumprimento de obrigação não pecuniária, conforme os termos da cláusula 4.1.13.1, item (b) do Termo de Securitização, sendo certo que, caso a presente matéria não seja aprovada, o referido laudo deverá ser encaminhado, pela Devedora à Emissora, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da eventual aprovação em Assembleia; **(iv)** Aprovar a exclusão da garantia adicional de Equity Support Agreement ("ESA"), da Shopping do Brasil Investimentos e Participações S.A., no valor de R$5.000.000,00 (Cinco Milhões de Reais), conforme definida na Escritura de Emissão de Debêntures e no Termo de Securitização; **(v)** Aprovar a liberação da garantia de promessa de cessão fiduciária, exclusivamente sobre a totalidade dos direitos creditórios advindos das vendas das salas comerciais integrantes dos 9º (nono) e 10º (décimo), andares do Jaraguá do Sul Trade Center, incluindo os valores devidos no âmbito dos referidos contratos de compra e venda ou promessa de compra e venda, conforme definida na Escritura de Emissão de Debêntures e no Termo de Securitização; **(vi)** Concessão de prazo adicional de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da eventual aprovação em Assembleia, para envio pela Emissora ao Agente Fiduciário das pendências documentais que serão apresentadas aos Titulares dos CRI no ato de realização da Assembleia, em substituição ao prazo concedido na Assembleia realizada em 22 de dezembro de 2022 ("AGT 22.12.2022"), em seu item "v"; e **(vii)** A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário procedam com todos os atos e assinatura de todos os instrumentos necessários para a consolidação das deliberações descritas acima, inclusive a contratação de assessor legal para elaboração dos aditamentos para refletir as matérias deliberadas que deverão ser efetivados dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da eventual aprovação em Assembleia, inclusive para abranger as matérias da AGT 22.12.2022, em substituição ao prazo concedido em seu item "vi". A assembleia será realizada através de plataforma a ser disponibilizada pela Emissora àqueles que enviarem por correio eletrônico juridico@habitasec.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, os documentos de identidade e, caso aplicável, os documentos que comprovem os poderes daqueles que participarão em representação ao investidor, até o horário de início da assembleia. Os instrumentos de mandato com poderes para representação na Assembleia a que se refere esse edital de convocação deverão ser encaminhados, também, por e-mail com, preferencialmente, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: **(a)** participante pessoa física - cópia digitalizada de documento de identidade do titular do CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular do CRI; e **(b)** demais participantes - cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular de CRI, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos do titular do CRI. São Paulo, 08 de fevereiro de 2023.

Atacadão S.A.

CNPJ/ME nº 75.315.333/0001-09 – NIRE 35.300.043.154

Assembleia Geral Extraordinária
Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas do Atacadão S.A. ("Atacadão" ou "Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, a ser realizada no dia 1 de março de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre a aprovação do Plano de Outorga de Opção de Compra e *Matching* de Ações da Companhia. **Informações Gerais: 1. Documentos à disposição dos Acionistas.** O Manual de Participação dos Acionistas, contendo a Proposta da Administração ("Proposta") e orientações detalhadas para participação na AGE ("Manual de Participação dos Acionistas"), bem como todos os demais documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGE, encontram-se à disposição dos Acionistas, a partir desta data, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81, e podem ser acessados na sede social da Companhia, no seu *website* de relações com investidores (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), bem como nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **2. Participação dos Acionistas na AGE.** A AGE se dará exclusivamente via Plataforma Digital, sem a possibilidade de comparecimento presencial, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual de Participação dos Acionistas. Para todos os fins legais, a AGE será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto no art. 5º, §3º, da Resolução CVM 81. Sem prejuízo das informações detalhadas no Manual de Participação dos Acionistas, a Companhia destaca as seguintes informações acerca da participação na AGE: a) Participação através da Plataforma Digital: os Acionistas poderão participar através da Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81; b) Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba da Companhia o *e-mail* com as instruções para acesso e participação na AGE com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (ou seja, até as 10:00 horas do dia 28 de fevereiro de 2023), deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 3779-8500 - em qualquer cenário, antes das 8:30 horas do dia 01 de março de 2023, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso; c) A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os Acionistas terem quaisquer problemas para participar da AGE. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do Acionista na AGE; d) A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Digital (por vídeo e áudio); e) Adicionalmente, a Companhia solicita aos Acionistas que, no dia da AGE, acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para início da AGE a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas que dela se utilizem; e f) Por meio da Plataforma Digital, os Acionistas credenciados poderão discutir e votar os itens da ordem do dia, tendo acesso com vídeo e áudio à sala virtual em que será realizada a AGE. **3. Documentos necessários para participação na AGE.** Poderão participar da AGE ora convocada os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que desejem participar da AGE por meio da Plataforma Digital deverão enviar tal solicitação para a Companhia através do *e-mail*: ribrasil@carrefour.com, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da AGE, ou seja, até o dia 27 de fevereiro de 2023. Tal solicitação deverá, ainda, ser acompanhada dos documentos indicados no Manual de Participação dos Acionistas. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. **4. Documentos de representação dos Acionistas.** A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas e autenticadas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia e a tradução juramentada dos documentos de representação do Acionista que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou francesa, bastando o envio de cópia simples em arquivo (.pdf) das vias originais de tais documentos para o *e-mail* da Companhia indicado acima. A Companhia exigirá apenas as traduções simples de documentos elaborados em inglês ou francês. A Companhia não admite procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital). **5. Informações para participação e votação na AGE.** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na AGE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, constam no Manual de Participação dos Acionistas, contendo a Proposta da Administração da Companhia, e demais documentos disponíveis nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/) e da B3 (www.b3.com.br).

São Paulo, 8 de fevereiro de 2023.

Alexandre Bompard
Presidente do Conselho de Administração

GRLIS Securitizadora S.A.

CNPJ/MF 26.845.323/0001-70 NIRE 293.000.356-29

Ata da 6ª (Sexta) Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 27/12/2022, 14h, na sede social da companhia, dispensada a convocação, Parágrafo 4º, Art. 124, Lei 6.404/1976, presença confirmada de todos os acionistas. **Presença:** reuniram-se os acionistas da sociedade, representando a totalidade do capital social da **GRLIS Securitizadora S.A.**, **CVP Participi Ltda.**, representando por **Cristiano Venceslau da Paixão** e **Tatiana Alves Correia**. **Deliberações: I** - O Sr. Presidente pôs em votação a análise da proposta da diretoria para emissão de R$ 30.000.000,00, ao valor unitário de R$ 1.000,00 cada uma, sendo aprovada pelos acionistas por unanimidade a referida emissão, conforme Escritura da 3ª Emissão Privada de Debêntures Simples, arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia, anexo à Ata da AGE. **II -** Os acionistas ratificam o quadro acionário da companhia. Esta ata é Extrato da Ata da 6ª AGE, servindo para fins legais de publicidade dos atos societários deliberados. Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio, Salvador/BA, 27/12/2022. (a.a.). **Tatiana Alves Correia** - Presidente e Acionista, **Cristiano Venceslau da Paixão** - Secretário e Acionista. **JUCEB** nº 98337146 em 07/02/2023. Tiana Regila M. G. de Araújo - Secretária Geral.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA**, tipo **MENOR PREÇO,** cujo detalhe está disponível no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu **Regulamento de Compras**:

CONCORRÊNCIA:

FFM 0954-2022-01 – "INSTALAÇÃO E ATIVAÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO DA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA DO ICHC" **FFM 1435-2022-00** – "ADEQUAÇÃO DO TELHADO DO PRÉDIO DO CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR" **FFM 1701-2022-00** – "CONTROLE OPERACIONAL E FISCALIZAÇÃO DE PORTARIAS NA AAAOC" **FFM 0054-2023-00** – "ENGENHARIA CLÍNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, SEGURANÇA ELÉTRICA E CALIBRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA AS UNIDADES DO IMREA" **FFM 0074-2023-00** – "MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS GRUPOS GERADORES"

Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 33.311.713/0001-25 NIRE 35300011465

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: Em 21.11.2022, às 10h45, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar (parte), Itaim Bibi, em São Paulo (SP). **MESA:** Carlos Fernando Rossi Constantini - Presidente; Renato da Silva Carvalho - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** 1. Registrado que, a partir desta data, o Diretor Carlos Augusto Salamonde deixa de ser responsável pela administração da carteira de valores mobiliários (gestão de recursos) - Resolução CVM 21/21, permanecendo tal responsabilidade regulatória atribuída unicamente ao Diretor Pedro Lins de Albuquerque Barbosa. 2. Por fim, registrado que as demais atribuições de responsabilidades não sofreram alterações. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 21 de novembro de 2022. (aa) Carlos Fernando Rossi Constantini - Presidente; Renato da Silva Carvalho - Secretário. **Acionistas:** Itaú Unibanco S.A. (aa) Carlos Fernando Rossi Constantini e Renato da Silva Carvalho - Diretores; Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A. (aa) Carlos Fernando Rossi Constantini e Renato da Silva Carvalho - Diretores. JUCESP - Registro nº 60.841/23-0, em 03.02.2023. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 063/2023 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127.729/2022 – EMSERH

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS EM ANÁLISES CLÍNICAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO HOSPITAL GERAL DE BARREIRINHAS, HOSPITAL DE MORROS E HOSPITAL JOSÉ FERREIRA DOS REIS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
DATA DA ABERTURA: 14/03/2022 às 09h, horário de Brasília.
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br.)
Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizadana Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Calhau, São Luís/MA no horário de 08h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails csl@emserh.ma.gov.br; csl.emserh.ma@gmail.com e/ou fernando.cslemserh@gmail.com ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 06 de fevereiro de 2023.
Fernando Wlysses Filgueira da Conceição
Agente de Licitação da CSL/EMSERH

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 062/2023-CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127.845/2022 - EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de KITS/REAGENTES MALÁRIA/SÍFILIS para triagem sorológica dos doadores de sangue da Hemorrede do Estado do Maranhão – HEMOMAR.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
DATA DA ABERTURA: às 09h do dia 27/02/2023, horário de Brasília/DF.
ID [986038]
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Sistema Licitações-e: www.licitacoes-e.com.br
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH (www.emserh.ma.gov.br).
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com e/ou dayanne.emserh@gmail.com, ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 06 de fevereiro de 2023.
Dayanne Estrela da Costa Leite
Agente de Licitação da EMSERH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital n.º 621/2022 - **Processo nº** 97.050/2022 - **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 401/2022 - **Tipo**: Menor Preço por Lote - com Cota Reservada para ME/EPP - **Objeto**: **AQUISIÇÃO ESTIMADA ANUAL DE 2.540 UN. DE HD EXTERNO PORTÁTIL DE 1 TB, DE 440 UN. DE KIT TECLADO E MOUSE SEM FIO, 2.540 UN. ADAPTADOR USB 3.0, HUB 01 PORTA, 850 UN. DE MOUSE PAD, 684 UN. DE APOIO PARA TECLADO ERGONÔMICO, 2.540 UN. DE BASE PARA NOTEBOOK, 103 UN. DE FONES HEADSET, 247 UN. DE PEN DRIVE, 206 UN. DE RÉGUA DE FILTRO DE LINHA E 166 UN. DE NOBREAK 600 VA, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE PREGÃO ELETRÔNICO, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.– Interessada**: Secretaria Municipal da Educação. **RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: Até às 9h do dia 28 de fevereiro de 2023. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09h do dia 28 de fevereiro de 2023**. Informações na Div. de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite nº 3-14 - Pq. Vista Alegre, Cep 17.020-050, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3214-3307/3214-4744. O Edital está disponível através de download gratuito no site www.bauru.sp.gov.br, e poderá ser acessado também através do site www.bec.sp.gov.br, **OC: 820900801002023OC00070**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico.
Bauru, 08/02/2023 - Cassia C. Nunes Pereira - Diretora da Divisão de Compras e Licitações-SME.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA**, tipo **MENOR PREÇO,** cujo detalhe está disponível no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu **Regulamento de Compras**:

CONCORRÊNCIA:

FFM 0114-2023-00 – "BANCOS GIRATÓRIOS EM INOX" **FFM 0168-2023-00** – "NOTEBOOK"

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS PRIVADAS

FFM 1167-2022-00 (RC 36.438)
TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, 64.799.539/0001-35
FFM 1473-2022-00 (RC 36.846)
TEIKO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, 05.401.067/0001-51
FFM 1609-2022-00 (RC 37.108)
LOGMASTER TECNOLOGIA LTDA, 03.035.204/0001-56
FFM 1629-2022-00 (RC 37.136)
LOBOV CIENTIFICA, IMP., EXP., COM. DE EQUIP. P/ LABORATÓRIOS LTDA, 05.857.218/0001-80
FFM 1647-2022-00 (RC 37.153)
ARPAC – TECNOLOGIA EM AR COMPRIMIDO LTDA, 08.756.588/0001-10

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE SÃO PAULO. EDITAL – ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA. Em cumprimento aos artigos 17º, 18º e 76º do Estatuto Social, ficam convocados todos os trabalhadores associados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo, Taboão da Serra, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Cotia, Osasco, Carapicuíba, Itapevi, Barueri, Jandira, Santana de Parnaíba, São Roque, Pirapora do Bom Jesus, Araçariguama, Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato, Poá, Salesópolis, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Mogi das Cruzes, Suzano, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, CNPJ: 62.875.687/0001-66. Ficam convocados os associados do sindicato acima nomeado para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será instalada em sua sede central na Rua Major Diogo nº 126, no dia 16 de fevereiro 2023, às 13 horas em 1ª convocação, e não sendo atingido o quorum estatutário, no mesmo dia e local, às 15 horas em 2ª convocação, com qualquer número de associados presentes para discutir e votar a seguinte ordem do dia: 1º) Reajustamento dos valores da mensalidade sindical; 2º) Concessão de poderes à diretoria para proceder a venda do terreno localizado na rua Engenheiro Manuel Osorio, nº 14 a FDS, CEP: 08010-160 em São Miguel Paulista, optando pelo preço mais vantajoso para a categoria.
São Paulo, 08 de fevereiro de 2023. **Francisco Pereira de Sousa Filho** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS
EDITAIS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão Menor Preço; OBJETO: Registro de preços para de Preços" e "Habilitação" até às 09:00 horas do dia 27/02/2023; INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA aquisição de gêneros alimentícios para Secretaria de Esportes. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES "Proposta do PREGÃO PRESENCIAL: às 09:01 horas do dia 27/02/2023.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão Menor Preço; OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviço de arbitragem esportiva para realização de jogos amadores, torneios, festivais escolares e afins para Secretaria de Esportes. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES "Proposta de Preços" e "Habilitação" até às 09:00 horas do dia 28/02/2023; INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL: às 09:01 horas do dia 28/02/2023. LOCAL DA SESSÃO: Sede da Prefeitura Municipal de Cosmópolis, Rua Dr. Campos Sales, nº 398, Centro, Cosmópolis-SP na Sala de Compras/Licitações. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Sala de Compras e Licitações conforme endereço acima nos seguintes horários: das 9:00 às 16:00 horas, através de solicitação no e-mail licitacosmopolis@gmail.com ou compras@cosmopolis.sp.gov.br ou pelo site www.cosmopolis.sp.gov.br . Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Cosmópolis, 08 de fevereiro de 2023. **Antônio Claudio Felisbino Junior -** Prefeito Municipal

AVISO À POPULAÇÃO - PARALISAÇÃO DO METRÔ

O **Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves Sobre Trilhos no Estado de São Paulo** vem comunicar à população do Município de São Paulo, grande São Paulo e região Metropolitana que a Assembleia Geral Extraordinária da categoria profissional metroviária, realizada nos dias 1 e 2 de fevereiro de 2023, deliberou pela **deflagração de GREVE com a paralisação de suas atividades profissionais por tempo indeterminado a partir da zero hora do dia 15 de fevereiro de 2023**, pelo pagamento correto dos Step's e para todos que tem o direito; pelo pagamento do Abono; por contratação para repor a falta de funcionários; e contra as privatizações e as terceirizações. Informamos que temos realizado todos os esforços na busca de uma negociação objetivando uma solução negociada para evitar a greve.

Contamos com seu apoio.
São Paulo, 8 de fevereiro de 2023.
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos no Estado de São Paulo
Camila Ribeiro Duarte Lisboa
Presidente

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 006/2023

Objeto: **Empreitada por preço unitário, para a ampliação do Ambulatório do Curso de Fisioterapia da UNIOESTE (Campus de Cascavel)** - Valor Máximo: R$ 1.915.545,24 - Abertura: **Dia 13 de março de 2023, às 09:30 horas, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná** - UNIOESTE (Reitoria), à Rua Universitária, 1619 - Jardim Universitário - CEP 85.819-110 - Cascavel - Paraná - Informações Complementares: Edital disponível junto à CPL, **no mesmo local acima**, ou pelo **Fone: (45) 3220-3050**, ou no link https://midas.unioeste.br/sgav/arqvirtual#/ ou ainda no link http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes Na data de abertura deste certame ocorrerá a transmissão on-line do mesmo, no canal do Youtube pelo link https://www.youtube.com/channel/UCp3GgWFyOEKrlh-VG6ip_TQ

Cascavel, 08 de fevereiro de 2023
Fernanda Beilke Calza (Presidente da CPL da Reitoria).

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA O ITEM 11

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 565/2022**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFAR
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA ANESTESIA LOCAL E REGIONAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO
O(A) Pregoeiro(a)da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que o ITEM 11 foi declarado FRACASSADO no processo em epígrafe. Maiores informações pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone (85)3452-3477.

Fortaleza – CE, 08 de fevereiro de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER

AVISO – LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 005/23 – CONDER

Abertura: 08/03/2023, às 14h:30m.
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE TRABALHO SOCIAL PTS DE PÓS OCUPAÇÃO E REASSENTAMENTO EM EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL PARAGUARI II, PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, NO MUNICÍPIO DE SALVADOR – BAHIA.**
O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no site da CONDER (http://www.conder.ba.gov.br) no campo licitações, a partir do dia **09/02/2023**.

Salvador - BA, 08 de fevereiro de 2023.
Maria Helena de Oliveira Weber - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

CONDER
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PORTARIA Nº 013/2023

NOMEIA "COORDENADOR GERAL" QUE ESPECIFICA.
PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
NOMEAR a Sra. MARICE COSTA PORTO DE MORAES no cargo de "COORDENADORA GERAL", junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", a partir de 13/02/2023, recebendo a remuneração mensal de R$ 9.000,00 (Nove mil reais).

REGISTRE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 09 de fevereiro de 2023.

CLARA A. F. DE ALMEIDA CARVALHO — Secretária Executiva
PAULO DE OLIVEIRA E SILVA — Presidente do CON8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PORTARIA Nº 012/2023

NOMEIA "SECRETÁRIO EXECUTIVO" QUE ESPECIFICA..
PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Nomear a Sra. CLARA ALICE FRANCO DE ALMEIDA CARVALHO, Secretária de Saúde do Município de Mogi Mirim para exercer o cargo de SECRETÁRIA EXECUTIVA do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", sem remuneração e demais vantagens, conforme artigo 37, do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2023.

REGISTRE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 08 de fevereiro de 2023.
PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Presidente do CON8

Arminio Fraga

‘É um desprezo raivoso pela responsabilidade fiscal’

Ataque de Lula ao BC é um ‘equívoco’ e sinais da economia são ruins, diz ex-chefe da instituição

ENTREVISTA

PhD em Economia pela Princeton University, presidiu o BC entre 1999 e 2002; em 2003, fundou a Gávea Investimentos

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga avalia que ainda é cedo para qualquer conclusão em relação ao terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, o novo governo tem uma chance histórica de recuperar áreas cruciais para o País, mas há muitos riscos na condução da política econômica. “Vejo muito potencial de um lado, mas vejo algum risco do outro lado”, disse Arminio, sócio-fundador da Gávea Investimentos.

Em entrevista ao **Estadão**, ele afirmou que as declarações de Lula contra o Banco Central são um “equívoco”. “Se ele (*Lula*) quiser colaborar para derrubar os juros, pode dar mais atenção à responsabilidade fiscal”, disse o economista, que, ao lado de outros economistas liberais, declarou voto no petista no segundo turno da eleição presidencial.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Que leitura o sr. faz sobre o embate entre Lula e o presidente do Banco Central?

Se ele (*Lula*) quiser colaborar para derrubar os juros, devia dar mais atenção à responsabilidade fiscal. Ele passou a campanha inteira dizendo que teve superávit primário (*nos seus outros governos*) – e teve, de fato – e, agora, está lidando com um déficit primário, que, na verdade, nasceu com o colapso fiscal de 2015 e 2016. O presidente poderia liderar um movimento, mas não na direção que estamos vendo. É verdade que o ministro (*Fernando*) Haddad (*da Fazenda*) teve a coragem de dar um passo na direção contrária. É um sinal importante, mas o que está pesando é o todo. É um desprezo raivoso pela responsabilidade fiscal e, depois, o ataque ao Banco Central me parece um equívoco. O Banco Central tem, por lei, autonomia para cumprir objetivos que são determinados pelo governo.

Quais podem ser as consequências econômicas?

Toda vez que a temperatura sobe na economia, aumenta a incerteza, a economia começa, na verdade, a se defender, com medo. E isso é recessivo.

O País pode ter um crescimento ainda mais baixo em 2023, então?

Nos momentos em que a inflação ameaça sair de controle, como foi o caso, e ainda é, em certa medida, a economia tende a desacelerar num processo de correção de rumo. Se os rumos não forem corrigidos, ela vai desacelerar mais ainda. Cabe ao governo escolher a melhor situação: fazer o ajuste e, no fundo, proteger o povo, porque é quem sofre quando a inflação sobe.

Como o sr. viu os quase 40 dias iniciais do governo?

Estou vendo um governo que tem uma oportunidade histórica de mostrar serviço em áreas cruciais, tais como educação, saúde e meio ambiente, mas que infelizmente está correndo o risco de se atrapalhar pelo lado da macroeconomia. Vejo muito potencial de um lado, mas vejo algum risco do outro lado. Fui um crítico público do governo anterior (*de Jair Bolsonaro*), que fez algumas coisas boas também. Mas, no geral, eu fui crítico, sobretudo, por razões políticas. E eu vejo, portanto, um bom espaço para esse governo reforçar a qualidade da nossa democracia, pacificando o funcionamento dos três Poderes, que são naturalmente tensos, mas não no ponto em que a coisa chegou. Temos visto algo que passa do campo construtivo e mergulha no destrutivo. Tem muita coisa que esse governo pode fazer, muita coisa que precisa de uma visão, que ainda não está completamente posta. O Brasil tem sido uma vítima histórica de más ideias, de uma ideologia mal implantada, uma visão velha, frequentemente intervencionista, capturada por grupos de interesse. Está cedo para uma conclusão final. Só acho que, na área macroeconômica, em particular, os sinais não são bons.

FABIO MOTTA/ESTADÃO-2/5/2018

E qual é a avaliação sobre o plano fiscal apresentado?

Esse foi um primeiro passo. O próprio ministro (*Haddad*) reconheceu que, provavelmente, ele cumpriria metade das propostas. Sabemos que as áreas com espaço para economizar são difíceis e são três: folha de pagamento do setor público, Previdência e esse emaranhado de subsídios regressivos, inclusive nas regras do Imposto de Renda. O governo precisa se posicionar nessas três áreas com clareza e coragem. Imagino que um governo do PT deveria, naturalmente, correr atrás desses subsídios todos. Os outros dois não estão no radar. Ou seja, a chance de um sucesso convincente e que realmente ponha o País nos trilhos, por enquanto, é limitada. ●

Adriana Fernandes adriana.fernandes@estadao.com

O teste da diretoria do BC

A indicação dos novos diretores do Banco Central é uma prerrogativa do presidente da República, mas é o presidente da autarquia que define qual a diretoria que o indicado aprovado pelo Senado vai ocupar.

Pelo regimento do Banco Central, as indicações para posterior sabatina no Senado não fazem referência se o nome é para uma diretoria A ou B do banco.

O presidente do BC tem a competência para fazer a atribuição das diretorias aos diretores que forem nomeados pelo presidente da República.

Em tese, o presidente do BC pode fazer um remanejamento das diretorias para uma indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O banco já fez no passado remanejamentos de diretores.

Essa prerrogativa tem força de lei, já que o regimento do BC é um complemento da Lei 4.595, de criação do banco.

A indicação do presidente Lula para a diretoria de Política Monetária em substituição a Bruno Serra é considerada um teste real na fricção política que se agigantou com a crise escalada por Lula contra Roberto Campos Neto, antes visto pelo presidente como "economista competente" e, agora, chamado de "esse cidadão". Um "cavalo de Troia" do bolsonarismo. Lula na campanha eleitoral, em reuniões com o empresariado, prometeu manter a autonomia – que, aliás, não depende dele, mas do Congresso.

> ***A intenção é apontar o dedo para o BC como o culpado para o desempenho ruim da economia***

Os mandatos de Serra e do atual diretor de Fiscalização, Paulo Souza, terminam no dia 28 de fevereiro. Esse prazo está próximo, e é o que alimenta o tiroteio. Como mostrou o **Estadão** em janeiro, o presidente quer um nome novo que possa começar a mudar a "cara" do Copom.

E os partidos aliados do governo já anunciaram que querem "enquadrar" o BC por conta dos juros altos, e se lançaram numa insana cruzada contra Campos Neto.

Já são quatro semanas desde o primeiro ataque contra o BC, num gasto de energia e de capital político que deveria estar voltado para o Congresso na discussão e aprovação das medidas econômicas e, dessa forma, contribuindo para reduzir os juros.

O isolamento do presidente do BC não ajuda em nada. Se quisesse fazer algo, o governo já poderia ter convocado uma reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) para aumentar a meta de inflação e permitir um afrouxamento da taxa Selic mais rápido.

Não o fez. A intenção é mesmo apontar o dedo para o BC como o culpado para o desempenho ruim da economia que se projeta para 2023. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Justiça **'Quebra da coisa julgada'**

STF autoriza revisão de decisões tributárias

Decisão autoriza Receita, em caso de mudança de posição da Corte, a cobrar com juros e multa tributos retroativos

LAVÍNIA KAUCZ
BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que a quebra de decisões definitivas é automática quando a Corte mudar seu entendimento sobre temas tributários. Isso significa que contribuintes que conseguiram decisões favoráveis na Justiça para deixar de recolher determinados impostos devem voltar imediatamente a pagar se o STF mudar o entendimento.

Embora a quebra da coisa julgada tenha sido unanimidade na Corte, a questão da abrangência dos efeitos da decisão dividiu os ministros. O placar ficou em 6 votos a 5 contra a chamada modulação. Sem a modulação, a Receita Federal poderá cobrar impostos que não foram recolhidos no passado – inclusive com juros e multa. Como a quebra da coisa julgada já era esperada, a falta de modulação se tornou a principal preocupação dos contribuintes devido ao potencial impacto para a segurança jurídica e o caixa das empresas.

CASO CONCRETO. Estava em discussão a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Na década de 90, empresas como a Braskem obtiveram na Justiça autorização para deixar de recolher o tributo. Em 2007, o Supremo decidiu que a cobrança do CSLL é constitucional. Portanto, há espaço para que o Fisco cobre as contribuições que não foram feitas desde então.

Foram contrários à modulação os ministros Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, André Mendonça, Alexandre de Moraes e Rosa Weber. Já os ministros Edson Fachin, Kássio Nunes Marques, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli votaram a favor. Toffoli chegou a votar contra a modulação na sessão da última quinta-feira, mas alterou o voto ontem. O motivo, segundo ele, foi a percepção do ineditismo do julgamento. "É a primeira vez que realmente estamos a decidir sobre essa questão da mais alta relevância, do ponto de vista econômico e social, que é da eficácia dos precedentes vinculantes da mais alta Corte do nosso País", disse.

O voto de desempate coube à ministra Rosa Weber, presidente da Corte. "Não há falar em violação da coisa julgada, pois inalterado o título judicial anterior, que no entanto apenas perde eficácia vinculativa em relação aos eventos futuros em razão da mudança das circunstâncias fáticas e/ou jurídicas que as embasaram", afirmou em seu voto.

> ***"Uma decisão do STF não poderia retroagir para atingir períodos passados"***
> **Maria Carolina Sampaio**
> **Sócia do GVM Advogados**

> ***"Não se trata de flexibilização da coisa julgada, e sim da simples cassação dos seus efeitos em razão da modificação do ambiente normativo"***
> **Anelize Lenzi Ruas de Almeida**
> **Procuradora-geral da Fazenda**

Para o ministro Barroso, um dos relatores, a manutenção da coisa julgada "criaria uma inaceitável vantagem competitiva para concorrentes em situação equivalente, porque para todos os contribuintes era cobrável a contribuição e alguns poucos, que obtiveram a coisa julgada contrária à decisão do Supremo, não precisariam recolher tributo".

O tema foi avaliado em dois processos – um de relatoria de Barroso, e outro de Fachin. No plenário virtual, os ministros já haviam formado maioria pela quebra automática de decisões. A ação foi a plenário por pedido de destaque de Fachin – e o julgamento recomeçou do zero.

VISÕES DIVERSAS. Tributaristas veem a decisão com preocupação. "Uma decisão do STF não poderia retroagir para atingir períodos passados, no caso, desde 2007", avalia a tributarista Maria Carolina Sampaio, sócia do GVM Advogados. Ela sustenta que a conta, especialmente para médias e pequenas empresas, "pode ser impagável". A tributarista Liz Marília Vecci, sócia-fundadora do Terra e Vecci Advogados, diz que a decisão resulta na "relativização da coisa julgada" e que o direito precisa ser "compreensível, confiável e previsível".

Do lado da União, a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi Ruas de Almeida, defendeu em sustentação oral no julgamento que a solução proporciona isonomia e sustentou que a quebra da coisa julgada "não se trata de flexibilização da coisa julgada, e sim da simples cassação dos seus efeitos em razão da modificação do ambiente normativo".

INÍCIO DA COBRANÇA. Os ministros decidiram que, entre a quebra de decisão que autorizou um contribuinte a deixar de pagar um tributo e o início do recolhimento, devem ser seguidos os princípios da anterioridade (que determina que alguns tributos só podem ser cobrados no exercício seguinte) e da noventena (estabelece um prazo de 9 dias para outros tributos). Prevaleceu o entendimento de que a situação equivale à criação de um novo tributo e, por isso, precisa seguir as mesmas regras.

O período de cobrança também pode variar, a depender se a empresa foi autuada ou não. O tempo de prescrição de dívidas com a Receita é de cinco anos. No caso da CSLL, esse período vai de 2007 (data da decisão do STF) a 2012. Se o contribuinte foi autuado nesse período, o Fisco poderá cobrar o tributo desde a notificação até 2023. ●

Appy vê País '20% mais pobre' com distorção de tributos

Em defesa da aprovação da reforma tributária ainda em 2023, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para o tema, Bernard Appy, disse que o Brasil é hoje 20% mais pobre do que deveria ser em razão das distorções do sistema tributário, que reduzem a produtividade e a renda dos brasileiros.

Em debate organizado pela escola de formação de lideranças políticas RenovaBR, com deputados e senadores, Appy procurou mostrar a necessidade de revisão dos impostos sobre consumo no País. "Aqui no Brasil é melhor ter um bom benefício fiscal do que ser mais eficiente. A economia cresce menos assim", disse Appy. A intenção é aprovar a reforma ainda no primeiro semestre no Congresso.

Diante de preocupações de parlamentares, Appy disse que não haverá aumento da carga tributária. "Eu posso garantir que essa reforma é feita para não ter aumento de arrecadação durante a transição", disse.

Ele afirmou que a alíquota terá de ser calibrada para manter a carga neutra (sem aumento de impostos). Citou a alíquota de 25% para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) – sendo 9% para União, 14% para Estados e 2% para os municípios; mas ponderou que a discussão ainda está em aberto. ● **ADRIANA FERNANDES**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Convocamos todos os sócios da empresa J. P. C. EDITORA, GRAFICA E INFORMATICA LTDA, inscrito no CNPJ 02.008.981/0001-49 para uma reunião a ser realizada no dia 05 de Março de 2023, às 14:00 horas, em sua Sede Rua Luiz Gama, 84, Centro, Porto Ferreira, São Paulo, Cep 13.660-000, com a seguinte pauta:

1. Discussão e votação da dissolução da empresa;
2. Deliberação sobre destino do patrimônio da empresa;
4. Outros assuntos de interesse dos sócios.

Porto Ferreira - SP, 03 de Fevereiro de 2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AGE - SEMESP - 23/02/2023

Prezado(a) mantenedor(a), Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados deste Sindicato, cujas Mantenedoras tenham sede no estado de São Paulo, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no **dia 23 de fevereiro de 2023,** às 10h, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, e **às 11h, em segunda e última convocação,** com qualquer número de associados, de forma híbrida (presencial e virtual), para o fim especial de discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: **a) Andamento do dissídio coletivo de greve proposto pela FEPESP e os sindicatos filiados a ela; b) Reclamação Constitucional proposta pelo Semesp e seu andamento; c) Tratativas Salariais; d) Outros assuntos de interesse.** A Assembleia será realizada na sede do Semesp e, também, por meio virtual, no endereço eletrônico a ser disponibilizado por e-mail após cadastro no link abaixo. Poderá participar da AGE **apenas uma pessoa por mantenedora,** salientamos que, obrigatoriamente, eventual representante do mantenedor deverá enviar **procuração específica para esse fim** para o e-mail: jurídico@semesp.org.br. Quando o associado representar mais de uma instituição, deve informar à assessoria jurídica do Semesp, no e-mail acima, quais mantenedoras representará, munido da devida procuração quando necessário. Nesse caso, a inscrição na AGE deverá ser realizada pelo CNPJ de apenas uma instituição. As inscrições para participar da AGE, tanto presencial quanto virtual, deverão ser realizadas no **link abaixo, até o dia 17 de fevereiro de 2023, sexta-feira:** https://semesp.tcsdigital.com.br/DIGITAL/inscricoes/evento3.aspx?evento=2023/1AGE&idativa=50000. **O presente edital será publicado em jornal de grande circulação, enviado por e-mail e afixado na sede do Semesp.** Atenciosamente,

Lúcia Maria Teixeira - Presidente

TRAMONTINA SUDESTE S.A.

Barueri - SP - CNPJ nº 61.652.608/0001-95

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Avenida Aruanã, 684, Barueri - SP, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Barueri, em 06 de fevereiro de 2023. Eduardo Scomazzon - Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE RETOMADA

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 141/2021**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE GELADEIRAS COMERCIAIS DAS SALAS DE VACINA, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DO REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, em obediência ao TERMO DE REVOGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO GRUPO 01, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 141/2021, uma vez que a empresa LIFE METROLOGIA TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, declarada vencedora do grupo 01, não assinou a Ata de Registro de Preços, e ao Ofício GS nº 0443/2023, em que a autoridade competente demandou a convocação dos demais fornecedores do Pregão supramencionado para negociação e averiguação dos requisitos habilitatórios, o certame em epígrafe será RETOMADO no dia 10/02/2023 às 10h00 junto ao sitio comprasgovernamentais.gov.br (COMPRAS.GOV.BR). Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 08 de fevereiro de 2023.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Segunda Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 91ª Emissão, em Série Única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio da 91ª emissão, em série única**,** da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("**Titulares de CRA**", "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 91ª emissão, em Série Única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Ferrari Agroindústria S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("**Assembleia**"), a realizar-se no dia **15 de fevereiro de 2023, às 10:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma eletrônica *Zoom,* administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("**Agente Fiduciário**"), nos termos deste Edital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** autorização para que a Ferrari Agroindústria S.A. possa ceder seus ativos, em valor superior ao equivalente a 10% do seu patrimônio líquido, sem que incida na hipótese de vencimento antecipado da CPR-F 001/2026-FER, conforme previsão do item "q" da Cláusula 8.3. da CPR-F, e consequentemente de resgate antecipado dos CRA, nos termos do item "q" da Cláusula 7.4.13. do Termo de Securitização, exclusivamente para constituição de garantia de cessão fiduciária em oferta de distribuição pública de certificados de direitos creditórios do agronegócio, lastreados em direitos creditórios devidos pela Ferrari Agroindústria S.A.; **(ii)** autorização para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos e quaisquer atos para efetivação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a eventual alteração dos documentos da oferta. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. **1. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i)** A Assembleia instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação, às 10:00 horas do dia 15 de fevereiro de 2023, com a presença de Titulares de CRA que representem qualquer número dos CRA em Circulação, sendo que as matérias descritas nos itens acima estão sujeitas à aprovação por, no mínimo, a maioria simples dos CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia de Titulares de CRA. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, preferencialmente. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, e, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia dos seguintes documentos: **1.** quando pessoa física, documento de identidade; **2.** quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; **3.** se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e **4.** quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da ASSEMBLEIA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. **(v)** Os documentos relacionados às matérias constantes deste Edital estarão disponíveis aos Titulares de CRA no endereço da Emissora na internet https://www.ecoagro.agr.br/emissoes, (inserir "Ferrari" em "Buscar Empresas, Série, Cetip" e clicar na linha da emissão nº "91ª" e, então, localizar o documento desejado), incluindo a Proposta da Administração.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Cristian de Almeida Fumagalli
Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Distribuição e Diretor de Securitização

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 129ª (Centésima Vigésima Nona) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) séries da 129ª (centésima vigésima nona) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **28 de fevereiro de 2023, às 10:45 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2022, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM nº 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM nº 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e OT - AF Assembleias af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 123ª (Centésima Vigésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da série única da 123ª (centésima vigésima terceira) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **28 de fevereiro de 2023, às 10:30 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2022, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM nº 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM nº 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e OT - AF Assembleias af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 134ª (Centésima Trigésima Quarta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) séries da 134ª (centésima trigésima quarta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **28 de fevereiro de 2023, às 11:15 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2022, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e OT - AF Assembleias af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

A melhor âncora é o correto ajuste do gasto

ARTIGO

Raul Velloso
Consultor econômico

Por que regras como a do teto de gastos igual à inflação decorrida não funcionam bem? Por que não adotar um limite para o crescimento da razão entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) como fazem alguns dos principais países desenvolvidos, onde, curiosamente, ela costuma quase sempre ser bem mais alta do que a nossa?

O que matou o teto de gastos foi a composição dos gastos do Orçamento da União, voltada para os chamados gastos obrigatórios, ou seja, aqueles cuja realização decorre de alguma exigência legal muito difícil de alterar. Daí os cortes acabarem se concentrando nos gastos discricionários, em que predominam os investimentos em infraestrutura, hoje praticamente zerados, levando a uma taxa média de crescimento do PIB há duas décadas no chão.

Quanto à tentativa de controlar a razão entre a dívida e o PIB, somente mais recentemente o mundo desenvolvido se deu conta de que há um grave erro conceitual que é cometido quando se divide um estoque (o da dívida pública) por um fluxo (o PIB), pois o correto seria escolher duas variáveis de mesma natureza (por exemplo, só fluxos, ou, então, só estoques), o que leva a se superestimar fortemente o peso do endividamento público nas economias em geral.

> *A saída é focar na Previdência e na assistência, cujo peso no total gasto pela União passou de 28% para 68%*

Se dividíssemos variáveis compatíveis, chegaríamos a resultados bem menos elevados em todos os países. Nesse sentido, as apurações da razão dívida-PIB dos países desenvolvidos produziriam valores bem mais baixos do que as apurações correntes indicam, e, no nosso caso, mais baixos ainda.

A saída para construir uma verdadeira âncora é jogar o foco nos dois itens de maior peso no gasto, Previdência e assistência, cujo peso no total gasto pela União passou de 28% para 68% entre 1987 e 2021, algo absurdo. No primeiro caso, é preciso coordenar o esforço não apenas da União, mas também de Estados e municípios, onde o problema se repete, e não instantaneamente, como ora se tenta, mas até completar os mandatos que se iniciam, para equacionar o absurdo déficit atuarial total de 50% do PIB, isto é, zerá-lo, conforme, aliás, a Constituição hoje manda fazer e não é obedecida. No equacionamento da Previdência, aliás, só o Piauí, de Wellington Dias e Rafael Fonteles, tem feito um ajuste de verdade até o momento, trocando investimentos que tenderiam a zerar em 2022 por um gasto próximo de R$ 2 bilhões nessa mesma rubrica. Hoje como ministro, o brilhante senador piauiense concentra suas energias na área de assistência social, em que, segundo diz, pretende, se possível, gastar menos e fazer bem mais. Que Deus o ouça. ●

Estatais Empresa foi fechada no governo Bolsonaro

Lula planeja retomar fábrica de semicondutores

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou um grupo interministerial para reverter o fechamento do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), estatal que era a única produtora de chips e semicondutores na América Latina e teve sua extinção determinada pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Com sede em Porto Alegre, o Ceitec foi criado em 2008, ainda no segundo mandato de Lula. A ideia era ter uma grande fabricante nacional de chips e semicondutores. A empresa sempre foi dependente do Tesouro Nacional, para bancar despesas e salários.

O processo de liquidação ainda está em curso, mas travado por decisões do Tribunal de Contas da União (TCU). O decreto de Lula com a criação do grupo foi publicado no *Diário Oficial* da União (DOU) de ontem.

Além do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará, o grupo terá representantes da Advocacia-Geral da União, da Casa Civil e dos ministérios da Fazenda, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

A equipe deverá apresentar um relatório com alternativas para reversão do processo de desestatização e liquidação do Ceitec e a proposta de participação da empresa no fomento da política de pesquisa e desenvolvimento de semicondutores. A duração dos trabalhos será de 120 dias, que poderá ser prorrogada.

Processo travado

A liquidação da única produtora de chips e semicondutores da América Latina está no TCU

O governo passado alegou que a estatal não dava lucro e era ineficiente, o que a tornou alvo da gestão de Jair Bolsonaro. Em 2021, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) recomendou a extinção da empresa. Porém, no ano passado o governo chegou a anunciar que iria tentar atrair empresas que pudessem assumir a função do Ceitec no País. Na época, o então ministro das Comunicações, Fábio Faria, admitiu que o País não poderia ficar à mercê das importações e ressaltou a importância de ter um parque industrial forte no ramo de semicondutores. ● LUCI RIBEIRO/BRASÍLIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital n.º 15/2023 - **Processo nº** 105.658/2022 - **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 568/2022 - **Tipo**: Menor Preço por Lote - com Cota Reservada para ME/EPP - **Objeto**: **AQUISIÇÃO DE DEZ VEÍCULOS AUTOMOTORES, SENDO DOIS CAMINHÕES BAÚ, QUATRO VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN, TRÊS VEÍCULO TIPO FURGÃO E UM CAMINHÃO COM CARROCERIA, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE CONTRATO - Interessada**: Secretaria Municipal da Educação. **RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: Até às 9h do dia 28 de fevereiro de 2023. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09h do dia 28 de fevereiro de 2023**. Informações na Div. de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite nº 3-14 – Pq. Vista Alegre, Cep 17.020-050, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3214-3307/3214-4744. O Edital está disponível através de download gratuito no site www.bauru.sp.gov.br, e poderá ser acessado também através do site www.bec.sp.gov.br, **OC: 820900801002023OC00065**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico.
Bauru, 08/02/2023 - Cassia C. Nunes Pereira - Diretora da Divisão de Compras e Licitações-SME.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24.908/2022 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE DESCARTÁVEIS COMUNS E HIGIÊNICOS,** conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: www.comprasnet.gov.br e www.transparencia.osasco.sp.gov.br - Envio das Propostas de Preços pelo site www.comprasnet.gov.br, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 10/02/2023 e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/02/2023 às 10h00min.
Osasco, 08 de fevereiro de 2023.
Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA, com sede na Avenida da Liberdade, N° 250, Centro, torna público que realizará a Licitação Pública, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA sob Nº 003/2023** do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, visando a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais e execução de serviços de implantação de sinalização viária horizontal e vertical para atendimento da secretaria de trânsito e o município de franco da rocha**, através do sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme condições descritas no Termo de Referência e demais anexos. Os envelopes contendo a documentação, respectivamente, serão recebidos na Diretoria de Gestão de Suprimentos localizada na Rua cinco de maio, n° 97 – Vila Maggi, até as **10h00min** do dia **16/03/2023**, procedendo-se à abertura dos envelopes de documentação às **10h15min**. Será regida pela Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações. Os interessados poderão adquirir a pasta completa contendo o Edital Completo, gratuitamente no endereço eletrônico http://www.francodarocha.sp.gov.br (Acesso à informação/Licitações e Contratos/Licitações/Editais de Licitação).

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
AVISOS DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço 007/2022; PA 13916/2022; Objeto: Execução de levantamento planialtimétrico cadastral, nos setores 1 e 2 reestruturados do assentamento precário “Chafick Macuco”. Abertura: 28/02/2023 as 10:00hs.

Tomada de Preço 008/2022; PA 14008/2022; Objeto: Execução de levantamento planialtimétrico cadastral, no assentamento precário “Pajussara”. Abertura: 01/03/2023 as 10:00hs.
Os editais encontram-se no site www.maua.sp.gov.br Inf: (11)4512-7824. Denise Lenhari Zirondi – Secretária de Habitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital n.º 14/2023 - **Processo nº** 163.044/2022 - **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 575/2022 - **Tipo:** Menor Preço por Lote - AMPLA PARTICIPAÇÃO - **Objeto**: **AQUISIÇÃO DE 4.000 (QUATRO MIL) METROS QUADRADOS DE TELA MOSQUITEIRA EM ALUMÍNIO, MALHA 14 FIO 31MM, COM EXECUÇÃO DE MOLDURA EM ALUMÍNIO DE 1,5 A 2 CM DE LARGURA, PARA PORTAS, JANELAS E GUICHÊS, INCLUSA INSTALAÇÃO, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE CONTRATO - Interessada**: Secretaria Municipal da Educação. **RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: Até às 9h do dia 27 de fevereiro de 2023. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09h do dia 27 de fevereiro de 2023**. Informações na Div. de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite nº 3-14 - Pq. Vista Alegre, Cep 17.020-050, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3214-3307/3214-4744. O Edital está disponível através de download gratuito no site www.bauru.sp.gov.br, e poderá ser acessado também através do site www.bec.sp.gov.br, **OC: 820900801002023OC00068** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico.
Bauru, 08/02/2023 - Cassia C. Nunes Pereira - Diretora da Divisão de Compras e Licitações-SME.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE SÃO PAULO. EDITAL – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Ficam convocados todos os trabalhadores associados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo, Taboão da Serra, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Cotia, Osasco, Carapicuíba, Itapevi, Barueri, Jandira, Santana de Parnaíba, São Roque, Pirapora do Bom Jesus, Araçariguama, Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato, Poá, Salesópolis, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Mogi das Cruzes, Suzano, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, STIPCSP - CNPJ: 62.875.687/0001-66, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede localizada na Rua Major Diogo, 126, CEP: 01324-000, bairro Bela Vista, São Paulo - SP, no próximo dia 16 de fevereiro de 2023, às 11:30 horas, em primeira e única convocação, para discutir e votar a seguinte pauta: 1º) Redação da ata da assembleia anterior; 2º) Analisar e discutir a destituição ou não do diretor Secretário de Comunicação e Imprensa por violação ao art. 60º inciso VII do estatuto social, além do art. 530 inciso VII da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
São Paulo, 08 de fevereiro de 2023. **Francisco Pereira de Sousa Filho -** Presidente.

SINDICATO DOS ENFERMEIROS ESTADO DE SÃO PAULO

Resumo Previsão Orçamentária de 2023, aprovado em assembleia do dia 19/01/2023

RECEITA	R$	%
01 - Contribuição sindical	65.103,00	1,20
02 - Mensalidades	1.783.012,00	32,88
03 - Rendimentos de aplicações financeiras	10.282,00	0,19
04 - Outras receitas financeiras	9.715,00	0,18
05 - Contribuição assistencial	1.201.503,00	22,16
06 - Taxa Negocial	333.663,00	6,15
07 - Alvará-Honorários	317.523,00	5,86
08 - Reversões diversas (reversão desp.administrativas e jurídicas)	1.694.187,00	31,24
09 - Receitas Eventuais	7.459,00	0,14
Total da Receita	**5.422.447,00**	100,00
DESPESA	**R$**	**%**
10 - Diretoria (gratificação, mat. escritório, alimentos, condução, veículos terceiros, viagens,convenios)	1.032.795,00	19,05
11 - Despesas com Pessoal (salários, encargos, benefícios)	728.840,00	13,44
12 - Infra-Estrutura (mat. escr. ,materiais, alimentação, serv. prestados, manut. maquinas, condução, depreciação)	1.823.795,00	33,63
13 - Edifícios (mat. limpeza, manutenção civil, impostos e taxas, luz, agua, seguro)	107.291,00	1,98
14 - Despesas com Veículos (combustível, manutenção e reparos)	105.198,00	1,94
15 - Despesas com Comunicação (telefone, correios, internet, manutenção de equipamentos)	34.892,00	0,64
16 - Despesas Financeiras (juros, multas, tarifas bancárias, restituições diversas)	215.188,00	3,97
17 - Secretaria Jurídica (honorários, custas, autenticações, desp. viagens, editais, emolumentos)	588.912,00	10,86
18 - Contribuições para Entidades Diversas (Central sindical, contribuição para Federação)	58.130,00	1,07
19 - Secretaria de Imprensa e Divulgação (serv. prestados, mat. copiadora, impressão, editais, jornais)	654.108,00	12,06
20 - Finalidades Esportivas, Sociais e Culturais (alimentos, festas e solenidades)	44.447,00	0,82
21 - Campanha Salarial (Serviços Prestados)	6.050,00	0,11
22 - Campanhas Sindicalização (serv. prestados, desp. viagem, brindes)	-	-
23 - Congressos e Conferencias (refeições, alugueis, taxas inscr. eventos)	6.578,00	0,12
24 - Representações regionais		
Sub-sede de Taubaté	8.745,00	0,16
Sub-sede Campinas	7.478,00	0,14
TOTAL SUBSEDES	**16.223,00**	
Total da Despesa	**5.422.447,00**	**100,00**
Superávit do Exercício	-	

São Paulo, 19 de janeiro de 2023

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 137ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 137ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **28 de fevereiro de 2023, às 11:45 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2022, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, a maioria dos CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM nº 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM nº 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e OT - AF Assembleias af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME Nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 136ª (Centésima Trigésima Sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 136ª (centésima trigésima sexta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **28 de fevereiro de 2023, às 11:30 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2022, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM nº 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM nº 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e OT - AF Assembleias af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CIOESTE - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO

CNPJ Nº 20.301.484/0001-16

TOMADA DE PREÇO CIOESTE Nº 001/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 002/2023

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA, CONFORME EXIGÊNCIAS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. EDITAL COMPLETO GRATUITO: Disponível a partir do dia 09/02/2023, no endereço Av. Andrômeda, 2000 - Prédio 6 - 6º Andar, Alphaville Empresarial, Barueri/SP das 8h às 17h dos dias úteis, mediante a entrega de PEN DRIVE/CD/DVD, solicitação por meio do e-mail: administrativo@cioeste.sp.gov.br, ou no site: www.cioeste.sp.gov.br. Informações: (11) 2424-8170 - Diretoria Administrativa e Financeira.

BARUERI/SP, 09 de FEVEREIRO de 2023.

JOSUÉ RAMOS

Presidente do CIOESTE

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA**, tipo **MENOR PREÇO,** cujo detalhe está disponível no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu **Regulamento de Compras**:

CONCORRÊNCIA:

FFM 0027-2023-00 – "ESTATIVAS, FOCOS CIRURGICOS, MONITORES E ACESSÓRIOS INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E GARANTIA"

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União – Edição nº 144 de 26/07/2012, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2023012000025 – Serviços especializados de manutenção para a cobertura de policarbonato na Unidade Rio Preto. Abertura: 03/03/2023 às 10h30.

PE 2023012000040 – Fornecimento futuro e eventual de materiais de higiene bucal para Diversas Unidades. Abertura: 03/03/2023 às 10h30.

PE 2023012000044 – Fornecimento futuro e eventual de impressoras térmicas "não fiscal" para Diversas Unidades. Abertura: 01/03/2023 às 10h30.

PE 2023012000048 – Serviços de pré-impressão, impressão e fornecimento de peças editoriais para as Edições Sesc. Abertura: 24/02/2023 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 011/2023**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM APOIO LOGÍSTICO (ALIMENTAÇÃO, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PESSOAL DE APOIO E LOCAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS) EM CARÁTER CONTINUADO E COM ENTREGA PARCELADA, OCORRENDO OU NÃO SIMULTANEAMENTE EM TODAS REGIÕES DE COMPETÊNCIA DOS DISTRITOS DE EDUCAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DE ENCONTROS FORMATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE FORTALEZA - SME, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, em atenção ao ofício nº 410/2023/GS-SME, visto que o mesmo solicita a devolução do processo para revisão e melhor adequação dos termos do edital, em razão das especificações técnicas do objeto, o processo em epígrafe foi SUSPENSO. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 08 de fevereiro de 2023.

HAMER SOARES RIOS

Pregoeiro(a) da CLFOR

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 135ª (Centésima Trigésima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) séries da 135ª (centésima trigésima quinta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **28 de fevereiro de 2023, às 11:00 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2022, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM nº 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM nº 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e OT - AF Assembleias af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Varejo **Efeito no setor**

‘Caso Americanas’ faz Marisa pedir mais prazo para dívidas

Com caixa apertado e crédito mais escasso no mercado, varejista de moda anuncia troca de presidente e renegociação com bancos credores

O anúncio da renegociação do passivo pela Marisa Lojas, ontem, expôs a escassez nas linhas de crédito, especialmente para o varejo, causado pela suspeita de fraude e um rombo de mais de R$ 20 bilhões na Americanas. Com o caixa apertado e vencimentos próximos, a loja de roupas se antecipou e vai conversar com os bancos credores para tentar reescalonar dívidas que somam cerca de R$ 600 milhões, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. Diferentemente da Americanas, a companhia não entrou com pedido de recuperação judicial (*mais informações nesta página*).

Especialistas em reestruturação de dívidas e advogados afirmam que o caso Americanas afetou a confiança e a capacidade de crédito das varejistas, com impacto na cadeia de fornecedores. Pesaram o escândalo e a imprevisibilidade da insolvência da varejista agora em recuperação judicial.

FILA GRANDE. Segundo um especialista em reestruturação de empresas que pediu para não ser identificado, outras varejistas recorrerão às renegociações. Ele diz que “a fila vai ser grande”.

Outras varejistas tiveram medo da contaminação do ambiente de crédito em razão da Americanas e correram desde o início da crise para dizer aos bancos que suas estruturas financeiras eram diferentes. Para aquelas que conseguiram mostrar capacidade de pagamento e balanços mais transparentes, o crédito está disponível. No caso da Marisa, porém, os problemas já eram mais antigos.

HISTÓRICO. A empresa começou uma reestruturação em 2017. Dificuldades da pandemia, vendas fracas e inadimplência alta nos serviços de crédito deterioraram a operação. Marcelo Pimentel, que comandou a empresa de 2019 a 2022, não conseguiu mostrar resultados mais claros no processo de reestruturação e saiu da companhia para assumir o comando do GPA.

A companhia estava à venda, mas não encontrou compradores. O interesse da família fundadora da Marisa no negócio era baixo. Além disso, a alta das taxas de juros no País limitou o impulso para operações de fusões e aquisições no segmento.

No caso da recuperação judicial da Americanas, todo o sistema bancário foi pego de surpresa. A dívida da companhia com os maiores bancos do País soma por volta de R$ 20 bilhões, conforme lista de credores levada pela empresa à Justiça – o documento ainda pode ser revisto. O valor está descoberto de garantias, dada a característica desses créditos, que são “relativamente” seguros, já que são lastreados por recebíveis e de prazo curto. Essa é a característica da maior parte das dívidas de varejistas.

CREDORES RECEPTIVOS. Pessoas envolvidas com as negociações disseram que a ideia da Marisa, por outro lado, não é viabilizar um corte do valor devido, mas alongar prazo de pagamento. A Marisa está fazendo uma renegociação direta com seus credores, os quais, de acordo com interlocutores da empresa e de bancos, estão receptivos. Bradesco, Safra, Daycoval, Alfa, ABC, Itaú e Caixa estariam na lista dos bancos de credores da Marisa.

Segundo o diretor de um banco credor da Marisa, o caso da rede de vestuário é muito menor que o da Americanas, mas ilustra um problema “gritante” no setor, que tem sentido os efeitos da desaceleração da economia e juros altos – e que devem se manter em dois dígitos. Este executivo argumenta que as varejistas vão enfrentar um ambiente mais desafiador para o crédito em 2023.

BANCOS. O reforço bilionário que as instituições financeiras fizeram em provisões no quarto trimestre de 2022 em razão dos problemas da Americanas já sinaliza a abordagem muito mais cautelosa no crédito, diz um executivo de um banco. O Santander fez provisões de R$ 1,1 bilhão, enquanto o Itaú reservou R$ 1,3 bilhão. ● CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JUNIOR e TALITA NASCIMENTO

No vermelho

‘Inconsistência’ em balanço gera crise

● **Fato relevante**
Em 11 de janeiro, a Americanas informou ao mercado que havia descoberto “inconsistências contábeis” de R$ 20 bilhões. No mesmo dia, Sérgio Rial, então presidente que tinha assumido o cargo havia pouco mais de uma semana, renunciou

● **Consequência**
Especialistas e advogados com experiência em reestruturação de empresas dizem que os bancos passaram a desconfiar da capacidade de crédito das varejistas, com impacto direto na cadeia dos fornecedores dessas empresas

● **Para poucos**
Conforme esses especialistas, temendo perder crédito, muitas empresas foram aos bancos com informações sobre seus balanços. Quem conseguiu mostrar capacidade de pagamento e uma contabilidade mais transparente ainda mantém suas linhas

● **Débito**
As primeiras informações apontam que a Americanas deve R$ 20 bilhões aos bancos – o valor pode ser maior

● **Provisões**
Em razão do caso Americanas, o Santander teve de fazer uma provisão de R$ 1,1 bilhão. O Itaú reservou R$ 1,3 bilhão

Com débitos de R$ 600 milhões, varejista decide mudar comando

A Marisa Lojas informou ontem que o diretor-presidente, Adalberto Pereira dos Santos, renunciou à presidência da empresa, sendo substituído interinamente por Alberto Kohn de Penhas, atual vice-presidente Comercial e Executivo. Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa informou ainda que Marcelo Adriano Casarin, membro do conselho de administração, também renunciou ao cargo.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, a varejista deu início a uma renegociação de seu passivo, envolvendo um montante de cerca de R$ 600 milhões. Segundo fontes ouvidas pela reportagem, a ideia da companhia não é viabilizar um corte do valor, mas alongar prazo. O montante envolvido na reestruturação da Marisa é pequeno face aos valores que serão renegociados pela Americanas, que está em recuperação judicial e declarou dívidas de mais de R$ 40 bilhões.

A Marisa está fazendo uma renegociação direta com seus credores, os quais, de acordo com as fontes, estão receptivos. Safra, Daycoval, Alfa, ABC, Itaú e Caixa estariam na lista dos bancos para quem a varejista tem débitos.

Nova direção
Empresa afirma que já começou processo de seleção para a escolha do novo presidente

Ainda no fato relevante divulgado pela empresa, a companhia disse que já iniciou o processo de seleção do novo presidente. Da mesma forma, o colegiado está tomando as medidas necessárias para a nomeação de novo membro para o conselho que ocupará a cadeira anteriormente ocupada por Casarin até a assembleia-geral ordinária e extraordinária ser realizada em abril de 2023.

A empresa informou ainda que, em continuidade ao processo de otimização financeira e aprimoramento de sua estrutura de capital, contratou a BR Partners para assessorá-la no processo de renegociação de seu endividamento e a Galeazzi Associados para apoiá-la no aperfeiçoamento da estrutura de custos da companhia.

DESCONFIANÇA. Fornecedores da Marisa estão preocupados com a situação da companhia. Com o caso da Americanas, o sistema de crédito para fornecimento de mercadorias se desgastou, o que explica a apreensão de quem vende para as varejistas. O *Estadão/Broadcast* apurou que empresas do setor de moda têm enfrentado dificuldades para renovar linhas de “risco sacado” – quando o banco quita a dívida com o fornecedor e a transforma em passivo –, as mesmas que originaram a crise da Americanas.

Para Eugênio Foganholo, sócio da consultoria de varejo Mixxer, a dívida da companhia “não é uma tragédia”.

A Marisa encerrou o terceiro trimestre do ano passado com um endividamento líquido de R$ 566 milhões, 7,9% acima do fechamento do mesmo período de 2021. ● BETH MOREIRA, T.N. e C.D.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO-16/2/2022

Unidade da Marisa na região central de São Paulo; renegociação

Recuperação judicial Balanço em xeque

Justiça dá 3 dias para Microsoft liberar acesso a e-mails de cúpula da Americanas

TJ-SP acatou pedido do Bradesco; decisão também obriga que toda correspondência nos últimos dez anos seja preservada

TALITA NASCIMENTO
MATHEUS PIOVESANA

O Tribunal de Justiça de São Paulo acatou pedido do Bradesco para que a Microsoft conceda acesso aos e-mails da cúpula da Americanas. A juíza deu prazo de três dias para que a empresa de tecnologia promova a retirada, pela empresa de perícia (Kroll Associates), de cópia de todas as caixas de e-mails das pessoas listadas na ação do Bradesco.

A decisão prevê ainda que as empresas de auditoria PwC e KPMG sejam comunicadas sobre a obrigação de preservar toda a correspondência física e eletrônica que se relacione às auditorias realizadas nos últimos dez anos na Americanas.

A Justiça de São Paulo já havia decidido a favor da busca e apreensão de e-mails na sede da Americanas, mas a Justiça do Rio se negou a cumprir a ordem por considerar que a comarca de São Paulo não poderia intervir em sua área de atuação. A defesa do Bradesco, por sua vez, buscou a alternativa de pedir os e-mails à Microsoft, que tem sede em São Paulo. Pessoas próximas ao assunto colocam em dúvida a capacidade da Microsoft de ter acesso e tornar disponíveis os dados.

ITAÚ. Ao comentar ontem sobre o balanço do Itaú Unibanco, publicado na terça-feira, o presidente da instituição, Milton Maluhy, disse – sem citar o nome da Americanas – que o caso foi "surpreendente". "Estamos falando de uma companhia aberta, com balanço auditado, controladores relevantes. Fraude não era algo esperado", afirmou.

De acordo com Maluhy, o banco não restringiu a concessão de crédito a outras companhias em função do caso envolvendo a Americanas. ●

Oi pede recuperação judicial nos EUA para reforçar ação no Brasil

A Oi entrou ontem com pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos, por meio do chamado "Chapter 15", a lei de falências no país. O pedido teve o objetivo de validar, lá fora, a proteção judicial concedida na semana passada pela 7.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, protegendo a empresa de execuções de dívidas por credores.

A vinculação dos processos faz com que todos os credores da Oi tenham de se submeter às decisões da Justiça brasileira, onde está centralizado o caso da companhia, conforme apurou o Estadão/Broadcast com um dos advogados que participam do caso.

A tele tem procurado manter vivas as negociações com bancos e detentores de bonds para chegar a um acordo de refinanciamento das dívidas – o que passaria pela injeção de capital, deságio no valor a pagar e postergação dos vencimentos. ● CIRCE BONATELLI e ALINE BRONZATTI

Mercado internacional Bonds

Braskem quebra 'jejum' e capta US$ 1 bi no exterior

ALTAMIRO SILVA JUNIOR
CYNTHIA DECLOEDT

A Braskem captou ontem US$ 1 bilhão em títulos de dívida (bonds) no exterior, na primeira emissão de uma empresa brasileira desde abril do ano passado. Com forte demanda pelos papéis, que superou US$ 6,1 bilhões, a oferta pode abrir caminho para que mais companhias acessem o mercado internacional, em um momento de bancos mais cautelosos no crédito, de acordo com analistas que acompanharam a operação.

Histórico
A captação feita pela Braskem foi a primeira de uma empresa brasileira desde abril de 2022

Com a forte demanda, a Braskem conseguiu reduzir a taxa de juros paga aos investidores para 7,25%. Inicialmente, a sinalização era de uma taxa ao redor de 7,75%. A procura também estimulou o aumento da oferta, que foi a mercado como uma captação "benchmark", normalmente de US$ 500 milhões. Os bonds vencem em 2033.

Parte dos recursos vai ser usada para o pagamento de dívidas. A Braskem tem US$ 300 milhões em bonds que vencem em fevereiro de 2024. As reuniões com investidores começaram na segunda-feira, e nos encontros já houve mostra do interesse pelo papel.

Até então, a última emissão externa de uma empresa brasileira ocorreu em abril do ano passado, quando a Aegea Saneamento emitiu US$ 500 milhões com juros de 7% em bonds com critérios sustentáveis. À época, a demanda dos investidores chegou a US$ 800 milhões.

Desde que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) sinalizou que iria reduzir o ritmo de alta de juros nos Estados Unidos, por conta da perda de fôlego da inflação, e a China reabriu a economia, melhorando a perspectiva para a atividade das principais economias do mundo, os investidores se voltaram para as compras de papéis corporativos, de acordo com gestores. O mercado internacional começou 2023 com mais de US$ 60 bilhões de títulos de dívidas emitidos por empresas de países emergentes, mas não havia, até agora, ofertas de brasileiras. ●

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PORTARIA Nº 011/2023

EXONERA "SECRETÁRIO EXECUTIVO" QUE ESPECIFICA.

PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Exonerar, o Sr. WAGNER EDVALDO FADEL LOZANO, do cargo de SECRETÁRIO EXECUTIVO do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", conforme artigo 37, do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", com efeitos a partir de 31/01/2022.

REGISTRE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 08 de fevereiro de 2023.
PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Presidente do CON8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PORTARIA Nº 010/2023

EXONERA "COORDENADOR GERAL" QUE ESPECIFICA.

PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Exonerar, nesta data, a Sra. LUCIANA BECHARA B. ZENARI, do cargo de COORDENADOR GERAL, do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril".

REGISTRE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 08 de fevereiro de 2023.

CLARA A. F. DE ALMEIDA CARVALHO
Secretária Executiva

PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Presidente do CON8

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04 NIRE 35300023978

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: Em 06.12.2022, às 09h, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** José Virgilio Vita Neto - Presidente; e Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** 1. Eleita Diretora **MAIRA BLINI DE CARVALHO**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP-SP 33.571.737-8, CPF 327.908.828-35, domiciliada em São Paulo (SP), Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, para o mandato trienal em curso, que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025. 2. Registrado que a diretora eleita (i) apresentou os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos arts. 146 e 147 da LSA e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.970/2021 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), incluindo as declarações de desimpedimento, sendo que todos os documentos foram arquivados na sede da Companhia; e (ii) será investida após homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. 3. Registrado, ainda, que os demais cargos da Diretoria e as atribuições de responsabilidades não sofreram alterações. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 06 de dezembro de 2022. (aa) José Virgilio Vita Neto - Presidente; e Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues - Secretário. **Acionista:** Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) José Virgilio Vita Neto e Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues - Diretores. JUCESP - Registro nº 61.237/23-1, em 06.02.2023 (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO DEPARTAMENTO NÚCLEO DE ATENDIMENTO SOCIAL – VILA GARCIA, NESTE MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO, ESTADO DE SÃO PAULO. ABERTURA/ENCERRAMENTO: se dará às 09:30 horas do dia 27/02/2023, para entrega dos envelopes.

EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO ANTIGO PRÉDIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL "DR ANTÔNIO FURLAN JUNIOR" PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE APOIO AO TURISTA – CAT (FASE 01 E FASE 02), NESTE MUNICIPIO DE SERTÃOZINHO, ESTADO DE SÃO PAULO. ABERTURA/ENCERRAMENTO: se dará às 14:30 horas do dia 27/02/2023, para entrega dos envelopes.

EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS DE URBANIZAÇÃO DA PRAÇA ROTATÓRIA "PREFEITO PEDRO PINOTTI", NA VIA DE ACESSO OTÁVIO VERRI, NESTE MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO, ESTADO DE SÃO PAULO. ABERTURA/ENCERRAMENTO: se dará às 09:30 horas do dia 28/02/2023, para entrega dos envelopes.

EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS DE REGULARIZAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE AVCB (AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS) DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, NESTE MUNICIPIO E COMARCA DE SERTÃOZINHO, ESTADO DE SÃO PAULO. ABERTURA/ENCERRAMENTO: se dará às 14:30 horas do dia 28/02/2023, para entrega dos envelopes.

EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEI "PROFª DALVA DOS SANTOS CARVALHO, NO JARDIM CAMPO BELO, NESTE MUNICIPIO E COMARCA DE SERTÃOZINHO, ESTADO DE SÃO PAULO. ABERTURA/ENCERRAMENTO: se dará às 09:30 horas do dia 01/03/2023, para entrega dos envelopes.

EDITAL RESUMIDO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEF "RAUL DO PRADO VIANNA", NO JARDIM BELA VISTA, NESTE MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO, ESTADO DE SÃO PAULO. ABERTURA/ENCERRAMENTO: se dará às 09:30 horas do dia 13/03/2023, para entrega dos envelopes. **EDITAL RESUMIDO DA CONCORRÊNCIA Nº 002/2023** OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM RUAS DO JARDIM SOLJUMAR E CENTRO, NESTE MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO, ESTADO DE SÃO PAULO.ABERTURA/ENCERRAMENTO: se dará às 14:00 horas do dia 13/03/2023, para entrega dos envelopes.

EDITAL RESUMIDO DA CONCORRÊNCIA Nº 003/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM RUAS DO JARDIM DIAMANTE, NESTE MUNICIPIO DE SERTÃOZINHO, ESTADO DE SÃO PAULO. ABERTURA/ENCERRAMENTO: se dará às 15:30 horas do dia 13/03/2023, para entrega dos envelopes. As licitações supra serão realizadas na sala de Licitações - Paço Municipal, sito à Rua Aprígio de Araújo, 837, Sertãozinho/SP. Os Editais poderão ser retirado junto ao Depto. de Políticas de Suprimentos do Município nos horários das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas e no site www.sertaozinho.sp.gov.br. INFORMAÇÕES: TEL. (16) 2105-3044 ou 2105-3052. Secretaria de Administração; Departamento de Políticas de Suprimentos, 08 de fevereiro de 2023. Ricardo Alexandre de Cirqueira Diretor do Departamento de Políticas de Suprimentos.

AVISOS DE LICITAÇÕES

LI SABESP RGA 00339/23 - Execução das obras de construção de base e adequação de área da EEAB Pedra Branca para instalação de gerador, no município de Buritizal. Edital completo disponível para download a partir de 09/02/23 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984 ou informações Fone (0**16) 3712-2027. Envio das propostas a partir da 00h00 (zero) do dia 06/03/23 até às 09hs00 do dia 07/03/23, para empresas que possuam senha de acesso às 09hs00 do dia 07/03/23 será iniciada a sessão. Franca.09/02/23UNPGrande.

NOVA DATA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA

A Sabesp comunica as empresas interessadas a nova data de Recebimento de Propostas do PREGÃO SABESP ONLINE nº 90.900/22 - REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, HIGIENE E LIMPEZA E SANEANTES - MATERIAL CORPORATIVO. Recebimento das Propostas a partir da 00h00 de 14/02/23 até 09h30 horas de 16/02/23, no site www.sabesp.com.br/licitacoes. Abertura das Propostas às 09h30 de 16/02/23 pelo PREGOEIRO. Credenciamento dos Representantes permanentemente aberto, através do site acima. O Edital completo está disponibilizado para consulta e cópia desde o dia 20/12/22. CSM/SP, 09/02/23 A Diretoria.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISOS DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunica a abertura das licitações:

1. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2023
Objeto: Contratação de empresa para realização do Programa de Avaliação da Educação Profissional - PROVEI 2023.
Sessão de disputa de preços (lances): 27 de fevereiro de 2023 às 9h30.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial para 2 unidades, sendo 6 postos (3 para Santo Amaro e 3 para Santo André).
Sessão de disputa de preços (lances): 24 de fevereiro de 2023 às 9h30.

Retirada dos editais: a partir de 9 de fevereiro de 2023, através do portal www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).

Participação nos pregões eletrônicos: exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2019

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 01/2019 CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL" – CON8. O PRESIDENTE DESTE CONSÓRCIO, com sede administrativa na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na **Rua Dr. José Alves, nº 403 – Centro**, no uso de suas atribuições legais, que homologou o resultado dos aprovados e classificados em processo seletivo, divulgado através do edital, o qual foi publicado nesta imprensa no dia 16 de Agosto de 2019, observando as necessidades dos serviços, o número de vagas existentes e a estrita ordem de classificação. **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer (em) no endereço mencionado, no prazo de **07 (sete) dias úteis** a contar desta convocação, no horário das **09h00** às **12h00**, para ***entrega*** dos documentos admissionais **(CTPS Original / 01 foto 3x4 / Cópias: CPF / RG / PIS / Título de Eleitor / Reservista / Comprovante de Endereço / Diploma / Histórico Escolar / Certidão de Nascimento ou Casamento / CNH / Carteira Funcional / Declaração de Bens / Certidão de Nascimento e CPF de Filhos menores de 14 anos)**. **O candidato convocado para a contratação obriga-se a declarar no prazo mencionado acima se aceita ou não assumir o cargo para o qual foi selecionado. O candidato que não comparecer no prazo acima estabelecido será considerado desistente, conforme previsto em Edital.**

RELAÇÃO DO(s) CONVOCADO(s) EFETIVO(s)

1- PARA O CARGO DE: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CLASSIF.	INSCRIÇÃO.	NOME.	RG.
43	17900073	NATÁLIA FRANCO DE CARVALHO	491504949

Mogi Mirim, 09 de Fevereiro de 2023.
Paulo de Oliveira e Silva - Presidente

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 142ª Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 142ª emissão, em série única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **28 de fevereiro de 2023, às 12:00 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2022, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas; e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, metade dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e OT - AF Assembleias af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio 90ª (Nonagésima) Emissão, em Série Única de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio 90ª (nonagésima) emissão, em série única da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 17 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **28 de fevereiro de 2023, às 10:00 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2022, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e OT - AF Assembleias af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$425.000 Varanda,42útil, 1ds, gar. Lazer total 2198.5555 cr8767

2 DORMITÓRIOS

ITAIM
R$650.000 Urgente,75uteis, 2ds, sacada, 1vaga, lazer. 2198.5555

JD AMÉRICA
R$1.060.000 2dt, dep emp, 1vg, 89m²au, C. Bca px O. Freire, 8ºand. CRECI 30955 ☎(11)99556 3105

MOEMA
R$650.000 75 úteis, 2dts. (1ste), varanda, 1gar. Lazer. 2198.5555

VL CLEMENTINO
R$695.000 S.novo,75 út,2ds.varanda, 2wc, lazer, 1vg. 2198.5555

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$990.000 Ocasião, px. metro, varanda, 110 u, 3ds(1ste) 2vgs. Vale R$1.300.000, F:2198.5555

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.280.000 Urgente, 210 úteis, varanda, 4dts., 2 suítes, 3grs.+ dep. Lazer. F: 2198.5555 creci 8767

MOEMA
R$1.750.000 Px.parque, 245út, 3 salas, varanda, 4dts(3sts), 3grs. + dep. Lazer. 11 2198.5555 cr8767

MORUMBI
R$1.200.000 Rua José Galante, 265ú, varanda/churr,4sts/arms, ar, piso,4vgs. Lazer c/pisc.cob/qda. tenis. Ac. troca 11 97632.0165

ZONA OESTE

3 DORMITÓRIOS

PERDIZES
R$2.000.000 Jd.das Perdizes,novo/arms,ar, 110ú,varandão/churr 3ds(1ste),2vgs. 11 97632.0165

ZONA NORTE

3 DORMITÓRIOS

VL MARIA
R$420.000 Novo,varanda,3ds, 1vg lazer clube. Dir.PP. F:97632.0165

ZONA LESTE

2 DORMITÓRIOS

VL CARRÃO
R$650.000 Novo, c/ arms., ar, varandão, 2ds.(1suíte), 1vg lazer de clube. Dir.PP. ☎11 97632.0165

3 DORMITÓRIOS

VL CARRÃO
R$890.000 Novo c/arms, ar, varandão/churrasq.,3ds (1ste), 2vgs lazer clube. Dir.PP. F:97632.0165

Vendem-se

CASAS

ZONA SUL

JARDINS
Sensacional casa térrea! Preço para Liquidar! 440m². Dir. propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

SUL | VD | CASA

VL MARIANA
R$2.650.000 Nova, 350 Terr, 300 A.C., 3salas, quintal/ churr., 3dts. 1ste, 4gars. Dir. PP. F:97632.0165

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

ITAIM
R$320.000 Conj. 45 úteis. Urgente, px. F. Lima, 2 wcs., gar. + rotativo. F: 11 2198.5555 creci 8767

JABAQUARA

Vendo Imóvel Coml. 3.000m² Á.C. Rua Cambuis 326. Tratar Direto c/ Proprietário ☎(11)99953-6202

ZONA LESTE

BRÁS

Vdo imóvel R: Major Otaviano, 172/ 174 px.metrô Bresser. Tratar direto c/ proprietário. (11)99953-6202

CENTRO

CENTRO
Prédio12.400m²á.c, c/184 aptos studio c/garagem F: 99994-1489 MICAIL SCHAHIN CRECI: 6686F

Alugam-se

APARTAMENTOS

CENTRO

1 DORMITÓRIO

CONSOLAÇÃO
1 dorm c/suíte e armários, ampla sala, coz.americana, banh., área de serv. R. Consolação, 2.346 Ap 72, ao lado do metrô. CRECI 06169-J ☎(11)98672-2110 José Carlos.

3 DORMITÓRIOS

CONSOLAÇÃO
3ds c/arms,totalmente reformado 1ªlocação,sala,coz.aberta c/arms 2 banh., á.serv c/arms, ar cond em todos ambientes, cortina blackout, janelas antirruídos, pintura, pisos, elétrica, hidráulica, metais e louças novos.! Rua da Consolação, 2346 apt.71. Tr.(11)98672-2110 José Carlos - CRECI 06169-J

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

AV PAULISTA
Cjto. coml. 351m² a 675m² á. priv. Imperdível. Menor taxa de cond. e melhor Al. da região. Dir. propr. (11)3241-3855 hc/94039-9863

CH STO ANTÔNIO
R.Verbo Divino esq.Nações Unidas Cjto. 540m²/ 1080m². á. priv. Menor aluguel e cond. da região. Imperdível. Dir. c/ propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

ZONA OESTE

LAPA
Casa coml, 601m²ÁC, 496m² terr, R:Guaipá, 8vgs. Prop. Gustavo (11)99983-6422/5182-2864

VL POMPÉIA

Imóvel coml., R:Venâncio Aires 177, 2 pavimentos c/250m² cada, estacionamento c/350m², próximo metrô. Tratar ☎(11)99553-9749

TERRENOS

ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. Júlio Buono,p/prédio com/res $14Mi (11)99976 0052

GRANDE SÃO PAULO

TERRENOS

OSASCO

Vendo terreno área total 11.904 m² Próx. Autonomista. Tratar c/ Sergio ☎(11)97203-3225

LITORAL

Vendem-se

CASAS

UBATUBA DOMINGAS DIAS
Alto padrão,Cond.fech, arquitetura diferenciada, 1700m²ÁT, 750m²ÁC (19)98372-1133 Creci 114137

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

Vendem-se

CASAS / APARTAMENTOS

BRAGANÇA - SP
Casa no Jardim das Palmeiras c/ 7dorms sendo 5 suítes, piscina e churrasqueira R$2.200MM (11)4034-0543/99989-1887 www.cacociimoveis.com.br

TERRENOS

QUINTA DA BARONEZA
Vendo único terreno da quadra que sobrou. Posição definida. Vista privilegiada. ☎(11)99105-3081 e-mail: absbaroneza@gmail.com

SOROCABA - SP
7.757m² Av.Com. P. Inácio,p/préd coml, qdra inteira (11)99976 0052

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

ITAPETININGA/SP
21alq, 4km Alambari, 15km Itapetininga, formado em pasto, planta 16 alqs. Não aceito troca $150mil/ alq (15)99702-6814

CHÁCARAS E SÍTIOS

CASTELO BRANCO KM 68

R$590.000 Chácara cond. fech. 2000m²ÁT,300m²ÁC,6dorm(4st), pisc. 4x8, campo telado, churrasq. Est. proposta.☎(11)98665-7114

AUTOS

COROLLA XEI 2.0
R$130.000 20/21 Prata, compl. 37.000km. ☎(11)99936-4868

imóveis

Serviço ao leitor
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓Contatar a imobiliária responsável ou proprietário do imóvel para verificação da documentação de propriedade do bem antes de adiantar algum valor
- ✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓Fornecer seus dados apenas pessoalmente
- ✓Evitar documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
- ✓Faça o negócio pessoalmente

APARTAMENTOS ALUGAM-SE

ACLIMAÇÃO - 1 DORMITÓRIO RUA ARMANDO FERRENTINI, Contendo 1 dormitório, sala, cozinha, banheiro, lavanderia. **R$ 1.950,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

ACLIMAÇÃO – 1 DORMITÓRIO RUA CONSELHEIRO FURTADO, CONTENDO 1 dormitório, sala, cozinha e banheiro. **R$ 1.300,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

BELA VISTA AV. NOVE DE JULHO, 1953. Apartamento com 1 dormitó rio, sala, banheiro, cozinha, próximo FGV e Masp, 37 m². Aluguel: **R$ 1.200,00** + Cond. + IPTU.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258.7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

CENTRO - KITCH
PRAÇA ROOSEVELT
Aluguel **R$ 1.000,00**+ condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088.1711**
www.liv.com.br

STUDIO - CENTRO AVENIDA CASPER LÍBERO, 65/73, AP. 32 C, stúdio. Aluguel: **R$ 1.800,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998.0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

CONSOLAÇÃO RUA BELA CINTRA, c/ sala, cozinha, banheiro, e área de serviço. Aluguel: **R$ 750,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998.0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

HIGIENÓPOLIS ALAMEDA BARROS. Excelente apartamento, 3 suítes, 3 vagas. Aluguel **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088.1711**
www.liv.com.br

ITAIM RUA LUIS DIAS, 120m², 4 dormitórios, suíte, lavabo, 2 vagas. Prédio com piscina. Aluguel **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088.1711**
www.liv.com.br

JARDIM PRUDÊNCIA AV. CUPECE- ALTURA DO Nº 1.200, contendo 2 dormitórios, sala, cozinha, banheiro, área de serviço. Aluguel: **R$ 1.300,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111.2011**
antonio@predialruggiero.com.br

JARDINS ALAMEDA TIETE, 2 dormitórios. Aluguel **R$ 2.800,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088.1711**
www.liv.com.br

LIBERDADE RUA SÃO JOAQUIM, PRÓX. METRÔ, 1 dormitório, sala cozinha, banheiro, armários. Aluguel: **R$ 1.200.00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111.2011**
antonio@predialruggiero.com.br

LIBERDADE RUA SÃO JOAQUIM, 160, AP. 76-B, c/ 1 dormitório, sala, cozinha, banh., e área de serviço. Aluguel: **R$ 1.100,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998.0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

POMPÉIA RUA BARÃO DO BANANAL (PROXIMO HOSPITAL SÃO CAMILO), 1 dormitório, Sala, vaga de garagem, aluguel **R$ 2.000,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111.2011**
antonio@predialruggiero.com.br

SANTA CECILIA RUA JAGUARIBE, 1 dormitório, sala cozinha, 2 banheiros. Aluguel: **R$ 1.200,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111.2011**
antonio@predialruggiero.com.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO RUA SARMENTO DE BEIRES, 79, AP. 2, JD. PORTUGAL, c/ 2 dormitórios, sala, cozinha, banh., WC de emp.. Locação: **R$ 800,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998.0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

APARTAMENTOS VENDEM-SE

BELA VISTA 1 dormitório, andar alto, face Norte, próximo ao Shopping e Hosp. Sírio, vaga de garagem. **R$ 350mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912.7169**
adalto@nc.adm.br

CERQUEIRA CESAR HADDOCK LOBO px, AL. Franca, 2 dormitórios, 99m² úteis., andar alto, sol da manhã, dep., empr. completa, vaga. **R$ 1.150.000,00**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912.7169**
adalto@nc.adm.br

HIGIENÓPOLIS - R. PARÁ 3 dts., sala ampla, coz, depends. de emp., 168 m² á.ú., vg de gar. boa, ensolarado, prédio c/ recuo, px. a ótimos restaurantes, **R$ 1.850.000,00**.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258.7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

JARDIM PAULISTA RUA PAMPLONA, 1 dormitório, 50m² área úteis, vaga livre, sol da manhã, andar alto, ótima vista, lazer. **R$ 550 mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912.7169**
adalto@nc.adm.br

LIBERDADE RUA DR. SIQUEIRA CAMPOS, 41m², 1 dorm c/ arms, wc completo, 1 vaga e etc. Px. Metrô São Joaquim. Venda **R$ 320 mil** + encargos. Cód. AP0561.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

MORUMBI - R. CAP. MACEDO 72m², 2 dts., sendo 1 ste., closed, dep.empr., sl, coz., banh., prédio c/churrasq., forno/pizza, pisc. aq, acad, sauna, s. festas, jgos. **R$ 870mil**.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814.7301**
adirson@terra.com.br

VILA OLÍMPIA RUA DAS FIANDEIRAS, com 40,93 m², 2 dorms., sala, cozinha e banheiro, próx. Av Faria Lima. **R$ 400 mil**. Ref: AP0328.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

VILA OLÍMPIA AV. DR. CARDOSO DE MELO, c/69 m², todo remodelado com muito bom gosto, 2 dorms., sala, cozinha e 2 banheiros. **R$ 742mil**. Ref: AP0536.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

CASAS ALUGAM-SE

JARDIM PAULISTA Amplo sbr. todo reform, á.ú. 160m², a.t. 224m², sala piso madeira, coz. planej, lvbo, 1 ste., edícula c/salão e lavanderia. Al. **R$ 17.000,00** + cond+IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088.1711**
www.liv.com.br

SANTO AMARO CANCIONEIRO DE ÉVORA, 130m², térrea, recém reformada, 4 sls, 5 vgs, área externa. Próx. ao Metrô B. Gato. Aluguel **R$ 5.500,00** + encargos. Cód. CA0007.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

CASAS VENDEM-SE

INDIANÓPOLIS AV. MIRURA, sobrado c/149 m² de área construída, vaga de garagem p/2 carros, junto ao Aeroporto e Moema. **R$ 690mil**. Ref: CA0188.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

JD. DAS VERTENTES R. ESTADOS UNIDOS – Sobrado 242,00m² amplas salas, 4 dorms, 2 stes., sala com sacada, lavabo coz, vagas garagem e piscina. **R$ 1.100.000,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

JD. PAULISTA – Exc. Local! R. ESTADOS UNIDOS – Sbr. 573 m² amplas salas, luz natural, ar cond., área aberta c/ jd., copa, despensa, banhs, vagas. **R$ 8.000.000,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

JARDIM PAULISTANO R. AGRÁRIO DE SOUZA, sbr. c/terreno c/280 m², 180 m² de área construída, todo remodelado, 3 dorms (1 ste), 2 vgs. **R$ 5.500.000,00**. Ref: CA0198.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

PARAÍSO TRAV. UMBERTO BIGNARDI junto da RUA ABÍLIO SOARES, sobrado c/234 m² de ác, coml. ou residencial, garagem p/3 carros. **R$ 1.950.000,00**. Ref: CA0184.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

TABOÃO DA SERRA SP. Sobrado 2 dormitórios, 80m² úteis, 2 vagas de garagem, terreno 5m x 30m 150m², Jardim América **R$ 350mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912.7169**
adalto@nc.adm.br

COMERCIAIS ALUGAM-SE

CONSOLAÇÃO LOJA / ARMAZÉM na RUA FERNANDO ALBUQUERQUE, 270, com 240 m² área terreno e 200 m² área construída. Aluguel **R$ 9.000,00**.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258.7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

MOEMA ÍNDIOS LOJA com MEZANINO - Novo, 3 pavimentos c/ amplos salões, sem colunas e subsolo p/ gar.. A/T 800m² - A/C 1.239m². **R$ 45.000,00**. REF: AS50707.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053.1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS CONJUNTO com TERRAÇO, 2 salas, 10 banheiros, 2 copas, 12 vagas, ar condicionado central. Útil 689m². **R$ 59.000,00**. REF: AS51328.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053.1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

RUA AUGUSTA – ÓTIMO PONTO ENTRE ALAMEDAS TIETE E FRANCA. Três cjs de 127 m², pintado, c/ cascolac novo. Prédio pequeno só p/ fins comerciais, escritórios.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814.7301**
adirson@terra.com.br

COMERCIAIS VENDEM-SE

JARDINS RUA AUGUSTA. Cjto c/96 m² de área construída, junto da Alameda Lorena, 4 salas, copa e 3 banhs, atende a diversos serviços. **R$ 420mil**. Ref: CJ 0005.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS VENDE/ALUGA CJTO, andar interior, 9 banhs, 18 vgs, ar cond. central. 310m² Ú. VENDA: **R$ 2.500.000,00**. LOCAÇÃO: **R$ 15.000,00**. REF: AS49326.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053.1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA ÍNDIOS CJTO, Cobertura Duplex com TERRAÇO, 4 salas, 4 banheiros, 3 vagas. 210m² Ú. VENDA: **R$ 2.200.000,00**. LOCAÇÃO: **R$ 12.000,00**. REF: AS50814.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053.1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

ESCRITÓRIOS ALUGAM-SE

AVENIDA PAULISTA Sala com mais ou menos 12m². banheiro interno. Aluguel: **R$ 1.000,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998.0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

CERQUEIRA CÉSAR R. PADRE JOÃO MANUEL, 70m², 2 salas, ar cond. central, 2 wcs, copa e 2 vagas. Px. Metrô Consolação. Aluguel **R$ 4.400,00** + encargos. Cód. CJ0288.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

FARIA LIMA X REBOUÇAS Sala c/30m², banh. privativo, ót. localização, conj. de fundos s/ barulho de tráfego. Alug: **R$ 1.100,00** + Cond: R$ 401,29 + IPTU: R$ 143,40.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814.7301**
adirson@terra.com.br

ITAIM Entre Av. Juscelino Kubitschek e R. Joaquim Floriano. Ampla sala c/divisória, banh, ar condicionado e uma vaga na garagem. Aluguel **R$ 2.000,00**.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814.7301**
adirson@terra.com.br

PERDIZES RUA CANDIDO ESPINHEIRA, conjuntos de 57m² e 110m², 2 e 4 banheiros, copa, 1 ou 2 vagas. Aluguel: **R$ 1.800,00** e **R$ 3.000,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111.2011**
antonio@predialruggiero.com.br

ESCRITÓRIOS VENDEM-SE

ANDAR TODO - SÉ RUA QUINTINO BOCAIUVA, 95 m² contendo 4 salas, 2 banheiros, cozinha e sacada. **R$ 390mil**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

ITAIM BIBI RUA TABAPUÃ, PRÓXIMO BANDEIRA PAULISTA. Conjunto comercial, 36m² úteis, 2 wcs., com vaga. **R$ 330mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912.7169**
adalto@nc.adm.br

MOEMA ÍNDIOS LOJA com 2 PAVIMENTOS, 2 amplos salões, 2 vagas no recuo. A/T: 250m² A/C 345m². **R$ 3.300.000,00**. REF: AS49946.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053.1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

PRÉDIO VENDE-SE

LUZ RUA DUTRA RODRIGUES, 162m² AT. e 740m² de AC., Loja e Sobreloja + 3 andares, etc. Px. Rua São Caetano e Metrô Luz. Venda **R$ 1.750.000,00** Cód. PR0002.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

TERRENO VENDE-SE

JABAQUARA RUA FARJALLA KORAICHO, 1095m² AT. e 854m² AC. Empreend. de uso residencial ou coml. Px. Metrô Jabaquara. Venda **R$ 5.500.000,00** Cód. TE0008.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

OPORTUNIDADES

ARTES E ANTIGUIDADES

ANTIGUIDADES - COMPRO E AVALIO
Pago o melhor preço! Esculturas, Quadros, Pratas, Móveis e Objetos de Artes. (11) 96332-7007 Noely

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
Srª.Silvana Pereira de Lima, portadora da CTPS 75149, Série 00344- SP, conforme artigo 482 letra I da CLT, comunico que por vossa Senhoria não comparecer ao trabalho há mais de 45 dias sem justificativa, decidimos rescindir o seu contrato de trabalho a partir desta data.

ABANDONO DE EMPREGO
A empresa Prime Clean Consultoria de Serviços Terceirizados Ltda., solicita a Sra. Elisangela da Silva CPF:44167447819 a comparecer no prazo de 3 dias para tratar de assunto do seu interesse. Caso não compareça, caracterizará abandono de emprego conforme artigo 482 letra I da CLT.

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

DROGARIA VENDO
Na região central SP! Tradicional, há 52 anos no local, próximo Hospital Sirio Libanês e 9 de Julho. R$600mil. Direto c/prop. ☎(11)94153-2103/3258-0923

IMPERDÍVEL! PARCERIA PARA 3 LOTEAMENTOS
(15)99677-9408 creci 61847-F

JUNDIAÍ - SP

Galpão 87.000m² terreno,28.000 m² área construída, sendo 4500 mil m² refrigerado, 900m² de congelado, 15.000m² área seca, 33 docas. Contato direto proprietário ☎(11)99459-3316

MÁQUINAS E MOTORES

MÁQUINAS E PRENSAS USADAS (COMPRO)
(11)2412-0564/99985-4311

MÁQUINAS VENDO
Para fabricação de Baterias Automotivas. Pço ocasião! 75)98208-4071 ou Whats (71)99970-9825

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO COM LIVROS
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

EMPREGOS

ADVOGADOS (AS) PREVIDENCIÁRIO (AS)
Para atuação em escritório na zona norte de São Paulo. Interessados enviar Curriculo para atendimento@klebercosta.adv.br

COZINHEIRO(A)
C/referência e exp. comprovada em carteira.Vaga em Poços de Caldas -MG ☎(35)99143-5001 CV p/: cantina.do.araujo@hotmail.com

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Leilão VIP — bradesco

DATA 1º LEILÃO 23/02/23 ÀS 10H00 - DATA 2º LEILÃO 28/02/23 ÀS 10H00

Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEMA sob nº 12/96 e JUCESP sob nº 1086, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização do leilão: **somente on-line via www.leilaovip.com.br. Localização do imóvel: São Paulo-SP. Vila Celeste.** Rua Joaquim Afonso de Souza, nº 1631, Apto. 13 no 1º andar do Edifício Santa Marta, com a área útil de 60,79m², com direito a 1 vaga de garagem, indeterminada. Matr. 52.057 do 8º RI local. Obs.: Consta sobre o imóvel Ação de Execução de Débitos Condominiais processo nº Ação de Execução de Débitos Condominiais processo nº 1026034-26.2022.8.26.0001 da 8ª Vara Cível do Foro Regional I – Santana – SP, o qual será de responsabilidade do vendedor o seu pagamento, bem como a baixa da respectiva ação de execução. Caso haja o exercício de direito de preferência, o débito e a baixa da respectiva ação de execução serão de exclusiva responsabilidade do ex-fiduciante. Ocupada. (AF). **1º Leilão:** 23/02/2023, às 10:00h. Lance mínimo: **R$ 575.969,59. 2º Leilão:** 28/02/2023, às 10:00h. Lance mínimo: **R$ 169.800,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.leilaovip.com.br. Para mais informações - tel.: 0800 717 8888 ou 11-3093-5252. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Leiloeiro Oficial JUCEMA nº 12/96 e JUCESP nº 1086

negocios & oportunidades

Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
- ✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
- ✓Não adiante nenhum valor

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:
www.FREITASLEILOEIRO.com.br
CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000

VEÍCULOS | IMÓVEIS | MATERIAIS

YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÃO DE VEÍCULOS

305 VEÍCULOS

DIA: 10.02.2023 - 6ª FEIRA - 10h00
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 10.02.2023, a partir das 08h00 - verificar informações no site

PRESENCIAL E ON-LINE

• DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS

MINI COOPER CYMAN

HONDA CB 500F

SANTA FE V6

VW 25.420 CTC 6X2

Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 — **CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000** — **www.FREITASLEILOEIRO.com.br**

LEILÕES DE BENS DIVERSOS

Data	Visitação	Lote
Dia 22.02.2023 - 4ª feira 13h00 - SOMENTE "ON-LINE"	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	DRONE DJI MAVIC - TÊNIS ASICS - ELETROPORTÁTEIS - OUTROS
Dia 22.02.2023 - 4ª feira 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	NOTEBOOK LENOVO - GABINETE CPU / MONITOR DELL - IMPRESSORA HP
Dia 27.02.2023 - 2ª feira 13h00 - SOMENTE "ON-LINE"	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	JAQUETAS IRA DESIGN IMPERMEÁVEL "P-M-G-GG"
Dia 27.02.2023 - 2ª feira 17h00 - SOMENTE "ON-LINE"	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	SMARTPHONE - APPLE IPHONE
Dia 28.02.2023 - 3ª feira 15h00 - SOMENTE "ON-LINE"	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	MOBILIARIOS - BALANÇAS - MATERIAIS DE INFORMÁTICA - PRODUTOS DIVERSOS

LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

CIRCE BONATELLI, LUCIANA COLLET E ISABELA MOYA/ GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Disputa de R$ 183 mi entre Petrobras e BR Properties caminha para decisão

Uma divergência antiga entre a Petrobras e a BR Properties pode chegar a uma primeira decisão nos próximos meses. Há cerca de dez anos, a Petrobras cobra na Justiça uma multa por atraso na entrega da obra do Centro Empresarial Senado, no Rio de Janeiro, onde fica uma grande porção dos escritórios da petroleira. O valor atualizado da causa está em R$ 183 milhões. A obra do edifício terminou em novembro de 2012. A Petrobras alega um atraso de seis meses do prazo original previsto. O empreendimento pertencia à One Properties, braço da construtora WTorre que foi incorporado nos anos seguintes pela BR Properties – que herdou esse passivo. A estatal tem contrato de locação no prédio administrativo com prazo de duração até o ano de 2029.

Multa pode virar prazo maior de locação

A BR Properties classifica a cobrança como uma perda possível. Se isso se confirmar, a dívida poderia, em tese, ser repassada à WTorre, que foi a responsável pela obra. Já a Petrobras, em caso de não recebimento das multas, aceitaria converter os valores em prazo de locação proporcional ao dobro do valor da causa.

Justiça aguarda laudo da perícia

Mesmo depois de tanto tempo na Justiça, a discussão ainda está na primeira instância. Agora, o juiz aguarda um laudo pericial para tomada de decisão, e a expectativa é que isso aconteça nos próximos meses. A partir daí, haverá mais clareza sobre valores finais e eventual opção de recurso.

TIJOLOS

MARCOS DE PAULA/ESTADÃO-18/9/2012

Prédios antigos refletidos na fachada do Centro Empresarial Senado, no Rio de Janeiro; Petrobras cobra na Justiça multa por atraso da obra

● **EXPECTATIVA.** A BR Properties informou, em teleconferência, que no momento em que o laudo pericial estiver finalizado, o juiz poderá chegar a uma decisão, o que provavelmente ocorrerá este ano. Procurada, a Petrobras não comentou.

● **ESTREIA.** Em um marco de sua expansão de portfólio, a EDP Renováveis (EDPR), subsidiária do grupo português EDP para geração de energia eólica e solar, inaugura hoje, no Rio Grande do Norte, o maior complexo eólico da empresa, considerando os 28 mercados nos quais tem atuação.

● **POTÊNCIA.** Instalado nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, o empreendimento é composto por 14 parques e tem capacidade para produzir anualmente cerca de 3 mil gigawatts-hora (GWh), energia suficiente para abastecer uma cidade com mais de 1,5 milhão de habitantes. O valor do investimento não foi informado.

● **TEM MAIS.** Segundo o administrador executivo da EDP Renováveis para a Europa e América Latina, Duarte Bello, a empresa tem planos de expansão para o País nos próximos anos. O executivo não revelou dados de aportes específicos da EDPR, mas informou que o plano de investimentos do grupo EDP para o Brasil prevê a aplicação de R$ 18 bilhões no País entre 2021 e 2025.

● **ALTO ESCALÃO.** A Roche Brasil, braço local da multinacional suíça de produtos farmacêuticos, para diabetes e diagnósticos, terá duas mulheres no comando dos seus negócios. A espanhola Ana Tuñón assume a divisão de diabetes no País e a brasileira Lorice Scalise passará a responder pelo negócio farmacêutico na região. Ela será a primeira executiva local a presidir a área Farma no mercado brasileiro.

● **TRAJETÓRIA.** Formada em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Scalise começou na multinacional em 2000 e liderava a área farmacêutica na Argentina. Ela sucederá Patrick Eckert, que ingressa na estratégia global de produtos para terapia celular. Em 2022, a Roche faturou R$ 3,7 bilhões no Brasil, um crescimento de 5% em relação ao ano anterior.

● **HISTÓRICO.** A construção de um prédio administrativo para a Petrobras começou a ser pensada nos idos de 2006 – mesmo ano em que foi anunciada a descoberta de reservas no pré-sal. Na época, a justificativa foi a necessidade de encontrar uma solução para o aumento do quadro de funcionários.

● **PERFIL.** O complexo foi feito para abrigar cerca de 10 mil pessoas. Tem duas torres, de 19 e 15 andares, 185 mil m² de área construída e 1,7 mil vagas de estacionamento. Mais tarde, o negócio se tornou alvo de investigações da Lava Jato por suspeitas de ligações indevidas entre a então diretoria da Petrobras e da WTorre.

● **NEGOCIAÇÕES.** A construtora explicou que era proprietária do terreno de grandes dimensões nas imediações da sede da companhia e com um projeto de empreendimento corporativo aprovado. Daí, o imóvel foi apresentado à petroleira, que estava procurando mais espaço para tocar suas operações.

SOBE

Alta do óleo impulsiona petroleiras

EDUARDO CHAMON/30/3/2022

As ações das petroleiras se valorizaram ontem na B3, acompanhando a alta do óleo no mercado internacional. Os papéis da Petrobras, que apresentou relatório de produção no quarto trimestre após o fechamento do mercado, subiram 2,02% (ON) e 1,68% (PN). Prio (ex-PetroRio) teve alta de 2,21% e 3R Petroleum, de 2,06%. A alta do petróleo foi reflexo das perspectivas de forte demanda global, segundo analistas.

DESCE

Varejo de alimentos tem queda na Bolsa

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO - 4/3/2022

Num dia sem novidades micro no radar dos investidores, os papéis das varejistas de alimentos recuaram na B3. GPA teve queda de 5,17% e ficou entre as maiores baixas do Ibovespa. Carrefour caiu 2,73% e Assaí perdeu 0,48%. De acordo com Gustavo Bertotti, da Messem Investimentos, as baixas denotam apenas uma troca de posições no mercado, que ontem foi atraído pelas ações de grandes bancos.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **109.951,49 PTS.** | Dia **1,97%** | Mês **-3,07%** | Ano **0,20%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
ITAUSA PN N1	8,85	8,46	35.773
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	22,58	8,27	123,4K
SAO MARTINHOON NM	28,45	8,13	15.743

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

GOL PN N2	7,04	-5,38	13.994
P.ACUCAR-CBDON NM	17,43	-5,17	18.733
HAPVIDA ON NM	4,48	-3,66	64.306

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

5/2 A 5/3	0,0831	0,8537	0,5835	0,5000
6/2 A 6/3	0,0831	0,8537	0,5835	0,5000
7/2 A 7/3	0,0830	0,8536	0,5834	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	33.949,01	-0,61	-0,40	2,42
FRANKFURT - DAX	15.412,05	0,60	1,88	10,69
LONDRES - FTSE	7.885,17	0,26	1,46	5,82
TÓQUIO - NIKKEI	27.606,46	-0,29	1,02	5,79

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,21	2.767,91
	15/5/2035	6,39	1.890,58
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,27	4.074,46
PREFIXADO	1º/1/2026	12,93	703,78
	1º/1/2029	13,36	479,27
SELIC	1º/3/2026	0,09	12.771,53

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,69	-	5,93	5,93
IGP-M (FGV)	0,45	0,21	3,79	3,79
IGP-DI (FGV)	0,31	0,06	0,06	3,01
IPC (FIPE)	0,54	0,63	0,63	7,20
IPCA (IBGE)	0,62	-	5,79	5,79
CUB (Sinduscon)	0,18	-0,07	-0,07	8,51
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,24	0,28	0,28	4,86

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,0379	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	1,0301	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	1,0702	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/3. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,66	0,00	0,00	0,07
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/23	21,20	259.504	20,650	21,290	1,73
CAFÉ NY*	MAI/23	175,65	79.034	174,55	177,65	-0,96
SOJA CBOT**	MAR/23	15,20	271.115	15,058	15,278	0,30
MILHO CBOT**	MAI/23	6,760	318.673	6,715	6,770	0,48

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	166,40	-0,12	-13,27
BOI Cepea/esalq, R$/@	296,60	2,54	-12,60
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	84,90	0,04	-12,60
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.119,52	-0,37	-25,87

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1965	-0,06	2,36	-1,58
DÓLAR TURISMO	5,4020	0,24	2,31	-1,46
EURO	5,5720	-0,05	1,02	-1,15
OURO	307,000	-0,65	-1,03	1,66
WTI US$/BARRIL	78,6100	1,13	-0,69	-2,34
IBRENTUS$/BARRIL	85,0600	1,03	-0,49	-1,04

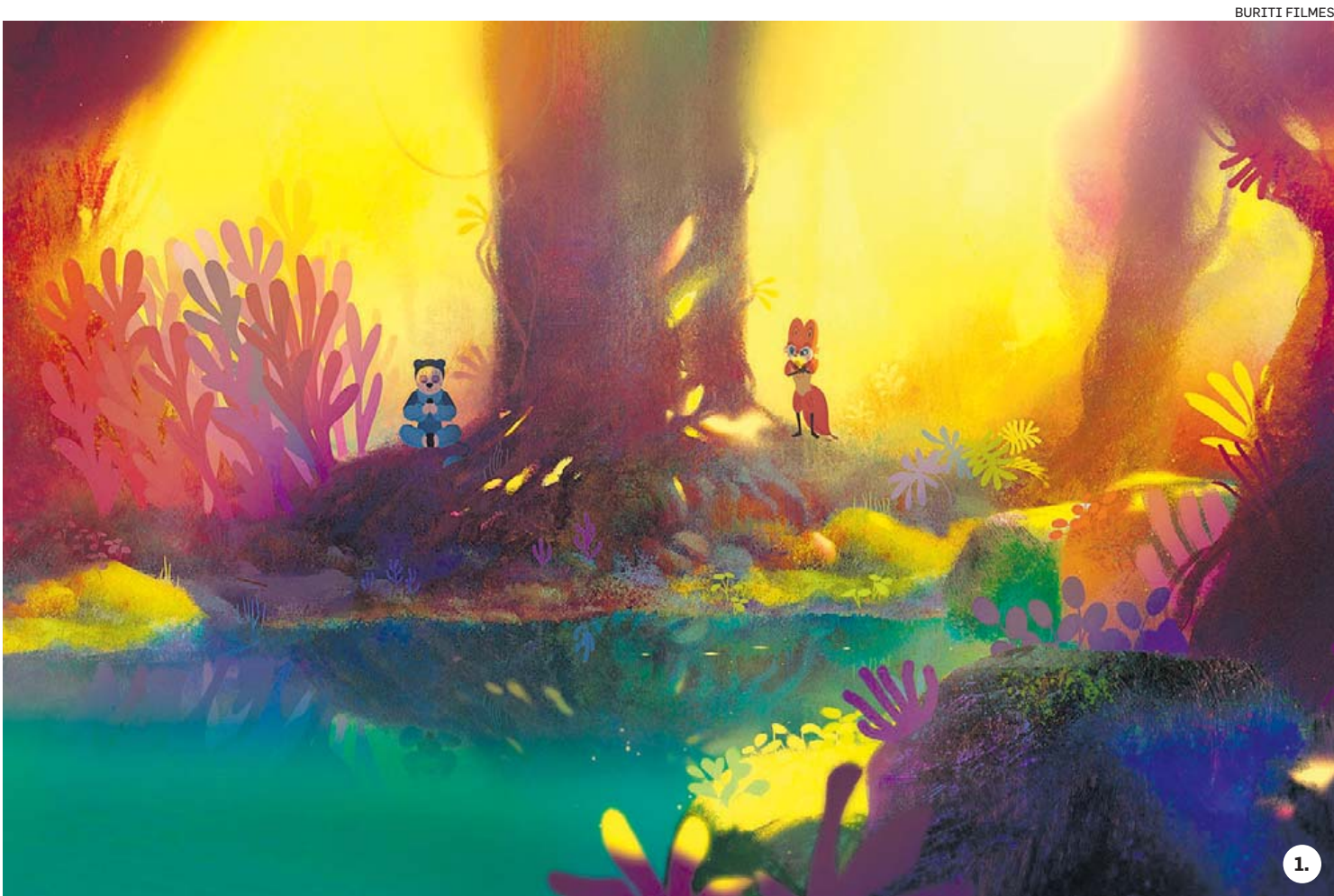
	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0714	1,2070	0,1922
EURO	0,933	1,0000	1,1266	0,1794
FRANCO SUÍÇO	0,921	0,9865	1,1114	0,1770
LIBRA ESTERLINA	0,829	0,8879	1,0000	0,1592
IENE	131,412	140,7880	158,6090	25,2560

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

CULTURA & COMPORTAMENTO
QUINTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2023 O ESTADO DE S. PAULO
C2

Animação **Estreia**

'Perlimps', de Alê Abreu, invade as telas com uma explosão de cores e sons

No contraponto de 'O Menino e o Mundo', que era sóbrio e com predominância do branco, diretor retrata em novo filme a magia de uma criança em busca de seres de luz

BURITI FILMES

MATHEUS MANS

Foi por volta de 2013, quando ainda estava finalizando *O Menino e o Mundo*, que Alê Abreu começou a ter as primeiras ideias de *Perlimps*, que chega aos cinemas nesta quinta-feira, 9. Mas eram apenas esboços, um rascunho do que o longa viria a se tornar. Só dois ou três anos depois que Alê foi para o interior de São Paulo, longe de tudo, e começou a organizar suas ideias, jogadas dentro de um saco e sem, naquele momento, qualquer tipo óbvio de linearidade.

"É uma coisa bagunçada. Coleciono trechos de histórias que surgem, além de desenhos, notas. O que me toca, o que brilha. Em um momento, isso vai se misturando", explica Alê ao **Estadão**. "A primeira nota que surgiu era de uma criança saindo de uma floresta meio alagada, com uma fantasia se desfazendo. Simbolizava o filme, era uma imagem muito forte. Isso quase fica como o resumo do próprio filme. O trabalho foi construído ao redor dessa cena principal".

De fato, essa imagem de uma criança saindo de uma floresta, com a fantasia encharcada, diz muito sobre *Perlimps*. Afinal, o longa conta a história de Claé e Bruô, agentes secretos de tribos rivais que precisam trabalhar juntos em uma missão importante: encontrar os seres de luz *Perlimps*. "É sair da bolha da infância. É como se estivéssemos aguardando em um lugar mágico para, depois, colocar o chão no mundo real", contextualiza o cineasta.

Esperança

Para o diretor, a criança nasce acreditando que o mundo é bom, com crença de que tudo é possível

Se tem algo que não passa batido para quem assiste a *Perlimps* é o visual da produção. Há muitas cores, luzes e, no horizonte, uma tela quase aquarelada. Bem diferente do que foi visto no trabalho em *O Menino e o Mundo*, quando as cores eram mais sóbrias e com predominância do branco. Como se fossem dois filmes em contraste.

"*O Menino e o Mundo* é de um minimalismo muito forte, com muito branco. *Perlimps* não podia ser feito dessa forma. Quando vi que os *Perlimps* vêm de uma explosão de luz, percebi que tinha que trazer o espectro de cores. Comecei a pincelar com as cores, como se fosse uma tela abstrata. Como construir o visual de *Perlimps*? Encontrei esse cenário na sobreposição da abstração, um cenário totalmente borrado, e multicolorido, com cores livres e que me repetem à psicodelia. É uma viagem de cores. O mundo da criança é, por si só, aberto, colorido, até com relação com a psicodelia."

Além das cores, Alê Abreu conta que há uma diferença essencial entre *O Menino e o Mundo* e *Perlimps*: a produção. "*Perlimps* nasce com dois produtores ao meu lado, Luiz Bolognesi e Laís Bodanzky, e, com isso, também nasce de um roteiro mais claro. A gente não tinha como descobrir o filme lá no final, como foi com *O Menino e o Mundo*. Precisava organizar como uma grande produção", diz. "Era um roteiro claro, um drama na relação desses dois personagens, até com diálogos, coisa que não tinha antes."

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

1. Através de pinceladas em tela abstrata surgiu cenário totalmente borrado e multicolorido; a ideia de...

2. ...Alê Souza era uma viagem que remete à psicodelia

DIÁLOGO. Apesar dessas diferenças, *O Menino e o Mundo* e *Perlimps* conversam em outros pontos. Dois deles chamam a atenção: o final, impactante e que traz uma boa reflexão para além da tela, e a conexão da história com coisas que o mundo está vivendo.

Sobre este último ponto, Alê acha graça e até vê uma relação quase espiritual, tentando explicar essa facilidade de conversar com temas atuais, mesmo demorando tanto entre a concepção da ideia e o lançamento da produção. "A arte é um modo de adivinhar as coisas. É como ter uma intuição, que cutuca um inconsciente coletivo. A arte é uma forma de trazer isso para o mundo", diz.

Semelhança

Apesar das diferenças, 'O Menino e o Mundo' e 'Perlimps' têm em comum o diálogo com a atualidade

"Quando fiz as primeiras notas de *Perlimps*, já tinha o debate sobre os opostos. Isso vai entrando na gente como artista e, sensíveis às coisas que estão rondando, a gente devolve com o que faz. Fico feliz de, alguma forma, dialogar e trazer esse debate para o público infantil, de que as coisas não são assim desde sempre. Tudo pode mudar. E dar ao adulto a perspectiva do mundo da infância. Entender que algo pode ter feito ele ficar endurecido, mas que ainda existe, apesar de tudo, luz dentro dele."

DEBATE. Sobre a mensagem do filme, é interessante notar como um debate já está começando antes mesmo da estreia no Brasil. O cineasta vai direto ao ponto. "Eu vejo as coisas de maneira positiva. Apesar de termos passado por momentos delicados, e uma escuridão nos últimos anos, eu tenho um pensamento que me ajudou muito com *Perlimps*: a criança nasce acreditando que o mundo é bom, ela carrega uma crença de que tudo é possível. Tem uma crença absurda. É uma luz na gente", diz. "Essa infância fica guardada na gente. E essa luz há de nos iluminar nos momentos de maior escuridão." ●

Direto da Fonte
Gilberto Amendola gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Zona de Perigo

Batidão de Léo Santana, o GG, renova o carnaval

Léo Santana está em ebulição com o carnaval. O cantor vai fazer dezesseis shows, em cinco cidades, durante nove dias. Para aguentar o ritmo, GG, apelido do artista que pesa 120 kg e tem dois metros de altura, redobra a atenção com a saúde. "Eu me cuido durante o ano todo, mas quando chega o carnaval, onde os shows aumentam muito, busco me organizar mais, me alimento bem melhor, intensifico os treinos e me cuido para que minha imunidade e minha voz não sejam afetadas."

Para Santana, a folia não deve ser festejada apenas com sambas e marchinhas. "O carnaval é uma festa que celebra a diversidade musical. Então, não vejo razão para limitar os gêneros musicais que vão estar ali. Se agrada o público, acho que cabe! Eu mesmo toco pagodão e a galera se amarra!"

Em São Paulo, ele se apresenta, na segunda-feira, 20, no Jockey, no evento Carnaval da Cidade. Santana estava ontem no topo das mais ouvidas do Spotify Brasil com a música *Zona de Perigo*, apontada como hit do verão e que tem dancinha sendo reproduzida por celebridades nas redes sociais.

DIVULGAÇÃO
Cantor vai se apresentar no próximo dia 20 no Jockey, em SP

Indagado se é mais um artista de axé, sertanejo ou samba, disse: "Eu me considero um artista sem rótulos. Costumo dizer que meu show é um caldeirão onde passeio por diversos ritmos, busco tocar um pouco de tudo, mas sempre com a batida e o suingue da minha banda, o mais importante é criar uma conexão com o público e animar quem está ali para curtir o show do GG."

Santana diz que não costuma planejar os próximos passos para atingir novos sucessos. Conta que a mulher, a dançarina Lore Improta, e a Liz, a filha de um ano do casal, são seu combustível para buscar ser cada dia melhor.

/PAULA BONELLI

Teresa Cristina no centenário da Portela

Os cem anos da Portela terão um atrativo especial para os foliões neste carnaval: o Show do Centenário, com a Velha Guarda convidando a portelense ilustre Teresa Cristina e o cantor Criolo. A apresentação faz parte das comemorações da escola e vai ocorrer no Camarote Portela, no primeiro dia de desfile do Grupo Especial, domingo, 19 de fevereiro.

EQUIPE GLOW

Juliana Mansur na New York Fashion Week

A Undertop, marca de moda feminina da empresária Juliana Mansur, se prepara para desfilar na New York Fashion Week, no dia 12 de fevereiro. Para o desfile, a Undertop vai apresentar a coleção outono-inverno. "Desfilar na NYFW representa a conclusão de um lindo trabalho. É sempre uma emoção enorme, a gente nunca se acostuma", afirma Juliana.

GUTO CARNEIRO

1. A artista indígena Daiara Tukano abriu a exposição "Amõ Numiã".

2. Lidia Lisboa.

3. Rodrigo Ohtake e Ana Carolina Ralston. Na Galeria Millan.

FOTOS SILVANA GARZARO

Bloco de Notas

EXPANSÃO. O empresário Afrânio Barreira, proprietário das redes Coco Bambu, Vasto e Coffee Break expande seus negócios com mais 10 novas unidades no País com investimento aproximado de R$ 100 milhões este ano, além do lançamento da rede italiana de restaurantes Nonna Dani.

ESTRATÉGIAS. A H1 Editora acaba de lançar o livro *Longo Prazo*, da autora norte-americana Dorie Clark. Dividido em 10 capítulos, a obra da pensadora e professora da Duke Univeristy explica como as pessoas podem aplicar à vida pessoal estratégias usadas por CEOs de grandes empresas. Com o título, a editora também lança o podcast com participações de nomes como Magic Paula, Ícaro de Carvalho.

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Distinção fundamental
Data estelar: Lua mingua em Libra

Nós não somos os personagens que com tanto cuidado e empenho vamos construindo ao longo da existência, porque apesar de esses ocuparem uma boa parte de nosso tempo, no fim do dia nos sentimos exaustos, já que por serem diferentes daquilo que experimentamos quando somos quem somos consomem nossa vitalidade em vez de nos brindar com vigor. Não somos nossos personagens, somos aquilo que nos apaixona e pelo qual fazemos o impossível para nos envolver, mas que normalmente e como um real paradoxo, isso ocupa menos tempo do nosso dia a dia.

Como se soluciona isso? Não sei! É uma tradição muito arraigada que se recusa a morrer, mas posso te dizer o seguinte, em nome de tua saúde física e mental, é bom fazer uma distinção clara entre o personagem que representas e a pessoa que realmente és. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
A coisa está esquentando, sua alma bem o percebe e deseja participar ativamente dos eventos, aproveitando todas as oportunidades que circularem e que, ao que tudo indica, não devam ser poucas nem pequenas.

TOURO 21-4 a 20-5
É tudo muito diferente de como era até não muito tempo atrás, mas a consciência humana ainda se apega a como as coisas eram antes, sem perceber que é esse apego que torna tudo confuso e as emoções muito distorcidas.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
É diante de situações complexas que a alma entra no eixo, mantém a cabeça no lugar e se torna diretora da situação, em vez de vítima ou simples espectadora. Não é necessário chegar a esses extremos para isso. Melhor não.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Uma vez que se sabe o que se sabe, é impossível fingir que se desconheça a realidade. Você pode buscar argumentos e justificativas atenuantes, mas nada tirará de seu coração o impacto que a verdade provoca.

LEÃO 22-7 a 22-8
As sementes de realizações futuras estão todas aí, e sua alma as percebe com clareza, mas para as aproveitar seria necessário fazer investimentos que, no momento, não parecem ao alcance. Não importa, continue.

VIRGEM 23-8 a 22-9
De alguma maneira há de se quebrar o encantamento que prende sua alma a inúmeras rotinas, todas muito importantes e vitais, mas que drenam todo o tempo e, assim, não sobra nada para se lançar a alguma aventura. Isso não.

LIBRA 23-9 a 22-10
Chega uma hora em que a alma precisa tomar medidas drásticas, não apenas para se livrar do que eventualmente perturba, como principalmente se dedicar com afinco a fazer acontecer o que seja desejável. Hora da verdade.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
O dia a dia, apesar da maçante rotina, também provoca situações bastante fortes, de grande impacto emocional. É assim que se torna desnecessário buscar longe as emoções que, de fato, acontecem bem próximas.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12
Cada ação que você empreende tem um custo e esse nem sempre é avaliado com a sabedoria necessária, o que faz com que, num futuro nada distante, você chegue perto de se arrepender por ter feito o que fez.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Abra passagem, este é seu momento de pulverizar obstáculos e adversidades e os submeter à força de sua vontade. Abra passagem, considere ser este seu momento de avançar, sem importar de que maneira. Avançar.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Para que este momento valioso não passe em brancas nuvens, fique disponível para mergulhar fundo em sua alma à procura da verdade mais visceral possível, aquela que resista a toda e qualquer justificativa.

PEIXES 20-2 a 20-3
Os ânimos andam bastante exaltados e não é para menos, porque o mundo está de ponta-cabeça e a maioria das pessoas ainda tenta se equilibrar num cenário que não existe mais. A dificuldade de mudar é imensa.

Literatura **Premiação**

Padura revela que Leonardo Sciascia é fonte para sua escrita

Cubano citou o colega italiano ao receber o Prêmio Internacional de Novela Negra Pepe Carvalho

O escritor cubano Leonardo Padura, conhecido sobretudo por seus romances policiais, revelou que se inspira no italiano Leonardo Sciascia (1921-1989) para produzir obras com valor universal.

"Aprendi essa percepção de que é possível falar ao mundo a partir de um contexto tão fechado como o da Sicília", disse Padura em entrevista à Ansa após receber o Prêmio Internacional de Novela Negra Pepe Carvalho, em Barcelona.

"Escrever a partir das ilhas sempre tem um sentido de que você precisa ir acima do mar. Dentro, o peculiar é tão forte que pode levá-lo a ser explícito e explicativo, e a literatura não tem motivo para ser explícita", acrescentou.

Segundo Padura, é importante "se desfazer de todas as convenções do gênero" para escrever um bom romance policial.

O criador dos romances policiais do detetive Mario Conde também recordou o ensinamento que recebeu do escritor espanhol Manuel Vázquez: "Viemos de uma tradição em que o romance policial era escrito em inglês e francês, e muito pouco em espanhol", disse.

PRÓXIMO ROMANCE. "Não me interessa tanto quem matou quem, mas sim contar uma história em que o crime pode refletir um conflito social", afirmou o cubano. Ele ainda revelou que a próxima aventura do detetive Mario Conde se passará durante a pandemia de covid.

De acordo com o escritor, ele quer refletir sobre "como o medo da morte faz com que os cidadãos renunciem até aos direitos pelos quais mais lutaram". ● ANSA

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

DR. ERNIE, O PSICÓLOGO DOS QUADRINHOS, RESPONDE AS SUAS DÚVIDAS

UMA MULHER DE BATATAIS PERGUNTA: "CARO DR. ERNIE, O QUE SIGNIFICA "FOBIA"?

É O ESTÁGIO AVANÇADO DE "TEMIA".

BEM PENSADO *"Feliz é quem transfere o que sabe e aprende o que ensina"* **Cora Coralina**

Por aí

Patrícia Ferraz ● *patriciacferraz@gmail.com*

Uma grande experiência gastronômica

Tenho a impressão de que nenhuma experiência gastronômica vai superar, tão cedo, a que tive no carioca Lasai, na semana passada. OK, o ano mal começou e sou uma pessoa otimista, ainda assim... A cozinha do chef Rafa Costa e Silva é autoral, contemporânea, uma mescla de excelência no preparo, delicadeza, grandes produtos e combinações surpreendentes.

O Lasai é um dos melhores restaurantes do País. Pena que seja para poucos. Bem poucos: exatamente 10 pessoas a cada noite, de terça a sábado, com filas de espera de um mês e preços altíssimos (vou deixar esse assunto para o final, sabe aquele negócio de dar primeiro a boa notícia?).

O restaurante funcionou por oito anos em um casarão com 40 lugares, em Botafogo, conquistou prêmios, uma estrela Michelin e o 22.º lugar no ranking dos 50 Melhores da América Latina em 2022. Mas, no início do ano passado, o chef resolveu dar um novo rumo aos negócios. Fechou, mudou o conceito e o endereço.

O Lasai é agora um restaurante de uma mesa só (mais exatamente uma bela bancada com 10 lugares) e uma cozinha com equipamentos de alta performance, que só serve menu-degustação (no Largo dos Leões, em Humaitá). A sequência varia, mas são oito aperitivos e quatro pratos, além de duas sobremesas. No dia 2 de fevereiro, os destaques da festa foram ostras de Santa Catarina com coco fresco, pimenta e limão caviar; tartelete com abacate e ovas curadas; crocante de linhaça com berinjela laqueada, batata yakon e peixe olho de boi; torradinha de trigo sarraceno com rabo de porco e banana grelhada... A mandioca grelhada na manteiga de garrafa, com uma crosta delicada e o interior macio, foi servida com emulsão de lula e vôngoles, o ponto alto entre os principais. O camarão carabineiro veio em duas etapas: primeiro, o crustáceo grelhado; depois, a cabeça. Outro prato primoroso foi a barriga de porco cozida e depois grelhada na chapa e servida com molho viscoso, que leva três dias para ficar pronto.

PATRÍCIA FERRAZ

Rabo de boi e banana grelhada, um dos pontos fortes do Lasai

Para quem prefere uma versão menos gastronômica e com preços mais amenos, a boa notícia é que ele está transformando o antigo endereço em um bistrô. E, além disso, você pode ir ao Crypto Kitchen (na rua Ataulfo Alves, no Leblon) e provar o peixe do dia, com vegetais grelhados, o sanduíche de steak tartare com picles de cebola – ou, se a fome permitir, vá de tomahawk, macio e incrivelmente saboroso.

Agora a notícia ruim: o menu do Lasai custa R$950 por pessoa, sem bebida e taxa de serviço. Com harmonização, a conta fica perto de R$ 1.500 por pessoa.●

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 22 ANOS.

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**
● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3I7thoE**

O macarrão de cozimento rápido
Dois dos males causados pelo cigarro
Depósitos agrícolas
Inflexão da voz
Muito próximo do solo (o voo)
Orientador tático do esportista
O 1º livro da Bíblia
Ainda, em espanhol
O indivíduo que é simpático (pop.)
Inexistem na rede wi-fi (Inform.)
Viela; travessa
Tecido de curativos
Estuda
Divisão (de prêmio lotérico)
São feitas no set (TV e Cin.)
Apenas
Seguidor de Hitler
Agente disentérico
Enfurecer
Material que atrai o ferro
O atleta como Hugo Calderano
Extintores (?): o mais eficiente é o ABC
Capital e maior cidade da Jordânia
Clube londrino de futebol
Instrui
Uniforme, em inglês
Camareira
Interjeição típica do mineiro
Nele o aluno toma água, na escola
U
Procura por bem ou serviço (Econ.)
A
O dobro do raio (abrev.)
Ameaças comuns em filmes de terror
Com, em espanhol
Guerrilha basca
É vendido em pó, em barra ou líquido
I
(?)-d'água: cascatas
Rosto; semblante
Moeda japonesa
Conteúdo textual
Chefe de James Bond (Cin.)
Alex (?), chef brasileiro
Botequim
A sereia brasileira (Folcl.)
Filme de João Pedro Rodrigues
Balbúrdia
A tecla que se opõe a "home", no micro
A ti
Meio de linguagem do mudo
Ir, em inglês
O fruto do milho
Nelson (?), cantor evangélico
Pequena igreja fora da povoação

BANCO 2/go. 3/aún — con — end. 4/even. 5/ameba — atala — vulto. 10/veiculares.

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Pastéis de Belém

Os ~~**PASTÉIS**~~ de Belém são uma **IGUARIA** tradicional de Portugal. Eles surgiram quando os **MONGES** do Mosteiro dos Jerônimos, em **LISBOA**, passaram a vendê-los como forma de subsistência após a **REVOLUÇÃO** Liberal, em 1834, que fechou todos os **MOSTEIROS** do país.

Em 1937, a **RECEITA** foi vendida a um **EMPRESÁRIO** português recém-chegado do Brasil. Ele inaugurou, então, a Confeitaria de **BELÉM** para vender os **QUITUTES**.

Até hoje, os pastéis de Belém são comercializados pelos descendentes do **FUNDADOR**, e a receita, ainda a original, é mantida em **SEGREDO**. Os **MESTRES** pasteleiros contratados pela **OFICINA** do Segredo assinam um **JURAMENTO** no qual se comprometem a não **DIVULGAR** a receita. Sabe-se apenas que são usados **OVOS**, açúcar e massa **FOLHADA**.

A **CONFEITARIA** dos pastéis de Belém é um ponto **TURÍSTICO** de Lisboa, onde os docinhos são servidos ainda **QUENTES** e polvilhados com **CANELA** em pó e **AÇÚCAR** de confeiteiro.

R A C U Ç A V X R I S O
W B E I G U A R I A C S
G I M L R Z J I X I L E
N G P W G N I N T K I T
O G R J R R E S X E X U
F D E H K Z I G F R N T
I L S T I R K H A C E I
C J A V U S J G Y R T U
I X R T H C L K A E G Q
N E I D Y U Z O C V Y Y
A I O B V B B I E O B F
D N C I M S F T W L B O
C Z D W I T D G T U L L
K I Y L B W I G J Ç J H
P A S T E I S Z H Ã S A
G N D I S B K R M O Y D
O T N E M A R U J G J A
J M D A T I E C E R K W
T H K K C I S S K L W G
F H N G O M E S T R E S
U C H R N N T R R V M E
N X B F F S E T N E U Q
D H M Y E I B J X V V O
A V O K I C A N E L A D
D T N C T J F E F B J E
O D G V A B E L E M I R
R J E C R L I F B H X G
J E S V I C O V O S W E
X W L Y A H E J J K R S
G B S O R I E T S O M F

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/3YgWGCu**

Nível Médio

	6			3		5	2	
3			2					1
4			5					
						4	7	
9								5
	2	3						
					4			9
5					6			2
	8	6		1			4	

SOLUÇÕES

Vivemos no Antropoceno e já agredimos o planeta além da conta, mas podemos mudar nosso destino

A nova era da extinção ainda pode ser evitada

ANDRÉ CARAMURU AUBERT
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A Terra tem cerca de 4,5 bilhões de anos; o *Homo sapiens*, mais ou menos 250 mil. Se usarmos um ano como escala, com a Terra nascendo em 1 de janeiro, os seres multicelulares teriam surgido no fim de agosto, os dinossauros em 13 de dezembro, e o ser humano, doze minutos antes da meia-noite do dia 31. Dentro desta grande tela, nós, *Homo sapiens*, somos insignificantes. Mas as alterações que temos provocado na Terra, nos oceanos e na atmosfera do planeta, nesse breve período de nossa existência, são de tal magnitude que acabamos por dar nome a uma época geológica, o Antropoceno (conceito criado pelo Nobel de Química Paul Crutzen no ano 2000). Quando exatamente essa época começou, porém, é um debate ainda em aberto.

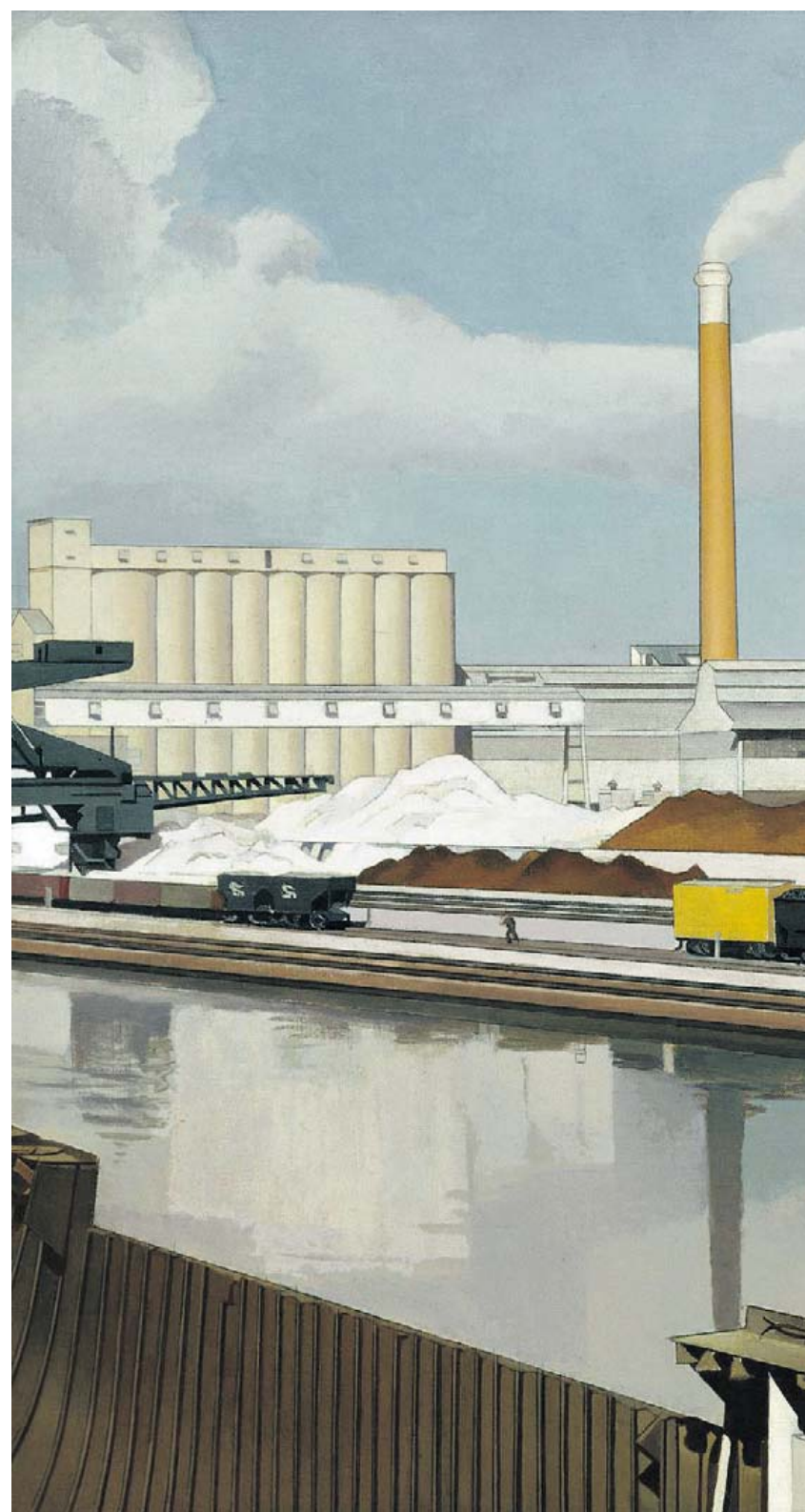
Há quem diga que o Antropoceno teve início com a Revolução Industrial, no fim do século 18 (quando o homem passou, de fato, a mudar o clima do planeta), ou com a explosão da primeira bomba atômica (que simboliza a capacidade humana de alterar radicalmente a geologia e a vida na Terra), ou ainda – a definição que mais me atrai – com a Revolução Agrícola do Neolítico, há cerca de doze mil anos, quando os seres humanos começaram a desmatar, plantar, domesticar e causar extinções em larga escala. E extinções em massa não são coisa do passado: segundo levantamento da revista *National Geographic*, apenas nas duas primeiras décadas do século 21, as ações humanas eliminaram para sempre mais de 580 espécies. Além de "extinções", o Antropoceno representa aumento populacional com perda de diversidade. Enquanto muitas espécies encolhiam ou desapareciam, outras, além de nós mesmos, prosperavam, e não só por conveniência (vacas, porcos, galinhas...), mas por oportunismo (ratos, pombos, baratas...). Estima-se que, atualmente, se colocado numa balança, o peso total da população humana, somada à dos animais que criamos em cativeiro, é quase doze vezes maior do que o peso de todos os animais selvagens somados, incluindo as baleias.

NEDITORA INTRÍNSECA

Ruínas
John Green argumenta que, se vier a sexta extinção, o planeta vai reagir, mas não haverá ninguém para ouvir o disco de Billie Holiday

AÇÕES. Se nossos malfeitos são imperdoáveis (afinal, cada extinção é para sempre), é óbvio que, com o uso do que criamos de bom, como a razão, a ciência, e a ética, podemos ao menos melhorar as perspectivas do futuro, nosso e dos demais habitantes do planeta. O livro mais recente da ensaísta Elizabeth Kolbert, *Sob um Céu Branco: a Natureza no Futuro*, traz alguns bons exemplos. Num deles, engenheiros dão duro para evitar que o sul do Estado da Louisiana, e sua principal cidade, New Orleans, desapareçam sob as águas do delta do Mississippi (a cada hora e meia a Louisiana perde o equivalente a um campo de futebol).

Não é uma tarefa simples, mas, mesmo a um custo de bilhões de dólares, parece que estão conseguindo. Num outro caso, cientistas tentam salvar, até agora também com sucesso, o peixinho mais raro do mundo (população total de menos de duas centenas), habitante de uma piscina natural numa caverna no Vale da Morte, no deserto de Nevada, fortemente afetado, de um lado, por dezenas de testes nucleares nas redondezas e, de outro, por empreendimentos imobiliários que usam a água do mesmo aquífero da piscina dos peixinhos (que começou a secar).

Não deixa de ser curioso o tom relativamente otimista de Kolbert neste livro, uma vez que ela ganhou um Pulitzer, em 2015, com um trabalho muito mais sombrio, *A Sexta Extinção: uma História não Natural*, em que lista as cinco grandes extinções do passado (a dos dinossauros, há 65 milhões de anos, provocada pelo famoso asteroide, foi a mais recente), e explica a forte probabilidade de estarmos prestes a encararmos a sexta. Nesta, seríamos ao mesmo tempo o asteroide e o dinossauro.

EXTINÇÃO. Em *Antropoceno: Notas sobre a Vida na Terra*, John Green argumenta que, se vier a ocorrer a sexta extinção, o planeta ficará muito bem. A vida sobreviveu às cinco anteriores, e haverá de sobreviver, sem os seres humanos, à próxima. Ele até imagina as matas refeitas, e coiotes passeando, sossegados, por entre as ruínas do que um dia foram as nossas casas. Mas, admirador das coisas boas criadas pelo *Homo sapiens*, Green não se mostra feliz com a possibilidade: numa ruína qualquer, haverá um LP de Billie Holiday e um toca-discos empoeirado, mas ninguém para ouvir e apreciar aquilo.

Enquanto o tópico eram extinções distantes, como a do pássaro Dodô ou do Arau-gigante, havia lamentos, mas não urgência. Ultimamente, porém, com tragédias climáticas batendo à porta, o que parecia um conceito acadêmi- →

MoMA

LEE CELANO/REUTERS

EDITORA INTRÍNSECA

1. Na tela 'American Landscape' (1930), Charles Sheeler pinta a 'paisagem americana' da Revolução Industrial

2. Inundações provocadas pelo furacão Katrina, uma consequência do aquecimento global

3. A autora premiada Elizabeth Kolbert

co ganhou ares de emergência. Não que desastres ecológicos de grandes proporções sejam uma novidade. Basta olhar para o outrora fértil e hoje desértico Iraque, que um dia abrigou as primeiras grandes civilizações urbanas, uma das que inventaram a escrita (cuneiforme), que escreveram o primeiro código legal (*Hamurabi*), o primeiro grande poema (*Gilgamesh*), e berço das religiões que dominam o mundo até hoje (Abraão) e onde, não por acaso, surgiu o mito do Dilúvio. Mas, naqueles tempos, as pessoas não sabiam que a maneira como estavam lidando com o meio ambiente estava errada, e sempre havia algum lugar para onde emigrar.

Milênios de estragos acumulados, porém, fizeram com que as consequências ganhassem dimensões globais. Hoje, nem uma única pessoa, rica ou pobre, em qualquer lugar do planeta, está livre do risco de vir a perder as posses, ou a vida, com ondas de muito calor ou muito frio, de muita água, muito fogo, muito barro, muito vento ou muita seca. Por outro lado, agora identificamos as causas do problema e conhecemos, se não todas, pelo menos parte das soluções.

ALIMENTOS. Muito se fala em energias limpas, fim do desmatamento e crescimento sustentável. Ligando tudo isso há uma questão, nem sempre devidamente valorizada, mas fundamental: nossa dieta alimentar. Quase tudo, na história da humanidade, passa por selecionar, obter, armazenar e preparar a comida. A maior parte das celebrações humanas, como o Natal, se dá em volta de mesas, pratos e copos. Não nos esqueçamos, o outro nome do Neolítico é "Revolução Agrícola."

Foi a capacidade de produzir mais e mais alimentos, em menos e menos espaço, que permitiu a vida urbana, a especialização profissional e a explosão populacional. Mas isso tudo faz parte do modelo que, para o bem ou para o mal, nos trouxe para onde estamos. Um dos traços típicos da Revolução Agrícola é a monocultura, seja de soja, milho, trigo ou o que for. Usar uma grande área para plantar uma única cultura é, em si, um desequilíbrio ecológico, algo que parece mais sério quando sabemos que a maior parte é usada para fazer ração para os animais que comeremos.

O que podemos fazer para melhorar a sustentabilidade de nossa alimentação? A resposta rápida dirá que precisamos virar veganos, pois o veganismo, para nos alimentar, usa muito menos recursos naturais, fora o bônus de evitar o sofrimento animal (algo que já causamos além da conta). Mas talvez nem todo mundo aceite, e aí vale citar o livro *The Anthropocene Cookbook – Recipes and Opportunities for Future Catastrophes* (*A Culinária do Antropoceno – Receitas e Oportunidades para Futuras Catástrofes*), de Zane Cerpina e Stahl Stenslie, editado pela MIT Press em 2022. O título é enganoso, pois não se trata, a rigor, de um livro de culinária, mas de reflexões e provocações a respeito de possíveis cenários e de alternativas diante de um futuro potencialmente catastrófico. Logo no prefácio, os autores lembram que, nos mais de 90 mil livros de culinária que eles conseguiram computar, estavam receitas que, em si, por conta dos ingredientes e dos modos de preparo, seriam parcialmente responsáveis pela atual crise climática.

LIXO. É provável que não precisemos comer menos, mas com certeza comeremos diferente. Uma ideia seria fazermos modificações genéticas em alguns alimentos, ou em nós, para que consigamos digerir grama e capim (como os ruminantes), além de papel e madeira (como os cupins). Lixo orgânico reprocessado é uma alternativa que tem sido considerada, pois, afinal de contas, o planeta joga fora pelo menos 1,3 bilhão de toneladas de comida todos os anos (há quem diga que seja o dobro disso; são as sobras dos pratos, os alimentos que estragam na geladeira, os produtos com validade vencida, etc. e não estou nem me referindo à tragédia brasileira de pessoas revirando o lixo).

OPÇÕES. Outra possibilidade será passarmos a ingerir alimentos com os quais nossos antepassados se lambuzavam, mas que nós deixamos de lado, como larvas, baratas, escorpiões e formigas. Içás, ou saúvas, eram bastante apreciadas pelos tupis e pelos colonizadores portugueses até pelo menos o começo do século 19 – e talvez possam voltar ao cardápio. Você talvez não saiba, mas já come um besouro chamado cochonilha, que, esmagado, serve para dar a cor vermelha a sorvetes e biscoitos de "morango," isso sem falar nos 75 fragmentos de inseto por 50 gramas legalmente aceitos na farinha de trigo da sua pizza. O plástico, embutido em peixes, moluscos e crustáceos, já faz parte de nossa dieta, mas quem sabe possa ser mais bem aproveitado: ele é ingerido por algumas bactérias, que por sua vez nutrem plantas aquáticas que, por sua vez, poderiam ser consumidas por nós. As possibilidades são infinitas, e é provável que não escapemos de pelo menos algumas delas, mesmo as mais repulsivas.

> ***Nouvelle Cuisine***
> ***Você talvez não saiba, mas come um besouro chamado cochonilha, que, esmagado, dá a cor vermelha dos sorvetes***

Vivemos no Antropoceno e já agredimos o planeta além da conta. Se quisermos evitar a sexta extinção, só nos resta, agora, encarar mudanças e adaptações. O certo é que, de um jeito ou de outro, o mundo do futuro será muito diferente daquele em que nascemos e crescemos. Pode ser que ele venha a ser muito ruim ou, se tomarmos as medidas adequadas, quem sabe até possa ser viável. Mas, se entre secas e inundações, você não quiser mesmo experimentar um hambúrguer vegano, comece a pensar em larvas, formigas e baratas para o churrasco de domingo, pois aquela sua tão amada picanha está com os dias contados.●

Cinema *Racismo*

Em 'Till', a saga de uma mãe preta que teve filho assassinado

FOTOS LYNSEY WEATHERSPOON/ ORION PICTURES

Whoopi Goldberg e a cineasta Chinonye Chukwu contam que apoio financeiro para o filme só veio após a morte de George Floyd

JONATHAN LANDRUM JR.
ASSOCIATED PRESS

Quando Whoopi Goldberg foi convidada para ajudar a produzir um projeto sobre Emmett Till, a atriz achava que sabia tudo sobre o sequestro e linchamento do adolescente negro em 1955 – até que ela soube de histórias não contadas sobre como a mãe do garoto enfrentou as terríveis consequências.

Depois que Goldberg mergulhou fundo na história de Till, ela e seus colegas de produção Barbara Broccoli e Fred Zollo apresentaram ideias de um filme para vários grandes estúdios. Todos acabaram recusando. Às vezes era desanimador, mas, passadas mais de duas décadas de tentativas, a ficha de Hollywood caiu após a morte de George Floyd, em 2020.

Foi aí, revelou Goldberg, que a Orion Pictures, da MGM, resolveu financiar o desenvolvimento de *Till,* que estreia nos cinemas nesta quinta-feira, 9, e traz alguns dos detalhes de bastidores sobre a decisão corajosa de Mamie Till-Mobley de conscientizar as pessoas sobre a brutalidade da morte de seu filho.

"As pessoas como que acordaram e disseram: 'Espere aí, isso não é nada legal'", lembrou Goldberg após o assassinato de Floyd, que morreu quando um policial de Minneapolis pressionou o joelho contra seu pescoço por vários minutos. Ela disse que a morte de Floyd tocou toda a população dos Estados Unidos da mesma forma que o linchamento de Till gerou um alvoroço público, há mais de 60 anos.

"As empresas começaram a prestar atenção", disse Goldberg, ao explicar que estava tentando emplacar um projeto sobre Till há mais de 20 anos – tempo suficiente para deixar de ser uma "jovem com filho" para ser avó. "A Orion me disse: 'Olha, queremos contar essa história. Queremos ajudar você a contar essa história. As pessoas estão esperando por isso há muito tempo'."

FOCO NA MÃE. Goldberg relatou que vários diretores foram entrevistados, mas a melhor foi Chinonye Chukwu – que queria pôr o foco na mãe de Till. O novo filme segue a história verdadeira e não contada de Till-Mobley, cuja decisão de divulgar a morte brutal de seu filho de 14 anos por assobiar para uma mulher branca no Mississippi ajudou a desencadear o movimento pelos direitos civis.

"Sem Mamie, o mundo nunca saberia quem foi Emmett Till; ela é o coração da história", enfatizou a diretora – que chamou Till-Mobley de "guerreira pela justiça" por combater o racismo, o sexismo e a misoginia depois do assassinato de seu filho. Chukwu contou que teve apoio incondicional de Goldberg, e esta ponderou que a diretora era perfeita para o trabalho. "(*Goldberg*) sempre falava da sua crença inabalável na minha arte e nas minhas habilidades para contar essa história da maneira que precisava ser contada", disse a diretora, que dirigiu o drama de 2019, *Clemência,* estrelado por Alfred Woodard. "Esse tipo de apoio me fez sentir muito amparada como artista, como ser humano e como mulher negra. Eu nunca vou esquecer."

1. Danielle Deadwyler (E), como a mãe, e Jalyn Hall em 'Till': revivendo uma tragédia de 60 anos atrás. 2. Danielle (E) e Whoopi Goldberg (como avó de Till): 'Uma coisa a ser feita desde 1955'

> ***"A Orion disse: "Queremos ajudar você a contar essa história. As pessoas estão esperando há muito tempo"***

> ***"Você sabe, os negros entram e saem da moda, então temos que aproveitar a maré"***
> **Whoopi Goldberg, atriz**

> ***"Sem Mamie, o mundo nunca saberia quem foi Emmett Till. Ela é o coração da história"***
> **Chinonye Chukwu**
> **Diretora de 'Till'**

Chukwu escreveu o roteiro com Michael Reilly e Keith Beauchamp – cineasta mais conhecido por sua extensa pesquisa por trás do sequestro de Till. Seu documentário de 2005 *The Untold Story of Emmett Louis Till* teve um papel importante na decisão do Departamento de Justiça dos Estados Unidos de reabrir a investigação.

Beauchamp ficou amigo de Till-Mobley, que foi sua mentora até morrer em 2003. Seu trabalho lançou as bases para Chukwu, que caracterizou Beauchamp como um "tesouro" de informações e pesquisas para relatar sua história cinematográfica.

"Foi incrível aprender mais sobre quem ela era como pessoa", disse Chukwu. "Os muitos aspectos de sua vida – suas amigas, seu companheiro, sua igreja, seu trabalho, sua mãe e uma comunidade de pessoas que eram tão fundamentais para seu mundo. Eu aprendi muito sobre tudo isso. E sei que o público também vai aprender muito junto com as outras pessoas envolvidas na história."

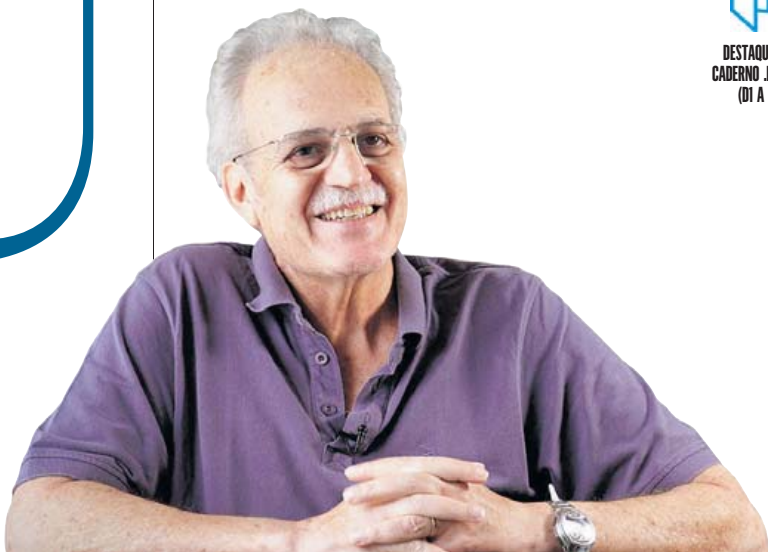
EM FAMÍLIA. Chukwu sentiu necessidade de se concentrar na jornada emocional de Till-Mobley, mas também queria explorar como a morte de Till impactou outros familiares, como os primos mais jovens que testemunharam o sequestro. Ela fez um esforço para recriar "momentos reais, centrados nos personagens" como diálogos entre duas pessoas.

Caso emblemático
Whoopi achava que conhecia tudo sobre o linchamento de Till, até mergulhar na história

"Eu queria adicionar mais camadas à complexidade dos relacionamentos e às posições em que eles estavam, na história e no mundo", disse ela. "Foi ótimo descompactar essas camadas e esse subtexto emocional com os atores." Danielle Deadwyler, que interpreta Till-Mobley, aplaudiu a narrativa de Chukwu e a capacidade de Beauchamp de "acessar a verdade". E elogiou Goldberg e os outros produtores por continuarem diligentes.

"É uma coisa que Mamie queria que fosse feita desde 1955. O importante é mostrá-la tentando contar essa história", disse Deadwyler. "O trabalho que Chinoye e eu fizemos na preparação, com uma rigorosa pesquisa visual e acadêmica, nos entregando a essa tarefa importantíssima, é o que esperamos compartilhar."

Goldberg, que interpreta a avó de Till, Alma Carthan, disse estar aberta à ideia de explorar mais filmes que falem de lutas raciais. "Vamos produzir o máximo de coisas que pudermos", disse ela. "Você sabe, os negros entram e saem da moda, então temos que aproveitar a maré." ● / TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

DESTAQUE O CADERNO .EDU (D1 A D4)

D2 **Aula de futuro.** ‘Criar nova geração é essencial’, diz cientista

‘Currículo verde’

Das aulas à prática, discussão sobre sustentabilidade cresce nas escolas

Uso consciente de água e energia solar, reciclagem e descarte de lixo, preservação de floresta e agricultura responsável ganham espaço nos livros e na rotina dos alunos

LUIZA WOLF
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Ensinar Língua Portuguesa, Matemática e Geografia é só uma parte do papel da escola. Em seus primeiros anos, as crianças são preparadas para serem boas cidadãs – e isso inclui a sustentabilidade em seu sentido amplo, que abarca uso consciente de água, descarte correto do lixo, reciclagem, preservação das florestas, agricultura responsável e mais. Por isso, escolas paulistanas vêm se esforçando para se alinharem aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Organização das Nações Unidas (ONU), a chamada Agenda 2030. “A sustentabilidade é um conceito que não está dissociado da educação”, afirma Ana Cecília Chaves Arruda, coordenadora de programas e projetos do Cenpec, ONG que atua na promoção da equidade e qualidade da educação básica no Brasil.

Incluir atividades sustentáveis no currículo escolar é um trabalho gradual. O Colégio Santa Cruz, por exemplo, iniciou em 2012 seu primeiro comitê de sustentabilidade – hoje, conta com telhados verdes, placas solares, pisos drenantes (que substituíram o asfalto), coleta seletiva e minhocário. “O principal conselho que tenho a dar para outras escolas é: tem de começar aos poucos; não adianta querer fazer tudo de uma vez”, diz Guilherme Taunay, engenheiro responsável pelo câmpus.

O Colégio Franciscano Pio XII também abraçou o tema e o aborda diariamente com seus alunos. A escola tem uma trilha ecológica, área de 179 mil m² com trechos de Mata Atlântica preservados. Lá, os estudantes realizam atividades relacionadas à vegetação, ao solo e à preservação do meio ambiente, como parte de Biologia e Ciências.

Mas nem todas as ações são visíveis para quem passeia pela escola – é preciso vê-la de cima para observar os enormes painéis solares. “É energia suficiente para abastecer 120 casas com um consumo médio de 165 kWh por mês”, diz a diretora Fátima Lopes dos Santos Miranda. Em sala de aula, os alunos estudam o uso consciente de energia elétrica, com a ajuda de maquetes funcionais, cartazes e experimentos. Em 2022, estudantes do 8.º e 9.º anos também participaram da Olimpíada Nacional de Eficiência Energética.

DIGITAL. Até cadernos, agendas, livros didáticos e paradidáticos, informativos e matrículas em papel estão ficando para um passado pré-agenda 2030. “Os alunos nas séries iniciais ainda precisam do papel, porque é importante que eles aprendam a escrita, a caligrafia”, diz Erik Hörner, diretor pedagógico e administrativo do Colégio Humboldt, em São Paulo. Mas nessa escola alunos a partir do 7.º ano já deram adeus ao hábito de ter um caderno para cada disciplina.

O material didático agora é o Chromebook, um notebook leve, resistente e mais barato do que os laptops de mercado. “É um notebook desenhado para o ambiente escolar”, esclarece Hörner. “Ele possui licença escolar e um sistema que nos permite acompanhar o uso dos alunos. Eu posso bloquear o acesso à internet nas provas.”

O Chromebook ainda compila dados de uso que, quando analisados pela equipe de Tecnologia de Informação do colégio, permitem que a equipe faça atualizações e crie soluções para facilitar a vida dos estudantes. Todo esse esforço, que incluiu a formação de professores, rendeu à instituição o selo de Escola de Referência Google for Education.

Micro em vez de papel
Alunos a partir do 7º ano já deram adeus ao hábito de ter um caderno por disciplina

EXEMPLO PÚBLICO. E a mudança não se limita às instituições particulares. Na Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Vinicius de Moraes, por exemplo, os alunos também se engajam em temas sustentáveis. “Algumas ações envolvem toda a escola, como os contêineres de material reciclável. Desde cedo, os estudantes aprendem o descarte correto do lixo”, diz o diretor, Moisés Basilio Leal.

Para Ana Cecília, do Cenpec, “ações sustentáveis que partem da escola precisam ser contínuas e construídas com toda a comunidade escolar, para que não sejam isoladas”. “É também importante lembrar que esse trabalho alinhado aos objetivos de desenvolvimento sustentável contribui diretamente para o enfrentamento das desigualdades, uma questão estrutural da realidade brasileira.” ●

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Alunos do Colégio PIO XII na trilha ecológica, onde estudam para as disciplinas de Ciências e Biologia

Faculdades investem em reciclagem, mas o digital vem avançando

A transformação digital inclui o ensino superior. Desde 2013, a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) vinha digitalizando documentos para que o departamento administrativo não dependesse mais do papel. Após a pandemia de covid-19, porém, a faculdade constatou uma redução significativa no uso de papel.

Para se ter ideia, antes de 2020, o centro de reciclagem da instituição universitária recebia 39 mil quilos de descarte por ano. Agora, o número caiu para 27 mil.

Já a Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), também em São Paulo, mantém um programa de reciclagem, seguindo o objetivo de desenvolvimento sustentável número 12 da ONU. Em 2022, a faculdade reciclou 7 toneladas e 430 quilos de papel, além de 960 quilos de papelão. Segundo a Ciclopel, empresa responsável pela coleta do lixo, esse número corresponde à preservação de 293 metros de árvores. ●

Agenda 2030

Universidades brasileiras viram exemplo na busca de metas da ONU

USP aparece em 10.º entre 1.050 instituições avaliadas no apoio aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)

Universidades brasileiras entraram no esforço para ajudar a cumprir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para serem atingidos até 2030. O tema é tão importante que já há até rankings internacionais para medir essas ações, como o UI GreenMetric World University Rankings, criado pela Universitas Indonesia em 2010, no qual já aparecem as instituições nacionais.

Em 2022, a pesquisa seguiu o tema "ações coletivas para transformar universidades sustentáveis no período pós-pandemia" e avaliou seis quesitos para classificar as instituições de ensino: Configuração e Infraestrutura, Energia e Mudanças Climáticas, Resíduos, Água, Transporte, e Educação e Pesquisa. Ao todo, contemplou 1.050 universidades – dessas, 39 são brasileiras. E uma delas surge entre as principais: a Universidade de São Paulo (USP) ocupa a 10.ª posição da lista. "É um grande orgulho estar no GreenMetric", diz Patricia Iglesias, superintendente de Gestão Ambiental da USP. "Eu já tinha assumido o cargo de superintendente em 2016, quando estávamos na 200.ª posição. Em 2018, nós montamos a política ambiental e, de lá para cá, fomos aperfeiçoando e subindo na lista."

Não se trata de uma preocupação recente. O USP Recicla, por exemplo, foi implementado na década de 1990 e virou até tradição. "Toda vez que um aluno novo chega à universidade, fazemos a distribuição de canecas reutilizáveis", diz Patricia. Mas com a Superintendência de Gestão Ambiental, criada em 2002, os esforços cresceram em gestão de resíduos, redução de carbono, descarte correto de lixo eletrônico, eficiência energética (com criação de projetos fotovoltaicos), horta comunitária na Faculdade de Medicina e conservação de reservas ecológicas.

E todas essas iniciativas podem contribuir para educação e pesquisa. "No câmpus de Ribeirão Preto, por exemplo, a floresta foi queimada e trabalhamos para recuperá-la. Hoje, ela é um banco genético de sementes nativas", diz Patricia.

CECÍLIA BASTOS

Entre as iniciativas, horta comunitária na Faculdade de Medicina

NOTA MÁXIMA. A Universidade Federal de Lavras (UFLA) é a segunda brasileira no ranking, na 37.ª posição, e tirou nota máxima no quesito Educação e Pesquisa, além de pontuar bem nas outras categorias. "A universidade apresenta amplo número de disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação relacionadas ao tema sustentabilidade", afirma Fátima Fia, diretora de Qualidade e Meio Ambiente. "Grande parte dos recursos disponíveis para o financiamento de pesquisas é destinada ao desenvolvimento de projetos para a preservação do meio ambiente. Temos um número elevado de publicações acadêmicas."

Atualmente, a universidade mantém ações como tratamento de esgoto – com capacidade de 800m³ por dia –, processo próprio de captação, tratamento e distribuição de água, compostagem, usina solar e gestão de resíduos, entre outras iniciativas. Além disso, a UFLA possui 83% de sua área total coberta com floresta nativa e áreas verdes plantadas, com grande variedade de espécies. Para a preservação, a universidade conta com comissão formada por docentes dos Departamentos de Engenharia Florestal e de Engenharia Ambiental.

DE DENTRO PARA FORA. Mas as instituições se esforçam para não manter as ações sustentáveis apenas dentro de seu território – a ideia é sempre expandir os 17 objetivos da ONU para as comunidades. Entre as atividades abertas ao público, por exemplo, a USP é palco da Mostra Ecofalante de Cinema, que promove exibições de filmes e debates com o tema da sustentabilidade. A UFLA abre suas portas para que alunos de escolas públicas e particulares possam conhecer o câmpus e suas ações de preservação do meio ambiente.

"As ações que envolvem a comunidade em geral são muito importantes, pois fazem parte do papel educador da universidade, de fomentar a mudança de hábito das pessoas com embasamento científico", afirma Simone Pellizon, prefeita universitária da UFABC. Ali, Simone participa ativamente da administração de uma usina fotovoltaica – e defende que esse projeto pode ser adotado por mais universidades. "É uma ação que envolve dificuldade menor", diz. "Na UFABC, conseguimos construir o projeto ao definirmos uma ação conjunta que promova a união do corpo docente, técnico-administrativo e discente em torno de um mesmo objetivo", diz.

Também no topo
Federal de Lavras (UFLA) tirou a nota máxima no quesito Educação e Pesquisa

Entre as demais instituições no ranking mundial da sustentabilidade também aparecem o Instituto Geral de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, a Unicamp, a Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e os Centros Universitários Facens e do Rio Grande do Norte (UNI-RN), a Federal de Itajubá, a Universidade do Vale do Taquari e a Federal do Rio Grande do Sul. ● LUIZA WOLF

'Sustentabilidade tem de ser ensinada desde o fundamental'

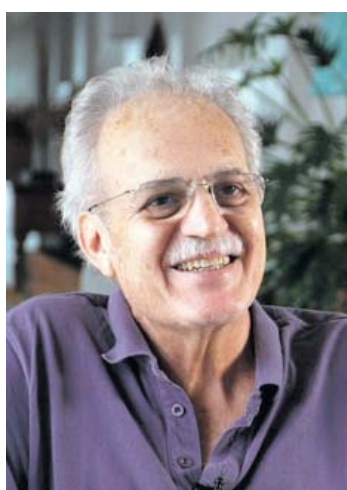
ENTREVISTA

Carlos Nobre
O 1.º cientista do País eleito membro da Royal Society

OCIMARA BALMANT
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O planeta só vencerá os desafios ambientais se houver uma nova geração que não aceite mais um mundo insustentável. A opinião é do meteorologista Carlos Nobre, o primeiro cientista brasileiro a ser eleito membro da academia científica da Royal Society. A instituição britânica é uma das mais antigas e prestigiadas sociedades científicas do mundo.

Qual é o papel da escola na construção de um cidadão preocupado com a Terra?
Eu julgo que é muito importante que os estudantes tenham aulas sobre o que é uma vida sustentável, um ambiente sustentável, para construir trajetórias sustentáveis para vida individual, da família, da localidade, mas também de um país e de um planeta. Sustentabilidade tem de ser ensinada de forma obrigatória desde o ensino fundamental. É muito difícil você imaginar que vamos vencer os desafios – seja o combate às emergências climáticas, seja o combate à poluição urbana, que mata entre 4 e 7 milhões de pessoas por ano – sem que apareça uma nova geração que não aceite mais um mundo insustentável.

Inspirados talvez na Greta Thunberg...
Exatamente. A Greta (*ativista ambiental sueca*) tinha 13 anos quando começou a ficar sentada na frente da escola toda sexta-feira pela manhã como protesto pela inação da sociedade. Criar essa nova geração é essencial. Uma geração para a qual sustentabilidade vire um valor como é o conceito de felicidade. Todos nós queremos felicidade. Sustentabilidade tem de se tornar um conceito filosófico como felicidade.

'Tem de se tornar um conceito filosófico como felicidade', diz

Como estamos no contexto brasileiro?
Fui presidente da Capes (órgão regulamentador de pós-graduação no País) de 2015 a meados de 2016. Nessa época, já se discutia muito essa questão de aperfeiçoar o sistema educacional público no Brasil para questões de sustentabilidade. Nos últimos quatro anos houve uma reversão. Nada avançou de 2019 para cá. Eu diria que essa deve ser uma questão prioritária do MEC . E a Capes deve apoiar na formação de professores. Até porque não adianta estar na BNCC (*base curricular nacional*), se os docentes não tiverem formação para trabalhar com o assunto de forma contextualizada e crítica. Sem essa formação, a população segue não conseguindo entender, por exemplo, porque é tão importante segurar a temperatura do planeta e não deixar que o aquecimento seja maior do que 1,5ºC, tema de discussão acalorada nas Conferências do Clima. Alguns exemplos bem simples: com aquecimento de 1,2ºC estamos com 30% ou mais de tempestades severas, 70% de ondas de calor, 50% de secas severas. Se chegasse em 2ºC, desapareceriam 95% das espécies de recifes de corais dos oceanos. A Amazônia já corre risco com um aquecimento de 1,5ºC.

E isso vale do fundamental à graduação?
Há dez anos, em 2013, visitei o MIT (*onde fez doutorado em 1983*) e acabei vendo que já naquela época havia a cadeira de sustentabilidade para todos os cursos de engenharia – não era eletiva, todos os alunos, de qualquer engenharia, tinham de aprender sobre sustentabilidade.

Conte-nos sobre o projeto que prevê a criação de um instituto de tecnologia na Amazônia, o AMIT.
A ideia é criar condições para integrar o conhecimento ancestral dos povos originários e o conhecimento científico. Convidamos cinco indígenas para o grupo que estamos montando para avançar com o estudo pleno de viabilidade. ●

Pós em Gestão Internacional deve combinar teoria e prática

Interessados em uma carreira fora do Brasil devem analisar a grade curricular e a proposta da instituição de ensino, sugere Rodrigo Gallo, da Mauá

Instituto Mauá de Tecnologia/Divulgação

Na Mauá, a pós-graduação é estruturada para combinar teoria e prática

O planejamento da carreira, tão em alta desde o início da pandemia, costuma ganhar maior importância no início do ano – época em que muitos profissionais dedicam um tempo para analisar quais são suas deficiências e como avançar na carreira, seja por meio de promoções ou em um novo emprego.

O caminho mais seguro para buscar novas oportunidades e se destacar em um mercado cada vez mais competitivo é investir em conhecimento. No caso de uma carreira fora do Brasil, uma das áreas em alta é a da Gestão Internacional.

Critério para a melhor escolha

Mas como escolher uma pós-graduação que, ao final, garanta qualificação? A escolha da melhor pós-graduação, segundo Rodrigo Gallo, coordenador do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), deve levar em consideração a análise da grade curricular e a proposta da instituição. O cuidado vai ajudar o aluno a se certificar de que não se trata de um curso exclusivamente teórico, como muitos disponíveis no mercado.

"É importante que o egresso do curso saia das aulas compreendendo determinados princípios teóricos das relações internacionais, mas, mais do que isso, ele precisa estar apto a aplicar ferramentas de análise internacional no mercado de trabalho, como análise de risco e conjuntura. Esse é um ponto central da gestão internacional que precisa ser verificado pelos interessados", detalha o coordenador.

Na Mauá, a pós-graduação é estruturada para combinar teoria e prática, com atividades e exercícios em sala de aula, de modo que o aluno consiga, segundo Gallo, compreender como os conceitos são aplicáveis à rotina profissional.

Módulos se complementam

A pós da Mauá é composta por três módulos: Ferramentas de Análise da Gestão Internacional, Governança Internacional e Soft Skills Aplicadas à Gestão internacional.

Como explica Gallo, cada um dos módulos oferece um conjunto de conhecimentos complementares. No módulo Governança Internacional, por exemplo, são oferecidas disciplinas que habilitam o aluno a compreender a dinâmica das Relações Internacionais aplicadas aos negócios, como a importância das diretrizes da política externa brasileira, a agenda das Nações Unidas e os debates sobre direitos humanos. "Tudo isso, para um leigo, parece distante da realidade corporativa, mas não é. São conhecimentos essenciais para a tomada de decisão", ressalta o coordenador da Pós-Graduação da Mauá.

Já as soft skills lidam com a cultura, apontada por Gallo como um elemento-chave e decisivo para negociar em outros países. Sem esse tipo de habilidade, explica o professor da Mauá, erros aparentemente pequenos podem ser catastróficos para uma negociação internacional.

A Mauá está com as inscrições abertas para os cursos de pós-graduação com aulas já no primeiro semestre de 2023. No link https://maua.br/pos-graduacao, é possível conferir todas as opções.

Inovação

Pós remota ou presencial, mas sempre 'verde' e com foco em salvar o planeta

Faculdades apostam em cursos voltados ao ESG e em atuação de empresas e de órgãos do governo para fazer ações sustentáveis

LUIZA WOLF
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Universidades têm lançado cursos de pós-graduação voltados a formar profissionais preparados para levar iniciativas e soluções sustentáveis às companhias e aos governos. A Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo, por exemplo, firmou parceria com a consultoria Ideia Sustentável para inserir mais conteúdos sobre o tema em seus diversos cursos, além de lançar uma pós-graduação remota de Educação e Liderança para os Desafios em ESG (sigla para governança ambiental, social e corporativa). Esse programa previsto para iniciar em abril tem 360 horas, divididas em dez módulos, como Estratégia e Inovação em ESG, Comunicação em ESG e ESG, Transparência e Relações com o Mercado.

"Estamos construindo metas que envolvam toda a comunidade: graduação, pós, cursos livres, colaboradores e espaço físico. Como primeira ação, estamos lançando essa pós para formar líderes orientados por valores e preparados para atuar na gestão e estratégia nas empresas", afirma Bianca Rosetti, coordenadora da FAAP Responsabilidade Social. "E entendemos que existe espaço para um programa de pós com foco em liderança e inovação, mais conectado com o conjunto de necessidades específicas do mercado brasileiro, mais vivencial e mais consistente na relação teoria-prática. Os conteúdos todos estão sendo discutidos e desenhados em conjunto com os professores, sob a curadoria de especialistas com experiência de mais de duas décadas ."

DIVULGAÇÃO/FAAP

Faap lançará novo programa em abril, com foco específico em ESG

Nessa mesma toada, o Senai Cimatec lançou o Mestrado Profissional de Desenvolvimento Sustentável (MPDS), curso multidisciplinar voltado a profissionais que pretendem desenvolver projetos sustentáveis nas organizações e empresas, seja em processos, produtos ou serviços. O mestrado, com duração de 24 meses, traz três linhas de pesquisa: Química, Indústria e Desenvolvimento Sustentável; Instrumentalização e Automação; e Química Aplicada. "Nosso objetivo é que possa cursar o MPDS todo profissional que deseje inovar no setor industrial para transformar o ambiente em que ele atua na forma mais sustentável, independente de sua atuação ou formação", afirma Lilian Guarieiro, professora do MPDS.

USP E UNB. A Universidade de São Paulo também dá atenção ao tema: o programa USP Sustentabilidade oferece, em 2023, 33 bolsas para estudantes de pós-doutorado. Entre os temas possíveis a serem estudados estão conservação ambiental, ecologia de rodovias, águas subterrâneas, energia fotovoltaica, segurança alimentar e oceanos e adaptação. "É um trabalho de um ano, cujo resultado será voltado para melhorias de ações concretas da USP ou para políticas do Estado", explica Patricia Iglesias, superintendente de Gestão Ambiental da USP.

Atenta às questões ambientais, a Universidade de Brasília (UnB) criou o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que reúne cursos de graduação e pós-graduação, muito antes de a sigla ESG ser popular. "Nascemos em 1995; nosso curso é um dos pioneiros", afirma o diretor, Fabiano Toni. De lá para cá, o CDS já viu mais de 100 teses e dissertações serem defendidas – em média, a cada ano, são 15 alunos novos no programa de doutorado e 20 no de mestrado. Toni garante que não há um perfil específico de estudantes que procuram os cursos. "Eles vêm de várias áreas de formação: Jornalismo, engenharias, Agronomia e muitos outros. Há sempre muita troca entre alunos e professores. Até hoje, aprendo coisas novas com meus alunos."

Em sua trajetória, o CDS criou novos cursos ao identificar a demanda do País e do mercado. Em 2009, por exemplo, foi lançado um segundo programa de pós-graduação, com o Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais, voltado a indígenas, quilombolas e profissionais que trabalham na proteção territorial desses grupos. "Grande parte desses profissionais atua em suas comunidades como professores, ativistas e líderes de associações", destaca Toni. "Também temos muito orgulho disso, porque foi um curso inédito."

> ***"Estamos construindo metas que envolvam toda a comunidade: graduação, pós, cursos livres, colaboradores e espaço físico. Como primeira ação, estamos lançando essa pós para formar líderes orientados por valores e preparados para atuar na gestão e estratégia nas empresas."***
> **Bianca Rosetti**
> **Coordenadora da FAAP Responsabilidade Social**

Segundo o diretor da instituição, a maioria dos alunos que concluem a pós-graduação no CDS está em órgãos do governo federal e trabalha em políticas públicas em grandes organizações ambientais, como a WWF. "Formamos também muitos professores, que vêm buscar no doutorado uma ampliação para as áreas ambientais. São docentes de várias disciplinas, como Geografia, engenharias e Administração", afirma. Em 2017, o Centro de Desenvolvimento Sustentável recebeu a nota máxima da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). ●

Sustentabilidade no programa da PUC

A PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) recheou seu programa de pós-graduação com extensões online voltadas à sustentabilidade – com aulas EAD, alunos de diversas regiões podem realizar as matrículas. E há opções para estudantes com diversas disponibilidades.

A extensão em ESG e Impacto Social das Práticas Corporativas, por exemplo, tem 18 horas de duração. É um curso que visa desenvolver competências para atuação em ESG, para que o profissional possa promover a atuação das empresas na área social.

Para quem procura um curso mais aprofundado, a PUC oferece o curso de Direito Ambiental e Gestão Estratégica de Sustentabilidade, com duração de dois anos. As aulas são transmitidas ao vivo e online – assim, os alunos podem interagir com os professores. ● L.W.

Banco Daycoval S.A.
CNPJ 62.232.889/0001-90
Companhia Aberta - Categoria B

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval" ou "Banco") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os comentários aqui apresentados são relativos aos resultados consolidados do Daycoval para o respectivo exercício.

O ano de 2022 foi pautado por uma série de eventos que tornaram o cenário complexo. O fato de termos a volta à normalidade, após o início da pandemia de Covid-19, foi um deles. Também contribuíram para este cenário: eleições, polarização política, juros altos no Brasil e Exterior. Tudo isso contribuiu para que este fosse um ano único e desafiador. Diante dessa conjuntura, muitas empresas, sejam elas de grande, médio ou de pequeno porte, tiveram que encontrar soluções para os desafios que surgiram no âmbito econômico, empresarial, social e cultural.

Diante deste cenário e reforçando a experiência do Daycoval na concessão de crédito, encerramos o ano de 2022 com um total de R$ 55.453,8 milhões de Carteira de Crédito Ampliada, representando aumento de 18,7% em relação ao ano de 2021. Esse crescimento não afetou a qualidade da carteira que encerrou o ano com Índice de Inadimplência de 1,5%, enquanto o saldo de PCLD (provisão para créditos de liquidação duvidosa) encerrou com R$ 1.796,0 milhões, já abrangendo provisão adequada para eventual perda de crédito relacionada ao Fato Relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023 por cliente do segmento Empresas.

Concluímos o exercício de 2022 com Lucro Líquido de R$ 1.102,9 milhões, 22,0% menor na comparação com 2021. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 20,3% no exercício de 2022, redução de 8,0 p.p. em relação ao ano anterior. O Patrimônio Líquido fechou 2022 em R$ 5.738,5 milhões, com crescimento de 15,2% em 12 meses e Índice de Basileia de 12,9%, ao fim do exercício, o que reflete a alta base de capital do Banco.

No âmbito da Captação, encerramos com montante de R$ 50.196,5 milhões, crescimento de 6,0% nos últimos 12 meses. Concluímos o ano com *gap* positivo de 254 dias entre os vencimentos do ativo e do passivo. Emitimos a décima segunda oferta pública de Letras Financeiras (LFs), um total de R$ 1,0 bilhão, dividido em 3 séries, sendo a mais longa no prazo de 4 anos.

Continuamos evoluindo no quesito ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*) com critérios, práticas e métricas muito mais estruturados. Além disso, o Daycoval manteve investimentos na expansão dos compromissos sociais e concluiu a renovação de sua operação com a IFC, membro do Grupo Banco Mundial, que resultou em uma transação adicional de US$ 100 milhões, pelo prazo de até 3 anos. Os recursos destinam-se ao estímulo do crédito ao empreendedorismo feminino de pequenas e médias empresas.

Nossa trajetória de mais de 50 anos é marcada por ultrapassar barreiras e criar alternativas para inovar e evoluir. Em 2022 chegamos à marca de 3.432 colaboradores localizados em todo o país, ajustando suas operações mesmo que remotamente e comprometidos em atender bem nossos clientes e dedicar esforços a alcançar resultados sustentáveis, o que é motivo de muito orgulho, pois o Daycoval é um Banco feito por pessoas e para pessoas. Inovações digitais e tecnológicas são outro foco importante, visando oferecer vantagens competitivas em relação ao mercado.

Sobre o Banco Daycoval

O Daycoval é especializado no segmento de empréstimos, financiamentos e leasing para empresas, com atuação relevante também no varejo, através de operações de crédito consignado, financiamento para veículos, câmbio turismo e investimentos.

No exercício findo em 2022, o Daycoval, que tem sede em São Paulo -SP e conta com uma equipe de 3.432 profissionais, atingiu R$ 55.453,8 milhões de carteira de crédito ampliada, R$ 69.704,9 milhões de ativos totais, R$ 5.738,5 milhões de patrimônio líquido e R$ 1.102,9 milhões de lucro líquido. Tais resultados, refletem o fruto de sua estratégia conservadora, obtendo destaque por sua baixa alavancagem, elevada liquidez e desempenho, que se traduzem pelo Índice de Basileia III de 12,9%.

Principais Indicadores 2022

Principais Indicadores	2022
Ativos Totais - R$ milhões	69.704,9
Carteira de Crédito Ampliada - R$ milhões	55.453,8
Captação Total - R$ milhões	50.196,5
Lucro Líquido - R$ milhões	1.102,9
Patrimônio Líquido - R$ milhões	5.738,5
Retorno sobre Pl Médio (ROAE) (% a.a.)	20,3%
Retorno s/ Ativos Médios (ROAA) (% a.a.)	1,7%
Margem Financeira Líquida (NIM) (% a.a.)	7,3%
Índice de Eficiência	37,8%
Índice de Basileia III	12,9%

Distribuição

Coerente com a proposta de crescer com diversificação, o Banco Daycoval possui atualmente 50 agências estabelecidas em 21 Estados, mais o Distrito Federal. O Daycoval conta ainda com uma agência nas Ilhas Cayman, que representa um instrumento essencial, tanto para a captação de recursos, quanto para a abertura de linhas comerciais e de relacionamento com bancos correspondentes.

No exercício findo em 2022, a IFP - Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda., empresa do Grupo Daycoval, voltada para o fomento das operações com crédito consignado, respondeu por aproximadamente 16,3% da originação total das operações do Banco. A IFP conta com 51 lojas em todo o país. Para melhorar sua produtividade, a IFP também presta serviços para outras instituições financeiras.

O Daycoval Câmbio encerrou o ano de 2022 com 159 pontos de atendimento. O Banco atua também por meio de parcerias com operadoras e agências de turismo, com o objetivo de facilitar o acesso aos clientes, oferecer maior flexibilidade para realizar suas operações e proporcionar atendimento rápido e seguro.

Rating

A classificação obtida pelo Banco Daycoval nos *ratings* comprova o baixo nível de risco e a solidez conquistada nas operações. As informações apuradas pelas respectivas agências são amplamente consideradas pelo mercado financeiro, mas não devem, para todos os efeitos, serem compreendidas como recomendação de investimento.

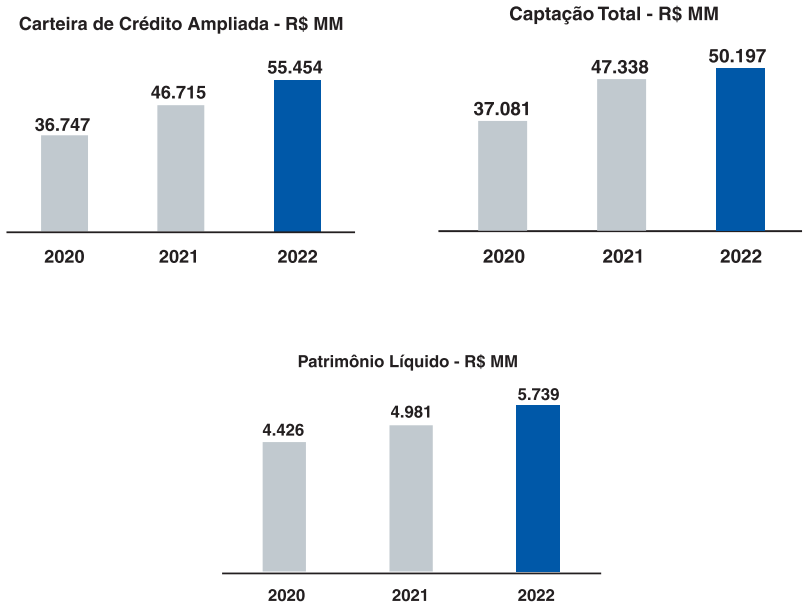
De acordo com os relatórios divulgados, os *ratings* refletem o entendimento das agências sobre o Banco Daycoval:
I) AA (bra), em escala Nacional pela Fitch Rating com perspectiva "estável ";
II) AA.br, em escala Nacional pela Moody's com perspectiva "estável ";
III) brAA+, em escala Nacional pela Standard&Poor´s com perspectiva "estável".

Desempenho Operacional e Financeiro

O Banco Daycoval adota a estratégia de diversificar suas captações, seja do ponto de vista de fonte como de instrumento, para assim estar alinhado com a esperada evolução da carteira de crédito, sempre buscando o casamento de ativos e passivos e a eficiência nos custos. Em 2022 a captação evoluiu em linha com o crescimento da carteira de crédito e somou R$ 50.196,5 milhões ao final do ano, representando crescimento de 6,0%, se comparado com o mesmo período de 2021.

O Banco Daycoval finalizou a sua décima segunda oferta pública de Letras Financeiras (LFs), emitindo um total de R$ 1,0 bilhão. O montante está dividido em três séries, sendo a primeira no valor de R$ 406,0 milhões para 2 anos; a segunda de R$ 340,5 milhões para 3 anos; e a terceira de R$ 253,5 milhões para 4 anos.

A carteira de crédito ampliada encerrou 2022 com saldo de R$ 55.453,8 milhões, 18,7% superior a 2021. O segmento de crédito para empresas, principal negócio do Banco, cresceu 14,8% no ano.

O lucro líquido alcançou R$ 1.102,9 milhões em 2022, 22,0% inferior a 2021. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 20,3% a.a., o Retorno sobre os Ativos Médios (ROAA) foi de 1,7% a.a., o Índice de Eficiência registrou 37,8% no ano e a Margem Financeira Líquida (NIM) foi de 7,3% a.a.

Governança Corporativa

O Banco Daycoval adota uma política de gestão corporativa alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e com as melhores práticas de mercado. O Banco busca, frequentemente, aprimorar seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, do respeito, da responsabilidade na condução dos negócios e da equidade no relacionamento com todos os seus públicos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2009, nos termos da Resolução 3.198 de 27 de maio de 2004, atual Resolução 4.190 de 27 de maio de 2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pela verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, pela atuação e qualidade da auditoria interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. A atual composição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 12 de setembro de 2022.

Gestão Integrada de Riscos e de Capital

O Banco entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor ao Daycoval, aos acionistas, aos colaboradores e aos clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. Por isso, realiza investimentos constantes para aperfeiçoar processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, social, ambiental, climático e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações. O Daycoval adota medidas preventivas e atua de forma contínua no aprimoramento de suas políticas de riscos e sistemas de controles internos para evitar ou minimizar ao máximo a exposição aos riscos. O Banco conta com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos alinhada aos objetivos estratégicos da instituição, por meio de sua Declaração de Apetite ao Risco (RAS) e com estrutura de gerenciamento de capital, capacitadas a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Conta, ainda com comitês e reportes periódicos das áreas envolvidas, de forma a garantir a adequada gestão de riscos e uma governança eficiente.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional, do Risco de Conformidade, Risco Social, Ambiental e Climático, Risco de Mercado e Liquidez, Risco de Crédito e de Gerenciamento de Capital é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, Diretoria de Riscos, Comitê Integrado de Riscos e Capital e seus respectivos Comitês.

Mais informações sobre Gestão de Riscos do Banco e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da regulamentação vigente, podem ser obtidas no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br/ri.

Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Grupo Daycoval, uma força se destaca: as pessoas. Ter uma equipe engajada é fator decisivo para tornar o Daycoval uma das melhores empresas para se trabalhar, certificado desde 2018 pela *Great Place to Work,* sendo um dos nossos princípios acreditar que o capital humano é fundamental para um bom desempenho dos negócios. Desta forma, investe continuamente na capacitação e no bem-estar de seus colaboradores. Para estimulá-los, o Grupo proporciona oportunidades de aprendizado, adoção de práticas éticas e não discriminatórias, manutenção de um ambiente de trabalho agradável e de alta produtividade e com remuneração justa.

Em 31 de Dezembro de 2022, o Grupo dispunha de uma equipe talentosa e engajada de 3.432 profissionais. Estamos crescendo, bom para o negócio e bom para as pessoas, pois mais oportunidades e novos desafios são apresentados a todos.

Dentre as principais iniciativas voltadas ao desenvolvimento contínuo, destaca-se o Programa Daycoeduca, que oferece bolsas de estudo para Graduação, Pós-Graduação ou MBA. Em 2022 foram 154 colaboradores contemplados com esta estratégia de desenvolvimento.

No ano de 2022 foram realizadas 21.280 horas de treinamento envolvendo 3.941 participantes, abrangendo programas nas áreas de informática, prevenção à lavagem de dinheiro, sustentabilidade, custódia, processos internos, certificações e gerenciamento de riscos e cursos especiais para gestores sobre Liderança. Desenvolver nossos colaboradores para os desafios de hoje e prepará-los para o amanhã é uma das estratégias de gestão de pessoas adotada.

A Diretoria Executiva continua aproveitando a plataforma de comunicação e todo trimestre apresenta os resultados e perspectivas aos colaboradores. Esta é uma estratégia importante quando falamos de engajamento e alinhamento.

O Banco conta com equipe qualificada e busca sempre profissionais dispostos a enfrentar desafios. Reconhece o potencial dos profissionais, oferecendo desenvolvimento e crescimento profissional e pessoal. Nossos colaboradores estão distribuídos em diferentes gerações: 54% de geração Y, 30% de X, 12% de Z e aproximadamente 4% de *Baby Boomers*. O Programa de Estágio continua captando mais e mais jovens com potenciais, fechando o ano de 2022 com 73 estagiários, pois é preciso criar um *pipeline* de talentos.

O Grupo Daycoval também é integrante do programa Jovem Aprendiz por intermédio de convênio com a ESPRO (Ensino Social Profissionalizante) e com a CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), além de oferecer programas de assistência social e ginástica laboral.

Sustentabilidade

O ano de 2022 reuniu diversos acontecimentos que contribuíram para que o ano fosse único e desafiador. O fato de termos a volta à normalidade, após o início da pandemia de covid-19, foi um deles. O Daycoval deu prosseguimento a seu planejamento estratégico, intensificando suas ações para expandir seu portfólio de clientes e buscar superar cada vez mais suas expectativas nos âmbitos econômico, empresarial, social e cultural.

No pilar ESG, o Daycoval manteve investimentos na expansão dos compromissos sociais e concluiu a renovação de sua operação com a IFC, membro do Grupo Banco Mundial, que resultou em uma transação adicional de US$ 100 milhões, pelo prazo de até 3 anos. Os recursos destinam-se ao estímulo do crédito ao empreendedorismo feminino de pequenas e médias empresas.

Um ambiente acolhedor, ético e diverso permite atrair e reter os talentos alinhados com a cultura do Daycoval. Desta forma, o Banco investe fortemente na qualificação de seu quadro de colaboradores e atingiu, em 2022, a marca de 3.432 colaboradores em todo o país.

Na busca constante de gerar valor para a sociedade, ativamos ações de solidariedade com participação dos colaboradores, complementada por contrapartida do Daycoval. No ano de 2022 foram arrecadadas por colaboradores de todo o Brasil, por meio de mais uma edição da Campanha Conexão do Bem, 1.250 peças entre cobertores, agasalhos e calçados. Pelo lado do Banco, o valor estimado destas doações foi convertido em montante financeiro que foi destinado à distribuição de cestas básicas para comunidades carentes. É sempre uma corrente interligada, os colaboradores se engajam e o Banco faz a contrapartida.

Em 2022 iniciamos um grupo de afinidade com foco em pessoas com deficiência. O objetivo do grupo é oferecer um espaço seguro e inclusivo para que possamos compartilhar nossas experiências, apoiar uns aos outros e evoluir nossa jornada dentro do Grupo Daycoval. Também com foco na diversidade temos o projeto social Dando Asas, em parceria com a SER ESPECIAL, com a inclusão de trabalho apoiado de pessoas com deficiência intelectual.

Para o bem-estar dos colaboradores e seus familiares são realizadas campanhas de vacinação, cursos que envolvem ações de saúde, vida social e apoio pessoal. Adicionalmente, buscando maior incentivo à qualidade de vida, são promovidas aulas de música e treinamento de corrida.

Responsabilidade Social

Em 2022 foram apresentados avanços significativos em projetos e ações de responsabilidade social. Cerca de R$ 13,3 milhões foram investidos por intermédio de leis de incentivo fiscal e R$ 24,5 milhões em doações diretas, totalizando R$ 37,8 milhões na promoção de iniciativas culturais, de educação, esportes e ações voltadas à saúde e qualidade de vida. Destaque para algumas instituições como: Graac, Gol de Letra, Verdescola, Hospital Pequeno Príncipe, Instituto Mano Down, Hospital do Câncer de Barretos.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Banco que não sejam o de auditoria externa.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, em seu Artigo 27, a Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao semestre e ano findos em 31 de dezembro de 2022.

Agradecimentos

A Administração do Banco Daycoval S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023.

A Administração.
Para mais informações sobre o desempenho do Banco Daycoval, acesse o endereço *www.daycoval.com.br/ri.*

BancoDaycoval

Balanços patrimoniais individuais e consolidados levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO

	Referência nota explicativa	Banco 2022	Banco 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Disponibilidades	**4**	**829.952**	**311.805**	**830.204**	**312.094**
Reservas no Banco Central do Brasil	**5**	**287.834**	**435.630**	**287.834**	**435.630**
Relações interfinanceiras		**4.526**	**3.319**	**4.526**	**3.319**
Instrumentos financeiros		**64.394.743**	**57.617.009**	**65.614.845**	**58.641.525**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	4.730.619	4.659.241	2.870.882	3.310.566
Títulos e valores mobiliários	7	11.775.496	9.597.269	12.281.864	10.079.292
Derivativos	8.a	413.784	933.080	414.421	935.598
Carteira de crédito					
Operações de crédito	9	31.017.630	27.295.601	31.285.002	27.583.232
Arrendamento mercantil financeiro	9.i	-	-	2.286.458	1.591.383
Arrendamento mercantil operacional	9	-	-	208.202	218.144
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil operacional	9	-	-	(207.600)	(217.893)
Outros créditos com características de concessão de crédito	9	13.913.718	11.557.562	13.932.120	11.566.947
Carteira de câmbio	10	2.543.496	3.574.256	2.543.496	3.574.256
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**9.e**	**(1.711.637)**	**(1.575.832)**	**(1.745.611)**	**(1.601.748)**
Operações de crédito		(1.276.842)	(1.416.314)	(1.283.611)	(1.425.902)
Operações de arrendamento mercantil		-	-	(27.091)	(16.310)
Outros créditos diversos		(434.795)	(159.518)	(434.909)	(159.536)
Ativos fiscais correntes e diferidos	**19.b**	**2.074.380**	**1.739.710**	**2.159.618**	**1.786.185**
Devedores por depósitos em garantias de contingências		**1.794.437**	**1.581.364**	**1.798.718**	**1.585.388**
Fiscais	18.c	1.733.400	1.528.906	1.733.400	1.528.906
Cíveis	18.c	45.749	38.773	45.772	38.856
Trabalhistas	18.c	15.288	13.685	19.473	17.559
Outros		-	-	73	67
Outros créditos		**300.045**	**257.060**	**284.209**	**265.210**
Rendas a receber		64.950	35.177	47.259	40.627
Negociação e intermediação de valores		27.872	85.596	27.872	85.596
Diversos	11	207.223	136.287	209.078	138.987
Outros valores e bens	**12**	**132.518**	**159.321**	**132.518**	**159.321**
Ativos não financeiros mantidos para venda		91.885	89.204	91.885	89.204
(Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda)		(5.175)	(3.270)	(5.175)	(3.270)
Despesas pagas antecipadamente		45.808	73.387	45.808	73.387
Investimentos		**1.653.617**	**1.531.285**	**64.854**	**52.814**
Participações em controladas e coligadas	14	1.648.681	1.525.731	11.285	-
Outros investimentos		4.936	5.554	53.569	52.814
Imobilizado de uso	**15.a**	**54.219**	**61.154**	**61.107**	**68.358**
Imobilizações de uso		124.890	119.541	136.856	130.994
(Depreciações acumuladas)		(70.671)	(58.387)	(75.749)	(62.636)
Imobilizado de arrendamento mercantil operacional	**15.b**	**-**	**-**	**211.941**	**223.203**
Bens arrendados		-	-	462.568	409.213
(Depreciações acumuladas)		-	-	(250.627)	(186.010)
Intangível		**-**	**-**	**163**	**257**
TOTAL DO ATIVO		**69.814.634**	**62.121.825**	**69.704.926**	**61.931.556**

PASSIVO

	Referência nota explicativa	Banco 2022	Banco 2021 (Reapresentado)	Consolidado 2022	Consolidado 2021 (Reapresentado)
Instrumentos financeiros		**59.703.154**	**52.995.770**	**59.237.832**	**52.562.790**
Depósitos	16.b	17.932.740	17.331.441	17.864.912	17.281.007
Operações compromissadas	16.a	6.832.015	2.474.519	6.832.015	2.474.519
Emissões de títulos	**16.b**	**23.476.949**	**20.542.824**	**23.079.455**	**20.160.278**
No Brasil		21.263.647	17.928.549	20.879.224	17.546.003
No Exterior		2.213.302	2.614.275	2.200.231	2.614.275
Obrigações por empréstimos	16.b	7.820.251	8.709.577	7.820.251	8.709.577
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	16.b	389.386	195.571	389.386	195.571
Dívidas subordinadas	16.b	1.042.478	992.038	1.042.478	992.038
Derivativos	8.a	549.729	207.588	549.729	207.588
Carteira de câmbio	10	1.659.606	2.542.212	1.659.606	2.542.212
Relações interfinanceiras e interdependências		**321.026**	**217.061**	**321.026**	**217.061**
Provisões para riscos	**18**	**2.101.466**	**1.975.484**	**2.115.618**	**1.987.709**
Fiscais		1.918.896	1.812.691	1.920.734	1.813.790
Cíveis		138.177	115.688	138.960	116.382
Trabalhistas		44.393	47.105	55.924	57.537
Provisão para garantias financeiras prestadas	**9.e**	**44.616**	**42.873**	**44.616**	**42.873**
Obrigações fiscais correntes e diferidas	**19.b**	**1.267.806**	**1.231.008**	**1.474.628**	**1.370.966**
Outras obrigações		**638.107**	**678.351**	**751.985**	**749.196**
Sociais e estatutárias	17.a	274.748	368.900	277.583	371.570
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		12.653	11.698	12.722	11.856
Negociação e intermediação de valores		41.888	46.905	41.888	46.905
Diversas	17.b	308.818	250.848	419.792	318.865
Patrimônio líquido	**20**	**5.738.459**	**4.981.278**	**5.759.221**	**5.000.961**
Patrimônio líquido de acionistas controladores		**5.738.459**	**4.981.278**	**5.738.459**	**4.981.278**
Capital social		3.557.260	3.557.260	3.557.260	3.557.260
Reservas de capital		2.125	1.125	2.125	1.125
Reservas de lucros		2.189.436	1.423.037	2.189.436	1.423.037
Outros resultados abrangentes		(10.362)	(144)	(10.362)	(144)
Patrimônio líquido de acionistas não controladores		**-**	**-**	**20.762**	**19.683**
Participação de acionistas não controladores		-	-	20.762	19.683
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**69.814.634**	**62.121.825**	**69.704.926**	**61.931.556**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Referência nota explicativa	2º Semestre de 2022 Banco	2º Semestre de 2022 Consolidado	Banco 2022	Banco 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**4.887.817**	**5.029.498**	**9.033.434**	**5.850.048**	**9.301.070**	**6.062.312**
Carteira de crédito	21.a	3.878.034	4.086.053	6.938.430	5.197.954	7.311.192	5.407.598
Títulos e valores mobiliários	21.b	750.222	780.979	1.359.669	384.679	1.417.340	416.834
Aplicações interfinanceiras de liquidez	21.c	99.956	(17.599)	262.437	115.686	61.999	66.627
Câmbio	21.d	159.605	180.065	472.907	149.833	510.548	169.357
Venda ou transferência de ativos financeiros		-	-	(9)	1.896	(9)	1.896
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(2.734.850)**	**(2.703.398)**	**(5.157.063)**	**(1.800.566)**	**(5.101.179)**	**(1.776.457)**
Depósitos interfinanceiros e a prazo	21.e	(830.610)	(826.885)	(1.552.680)	(625.838)	(1.546.864)	(624.377)
Emissões de títulos no Brasil	21.e	(1.384.613)	(1.357.455)	(2.533.859)	(893.964)	(2.483.929)	(874.540)
Emissões de títulos no exterior	21.e	(38.861)	(38.713)	206.546	(217.602)	206.804	(217.233)
Obrigações por empréstimos e repasses	21.f	(268.158)	(268.158)	234.347	(567.511)	234.347	(567.511)
Instrumentos financeiros derivativos	21.b	(212.608)	(212.187)	(1.511.417)	504.349	(1.511.537)	507.204
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**2.152.967**	**2.326.100**	**3.876.371**	**4.049.482**	**4.199.891**	**4.285.855**
DESPESAS COM PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	**9.e**	**(393.016)**	**(400.632)**	**(665.986)**	**(437.317)**	**(676.548)**	**(446.561)**
Carteira de crédito		(116.508)	(124.082)	(386.818)	(404.942)	(397.284)	(414.316)
Outros créditos		(292.569)	(292.611)	(277.425)	(34.283)	(277.521)	(34.153)
Avais e fianças		16.061	16.061	(1.743)	1.908	(1.743)	1.908
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**1.759.951**	**1.925.468**	**3.210.385**	**3.612.165**	**3.523.343**	**3.839.294**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		**(768.592)**	**(896.310)**	**(1.445.020)**	**(1.141.210)**	**(1.680.425)**	**(1.305.135)**
Receitas de prestação de serviços	21.g	202.681	214.376	380.184	271.721	402.237	290.020
Resultado de operações com seguros		-	-	-	-	(304)	8
Despesas de pessoal	21.h	(346.250)	(397.337)	(660.874)	(530.392)	(754.914)	(605.348)
Outras despesas administrativas	21.i	(535.600)	(531.323)	(975.597)	(767.623)	(964.824)	(761.293)
Despesas tributárias	19.a.ii	(124.233)	(145.622)	(228.905)	(210.621)	(270.629)	(241.147)
Resultado de participação em controladas e coligadas	14	73.796	883	132.954	93.639	1.473	-
Outras receitas e despesas operacionais	21.j	46.534	51.129	65.371	(10.978)	68.031	(1.271)
Despesas de depreciação e amortização		(6.324)	(6.855)	(12.624)	(11.773)	(13.689)	(12.981)
Despesas com provisões para riscos							
Fiscais		(75.422)	(75.844)	(136.325)	(41.146)	(137.148)	(41.659)
Cíveis		(5.903)	(5.905)	(12.434)	51.072	(12.441)	51.243
Trabalhistas		2.129	188	3.230	14.891	1.783	17.293
RESULTADO OPERACIONAL		**991.359**	**1.029.158**	**1.765.365**	**2.470.955**	**1.842.918**	**2.534.159**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**(3.926)**	**12.083**	**2.761**	**24.572**	**27.070**	**40.231**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**987.433**	**1.041.241**	**1.768.126**	**2.495.527**	**1.869.988**	**2.574.390**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**19.a.i**	**(254.406)**	**(305.217)**	**(466.171)**	**(918.228)**	**(562.987)**	**(993.930)**
Provisão para imposto de renda		(111.271)	(123.016)	(333.971)	(433.725)	(356.105)	(454.529)
Provisão para contribuição social		(117.508)	(107.131)	(295.973)	(397.555)	(304.239)	(432.076)
Ativo (passivo) fiscal diferido		(25.627)	(75.070)	163.773	(86.948)	97.357	(107.325)
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		**(98.169)**	**(99.510)**	**(199.028)**	**(163.100)**	**(201.912)**	**(166.238)**
Participações de acionistas não controladores		**-**	**(1.656)**	**-**	**-**	**(2.162)**	**(23)**
LUCRO LÍQUIDO		**634.858**	**634.858**	**1.102.927**	**1.414.199**	**1.102.927**	**1.414.199**
LUCRO LÍQUIDO							
Atribuídos aos acionistas controladores		634.858	633.202	1.102.927	1.414.199	1.100.765	1.414.176
Atribuídos aos acionistas não controladores		-	1.656	-	-	2.162	23

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Banco e Consolidado 2º Semestre de 2022	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO	**634.858**	**1.102.927**	**1.414.199**
Outros resultados abrangentes	**4.774**	**(10.218)**	**7.235**
Ajustes a valor justo -			
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda			
Atribuídos ao Controlador	6.621	(5.932)	21.869
Atribuídos a empresas controladas	1.132	(6.955)	(4.793)
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial			
Atribuídos ao Controlador	(2.979)	2.669	(9.841)
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	**639.632**	**1.092.709**	**1.421.434**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$)

	2º semestre de 2022 Banco	2º semestre de 2022 Consolidado	Banco 2022	Banco 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021 (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO	**634.858**	**634.858**	**1.102.927**	**1.414.199**	**1.102.927**	**1.414.199**
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO						
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Depreciações e amortizações	6.324	6.855	12.624	11.773	13.689	12.981
Impostos diferidos	25.627	75.070	(163.773)	86.948	(97.357)	107.325
Impostos correntes	228.779	230.147	629.944	831.280	660.344	886.605
Provisão para riscos	44.028	46.034	125.981	89.367	127.909	87.185
Provisão para avais e fianças concedidos	(16.061)	(16.061)	1.743	(1.908)	1.743	(1.908)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	116.508	116.106	386.818	404.762	385.089	410.444
Provisão para arrendamentos mercantis de liquidação duvidosa	-	7.976	-	-	12.195	3.872
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	301.676	301.718	291.431	35.863	291.527	35.553
Provisão para outros créditos diversos	(9.107)	(9.107)	(14.006)	(1.400)	(14.006)	(1.400)
Provisão para perdas em outros valores e bens	1.704	1.704	1.904	(5.294)	1.904	(5.294)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	22.933	22.933	94.514	(20.878)	94.514	(20.878)
Resultado na alienação de ativo permanente	10.100	(2.032)	9.696	3.180	(9.811)	(14.041)
Resultado de participações em controladas e coligadas	(73.796)	(883)	(132.954)	(93.639)	(1.473)	-
TOTAL DOS AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO	**658.715**	**780.460**	**1.243.922**	**1.340.054**	**1.466.267**	**1.500.444**
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**1.293.573**	**1.415.318**	**2.346.849**	**2.754.253**	**2.569.194**	**2.914.643**
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	**(807.918)**	**(921.678)**	**1.045.023**	**(7.729.152)**	**836.225**	**(7.888.872)**
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.163.658	1.480.673	658.640	(1.600.406)	1.169.703	(1.044.897)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.038.662)	(1.063.325)	(1.276.858)	(3.916.680)	(1.304.095)	(4.107.568)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e Reservas no Banco Central	10.428	10.428	250.553	(231.369)	250.553	(231.369)
(Aumento) Redução da carteira de crédito	(2.756.472)	(2.763.963)	(4.248.618)	(2.140.636)	(4.229.450)	(2.237.395)
(Aumento) Redução da carteira de arrendamento mercantil	-	(450.267)	-	-	(692.453)	(638.615)
(Aumento) Redução em outros créditos	(2.207.710)	(2.189.765)	(1.661.841)	(7.321.678)	(1.641.681)	(7.286.753)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	27.864	15.296	37.475	(53.778)	45.599	(53.778)
Aumento (Redução) em depósitos	1.174.788	1.147.472	601.299	3.248.890	583.905	3.253.405
Aumento (Redução) em operações compromissadas	1.671.572	1.671.571	4.357.496	522.847	4.357.496	522.847
Aumento (Redução) em emissões de títulos	1.879.243	1.900.138	3.868.799	2.657.785	3.866.923	2.811.915
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	625.382	625.381	92.608	937.358	92.608	937.358
Aumento (Redução) em outras obrigações	(1.185.405)	(1.117.095)	(873.635)	817.777	(842.459)	883.143
Imposto de renda e contribuição social pagos	(172.604)	(188.222)	(760.895)	(649.262)	(820.424)	(697.165)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	**485.655**	**493.640**	**3.391.872**	**(4.974.899)**	**3.405.419**	**(4.974.229)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Aquisição de imobilizado de uso	(2.914)	(2.940)	(5.349)	(11.126)	(5.863)	(11.655)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(2.914)**	**(2.940)**	**(5.349)**	**(11.126)**	**(5.863)**	**(11.655)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Aumento (Redução) em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	(224.342)	(232.204)	(934.676)	(575.419)	(947.746)	(575.419)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(48.797)	(48.797)	(788.119)	3.299.040	(788.119)	3.299.040
Aumento (Redução) em dívidas subordinadas	16.203	16.203	50.440	531.381	50.440	531.381
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(86.695)	(86.695)	(371.488)	(827.481)	(371.488)	(827.481)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(343.631)**	**(351.493)**	**(2.043.843)**	**2.427.521**	**(2.056.913)**	**2.427.521**
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(22.933)**	**(22.933)**	**(94.514)**	**20.878**	**(94.514)**	**20.878**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**116.177**	**116.274**	**1.248.166**	**(2.537.626)**	**1.248.129**	**(2.537.485)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.406.733	2.406.888	1.274.744	3.812.370	1.275.033	3.812.518
Caixa e equivalente de caixa no final do período	2.522.910	2.523.162	2.522.910	1.274.744	2.523.162	1.275.033
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**116.177**	**116.274**	**1.248.166**	**(2.537.626)**	**1.248.129**	**(2.537.485)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$)

				Reservas de lucros						
	Referência nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Legal	Estatutárias	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido Consolidado
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022		3.557.260	2.125	153.244	1.293.196	284.015	(15.135)	5.274.705	19.181	5.293.886
Ajustes a valor justo -										
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	4.773	4.773	-	4.773
Lucro líquido		-	-	-	-	634.858	-	634.858	-	634.858
Destinações:										
Reserva legal		-	-	31.743	-	(31.743)	-	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	711.253	(711.253)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	20.c.ii	-	-	-	-	(175.877)	-	(175.877)	-	(175.877)
Variação na participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	1.581	1.581
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		3.557.260	2.125	184.987	2.004.449	-	(10.362)	5.738.459	20.762	5.759.221
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		3.557.260	1.125	129.841	1.293.196	-	(144)	4.981.278	-	4.981.278
Ajustes de adoção de novas práticas contábeis										
Reclassificação de participação de acionistas não controladores										
Em sociedades controladas e coligadas		-	-	-	-	-	-	-	1.056	1.056
Em fundo de investimento controlado		-	-	-	-	-	-	-	18.627	18.627
Saldo em 1º de janeiro de 2022		3.557.260	1.125	129.841	1.293.196	-	(144)	4.981.278	19.683	5.000.961
Ajustes a valor justo -										
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	(10.218)	(10.218)	-	(10.218)
Atualização de títulos patrimoniais		-	1.000	-	-	-	-	1.000	-	1.000
Lucro líquido		-	-	-	-	1.102.927	-	1.102.927	-	1.102.927
Destinações:										
Reserva legal		-	-	55.146	-	(55.146)	-	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	711.253	(711.253)	-	-		
Juros sobre o capital próprio	20.c.ii	-	-	-	-	(336.528)	-	(336.528)	-	(336.528)
Variação na participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	1.079	1.079
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		3.557.260	2.125	184.987	2.004.449	-	(10.362)	5.738.459	20.762	5.759.221
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		3.557.260	279	59.131	816.582	-	(7.379)	4.425.873	-	4.425.873
Ajustes de adoção de novas práticas contábeis										
Reclassificação de participação de acionistas não controladores										
Em sociedades controladas e coligadas		-	-	-	-	-	-	-	1.030	1.030
Em fundo de investimento controlado		-	-	-	-	-	-	-	19.544	19.544
Saldo em 1º de janeiro de 2021		3.557.260	279	59.131	816.582	-	(7.379)	4.425.873	20.574	4.446.447
Ajustes a valor justo -										
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	7.235	7.235	-	7.235
Atualização de títulos patrimoniais		-	846	-	-	-	-	846	-	846
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	20.c.iv	-	-	-	(500.008)	-	-	(500.008)	-	(500.008)
Lucro líquido		-	-	-	-	1.414.199	-	1.414.199	-	1.414.199
Destinações:										
Reserva legal		-	-	70.710	-	(70.710)	-	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	976.622	(976.622)	-	-	-	-
Dividendos	20.c.iii	-	-	-	-	(160.235)	-	(160.235)	-	(160.235)
Juros sobre o capital próprio	20.c.ii	-	-	-	-	(206.632)	-	(206.632)	-	(206.632)
Variação na participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(891)	(891)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		3.557.260	1.125	129.841	1.293.196	-	(144)	4.981.278	19.683	5.000.961

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do valor adicionado
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$)

	2º semestre de 2022		Banco		Consolidado	
	Banco	Consolidado	2022	2021	2022	2021 (Reapresentado)
RECEITAS	4.660.890	4.823.237	8.670.234	5.722.863	8.971.538	5.971.588
Receitas da intermediação financeira	4.887.817	5.029.498	9.033.434	5.850.048	9.301.070	6.062.312
Receitas de prestação de serviços	202.681	214.376	380.184	271.721	402.237	290.020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(393.016)	(400.632)	(665.986)	(437.317)	(676.548)	(446.561)
Outras	(36.592)	(20.005)	(77.398)	38.411	(55.221)	65.817
DESPESAS	(2.734.850)	(2.703.398)	(5.157.063)	(1.800.566)	(5.101.179)	(1.776.457)
Despesas da intermediação financeira	(2.734.850)	(2.703.398)	(5.157.063)	(1.800.566)	(5.101.179)	(1.776.457)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(523.624)	(518.309)	(952.218)	(748.492)	(939.701)	(740.131)
Materiais, energia e outros insumos	(94.648)	(103.560)	(164.451)	(123.555)	(185.035)	(144.571)
Serviços de terceiros	(428.976)	(414.749)	(787.767)	(624.937)	(754.666)	(595.560)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.402.416	1.601.530	2.560.953	3.173.805	2.930.658	3.455.000
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(6.324)	(6.855)	(12.624)	(11.773)	(13.689)	(12.981)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO / CONSOLIDADO	1.396.092	1.594.675	2.548.329	3.162.032	2.916.969	3.442.019
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	73.796	883	132.954	93.639	1.473	-
Resultado de equivalência patrimonial	73.796	883	132.954	93.639	1.473	-

	2º semestre de 2022		Banco		Consolidado	
	Banco	Consolidado	2022	2021	2022	2021 (Reapresentado)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.469.888	1.595.558	2.681.283	3.255.671	2.918.442	3.442.019
DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO	1.469.888	1.595.558	2.681.283	3.255.671	2.918.442	3.442.019
PESSOAL	390.046	434.656	756.734	608.485	839.473	675.173
Remuneração direta	323.307	356.567	633.427	509.897	695.220	560.841
Benefícios	53.859	62.981	98.988	79.026	115.908	91.590
FGTS	12.880	15.108	24.319	19.562	28.345	22.742
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	433.009	513.031	798.243	1.213.855	950.919	1.331.483
Federais	419.689	489.033	771.626	1.192.678	903.658	1.295.999
Estaduais	2.222	2.227	4.422	3.193	4.483	3.257
Municipais	11.098	21.771	22.195	17.984	42.778	32.227
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	11.975	13.013	23.379	19.132	25.123	21.164
Aluguéis	11.975	13.013	23.379	19.132	25.123	21.164
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	634.858	634.858	1.102.927	1.414.199	1.102.927	1.414.199
Dividendos	-	-	-	160.235	-	160.235
Juros sobre o capital próprio	175.877	175.877	336.528	206.632	336.528	206.632
Lucros retidos	458.981	460.637	766.399	1.047.332	768.561	1.047.355
Participação de acionistas não controladores	-	(1.656)	-	-	(2.162)	(23)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Daycoval S.A. ("Banco" ou "Daycoval"), com sede na Avenida Paulista, 1.793, na cidade e estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, que está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comerciais, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento e, por meio de suas controladas diretas e indiretas, atua também na carteira de arrendamento mercantil, administração de recursos de terceiros, seguro de vida e previdência e prestação de serviços. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Conglomerado Daycoval, atuando no mercado de forma integrada.

2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Apresentação

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, que incluem sua dependência no exterior, as entidades controladas direta e indiretamente e os fundos de investimento nos quais existe a retenção de riscos e benefícios, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20 que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular BACEN nº 3.959/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

O Daycoval adota critérios de apresentação em suas Demonstrações Contábeis, com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações e observando os critérios de elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, e normativos complementares.

b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS")

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de contrato com cliente	4.924/21

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração do Banco na sua gestão.

c) Consolidação

No processo de consolidação das Demonstrações Contábeis, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e fundos de investimento adquiridos com retenção substancial de riscos e benefícios, foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente às participações de acionistas controladores e não controladores.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas abrangem o Banco e as seguintes entidades:

	% de Participação	
	2022	2021
Arrendamento Mercantil		
Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing")	100,00	100,00
Atividade Financeira - Dependência no Exterior		
Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch	100,00	100,00
Atividade de Seguros e Previdência Complementar		
Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev")	97,00	97,00
Não Financeiras		
ACS Participações Ltda. ("ACS")	99,99	99,99
Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda. ("Daycoval Asset")	99,99	99,99
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda. ("IFP")	99,99	99,99
SCC Agência de Turismo Ltda. ("SCC")	99,99	99,99
Treetop Investments Ltd. ("Treetop")	99,99	99,99
Fundo de Investimento		
Multigestão Renda Comercial Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("Fundo") (1)	67,97	67,97

(1) O Fundo foi consolidado em razão do Daycoval assumir ou reter, substancialmente, riscos e benefícios.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

d) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:

i. Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

A adoção dos normativos anteriormente mencionados e dos potenciais normativos complementares relacionados ao tratamento contábil de instrumentos financeiros, incluindo a reestruturação do Plano Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Daycoval.

O Plano de Implementação, inicialmente, estabelecido com base nas definições contidas na Resolução CMN n° 4.966/21, adotado pelo Banco Daycoval prevê fases a serem executadas durante os exercícios de 2023 e 2024 para a efetiva implementação a partir de 1° janeiro de 2025 e a constituição de Comitê específico, compostos por diversas áreas que estarão dedicadas à identificação dos impactos da adoção dos normativos e do acompanhamento de sua implementação considerando, dentre outros aspectos, os impactos em processos e sistemas legados e revisão dos modelos e critérios utilizados na determinação de estimativas contábeis. Cabe ressaltar que, como serão publicados normativos complementares pelo CMN e/ou BCB, novos ajustes ao Plano de Implementação podem ser realizados.

A Administração do Daycoval está acompanhando o processo de adoção da Resolução nº 4.966/21 e os impactos nas Demonstrações Contábeis serão divulgados a partir da definição completa do arcabouço regulatório.

ii. A Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção.

iii. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração.

e) Adoção de novas normas emitidas pelo BCB com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022:

i. Resoluções CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020, nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, nº 4.967, de 25 de novembro de 2021

Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, determina que, as instituições financeiras registradas na forma de companhia aberta ou que sejam líderes de Conglomerado Prudencial enquadrado no Segmento S1 a S3, devem elaborar Demonstrações Contábeis anuais ou relativas a períodos inferiores a um ano, adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Resolução CMN nº 4.966/2021, em seu Art. nº 77, facultou às instituições financeiras a elaboração e a divulgação das Demonstrações Contábeis consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), até o exercício de 2024, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução nº 4.818/20.

Desta forma, a Administração do Daycoval optou pela faculdade prevista no Art. nº 77, da Resolução CMN nº 4.966/21, em apresentar suas Demonstrações Contábeis Consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e, posteriormente, as Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board.

A Resolução CMN nº 4.967/21, facultou às instituições financeiras, até o final do exercício de 2022, a mensuração de propriedades para investimento e ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado que não possam ser mensurados no nível 1 da hierarquia de valor justo, conforme regulamentação vigente, pelo custo de aquisição deduzido de eventual perda por redução ao valor recuperável. A partir de 1º de janeiro de 2023, as propriedades para investimento destinadas ao uso por entidades controladas ou pela entidade controladora da instituição e as decorrentes de ativos não financeiros mantidos para venda, recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução transferidos pelas instituições financeiras para entidade integrante do mesmo conglomerado prudencial devem ser avaliadas pelo método do custo. Também estabelece que os ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado devem ser inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição à vista, acrescido dos custos de transação.

ii. Resolução BCB nº 92, de 06 de maio de 2021

Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A adoção deste normativo, a partir de 1º de janeiro de 2022, implicou na reclassificação das rubricas de "Resultado de exercícios futuros" para o grupo de "Outras obrigações - Diversos" e, para fins de manter a comparabilidade das demonstrações contábeis, foram realizadas reclassificações conforme apresentadas no item iv.

iii. Instrução Normativa BCB nº 206, de 13 de dezembro de 2021

Cria subtítulos contábeis e altera a função de título no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

A adoção deste normativo, a partir de 1º de janeiro de 2022, implicou na reclassificação da rubrica de "Passivo - Obrigações por cotas de fundos de investimento" em "Outras obrigações - Diversas" , para a rubrica de "Patrimônio líquido - Participação de acionistas não controladores", cuja função é a de registrar, nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, pela instituição líder do Conglomerado Prudencial, a participação de acionistas não controladores, de forma separada do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores e, para fins de manter a comparabilidade das informações anuais, foram realizadas reclassificações conforme apresentadas no item iv.

iv. Ajustes de adoção das novas normas emitidas pelo BACEN para fins de comparabilidade das Demonstrações Contábeis:

	1º/01/2021		
Consolidado	**Valor divulgado**	**Reclassificações**	**Valor reapresentado**
Patrimônio líquido	**4.425.873**	-	**4.446.447**
Patrimônio líquido de acionistas controladores	4.425.873	-	4.425.873
Patrimônio líquido de acionistas não controladores	**-**	-	**20.574**
Participação de acionistas não controladores	-	1.030	1.030
Outros fundos de investimento controlados	-	19.544	19.544

	2021		
	Valor divulgado	**Reclassificações**	**Valor reapresentado**
Banco			
Balanço patrimonial - Passivo			
Diversas	185.819	65.029	250.848
Resultado de exercícios futuros	65.029	(65.029)	-
Consolidado			
Balanço patrimonial - Passivo			
Diversas (1)	231.228	87.637	318.865
Resultado de exercícios futuros	106.264	(106.264)	-
Participação de acionistas não controladores	1.056	(1.056)	-
Patrimônio líquido	**4.981.278**	-	**5.000.961**
Patrimônio líquido de acionistas controladores	4.981.278	-	4.981.278
Patrimônio líquido de acionistas não controladores	**-**	-	**19.683**
Participação de acionistas não controladores	-	1.056	1.056
Outros fundos de investimento controlados (1)	-	18.627	18.627

(1) O montante de R$18.627 foi reclassificado da rubrica "Diversas - Obrigações por cotas de fundos de investimento" para a rubrica de "Patrimônio líquido de acionistas não controladores - Outros fundos de investimento controlados".

Estas reclassificações não resultaram em alterações no total de ativos, passivos e no lucro líquido do exercício.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional, de apresentação, transações em moedas estrangeiras e equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior:

i. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis do Daycoval, estão apresentadas em Reais (R$), sendo esta a sua moeda funcional e de apresentação. Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.524/16, o Daycoval definiu que a moeda funcional e de apresentação para cada uma de suas controladas direta e indiretamente, incluindo entidades sediadas no exterior, também será em Reais (R$).

ii. Conversão das transações em moeda estrangeira

Caso as investidas no exterior realizem transações em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais, estas transações serão convertidas aplicando-se as taxas de câmbio, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, do respectivo balancete ou balanço para os itens monetários, ativos e passivos avaliados a valor justo e para os itens não classificados como monetários. Para os demais casos, aplica-se as taxas de câmbio na data da transação.

iii. Equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior

A equivalência patrimonial das entidades sediadas no exterior, cuja moeda funcional está definida no item "i" acima, é reconhecida diretamente nas demonstrações de resultado do Daycoval na rubrica de "Resultado de participação em controladas e coligadas".

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado insignificante.

A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Instrumentos financeiros

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na Nota 6.

ii. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; (ii) as ações, atualizadas com base na cotação média informada pela Bolsa de Valores onde são mais negociadas; e (iii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, sendo classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado.
- Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor justo (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

As bonificações oriundas das aplicações em ações de companhias abertas são registradas na carteira de títulos e valores mobiliários apenas pelas respectivas quantidades, sem modificação do valor dos investimentos, quando as ações correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, oriundos das aplicações em ações de companhias abertas, são contabilizados como receita quando as ações correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.

A composição e a classificação dos Títulos e valores mobiliários, estão apresentadas na Nota 7.a e 7.b.

iii. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações com opções, a termo, de mercado futuro e de swap, e são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, que prevê a adoção dos seguintes critérios:

- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados ao valor justo na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo ou no passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizados como redução ou aumento do custo do ativo objeto das opções, pelo seu efetivo exercício, ou como receita ou despesa no caso de não exercício.
- Operações de futuro - os valores dos ajustes diários são registrados ao valor justo na rubrica de "Negociação e intermediação de valores" no ativo ou no passivo e apropriados diariamente ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações de swap e termo de moeda ("NDF") - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado ao valor justo na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo ou no passivo, respectivamente e apropriado ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações a termo de mercadorias - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, ajustado ao valor justo, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos.

  As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor justo, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:
- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

Os hedges de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de hedge e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

A composição dos Instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais de ativos e passivos e em contas de compensação, está apresentada na Nota 8.

iv. Mensuração do valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a coleta de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor de liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferente dos valores estimados.

e) Operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para perdas associadas ao risco de crédito destes instrumentos

Operações de arrendamento mercantil financeiros são reclassificadas com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao seu nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em complemento aos níveis mínimos de provisão mencionados na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, o Daycoval constitui também provisão para risco de crédito adicional, calculada com base em metodologia de avaliação e monitoramento de risco de crédito periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são constituídas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em conformidade com normas e instruções emanadas pelo CMN e Bacen.

Ainda conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, as operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando efetivamente recebida e as operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação por 180 dias quando, então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que se encontravam classificadas na data de sua renegociação. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes e observáveis justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, são mensuradas pelo seu custo amortizado.

A composição das operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, bem como da provisão para perdas associadas ao risco de crédito destes instrumentos, está apresentada na Nota 9.

f) Baixa de ativos financeiros

A baixa de um ativo financeiro, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro que deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada, utilizando-se como metodologia a comparação da exposição do Daycoval, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

g) Operações de câmbio (ativas e passivas)

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais auferidas em base "pro-rata" dia.

A composição das operações de câmbio (ativas e passivas) está apresentada na Nota 10.

h) Operações com seguros

As operações da Seguradora Líder são apresentadas em linha única do ativo, na rubrica "Outros créditos diversos", proporcionalmente à participação na entidade, em consonância com as alterações normativas advindas da Circular SUSEP nº 595/19, que revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517/15, que previam a apresentação linha a linha dos ativos e passivos do Consórcio proporcionalmente à participação da consorciada.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há saldo de "Prêmios de seguros a receber", conforme apresentado na Nota 11.

i) Despesas pagas antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente referentes às comissões pagas aos correspondentes bancários são controladas por contrato e foram reconhecidas como despesa na rubrica de "Outras despesas administrativas".

As demais despesas pagas antecipadamente, referentes às despesas de emissão de títulos, no Brasil ou no exterior, bem como aquelas relacionadas às captações junto ao Inter-American Development Bank (IDB), são reconhecidas "pro-rata temporis" de acordo com o prazo de vigência destas captações.

As despesas pagas antecipadamente estão apresentadas na Nota 12.

j) Participações em controladas

As participações em empresas controladas e coligadas, que o Banco tenha influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

A composição das participações em controladas e coligadas está apresentada na Nota 14.

k) Outros investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

l) Imobilizado de uso

É reconhecido com base em seu custo de aquisição, mensalmente ajustado por suas respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% a.a.; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% a.a.; sistemas de transporte - 10% e 20% a.a.; e sistemas de processamento de dados - 20% a.a., e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição do imobilizado de uso está apresentada na Nota 15.a.

m) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional

Os bens arrendados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.

A composição do imobilizado de arrendamento mercantil operacional está apresentada na Nota 15.b.

n) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, devem ser classificados como:

- Próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou
- Recebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

Os ativos não financeiras mantidos para venda estão apresentados na Nota 12.

o) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros *(impairment)*

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Ativos fiscais correntes e diferidos" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos, conforme Nota 12.

p) Instrumentos de captação

Os depósitos, as emissões de títulos no Brasil e exterior e as obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base *"pro rata temporis"*. Os aceites por emissão de títulos no exterior e as obrigações por empréstimos no exterior, também são acrescidas de variação cambial calculada com base na cotação da moeda estrangeira, divulgada pelo BACEN, na data do balanço.

As emissões e obrigações por empréstimos no exterior, objeto de proteção contábil *(hedge accounting)* de risco de mercado, são mensurados por seu valor justo na data do balanço e, os efeitos desta mensuração reconhecidos nas demonstrações de resultado.

A composição dos instrumentos de captação está apresentada na Nota 16.

q) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e trabalhistas)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

i. Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados, onde é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação e que pode ser estimada de modo confiável. O Daycoval, para a constituição das provisões, considera a opinião de seus assessores jurídicos e da Administração para o seu reconhecimento.

ii. Ativos contingentes

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

iii. Passivos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, pois a sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão no controle do Daycoval. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios para o seu reconhecimento, por serem considerados como perdas possíveis, sendo divulgados em notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perda remota não são reconhecidos e divulgados.

iv. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, independentemente de sua probabilidade de perda.

A composição das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais está apresentada na Nota 18.

r) Tributos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais correntes e diferidas", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20 são atendidos.

Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 19.a.i e 19.d.

A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 19.e.

s) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN n° 4.818/20.

O lucro por ação está apresentado na Nota 20.e.

t) Remuneração do capital próprio

A Resolução CMN nº 4.872/20, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022, determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital próprio, que deve ser reconhecida a partir do momento em que seja declarada ou proposta e se configure em uma obrigação presente na data do balanço.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados são reconhecidos no passivo circulante na rubrica de "Sociais e Estatutárias" e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".

A remuneração do capital próprio está apresentada na Nota 20.c.

u) Uso de estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações Contábeis do Daycoval exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como:

i. As taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento;
ii. Amortizações de ativos diferidos;
iii. Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa;
iv. Avaliação de instrumentos financeiros; e
v. Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

v) Resultado não recorrente

São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são:

i. Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;
ii. Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e
iii. Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros.

A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 21.k.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Disponibilidades	829.952	311.805	830.204	312.094
Aplicações no mercado aberto (1)	1.282.908	675.884	1.282.908	675.884
Aplicações em moedas estrangeiras (2)	410.050	287.055	410.050	287.055
Total	**2.522.910**	**1.274.744**	**2.523.162**	**1.275.033**

(1) As aplicações no mercado aberto consideradas para compor o total de "Caixa e equivalentes de caixa", possuem vencimento em até 90 dias e não contemplam as posições das aplicações interfinanceiras - posição financiada (Nota 6), para o Banco e Consolidado.

(2) Referem-se às aplicações em moedas estrangeiras (Nota 6) com vencimento em até 90 dias da data da aplicação.

5 RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	Banco e Consolidado	
	2022	**2021**
Reservas em conta de pagamento instantâneo	54.222	3.369
Reservas compulsórias em espécie sobre		
Depósitos à vista	222.064	181.074
Recolhimentos obrigatórios		
Compulsório sobre depósitos a prazo	-	235.956
Outros recolhimentos obrigatórios	11.548	15.231
Total	**287.834**	**435.630**

6 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco				
	2022				2021
	Até 3 meses	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Total**	**Total**
Aplicações em operações compromissadas	**1.635.967**	**-**	**-**	**1.635.967**	**1.954.989**
Posição bancada	**1.282.908**	**-**	**-**	**1.282.908**	**675.884**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100.712	-	-	100.712	420.492
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35.006	-	-	35.006	155.860
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.147.190	-	-	1.147.190	99.532
Posição financiada	**353.059**	**-**	**-**	**353.059**	**1.279.105**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	29.501
Letras do Tesouro Nacional - LTN	300.050	-	-	300.050	265.198
Notas do Tesouro Nacional - NTN	53.009	-	-	53.009	984.406
Depósitos interfinanceiros	**-**	**2.559.952**	**124.650**	**2.684.602**	**2.417.197**
Aplicações em moedas estrangeiras (1)	**410.050**	**-**	**-**	**410.050**	**287.055**
Total	**2.046.017**	**2.559.952**	**124.650**	**4.730.619**	**4.659.241**

	Consolidado				
	2022				2021
	Até 3 meses	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Total**	**Total**
Aplicações em operações compromissadas	**1.635.967**	**-**	**-**	**1.635.967**	**1.954.989**
Posição bancada	**1.282.908**	**-**	**-**	**1.282.908**	**675.884**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100.712	-	-	100.712	420.492
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35.006	-	-	35.006	155.860
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.147.190	-	-	1.147.190	99.532
Posição financiada	**353.059**	**-**	**-**	**353.059**	**1.279.105**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	**-**	29.501
Letras do Tesouro Nacional - LTN	300.050	-	-	300.050	265.198
Notas do Tesouro Nacional - NTN	53.009	-	-	53.009	984.406
Depósitos interfinanceiros	**-**	**700.215**	**124.650**	**824.865**	**1.068.522**
Aplicações em moedas estrangeiras (1)	**410.050**	**-**	**-**	**410.050**	**287.055**
Total	**2.046.017**	**700.215**	**124.650**	**2.870.882**	**3.310.566**

(1) Referem-se às aplicações em moedas estrangeiras com vencimento em até 90 dias da data da aplicação.

7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria e tipo

	Banco					
	2022				2021	
		Ajuste a valor justo no:				
	Valor de curva	**Resultado**	**Patrimônio líquido**	**Valor justo (1)**	**Valor de curva**	**Valor justo (1)**
Livre negociação	**5.517.676**	**30.512**	**-**	**5.548.188**	**78.824**	**78.198**
Carteira própria	**862.861**	**4.877**	**-**	**867.738**	**38**	**38**
Letras financeiras do tesouro - LFT	860.269	4.885	-	865.154	-	-
Debêntures (4)	2.592	(8)	-	2.584	38	38
Vinculados a compromisso de recompra	**4.613.728**	**25.316**	**-**	**4.639.044**	**78.786**	**78.160**
Letras financeiras do tesouro - LFT	4.565.101	25.513	-	4.590.614	-	-
Debêntures (4)	48.627	(197)	-	48.430	78.786	78.160
Vinculados à prestação de garantias (2)	**41.087**	**319**	**-**	**41.406**	**-**	**-**
Letras financeiras do tesouro - LFT	41.087	319	-	41.406	-	-
Disponíveis para venda	**5.954.812**	**-**	**(8.132)**	**5.946.680**	**9.504.399**	**9.502.228**
Carteira própria	**3.332.031**	**-**	**(11.153)**	**3.320.878**	**8.086.841**	**8.081.183**
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.502.142	-	1.190	1.503.332	7.120.803	7.125.719
Letras do tesouro nacional - LTN	1.006	-	(25)	981	2.135	2.071
Notas do tesouro nacional - NTN	373	-	1	374	338	329
Cotas de fundo de investimento	1.091.047	-	(11.594)	1.079.453	887.977	877.583
Cédulas de produto rural - CPR (4)	544.619	-	-	544.619	33.945	33.945
Notas comerciais (4)	133.916	-	(17)	133.899	-	-
Debêntures (4)	58.809	-	(708)	58.101	2.029	2.003
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (4)	116	-	-	116	30.020	29.908
Certificados de depósitos a prazo - CDB	3	-	-	3	-	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	-	-	8.627	8.660
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (4)	-	-	-	-	967	965
Vinculados a compromisso de recompra	**1.857.734**	**-**	**2.363**	**1.860.097**	**1.115.308**	**1.119.026**
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.541.083	-	1.721	1.542.804	964.109	967.236
Notas do tesouro nacional - NTN	190	-	(6)	184	-	-
Debêntures (4)	285.110	-	653	285.763	151.199	151.790
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	29.954	-	(5)	29.949	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (4)	1.397	-	-	1.397	-	-
Vinculados à prestação de garantias (2)	**765.047**	**-**	**658**	**765.705**	**302.250**	**302.019**
Letras financeiras do tesouro - LFT	765.047	-	658	765.705	275.796	275.510
Debêntures (4)	-	-	-	-	26.454	26.509
Mantidos até o vencimento (3)	**280.628**	**-**	**-**	**280.628**	**16.843**	**16.843**
Carteira própria	**280.628**	**-**	**-**	**280.628**	**16.843**	**16.843**
Títulos públicos de outros países	280.628	-	-	280.628	16.843	16.843
Total	**11.753.116**	**30.512**	**(8.132)**	**11.775.496**	**9.600.066**	**9.597.269**

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado					
	2022				2021	
		Ajuste a valor justo no:				
	Valor de curva	Resultado	Patrimônio líquido	Valor justo (1)	Valor de curva	Valor justo (1)
Livre negociação	**5.517.737**	**30.512**	**-**	**5.548.249**	**79.149**	**78.523**
Carteira própria	**862.922**	**4.877**	**-**	**867.799**	**363**	**363**
Letras financeiras do tesouro - LFT	860.330	4.885	-	865.215	325	325
Debêntures (4)	2.592	(8)	-	2.584	38	38
Vinculados a compromisso de recompra	**4.613.728**	**25.316**	**-**	**4.639.044**	**78.786**	**78.160**
Letras financeiras do tesouro - LFT	4.565.101	25.513	-	4.590.614	-	-
Debêntures (4)	48.627	(197)	-	48.430	78.786	78.160
Vinculados à prestação de garantias (2)	**41.087**	**319**	**-**	**41.406**	**-**	**-**
Letras financeiras do tesouro - LFT	41.087	319	-	41.406	-	-
Disponíveis para venda	**6.455.876**	**-**	**(2.889)**	**6.452.987**	**9.975.880**	**9.983.926**
Carteira própria	**3.833.095**	**-**	**(5.910)**	**3.827.185**	**8.558.322**	**8.562.881**
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.540.399	-	1.190	1.541.589	7.155.817	7.160.689
Letras do tesouro nacional - LTN	1.006	-	(25)	981	2.135	2.071
Notas do tesouro nacional - NTN	373	-	1	374	338	329
Cotas de fundo de investimento	1.479.617	-	(1.471)	1.478.146	1.229.572	1.228.543
Cédulas de produto rural - CPR (4)	544.619	-	-	544.619	33.945	33.945
Notas comerciais (4)	133.916	-	(17)	133.899	-	-
Debêntures (4)	58.809	-	(708)	58.101	2.029	2.003
Títulos privados no exterior	56.016	-	(2.846)	53.170	75.455	77.124
Títulos públicos no exterior	15.683	-	(2.034)	13.649	25.723	24.984
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (4)	2.250	-	-	2.250	3.095	3.092
Certificados de depósitos a prazo - CDB	181	-	-	181	162	162
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (4)	116	-	-	116	30.020	29.908
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	89	-	-	89	-	-
Letras de câmbio - LC	21	-	-	21	31	31
Vinculados a compromisso de recompra	**1.857.734**	**-**	**2.363**	**1.860.097**	**1.115.308**	**1.119.026**
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.541.083	-	1.721	1.542.804	964.109	967.236
Notas do tesouro nacional - NTN	190	-	(6)	184	-	-
Debêntures (4)	285.110	-	653	285.763	151.199	151.790
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (4)	29.954	-	(5)	29.949	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (4)	1.397	-	-	1.397	-	-
Vinculados à prestação de garantias (2)	**765.047**	**-**	**658**	**765.705**	**302.250**	**302.019**
Letras financeiras do tesouro - LFT	765.047	-	658	765.705	275.796	275.510
Debêntures (4)	-	-	-	-	26.454	26.509
Mantidos até o vencimento (3)	**280.628**	**-**	**-**	**280.628**	**16.843**	**16.843**
Carteira própria	**280.628**	**-**	**-**	**280.628**	**16.843**	**16.843**
Títulos públicos de outros países	280.628	-	-	280.628	16.843	16.843
Total	**12.254.241**	**30.512**	**(2.889)**	**12.281.864**	**10.071.872**	**10.079.292**

(1) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, pelos administradores dos fundos de investimento nos quais o Banco mantém aplicações, pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, por outros agentes formadores de preços no caso dos títulos e valores mobiliários adquiridos no exterior e, quando aplicável com base em modelos de fluxo de caixa descontado.

(2) Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

(3) Para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento, o valor justo refere-se ao seu valor inicial ajustado pelos juros reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

(4) Cédulas de produto rural, debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários e notas comerciais estão apresentados líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisão é de R$5.747 conforme Nota 9.e (R$2.990 em 2021).

b) Composição por prazo

	Banco						
	2022						2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor justo
Títulos públicos federais	**122.237**	**5.508.425**	**664.609**	**3.015.255**	**28**	**9.310.554**	**8.370.865**
Letras financeiras do tesouro - LFT (1)	122.237	5.507.145	664.382	3.015.251	-	9.309.015	8.368.465
Letras do tesouro nacional - LTN	-	754	227	-	-	981	2.071
Notas do tesouro nacional - NTN	-	526	-	4	28	558	329
Títulos e valores mobiliários no exterior	**-**	**97**	**264.880**	**-**	**15.651**	**280.628**	**25.503**
Títulos públicos de outros países	-	97	264.880	-	15.651	280.628	16.843
Eurobonds e assemelhados	-	-	-	-	-	-	8.660
Títulos privados	**16.876**	**227.103**	**464.644**	**395.730**	**508**	**1.104.861**	**323.318**
Cédulas de produto rural - CPR	16.876	98.182	356.847	72.714	-	544.619	33.945
Debêntures (1)	-	128.918	76.335	189.117	508	394.878	258.500
Notas comerciais	-	-	-	133.899	-	133.899	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	-	30.065	-	-	30.065	29.908
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	-	1.397	-	-	1.397	965
Certificados de depósitos a prazo	-	3	-	-	-	3	-
Cotas de fundos de investimento	**40.396**	**-**	**-**	**-**	**1.039.057**	**1.079.453**	**877.583**
Fundos de investimento imobiliário	34.998	-	-	-	-	34.998	34.154
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	-	-	1.039.057	1.039.057	841.160
Outros fundos de investimento	5.398	-	-	-	-	5.398	2.269
Total	**179.509**	**5.735.625**	**1.394.133**	**3.410.985**	**1.055.244**	**11.775.496**	**9.597.269**

	Consolidado						
	2022						2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor justo
Títulos públicos federais	**122.237**	**5.508.487**	**702.866**	**3.015.254**	**28**	**9.348.872**	**8.406.160**
Letras financeiras do tesouro - LFT (1)	122.237	5.507.207	702.639	3.015.250	-	9.347.333	8.403.760
Letras do tesouro nacional - LTN	-	754	227	-	-	981	2.071
Notas do tesouro nacional - NTN	-	526	-	4	28	558	329
Títulos e valores mobiliários no exterior	**6.716**	**2.004**	**285.369**	**5.271**	**48.087**	**347.447**	**118.951**
Títulos públicos de outros países	-	97	264.880	-	15.651	280.628	16.843
Títulos privados no exterior	6.716	1.877	20.489	5.271	18.817	53.170	77.124
Títulos públicos no exterior	-	30	-	-	13.619	13.649	24.984
Títulos privados	**16.876**	**227.201**	**464.813**	**395.751**	**2.758**	**1.107.399**	**325.638**
Cédulas de produto rural - CPR	16.876	98.182	356.847	72.714	-	544.619	33.945
Debêntures (1)	-	128.918	76.335	189.117	508	394.878	258.500
Notas comerciais	-	-	-	133.899	-	133.899	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	-	30.065	-	-	30.065	29.908
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	-	1.397	-	2.250	3.647	3.092
Certificados de depósitos a prazo - CDB	-	101	80	-	-	181	162
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	-	89	-	-	89	-
Letras de câmbio - LC	-	-	-	21	-	21	31
Cotas de fundos de investimento	**192.187**	**-**	**-**	**-**	**1.285.959**	**1.478.146**	**1.228.543**
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	-	-	1.285.959	1.285.959	1.061.838
Fundos de investimento em renda fixa	129.359	-	-	-	-	129.359	110.645
Fundos de investimento multimercado	35.042	-	-	-	-	35.042	31.676
Fundos de investimento de ações	12.355	-	-	-	-	12.355	11.608
Fundos de investimento imobiliário	10.033	-	-	-	-	10.033	10.507
Outros fundos de investimento	5.398	-	-	-	-	5.398	2.269
Total	**338.016**	**5.737.692**	**1.453.048**	**3.416.276**	**1.336.832**	**12.281.864**	**10.079.292**

(1) Conforme previsto no parágrafo único do Artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos para Negociação", estão sendo apresentados com prazo de realização de até 12 meses, independentemente do prazo de seus respectivos vencimentos.

c) Reclassificação de títulos e valores mobiliários

Conforme previsto na Circular BCB nº 3.068/01, em seu Artigo 5º, a reavaliação da classificação dos títulos e valores mobiliários, inicialmente classificados nas categorias: (i) títulos para negociação; (ii) títulos disponíveis para venda; e (iii) títulos mantidos até o vencimento, somente pode ser realizada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais da instituição e, a eventual transferência entre as categorias mencionadas, deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira da instituição e ser efetuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário.

Desta forma, em 30 de junho de 2022, o Daycoval optou por reclassificar títulos e valores mobiliários inicialmente classificados na categoria "Títulos disponíveis para venda", para a categoria "Títulos para negociação" reconhecendo, no resultado do período, os ganhos não realizados anteriormente registrados em conta destacada do patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

Títulos e valores mobiliários reclassificados	Categoria		Montante	Efeito no
Títulos públicos federais	**De**	**Para**	**reclassificado**	**resultado**
Letras financeiras do tesouro - LFT	Disponível para venda	Negociação	5.165.898	37.304

A reclassificação dos títulos e valores mobiliários, acima apresentados, foi motivada pela intenção da Administração do Daycoval em aumentar a sua liquidez de caixa, visando a originação de novas operações no curso normal de seus negócios.

Durante o segundo semestre de 2022 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários.

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias e de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que, previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional dos instrumentos financeiros derivativos.

Os componentes de riscos de crédito e mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com estes instrumentos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata.

O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de hedge para as demais áreas.

Os principais instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Daycoval, em 31 de dezembro de 2022, são:

- Contratos de mercado futuro - compromissos para comprar ou vender, taxa de juros e de moedas estrangeiras em uma data futura a um preço ou rentabilidade determinados, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega física do ativo objeto do contrato. O valor de referência ("*notional*") representa o valor de referência do contrato. Diariamente são liquidados os ajustes referentes às variações no preço dos ativos objeto dos contratos.
- Contratos a termo - contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada, podendo haver entrega física ou apenas a liquidação financeira da diferença entre os preços das moedas objeto do contrato ("*Non deliverable forwards - NDF").*
- Contratos de troca de indexadores ("*Swaps*") - são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras (quando possuem mais de um fluxo de pagamento), o diferencial entre dois indicadores financeiros estipulados e distintos (taxas de juros, moeda estrangeira, índices de inflação, entre outros) sobre um valor de referência ("*Notional*") de principal.
- Opções - Contratos de opção dão ao comprador o direito, mediante o pagamento de um prêmio, e ao vendedor (lançador) a obrigação, mediante o recebimento de um prêmio, de comprar ou vender um ativo financeiro (índices de juros, ações, moedas, dentre outros) por um prazo limitado a um preço contratado.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos entre as empresas integrantes do Consolidado.

i Operações de *hedge*

A estratégia de *hedge* é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de *hedge*, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de *hedge* são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

O Banco possui estruturas de hedge contábil de risco de mercado, como segue:

- Objetivo de viabilizar a compra e venda de veículos leves e pesados, das operações de crédito na modalidade de financiamento de veículos (item objeto de *hedge*), registradas na rubrica de "Financiamento de veículos" (Nota 9.b). A estrutura de *hedge* desta operação foi constituída associando-se operações de mercado futuro de taxa de juros (Futuros de DI) para cada um dos fluxos do objeto de *hedge*, seja de juros ou de principal e juros, com objetivo de mitigar as oscilações da curva de juros, que impactam as captações de recursos destinados à formação da carteira de operações de crédito, protegendo a margem destas operações apuradas nas datas de suas concessões;
- Objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado referentes à flutuação de moeda estrangeira (variação do dólar norte-americano e do euro) e da taxa de juros Libor de suas captações realizadas no exterior (itens objeto de hedge) registradas na rubrica de "Obrigações por títulos emitidos no exterior" e "Obrigações por empréstimos no exterior" (Nota 16.b). A estrutura de hedge contábil destas operações foi constituída associando-se a um contrato de Swap do tipo Fluxo de Caixa, para cada fluxo de pagamento das captações, seja de juros ou de principal e juros, sendo a posição ativa do Banco idêntica à remuneração dos contratos de captação.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de *hedge* de risco de mercado:

2022				Variação no valor justo do		
Item objeto de *hedge*	**Vencimento**	**Valor do principal**	**Instrumento de *hedge***	**Objeto de *hedge***	**Instrumento de *hedge***	**Efetividade**
Financiamento de veículos	22/12/2027	R$ 870.608	Futuros de DI	(6.151)	6.839	111,19%
Emissão no exterior	13/12/2024	USD 350.000	Swap	(310.581)	304.470	98,03%
Emissão no exterior	13/12/2024	USD 100.000	Swap	55.611	(55.295)	99,43%
Captação IFC	15/06/2023	USD 100.000	Swap	(6.816)	6.835	100,28%
Captação IFC	16/09/2024	USD 130.000	Swap	31.201	(30.876)	98,96%
Captação IFC	15/03/2023	USD 254.000	Swap	53.591	(53.470)	99,77%
Captação IFC	15/03/2023	USD 16.000	Swap	(842)	834	99,05%
Captação IFC	15/09/2023	USD 135.000	Swap	8.416	(9.401)	111,70%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2023	USD 150.000	Swap	212.506	(213.058)	100,26%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2023	USD 300.000	Swap	117.718	(119.252)	101,30%
				154.653	**(162.374)**	

2021				Variação no valor justo do		
Item objeto de *hedge*	**Vencimento**	**Valor do principal**	**Instrumento de *hedge***	**Objeto de *hedge***	**Instrumento de *hedge***	**Efetividade**
Emissão no exterior	13/12/2024	USD 350.000	Swap	(730.094)	724.831	99,28%
Emissão no exterior	13/12/2024	USD 100.000	Swap	(52.362)	54.556	104,19%
Captação IFC	15/03/2022	USD 110.000	Swap	(321.531)	321.309	99,93%
Captação IFC	15/06/2022	USD 100.000	Swap	(38.631)	39.096	101,20%
Captação IFC	16/09/2024	USD 130.000	Swap	(14.419)	16.635	115,37%
Captação IFC	15/03/2023	USD 254.000	Swap	(27.167)	29.654	109,15%
Captação IFC	15/03/2023	USD 16.000	Swap	(5.691)	5.752	101,07%
Captação IFC	15/09/2023	USD 135.000	Swap	(28.527)	27.317	95,76%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2023	USD 150.000	Swap	(264.159)	263.499	99,75%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2023	USD 300.000	Swap	24.863	(23.880)	96,05%
				(1.457.718)	**1.458.769**	

a) Composição dos montantes de diferenciais, a receber e a pagar, registrados em contas patrimoniais de ativo e passivo, na rubrica de "Derivativos" (Banco e Consolidado):

	2022								2021		
	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Ativo											
Banco											
Derivativos	**497.400**	**(83.616)**	**413.784**	**48.221**	**125.945**	**237.122**	**2.496**	**-**	**855.681**	**77.399**	**933.080**
Operações de *swap* - diferencial a receber	427.595	(81.722)	345.873	5.065	106.019	232.293	2.496	-	801.951	62.315	864.266
Termo de moeda ("*NDF*") - diferencial a receber	25.626	(4.913)	20.713	14.356	4.866	1.491	-	-	37.392	14.104	51.496
Prêmios pagos por compra de opções de compra	15.958	3.019	18.977	579	15.060	3.338	-	-	2.858	980	3.838
Futuros de cupom cambial (DDI)	13.668	-	13.668	13.668	-	-	-	-	10.940	-	10.940
Futuros de dólar (DOL)	12.267	-	12.267	12.267	-	-	-	-	816	-	816
Futuros de juros (DI)	1.386	-	1.386	1.386	-	-	-	-	783	-	783
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	900	-	900	900	-	-	-	-	941	-	941
Entidade controlada											
Derivativos	**829**	**(192)**	**637**	**-**	**-**	**-**	**-**	**637**	**520**	**1.998**	**2.518**
Operações de *swap* - diferencial a receber	829	(192)	637	-	-	-	-	637	520	1.998	2.518
Total do Consolidado - Ativo	**498.229**	**(83.808)**	**414.421**	**48.221**	**125.945**	**237.122**	**2.496**	**637**	**856.201**	**79.397**	**935.598**
Passivo											
Banco											
Derivativos	**492.859**	**56.870**	**549.729**	**162.600**	**211.679**	**175.450**	**-**	**-**	**136.670**	**70.918**	**207.588**
Operações de *swap* - diferencial a pagar	420.249	66.526	486.775	127.781	187.249	171.745	-	-	60.930	69.054	129.984
Termo de moeda ("*NDF*") - diferencial a pagar	28.713	(4.264)	24.449	14.775	9.433	241	-	-	18.236	657	18.893

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

...continuação	2022 Custo amortizado	2022 Ajuste ao valor justo	2022 Valor justo	2022 Até 3 meses	2022 De 3 a 12 meses	2022 De 1 a 3 anos	2022 De 3 a 5 anos	2022 Acima de 5 anos	2021 Custo amortizado	2021 Ajuste ao valor justo	2021 Valor justo
Prêmios recebidos por venda de opções de compra	24.433	(5.392)	19.041	580	14.997	3.464	-	-	2.631	1.207	3.838
Futuros de cupom cambial (DDI)	7.407	-	7.407	7.407	-	-	-	-	44.085	-	44.085
Futuros de dólar (DOL)	6.433	-	6.433	6.433	-	-	-	-	5.858	-	5.858
Futuros de juros (DI)	5.597	-	5.597	5.597	-	-	-	-	4.685	-	4.685
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	27	-	27	27	-	-	-	-	245	-	245

b) Segregação por tipo de contrato e de contraparte ao valor justo (Banco e Consolidado):

	2022 Ativo	2022 Passivo	2021 Ativo	2021 Passivo
Banco				
Futuros	**28.221**	**19.464**	**13.480**	**54.873**
B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão	28.221	19.464	13.480	54.873
Swap	**345.873**	**486.775**	**864.266**	**129.984**
Instituições financeiras	300.464	486.531	813.687	128.771
Pessoas jurídicas	45.118	244	50.429	1.213
Pessoas físicas	291	-	150	-
Termo ("*NDF*")	**20.713**	**24.449**	**51.496**	**18.893**
Pessoas jurídicas	20.700	24.371	51.267	18.753
Pessoas físicas	13	78	229	140
Opções	**18.977**	**19.041**	**3.838**	**3.838**
Instituições financeiras	1.431	19.041	-	3.838
Pessoas jurídicas	8.915	-	596	-
Pessoas físicas	8.631	-	3.242	-
Entidade controlada				
Swap	**637**	**-**	**2.518**	**-**
Instituições financeiras	637	-	2.518	-

c) Composição dos valores de referência ("*Notional*") registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência (Banco e Consolidado):

	2022 Até 3 meses	2022 De 3 a 12 meses	2022 De 1 a 3 anos	2022 De 3 a 5 anos	2022 Acima de 5 anos	2022 Total	2021 Total
Banco							
Swap							
Ativo	**22.058**	**980.035**	**1.581.043**	**29.109**	**-**	**2.612.245**	**3.607.103**
Estratégia de proteção patrimonial ("*hedge accounting*")	**-**	**827.745**	**1.442.055**	**-**	**-**	**2.269.800**	**3.314.150**
Dólar x CDI	-	827.745	1.442.055	-	-	2.269.800	2.781.500
Dólar x Taxa pré-fixada	-	-	-	-	-	-	532.650
Estratégia de negociação ("*trading*")	**22.058**	**152.290**	**138.988**	**29.109**	**-**	**342.445**	**292.953**
CDI x Dólar	2.477	110.342	-	-	-	112.819	11.003
CDI x Taxa pré-fixada	5.961	17.496	104.017	1.232	-	128.706	141.232
Dólar x CDI	4.861	9.046	21.774	19.540	-	55.221	21.633
Dólar x Taxa pré-fixada	6.440	-	-	-	-	6.440	68.300
Taxa pré-fixada x Dólar	2.319	15.406	13.197	-	-	30.922	50.785
Taxa pré-fixada x CDI	-	-	-	8.337	-	8.337	-
Passivo							
Estratégia de proteção patrimonial ("*hedge accounting*")	**1.502.028**	**2.442.239**	**1.253.556**	**-**	**-**	**5.197.823**	**4.585.408**
Dólar x CDI	1.502.028	2.442.239	1.253.556	-	-	5.197.823	4.585.408
Estratégia de negociação ("*trading*")	**3.014**	**1.356**	**-**	**-**	**-**	**4.370**	**28.136**
CDI x Dólar	-	1.001	-	-	-	1.001	16.935
CDI x Taxa pré-fixada	2.514	-	-	-	-	2.514	923
Taxa pré-fixada x Dólar	500	355	-	-	-	855	10.278
Termo ("*NDF*")	**3.689.841**	**571.129**	**102.760**	**-**	**-**	**4.363.730**	**2.692.054**
Posição comprada	690.915	434.311	102.698	-	-	1.227.924	1.170.162
Posição vendida	2.998.926	136.818	62	-	-	3.135.806	1.521.892
Futuros	**8.401.885**	**3.547.817**	**9.800.346**	**824.721**	**292.523**	**22.867.292**	**12.610.692**
Posição comprada	**4.770.494**	**581.979**	**909.104**	**395.960**	**269.232**	**6.926.769**	**3.668.596**
Futuros de cupom cambial (DDI)	1.811.887	82.147	4.912	-	-	1.898.946	2.140.441
Futuros de dólar (DOL)	2.868.702	-	-	-	-	2.868.702	-
Futuros de juros (DI)	-	49.302	-	227.414	193.320	470.036	1.004.986
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	89.905	450.530	904.192	168.546	75.912	1.689.085	523.169
Posição vendida	**3.631.391**	**2.965.838**	**8.891.242**	**428.761**	**23.291**	**15.940.523**	**8.942.096**
Futuros de cupom cambial (DDI)	1.805.583	455.974	395.818	47.563	13.831	2.718.769	530.587
Futuros de dólar (DOL)	-	-	-	-	-	-	435.660
Futuros de juros (DI)	1.825.808	2.509.864	8.495.424	380.948	1.108	13.213.152	7.973.514
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	-	-	-	250	8.352	8.602	2.335
Opções	**75.173**	**380.853**	**82.273**	**-**	**-**	**538.299**	**60.388**
Posição comprada	**35.710**	**172.421**	**38.286**	**-**	**-**	**246.417**	**29.392**
Moeda estrangeira	35.710	172.421	38.286	-	-	246.417	29.392
Posição vendida	**39.463**	**208.432**	**43.987**	**-**	**-**	**291.882**	**30.996**
Moeda estrangeira	39.463	208.432	43.987	-	-	291.882	30.996
Entidade controlada							
Swap							
Ativo							
Estratégia de negociação ("*trading*")	**-**	**-**	**-**	**-**	**16.410**	**16.410**	**16.410**
Reais x Dólar	-	-	-	-	16.410	16.410	16.410

9 CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Resumo da carteira de crédito e da carteira de crédito ampliada

	Banco 2022	Banco 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Operações de crédito (1)	31.017.630	27.295.601	31.285.002	27.583.232
Arrendamento mercantil (2)	-	-	2.463.780	1.779.303
Outros créditos com características de concessão de crédito	13.913.718	11.557.562	13.932.120	11.566.947
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 10 - Câmbio Ativo)	21.014	18.091	21.014	18.091
Importação financiada (Nota 10 - Câmbio Passivo)	36.820	26.091	36.820	26.091
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 10 - Câmbio Passivo)	835.678	1.035.288	835.678	1.035.288
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos (Nota 10 - Câmbio Passivo)	(1.107)	(1.446)	(1.107)	(1.446)
Total da carteira de crédito	**45.823.753**	**39.931.187**	**48.573.307**	**42.007.506**
Títulos privados (Nota 7.a) (3)	1.110.605	326.308	1.110.605	326.308
Garantias financeiras prestadas	5.763.769	4.381.471	5.763.769	4.381.471
Total da carteira de crédito ampliada (1)	**52.698.127**	**44.638.966**	**55.447.681**	**46.715.285**

(1) Em 31 de dezembro de 2022, inclui perdas de R$6.151 referentes ao ajuste a valor justo de operações de financiamento de veículos, objeto de hedge contábil, tanto para o Banco quanto para o Consolidado. Este montante não está sendo incluído no total das operações de crédito apresentadas nas notas subsequentes.

(2) A carteira de arrendamento mercantil está composta pelas operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional a valor presente.

(3) Os títulos privados estão compostos por cédulas de produto rural, debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários e notas comerciais

b) Composição da carteira com características de concessão de crédito

i. Por segmento, tipo de operação e nível de risco

Banco

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	**8.730.807**	**18.765.236**	**3.180.491**	**884.385**	**250.897**	**100.940**	**730.482**	**96.770**	**246.480**	**32.986.488**
Empréstimos	321.709	5.906.444	1.025.107	380.417	147.521	51.669	126.455	84.957	155.984	8.200.263
FGI PEAC	13.513	3.095.873	172.742	66.303	35.711	21.889	84.674	9.964	50.539	3.551.208
FGI PEAC II (3)	-	1.308.812	22.046	6.455	611	947	-	-	-	1.338.871
PRONAMPE (4)	-	5.716	720	680	298	79	-	-	-	7.493
Títulos descontados	1.447.819	317.693	42.039	20.232	8.355	948	529	403	9.770	1.847.788
Financiamentos	112.774	1.685.135	227.551	65.561	11.353	3.337	1.890	-	7.841	2.115.442
Financiamentos rurais e agroindustriais	15.544	311.980	-	-	-	-	-	-	2.184	329.708
Devedores por compra de valores e bens	-	25.881	6.464	6.783	-	-	-	-	-	39.128
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	5.914.267	5.203.083	1.576.320	329.338	47.048	13.447	516.032	1.446	20.162	13.621.143
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	117.813	612.191	107.439	8.616	-	8.624	902	-	-	855.585
Financiamentos a importação	592.854	292.428	63	-	-	-	-	-	-	885.345
Financiamento à exportação	194.514	-	-	-	-	-	-	-	-	194.514
Segmento varejo	**-**	**7.994.764**	**2.876.625**	**1.257.081**	**181.131**	**83.658**	**49.960**	**44.942**	**355.255**	**12.843.416**
Empréstimos consignados	-	7.994.753	1.477.854	692.218	42.918	32.047	25.919	28.357	285.098	10.579.164
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	144.933	4.964	3.018	292	104	108	-	153.419
Títulos descontados	-	11	-	-	-	-	-	-	3	14
Financiamento de veículos	-	-	1.244.407	559.899	135.195	51.319	23.937	16.477	70.154	2.101.388
Financiamentos imobiliários	-	-	9.431	-	-	-	-	-	-	9.431
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.730.807**	**26.760.000**	**6.057.116**	**2.141.466**	**432.028**	**184.598**	**780.442**	**141.712**	**601.735**	**45.829.904**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	205.499	872.138	2.433	29.960	-	-	-	575	-	1.110.605
Total de títulos privados	**205.499**	**872.138**	**2.433**	**29.960**	**-**	**-**	**-**	**575**	**-**	**1.110.605**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	2.676.313	2.482.711	495.266	41.052	61.696	1.825	4.317	175	414	5.763.769
Total de garantias financeiras prestadas	**2.676.313**	**2.482.711**	**495.266**	**41.052**	**61.696**	**1.825**	**4.317**	**175**	**414**	**5.763.769**
Total da carteira de crédito ampliada	**11.612.619**	**30.114.849**	**6.554.815**	**2.212.478**	**493.724**	**186.423**	**784.759**	**142.462**	**602.149**	**52.704.278**
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal (1)	8.730.807	25.919.890	5.265.052	1.590.661	253.972	54.540	616.786	47.794	81.994	42.561.496
Operações em curso anormal (2)	-	840.110	792.064	550.805	178.056	130.058	163.656	93.918	519.741	3.268.408
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.730.807**	**26.760.000**	**6.057.116**	**2.141.466**	**432.028**	**184.598**	**780.442**	**141.712**	**601.735**	**45.829.904**

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	**7.816.252**	**7.480.514**	**12.985.916**	**696.633**	**260.641**	**100.044**	**112.477**	**32.036**	**197.012**	**29.681.525**
Empréstimos	454.914	1.552.702	4.712.774	401.094	168.524	56.947	59.980	14.987	136.263	7.558.185
FGI PEAC	24.400	1.574.574	4.414.679	79.818	49.761	39.197	45.856	15.086	43.423	6.286.794
Títulos descontados	115.694	50.665	297.363	24.460	3.066	416	424	322	5.368	497.778
Financiamentos	132.947	692.565	865.647	13.131	8.755	2.813	4.429	-	6.518	1.726.805
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	235.204	47.233	-	-	-	-	-	-	282.437
Devedores por compra de valores e bens	-	17.847	-	-	-	-	-	-	200	18.047
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	6.476.148	2.727.249	1.924.548	158.860	30.535	671	1.788	1.641	5.240	11.326.680
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	384.138	649.535	18.259	-	-	-	-	-	1.051.932
Financiamentos a importação	612.149	245.570	74.137	1.011	-	-	-	-	-	932.867
Segmento varejo	**-**	**5.471.227**	**2.582.263**	**1.402.628**	**191.884**	**89.336**	**50.437**	**58.223**	**403.664**	**10.249.662**
Empréstimos consignados	-	5.470.709	1.776.344	911.361	62.374	50.736	32.775	45.206	359.787	8.709.292
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	94.196	1.243	211	306	176	921	329	97.382
Empréstimos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	-	479	55	14	2	-	-	-	-	550
Títulos descontados	-	39	-	-	3	3	2	4	28	79
Financiamento de veículos	-	-	707.393	489.821	129.294	37.597	17.484	12.092	43.520	1.437.201
Financiamentos imobiliários	-	-	4.275	189	-	694	-	-	-	5.158
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**7.816.252**	**12.951.741**	**15.568.179**	**2.099.261**	**452.525**	**189.380**	**162.914**	**90.259**	**600.676**	**39.931.187**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	78.964	152.647	79.453	14.352	892	-	-	-	-	326.308
Total de títulos privados	**78.964**	**152.647**	**79.453**	**14.352**	**892**	**-**	**-**	**-**	**-**	**326.308**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	2.303.462	992.893	995.303	70.351	17.790	1.258	-	-	414	4.381.471
Total de garantias financeiras prestadas	**2.303.462**	**992.893**	**995.303**	**70.351**	**17.790**	**1.258**	**-**	**-**	**414**	**4.381.471**
Total da carteira de crédito ampliada	**10.198.678**	**14.097.281**	**16.642.935**	**2.183.964**	**471.207**	**190.638**	**162.914**	**90.259**	**601.090**	**44.638.966**
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal (1)	7.816.252	12.452.220	14.815.886	1.700.420	270.704	81.392	69.870	4.598	158.712	37.370.054
Operações em curso anormal (2)	-	499.521	752.293	398.841	181.821	107.988	93.044	85.661	441.964	2.561.133
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**7.816.252**	**12.951.741**	**15.568.179**	**2.099.261**	**452.525**	**189.380**	**162.914**	**90.259**	**600.676**	**39.931.187**

Consolidado

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	**9.308.266**	**19.801.519**	**4.132.664**	**1.024.221**	**277.801**	**104.473**	**734.529**	**96.827**	**255.742**	**35.736.042**
Empréstimos	337.459	5.920.560	1.026.765	380.417	147.521	52.018	126.455	84.957	155.984	8.232.136
FGI PEAC	13.513	3.095.873	172.742	66.303	35.711	21.889	84.674	9.964	50.539	3.551.208
FGI PEAC II (3)	-	1.308.812	22.046	6.455	611	947	-	-	-	1.338.871
PRONAMPE (4)	-	5.716	720	680	298	79	-	-	-	7.493
Títulos descontados	1.447.819	317.693	42.039	20.232	8.355	948	529	403	9.770	1.847.788
Financiamentos	117.068	1.737.390	379.181	82.228	17.259	4.768	1.962	-	11.085	2.350.941
Financiamentos rurais e agroindustriais	15.544	311.980	-	-	-	-	-	-	2.184	329.708
Devedores por compra de valores e bens	-	25.881	6.464	6.783	-	-	-	-	-	39.128
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	5.919.249	5.207.210	1.585.613	329.338	47.048	13.447	516.032	1.446	20.162	13.639.545
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	117.813	612.191	107.439	8.616	-	8.624	902	-	-	855.585
Arrendamento mercantil	552.433	965.785	789.592	123.169	20.998	1.753	3.975	57	6.018	2.463.780
Financiamentos a importação	592.854	292.428	63	-	-	-	-	-	-	885.345
Financiamento à exportação	194.514	-	-	-	-	-	-	-	-	194.514
Segmento varejo	**-**	**7.994.764**	**2.876.625**	**1.257.081**	**181.131**	**83.658**	**49.960**	**44.942**	**355.255**	**12.843.416**
Empréstimos consignados	-	7.994.753	1.477.854	692.218	42.918	32.047	25.919	28.357	285.098	10.579.164
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	144.933	4.964	3.018	292	104	108	-	153.419
Títulos descontados	-	11	-	-	-	-	-	-	3	14
Financiamento de veículos	-	-	1.244.407	559.899	135.195	51.319	23.937	16.477	70.154	2.101.388
Financiamentos imobiliários	-	-	9.431	-	-	-	-	-	-	9.431

Notas explicativas às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

....continuação

Consolidado

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**9.308.266**	**27.796.283**	**7.009.289**	**2.281.302**	**458.932**	**188.131**	**784.489**	**141.769**	**610.997**	**48.579.458**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	205.499	872.138	2.433	29.960	-	-	-	575	-	1.110.605
Total de títulos privados	**205.499**	**872.138**	**2.433**	**29.960**	**-**	**-**	**-**	**575**	**-**	**1.110.605**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	2.676.313	2.482.711	495.266	41.052	61.696	1.825	4.317	175	414	5.763.769
Total de garantias financeiras prestadas	**2.676.313**	**2.482.711**	**495.266**	**41.052**	**61.696**	**1.825**	**4.317**	**175**	**414**	**5.763.769**
Total da carteira de crédito ampliada	**12.190.078**	**31.151.132**	**7.506.988**	**2.352.314**	**520.628**	**189.956**	**788.806**	**142.519**	**611.411**	**55.453.832**
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal (1)	9.308.266	26.955.692	6.209.804	1.727.828	280.610	57.277	617.326	47.851	84.851	45.289.505
Operações em curso anormal (2)	-	840.591	799.485	553.474	178.322	130.854	167.163	93.918	526.146	3.289.953
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**9.308.266**	**27.796.283**	**7.009.289**	**2.281.302**	**458.932**	**188.131**	**784.489**	**141.769**	**610.997**	**48.579.458**

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	**8.371.263**	**8.162.178**	**13.703.679**	**772.996**	**288.321**	**109.241**	**114.655**	**32.169**	**203.342**	**31.757.844**
Empréstimos	494.108	1.563.991	4.714.747	401.094	168.525	56.947	60.496	14.987	136.262	7.611.157
FGI PEAC	24.400	1.574.574	4.414.679	79.818	49.761	39.197	45.856	15.086	43.423	6.286.794
Títulos descontados	115.694	50.665	297.363	24.460	3.066	416	424	322	5.368	497.778
Financiamentos	141.418	748.795	1.007.574	22.125	17.665	8.026	4.595	-	11.265	1.961.463
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	235.204	47.233	-	-	-	-	-	-	282.437
Devedores por compra de valores e bens	-	17.847	-	-	-	-	-	-	200	18.047
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	6.482.015	2.730.768	1.924.548	158.860	30.535	671	1.788	1.641	5.240	11.336.066
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	384.138	649.535	18.259	-	-	-	-	-	1.051.932
Arrendamento mercantil	501.479	610.626	573.863	67.369	18.769	3.984	1.496	133	1.584	1.779.303
Financiamentos a importação	612.149	245.570	74.137	1.011	-	-	-	-	-	932.867
Segmento varejo	**-**	**5.471.227**	**2.582.263**	**1.402.628**	**191.884**	**89.336**	**50.437**	**58.223**	**403.664**	**10.249.662**
Empréstimos consignados	-	5.470.709	1.776.344	911.361	62.374	50.736	32.775	45.206	359.787	8.709.292
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	94.196	1.243	211	306	176	921	329	97.382
Empréstimos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	-	479	55	14	2	-	-	-	-	550
Títulos descontados	-	39	-	-	3	3	2	4	28	79
Financiamento de veículos	-	-	707.393	489.821	129.294	37.597	17.484	12.092	43.520	1.437.201
Financiamentos imobiliários	-	-	4.275	189	-	694	-	-	-	5.158
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.371.263**	**13.633.405**	**16.285.942**	**2.175.624**	**480.205**	**198.577**	**165.092**	**90.392**	**607.006**	**42.007.506**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	78.964	152.647	79.453	14.352	892	-	-	-	-	326.308
Total de títulos privados	**78.964**	**152.647**	**79.453**	**14.352**	**892**	**-**	**-**	**-**	**-**	**326.308**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	2.303.462	992.893	995.303	70.351	17.790	1.258	-	-	414	4.381.471
Total de garantias financeiras prestadas	**2.303.462**	**992.893**	**995.303**	**70.351**	**17.790**	**1.258**	**-**	**-**	**414**	**4.381.471**
Total da carteira de crédito ampliada	**10.753.689**	**14.778.945**	**17.360.698**	**2.260.327**	**498.887**	**199.835**	**165.092**	**90.392**	**607.420**	**46.715.285**
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal (1)	8.371.263	13.133.768	15.528.159	1.772.053	293.605	90.361	71.215	4.597	163.478	39.428.499
Operações em curso anormal (2)	-	499.637	757.783	403.571	186.600	108.216	93.877	85.795	443.528	2.579.007
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.371.263**	**13.633.405**	**16.285.942**	**2.175.624**	**480.205**	**198.577**	**165.092**	**90.392**	**607.006**	**42.007.506**

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.
(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.
(3) Nova fase de empréstimos realizados, a partir de agosto de 2022, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), prevista na MP n° 1.114/22, instituído por meio da Lei n° 14.042/20, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).
(4) Empréstimos realizados, a partir de julho de 2022, no âmbito do programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), instituído por meio da Lei n° 13.999/20, garantidos pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO).

ii. Por faixa de vencimento, nível de risco e distribuição da provisão associada ao risco de crédito

Banco

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	**8.730.807**	**25.919.890**	**5.265.052**	**1.590.661**	**253.972**	**54.540**	**616.786**	**47.794**	**81.994**	**42.561.496**
Parcelas vincendas	**8.730.807**	**25.791.983**	**5.235.736**	**1.575.977**	**251.059**	**54.299**	**616.554**	**47.265**	**81.586**	**42.385.266**
Até 3 meses	7.388.405	9.022.334	1.832.340	436.016	89.100	16.217	64.663	15.554	12.576	18.877.205
De 3 a 12 meses	955.940	7.585.154	1.416.474	518.976	82.313	22.714	515.549	28.526	24.292	11.149.938
De 1 a 3 anos	379.430	6.608.297	1.398.944	437.414	70.267	13.527	33.801	2.612	30.368	8.974.660
De 3 a 5 anos	7.032	1.900.328	388.748	123.880	7.685	1.795	2.541	559	9.105	2.441.673
Acima de 5 anos	-	675.870	199.230	59.691	1.694	46	-	14	5.245	941.790
Vencidas até 14 dias	**-**	**127.907**	**29.316**	**14.684**	**2.913**	**241**	**232**	**529**	**408**	**176.230**
Operações em curso anormal (2)	**-**	**840.110**	**792.064**	**550.805**	**178.056**	**130.058**	**163.656**	**93.918**	**519.741**	**3.268.408**
Parcelas vincendas	**-**	**830.106**	**740.164**	**503.973**	**144.673**	**93.166**	**103.052**	**38.351**	**263.669**	**2.717.154**
Até 3 meses	-	299.735	202.705	63.582	22.398	18.349	16.597	5.674	28.966	658.006
De 3 a 12 meses	-	198.891	159.211	147.686	51.395	29.710	40.995	12.240	76.193	716.321
De 1 a 3 anos	-	204.648	227.851	207.994	56.463	36.711	39.478	15.742	105.491	894.378
De 3 a 5 anos	-	91.397	99.921	54.914	10.333	6.257	4.476	3.807	42.133	313.238
Acima de 5 anos	-	35.435	50.476	29.797	4.084	2.139	1.506	888	10.886	135.211
Parcelas vencidas	**-**	**10.004**	**51.900**	**46.832**	**33.383**	**36.892**	**60.604**	**55.567**	**256.072**	**551.254**
Até 60 dias	-	10.004	51.900	43.064	15.986	13.713	24.934	7.612	44.320	211.533
De 61 a 90 dias	-	-	-	2.802	10.867	4.663	11.477	2.197	21.968	53.974
De 91 a 180 dias	-	-	-	966	3.303	16.388	21.111	43.023	45.138	129.929
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	3.227	2.128	3.082	2.735	144.646	155.818
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.730.807**	**26.760.000**	**6.057.116**	**2.141.466**	**432.028**	**184.598**	**780.442**	**141.712**	**601.735**	**45.829.904**
Prazo (3)										
Até 3 meses	17.526	25.521	1.300	-	-	-	-	-	-	44.347
De 3 a 12 meses	19.247	249.010	648	-	-	-	-	-	-	268.905
De 1 a 3 anos	47.342	381.489	406	-	-	-	-	-	-	429.237
De 3 a 5 anos	120.876	209.801	-	29.960	-	-	-	-	-	360.637
Acima de 5 anos	508	6.317	-	-	-	-	-	-	-	6.825
Vencidas até 14 dias	-	-	79	-	-	-	-	-	-	79
Vencidas de 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	575	-	575
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**205.499**	**872.138**	**2.433**	**29.960**	**-**	**-**	**-**	**575**	**-**	**1.110.605**
Garantias financeiras prestadas	2.676.313	2.482.711	495.266	41.052	61.696	1.825	4.317	175	414	5.763.769
Total de garantias financeiras prestadas	**2.676.313**	**2.482.711**	**495.266**	**41.052**	**61.696**	**1.825**	**4.317**	**175**	**414**	**5.763.769**
Total da carteira de crédito ampliada	**11.612.619**	**30.114.849**	**6.554.815**	**2.212.478**	**493.724**	**186.423**	**784.759**	**142.462**	**602.149**	**52.704.278**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	133.800	60.571	64.244	43.203	55.379	390.221	99.198	601.735	1.448.351
Adicional (5)	-	-	115.085	79.234	37.586	31.381	-	-	-	263.286

....continuação

Banco

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	**-**	**133.800**	**175.656**	**143.478**	**80.789**	**86.760**	**390.221**	**99.198**	**601.735**	**1.711.637**
Mínima requerida (4)	-	4.363	24	912	-	-	-	402	-	5.701
Adicional (5)	-	-	46	-	-	-	-	-	-	46
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	**-**	**4.363**	**70**	**912**	**-**	**-**	**-**	**402**	**-**	**5.747**
Mínima requerida (4)	-	12.414	4.953	1.232	6.169	546	2.158	123	414	28.009
Adicional (5)	-	-	9.410	1.519	5.368	310	-	-	-	16.607
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	**-**	**12.414**	**14.363**	**2.751**	**11.537**	**856**	**2.158**	**123**	**414**	**44.616**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	**-**	**150.577**	**190.089**	**147.141**	**92.326**	**87.616**	**392.379**	**99.723**	**602.149**	**1.762.000**

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	**7.816.252**	**12.452.220**	**14.815.886**	**1.700.420**	**270.704**	**81.392**	**69.870**	**4.598**	**158.712**	**37.370.054**
Parcelas vincendas	**7.816.252**	**12.365.148**	**14.776.940**	**1.688.175**	**269.193**	**81.121**	**69.693**	**4.580**	**157.844**	**37.228.946**
Até 3 meses	5.948.530	4.183.189	4.542.593	368.646	85.911	18.791	13.406	468	21.264	15.182.798
De 3 a 12 meses	1.593.141	3.195.114	5.009.989	466.305	116.867	29.345	24.409	1.203	48.492	10.484.865
De 1 a 3 anos	196.127	3.276.115	4.409.753	549.823	60.598	23.466	29.732	2.294	66.666	8.614.574
De 3 a 5 anos	77.459	1.137.890	521.561	189.754	5.216	8.885	1.942	458	18.535	1.961.700
Acima de 5 anos	995	572.840	293.044	113.647	601	634	204	157	2.887	985.009
Vencidas até 14 dias	**-**	**87.072**	**38.946**	**12.245**	**1.511**	**271**	**177**	**18**	**868**	**141.108**
Operações em curso anormal (2)	**-**	**499.521**	**752.293**	**398.841**	**181.821**	**107.988**	**93.044**	**85.661**	**441.964**	**2.561.133**
Parcelas vincendas	**-**	**492.602**	**718.567**	**365.729**	**160.541**	**85.187**	**72.433**	**61.661**	**249.298**	**2.206.018**
Até 3 meses	-	310.249	136.839	63.919	21.248	11.256	9.529	7.135	25.333	585.508
De 3 a 12 meses	-	55.829	220.479	106.162	51.200	26.150	23.466	17.671	62.208	563.165
De 1 a 3 anos	-	78.292	256.515	145.629	72.681	38.844	33.783	28.449	103.797	757.990
De 3 a 5 anos	-	33.287	64.693	34.528	12.025	6.391	4.354	6.730	43.221	205.229
Acima de 5 anos	-	14.945	40.041	15.491	3.387	2.546	1.301	1.676	14.739	94.126
Parcelas vencidas	**-**	**6.919**	**33.726**	**33.112**	**21.280**	**22.801**	**20.611**	**24.000**	**192.666**	**355.115**
Até 60 dias	-	6.919	33.726	30.479	11.926	9.931	7.277	4.696	29.798	134.752
De 61 a 90 dias	-	-	-	1.931	6.638	3.523	3.050	2.150	15.660	32.952
De 91 a 180 dias	-	-	-	702	2.716	8.218	8.140	12.254	41.700	73.730
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	1.129	2.144	4.900	105.508	113.681
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**7.816.252**	**12.951.741**	**15.568.179**	**2.099.261**	**452.525**	**189.380**	**162.914**	**90.259**	**600.676**	**39.931.187**
Prazo (3)										
De 3 a 12 meses	51.921	24.255	17.676	3.162	-	-	-	-	-	97.014
De 1 a 3 anos	26.509	55.515	61.777	11.190	892	-	-	-	-	155.883
De 3 a 5 anos	-	40.187	-	-	-	-	-	-	-	40.187
Acima de 5 anos	534	32.690	-	-	-	-	-	-	-	33.224
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**78.964**	**152.647**	**79.453**	**14.352**	**892**	**-**	**-**	**-**	**-**	**326.308**
Garantias financeiras prestadas	2.303.462	992.893	995.303	70.351	17.790	1.258	-	-	414	4.381.471
Total de garantias financeiras prestadas	**2.303.462**	**992.893**	**995.303**	**70.351**	**17.790**	**1.258**	**-**	**-**	**414**	**4.381.471**
Total da carteira de crédito ampliada	**10.198.678**	**14.097.281**	**16.642.935**	**2.183.964**	**471.207**	**190.638**	**162.914**	**90.259**	**601.090**	**44.638.966**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	64.759	155.682	62.978	45.252	56.814	81.457	63.181	600.676	1.130.799
Adicional (5)	-	-	295.795	77.673	39.370	32.195	-	-	-	445.033
Total de provisão associada a isco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	**-**	**64.759**	**451.477**	**140.651**	**84.622**	**89.009**	**81.457**	**63.181**	**600.676**	**1.575.832**
Mínima requerida (4)	-	764	795	430	89	-	-	-	-	2.078
Adicional (5)	-	-	303	531	78	-	-	-	-	912
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	**-**	**764**	**1.098**	**961**	**167**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.990**
Mínima requerida (4)	-	4.964	9.953	2.111	1.779	377	-	-	414	19.598
Adicional (5)	-	-	18.910	2.603	1.548	214	-	-	-	23.275
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	**-**	**4.964**	**28.863**	**4.714**	**3.327**	**591**	**-**	**-**	**414**	**42.873**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	**-**	**70.487**	**481.438**	**146.326**	**88.116**	**89.600**	**81.457**	**63.181**	**601.090**	**1.621.695**

Consolidado

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	**9.308.266**	**26.955.692**	**6.209.804**	**1.727.828**	**280.610**	**57.277**	**617.326**	**47.851**	**84.851**	**45.289.505**
Parcelas vincendas	**9.308.266**	**26.825.622**	**6.179.153**	**1.712.950**	**277.413**	**56.984**	**617.090**	**47.322**	**84.432**	**45.109.232**
Até 3 meses	7.466.232	9.142.885	1.954.927	453.373	94.086	16.737	64.821	15.611	13.129	19.221.801
De 3 a 12 meses	1.095.382	7.859.522	1.693.301	560.241	91.814	23.911	515.819	28.526	25.414	11.893.930
De 1 a 3 anos	629.349	7.078.582	1.839.090	503.965	80.754	14.495	33.909	2.612	31.539	10.214.295
De 3 a 5 anos	117.279	2.056.179	489.646	135.678	9.065	1.795	2.541	559	9.105	2.821.847
Acima de 5 anos	24	688.454	202.189	59.693	1.694	46	-	14	5.245	957.359
Vencidas até 14 dias	**-**	**130.070**	**30.651**	**14.878**	**3.197**	**293**	**236**	**529**	**419**	**180.273**
Operações em curso anormal (2)	**-**	**840.591**	**799.485**	**553.474**	**178.322**	**130.854**	**167.163**	**93.918**	**526.146**	**3.289.953**
Parcelas vincendas	**-**	**830.567**	**747.528**	**506.372**	**144.914**	**93.756**	**105.732**	**38.351**	**268.600**	**2.735.820**
Até 3 meses	-	299.791	203.851	63.918	22.449	18.487	17.228	5.674	29.563	660.961
De 3 a 12 meses	-	199.042	161.813	148.577	51.520	30.013	42.590	12.240	77.760	723.555
De 1 a 3 anos	-	204.902	231.462	209.166	56.528	36.860	39.932	15.742	108.250	902.842
De 3 a 5 anos	-	91.397	99.926	54.914	10.333	6.257	4.476	3.807	42.141	313.251
Acima de 5 anos	-	35.435	50.476	29.797	4.084	2.139	1.506	888	10.886	135.211
Parcelas vencidas	**-**	**10.024**	**51.957**	**47.102**	**33.408**	**37.098**	**61.431**	**55.567**	**257.546**	**554.133**
Até 60 dias	-	10.024	51.957	43.334	16.009	13.811	25.368	7.612	44.757	212.872
De 61 a 90 dias	-	-	-	2.802	10.869	4.716	11.715	2.197	22.203	54.502
De 91 a 180 dias	-	-	-	966	3.303	16.443	21.266	43.023	45.625	130.626
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	3.227	2.128	3.082	2.735	144.961	156.133
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**9.308.266**	**27.796.283**	**7.009.289**	**2.281.302**	**458.932**	**188.131**	**784.489**	**141.769**	**610.997**	**48.579.458**
Prazo (3)										
Até 3 meses	17.526	25.521	1.300	-	-	-	-	-	-	44.347
De 3 a 12 meses	19.247	249.010	648	-	-	-	-	-	-	268.905
De 1 a 3 anos	47.342	381.489	406	-	-	-	-	-	-	429.237
De 3 a 5 anos	120.876	209.801	-	29.960	-	-	-	-	-	360.637
Acima de 5 anos	508	6.317	-	-	-	-	-	-	-	6.825
Vencidas até 14 dias	-	-	79	-	-	-	-	-	-	79
Vencidas de 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	575	-	575
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**205.499**	**872.138**	**2.433**	**29.960**	**-**	**-**	**-**	**575**	**-**	**1.110.605**
Garantias financeiras prestadas	2.676.313	2.482.711	495.266	41.052	61.696	1.825	4.317	175	414	5.763.769
Total de garantias financeiras prestadas	**2.676.313**	**2.482.711**	**495.266**	**41.052**	**61.696**	**1.825**	**4.317**	**175**	**414**	**5.763.769**
Total da carteira de crédito ampliada	**12.190.078**	**31.151.132**	**7.506.988**	**2.352.314**	**520.628**	**189.956**	**788.806**	**142.519**	**611.411**	**55.453.832**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	138.981	70.093	68.439	45.893	56.439	392.245	99.238	610.997	1.482.325
Adicional (5)	-	-	115.085	79.234	37.586	31.381	-	-	-	263.286

Notas explicativas às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

...continuação

Consolidado										
2022	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	**-**	**138.981**	**185.178**	**147.673**	**83.479**	**87.820**	**392.245**	**99.238**	**610.997**	**1.745.611**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	4.363	24	912	-	-	-	402	-	5.701
Adicional (5)	-	-	46	-	-	-	-	-	-	46
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	**-**	**4.363**	**70**	**912**	**-**	**-**	**-**	**402**	**-**	**5.747**
Mínima requerida (4)	-	12.414	4.953	1.232	6.169	546	2.158	123	414	28.009
Adicional (5)	-	-	9.410	1.519	5.368	310	-	-	-	16.607
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	**-**	**12.414**	**14.363**	**2.751**	**11.537**	**856**	**2.158**	**123**	**414**	**44.616**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	**-**	**155.758**	**199.611**	**151.336**	**95.016**	**88.676**	**394.403**	**99.763**	**611.411**	**1.795.974**

2021	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**
Operações em curso normal (1)	**8.371.263**	**13.133.768**	**15.528.159**	**1.772.053**	**293.605**	**90.361**	**71.215**	**4.597**	**163.478**	**39.428.499**
Parcelas vincendas	**8.371.255**	**13.046.605**	**15.488.923**	**1.759.799**	**292.086**	**90.087**	**71.034**	**4.579**	**162.610**	**39.286.978**
Até 3 meses	6.024.804	4.280.930	4.641.788	380.592	89.335	19.805	13.831	467	21.842	15.473.394
De 3 a 12 meses	1.713.034	3.380.173	5.222.737	486.742	124.483	32.120	24.848	1.203	50.009	11.035.349
De 1 a 3 anos	434.281	3.587.035	4.737.239	580.893	70.771	28.416	30.203	2.294	69.064	9.540.196
De 3 a 5 anos	190.203	1.224.822	592.625	197.925	6.894	9.112	1.947	458	18.807	2.242.793
Acima de 5 anos	8.933	573.645	294.534	113.647	603	634	205	157	2.888	995.246
Vencidas até 14 dias	**8**	**87.163**	**39.236**	**12.254**	**1.519**	**274**	**181**	**18**	**868**	**141.521**
Operações em curso anormal (2)	**-**	**499.637**	**757.783**	**403.571**	**186.600**	**108.216**	**93.877**	**85.795**	**443.528**	**2.579.007**
Parcelas vincendas	**-**	**492.712**	**723.952**	**370.026**	**164.238**	**85.372**	**73.191**	**61.760**	**249.855**	**2.221.106**
Até 3 meses	-	310.270	137.500	64.665	22.728	11.286	9.619	7.151	25.439	588.658
De 3 a 12 meses	-	55.882	221.965	107.685	53.416	26.215	23.799	17.715	62.418	569.095
De 1 a 3 anos	-	78.328	259.455	147.657	72.682	38.934	34.117	28.488	103.998	763.659
De 3 a 5 anos	-	33.287	64.991	34.528	12.025	6.391	4.355	6.730	43.261	205.568
Acima de 5 anos	-	14.945	40.041	15.491	3.387	2.546	1.301	1.676	14.739	94.126
Parcelas vencidas	**-**	**6.925**	**33.831**	**33.545**	**22.362**	**22.844**	**20.686**	**24.035**	**193.673**	**357.901**
Até 60 dias	-	6.925	33.831	30.912	13.008	9.951	7.326	4.707	29.970	136.630
De 61 a 90 dias	-	-	-	1.931	6.638	3.534	3.076	2.155	15.752	33.086
De 91 a 180 dias	-	-	-	702	2.716	8.229	8.140	12.273	41.992	74.052
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	1.130	2.144	4.900	105.959	114.133
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.371.263**	**13.633.405**	**16.285.942**	**2.175.624**	**480.205**	**198.577**	**165.092**	**90.392**	**607.006**	**42.007.506**
Prazo (3)										
De 3 a 12 meses	51.921	24.255	17.676	3.162	-	-	-	-	-	97.014
De 1 a 3 anos	26.509	55.515	61.777	11.190	892	-	-	-	-	155.883
De 3 a 5 anos	-	40.187	-	-	-	-	-	-	-	40.187
Acima de 5 anos	534	32.690	-	-	-	-	-	-	-	33.224
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**78.964**	**152.647**	**79.453**	**14.352**	**892**	**-**	**-**	**-**	**-**	**326.308**
Garantias financeiras prestadas	2.303.462	992.893	995.303	70.351	17.790	1.258	-	-	414	4.381.471
Total de garantias financeiras prestadas	**2.303.462**	**992.893**	**995.303**	**70.351**	**17.790**	**1.258**	**-**	**-**	**414**	**4.381.471**
Total da carteira de crédito ampliada	**10.753.689**	**14.778.945**	**17.360.698**	**2.260.327**	**498.887**	**199.835**	**165.092**	**90.392**	**607.420**	**46.715.285**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	68.167	162.860	65.269	48.020	59.573	82.546	63.274	607.006	1.156.715
Adicional (5)	-	-	295.795	77.673	39.370	32.195	-	-	-	445.033
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	**-**	**68.167**	**458.655**	**142.942**	**87.390**	**91.768**	**82.546**	**63.274**	**607.006**	**1.601.748**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	764	795	430	89	-	-	-	-	2.078
Adicional (5)	-	-	303	531	78	-	-	-	-	912
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	**-**	**764**	**1.098**	**961**	**167**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.990**
Mínima requerida (4)	-	4.964	9.953	2.111	1.779	377	-	-	414	19.598
Adicional (5)	-	-	18.910	2.603	1.548	214	-	-	-	23.275
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	**-**	**4.964**	**28.863**	**4.714**	**3.327**	**591**	**-**	**-**	**414**	**42.873**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	**-**	**73.895**	**488.616**	**148.617**	**90.884**	**92.359**	**82.546**	**63.274**	**607.420**	**1.647.611**

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.
(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.
(3) Os títulos privados estão sendo apresentados com seus respectivos prazos de vencimentos.
(4) Refere-se à provisão para perdas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores.
(5) Provisão adicional constituída em relação ao percentual mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em metodologia própria de avaliação de risco de crédito e, inclusive, em função dos fatores descritos na Nota 26.e.
(6) Conforme estabelecido pela Resolução n° 4.512/16, do CMN, sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas, o Banco registrou a provisão de fianças bancárias com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

iii. Por ramo de atividade

	Banco			
	2022		2021	
	Valor	**% de exposição**	**Valor**	**% de exposição**
Total da carteira de crédito ampliada	**52.704.278**	**100,00%**	**44.638.966**	**100,00%**
Setor público	**38.791**	**0,08%**	**84.622**	**0,20%**
Governo estadual	3.762	0,01%	27.680	0,06%
Governo municipal	35.029	0,07%	56.942	0,14%
Setor privado	**52.665.487**	**99,92%**	**44.554.344**	**99,80%**
Pessoa jurídica	**38.807.485**	**73,63%**	**33.669.797**	**75,42%**
Indústria	15.142.153	28,73%	13.563.046	30,38%
Comércio	9.849.950	18,69%	8.582.364	19,23%
Intermediários financeiros	228.694	0,43%	158.413	0,35%
Outros serviços	13.256.980	25,15%	11.047.978	24,75%
Crédito rural	329.708	0,63%	317.996	0,71%
Pessoa física	**13.858.002**	**26,29%**	**10.884.547**	**24,38%**

	Consolidado			
	2022		2021	
	Valor	**% de exposição**	**Valor**	**% de exposição**
Total da carteira de crédito ampliada	**55.453.832**	**100,00%**	**46.715.285**	**100,00%**
Setor público	**38.791**	**0,07%**	**84.622**	**0,18%**
Governo estadual	3.762	0,01%	27.680	0,06%
Governo municipal	35.029	0,06%	56.942	0,12%
Setor privado	**55.415.041**	**99,93%**	**46.630.663**	**99,82%**
Pessoa jurídica	**41.469.027**	**74,78%**	**35.736.751**	**76,50%**
Indústria	15.769.518	28,44%	14.092.265	30,17%
Comércio	10.373.314	18,71%	8.963.271	19,19%
Intermediários financeiros	577.970	1,04%	468.453	1,00%
Outros serviços	14.418.517	26,00%	11.894.766	25,46%
Crédito rural	329.708	0,59%	317.996	0,68%
Pessoa física	**13.946.014**	**25,15%**	**10.893.912**	**23,32%**

c) Garantias financeiras prestadas (Banco e Consolidado)

	2022	**2021**
Créditos abertos para importação	345.145	99.860
Beneficiários de garantias prestadas	5.418.624	4.281.611
Total	**5.763.769**	**4.381.471**

d) Concentração da carteira com características de concessão de crédito

	Banco			
	2022		2021	
	Valor	**% da carteira**	**Valor**	**% da carteira**
Maior devedor	1.044.830	2,28	517.044	1,29
10 maiores devedores seguintes	3.464.667	7,56	2.519.327	6,31
50 maiores devedores seguintes	4.945.214	10,79	4.622.274	11,58
100 maiores devedores seguintes	4.431.138	9,67	3.688.522	9,24
Demais devedores	31.944.055	69,70	28.584.020	71,58
Total	**45.829.904**	**100,00**	**39.931.187**	**100,00**

	Consolidado			
	2022		2021	
	Valor	**% da carteira**	**Valor**	**% da carteira**
Maior devedor	1.044.830	2,15	517.044	1,23
10 maiores devedores seguintes	3.663.088	7,54	2.593.019	6,17
50 maiores devedores seguintes	5.178.601	10,66	4.872.284	11,60
100 maiores devedores seguintes	4.632.910	9,54	3.873.514	9,22
Demais devedores	34.060.029	70,11	30.151.645	71,78
Total	**48.579.458**	**100,00**	**42.007.506**	**100,00**

e) Movimentação e composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

e.1) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Saldo inicial da provisão para créditos de liquidação duvidosa	**1.621.695**	**1.560.501**	**1.647.611**	**1.579.521**
Operações baixadas como prejuízo	(531.428)	(379.661)	(533.932)	(382.009)
Constituição/(reversão) com provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício	**665.986**	**437.317**	**676.548**	**446.561**
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	845.725	536.759	856.287	546.003
Avais e fianças prestadas (2)	8.411	5.469	8.411	5.469
Adicional ao mínimo requerido (3)	(188.150)	(104.363)	(188.150)	(104.363)
Variação cambial	**-**	**(548)**	**-**	**(548)**
Constituição/(reversão) de provisão para perdas associadas ao risco de crédito dos títulos privados (Nota 7.a)	**5.747**	**2.990**	**5.747**	**2.990**
Saldo final da provisão para créditos de liquidação duvidosa	**1.762.000**	**1.621.695**	**1.795.974**	**1.647.611**

e.2) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Carteira de operações com características de concessão de crédito	**1.711.637**	**1.575.832**	**1.745.611**	**1.601.748**
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	1.448.351	1.130.799	1.482.325	1.156.715
Adicional ao mínimo requerido (3)	263.286	445.033	263.286	445.033
Garantias financeiras prestadas	**44.616**	**42.873**	**44.616**	**42.873**
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	28.009	19.598	28.009	19.598
Adicional ao mínimo requerido (3)	16.607	23.275	16.607	23.275
Títulos privados	**5.747**	**2.990**	**5.747**	**2.990**
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	5.701	2.078	5.701	2.078
Adicional ao mínimo requerido (3)	46	912	46	912
Total de provisão para créditos de liquidação duvidosa	**1.762.000**	**1.621.695**	**1.795.974**	**1.647.611**

(1) Refere-se à provisão para perdas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores.
(2) Conforme estabelecido pela Resolução n° 4.512/16, do CMN, sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas, o Banco registrou a provisão de fianças bancárias com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).
(3) Provisão adicional constituída em relação ao percentual mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em metodologia própria de avaliação de risco de crédito e, inclusive, em função dos fatores descritos na Nota 26.e.

f) Renegociação e recuperação de operações com características de concessão de crédito

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Movimentação das operações renegociadas no exercício				
Saldo inicial	**3.279.582**	**2.822.908**	**3.369.615**	**2.927.159**
Baixa de operações renegociadas para prejuízo no exercício	(155.317)	(80.720)	(156.796)	(81.657)
Pagamentos / amortizações no exercício de operações renegociadas	(3.688.524)	(2.861.961)	(3.818.766)	(2.942.845)
Renegociação de operações no exercício	3.992.818	3.399.355	4.109.109	3.466.958
Saldo final	**3.428.559**	**3.279.582**	**3.503.162**	**3.369.615**
Composição do saldo de operações renegociadas				
Operações em curso normal (1)	**2.834.461**	**2.676.318**	**2.907.875**	**2.758.743**
Parcelas vincendas	**2.816.139**	**2.666.869**	**2.888.896**	**2.749.209**
Até 3 meses	926.981	655.547	943.861	674.030
De 3 a 12 meses	1.021.773	1.118.177	1.049.406	1.143.627
De 1 a 3 anos	762.832	790.133	787.962	821.492
De 3 a 5 anos	87.681	90.012	90.795	97.060
Acima de 5 anos	16.872	13.000	16.872	13.000
Vencidas até 14 dias	**18.322**	**9.449**	**18.979**	**9.534**
Operações em curso anormal (2)	**594.098**	**603.264**	**595.287**	**610.872**
Parcelas vincendas	**454.180**	**502.836**	**455.144**	**508.917**
Até 3 meses	106.016	61.980	106.235	63.967
De 3 a 12 meses	167.811	192.672	168.288	195.812
De 1 a 3 anos	151.513	231.148	151.781	232.062
De 3 a 5 anos	26.434	15.431	26.434	15.471
Acima de 5 anos	2.406	1.605	2.406	1.605
Parcelas vencidas	**139.918**	**100.428**	**140.143**	**101.955**
Até 60 dias	62.724	51.247	62.863	52.609
De 61 a 90 dias	17.350	13.231	17.393	13.263
De 91 a 180 dias	34.518	23.434	34.560	23.490
De 181 a 360 dias	25.326	12.516	25.327	12.593
Total	**3.428.559**	**3.279.582**	**3.503.162**	**3.369.615**

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.
(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo apresentado de operações renegociadas, inclui R$200.334 (R$680.814 em 2021), referentes a operações renegociadas em função das circunstâncias envolvendo a pandemia da COVID-19.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco recuperou créditos anteriormente baixados como prejuízo,no montante de R$181.774 (R$177.505 em 2021) e o Daycoval Leasing recuperou o montante de R$556 (R$3.519 em 2021), reconhecidos nas demonstrações de resultado na rubrica de "Carteira de crédito".

g) Operações ativas vinculadas (Banco e Consolidado)

	2022	**2021**
Operações ativas vinculadas		
Operações de crédito	36.534	59.343
Obrigações por operações ativas vinculadas		
Certificados de depósitos bancários - CDBs	35.264	58.262

h) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros (Banco e Consolidado)

As cessões de crédito realizadas pelo Banco, atendem aos critérios contábeis descritos na Resolução CMN nº 3.533/08, no que tange à classificação destas cessões na categoria de "Operações com retenção substancial de riscos e benefícios".

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de empréstimos com retenção substancial de riscos e benefícios monta R$550, conforme Nota 9.b.i, com a respectiva obrigação assumida pela cessão, apresentada na Nota 17.b, no montante de R$576.

Estas cessões de crédito não geraram resultados antecipados para o Banco.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram realizadas cessões de crédito.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

i) Conciliação da composição da carteira de arrendamento mercantil financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

Na sistemática de contabilização adotada pelo plano de contas COSIF, as operações de arrendamento mercantil financeiro, são contabilizadas de acordo com sua natureza, os quais são sumarizados a seguir:

	2022	2021
Ativo		
Operações de arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro a receber	2.323.631	1.589.455
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil financeiro a receber	(2.289.409)	(1.557.946)
Total	**34.222**	**31.509**
Valores residuais		
Valores residuais a realizar	938.867	638.801
Valores residuais a balancear	(938.867)	(638.801)
Total	**-**	**-**
Diversos		
Taxa de compromisso	2.847	1.171
Total	**2.847**	**1.171**
Imobilizado de arrendamento mercantil financeiro		
Bens arrendados	3.391.359	2.339.887
Superveniência de depreciação	577.510	403.645
(-) Insuficiência de depreciação	(45.384)	(80.244)
(-) Depreciação acumulada sobre bens de arrendamento mercantil financeiro	(1.184.939)	(826.724)
Perdas em arrendamento a amortizar	18.104	24.533
Total	**2.756.650**	**1.861.097**
Passivo		
Outras obrigações		
(-) Valor residual garantido antecipado (VRGA)	(507.261)	(302.394)
Total	**(507.261)**	**(302.394)**
Total de arrendamento mercantil financeiro a valor presente	**2.286.458**	**1.591.383**

10 CARTEIRA DE CÂMBIO (BANCO E CONSOLIDADO)

	2022				2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor	Valor
Ativo					
Câmbio comprado a liquidar	741.426	427.902	31.303	1.200.631	1.627.341
Direitos sobre vendas de câmbio	1.347.844	11.298	-	1.359.142	1.956.692
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(37.291)	-	-	(37.291)	(27.868)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 9.a)	10.681	9.876	457	21.014	18.091
Total	**2.062.660**	**449.076**	**31.760**	**2.543.496**	**3.574.256**
Passivo					
Câmbio vendido a liquidar	1.333.304	11.023	-	1.344.327	2.012.487
(-) Importação financiada (Nota 9.a)	(36.820)	-	-	(36.820)	(26.091)
Obrigações por compras de câmbio	736.234	420.360	30.060	1.186.654	1.588.439
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 9.a)	(431.994)	(373.624)	(30.060)	(835.678)	(1.035.288)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	16	-	-	16	1.219
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos (Nota 9.a)	520	587	-	1.107	1.446
Total	**1.601.260**	**58.346**	**-**	**1.659.606**	**2.542.212**

11 OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	Banco			Consolidado		
	2022	2021		2022	2021	
	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos salariais	1.783	1.514	-	1.823	1.648	-
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	24.288	20.868	-	25.274	21.405	-
Pagamentos a ressarcir	933	905	-	933	1.264	-
Participações pagas antecipadamente	65.766	54.042	-	66.033	54.342	-
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (1)	6.104	3.513	2.451	6.104	3.513	2.451
Devedores diversos (2)	108.349	52.994	-	108.911	54.364	-
Total	**207.223**	**133.836**	**2.451**	**209.078**	**136.536**	**2.451**

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, refere-se aos prêmios pagos na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a serem reconhecidos nas demonstrações de resultado do Banco, na rubrica de "Operações de crédito", em razão da fluência do prazo das operações.

(2) Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Devedores diversos" está composta, substancialmente, por: (i) valores de depositantes de conta garantida no montante de R$84.412 para o Banco e para o Consolidado (R$40.703 para o Banco e para o Consolidado em 2021).

12 OUTROS VALORES E BENS (Banco e Consolidado)

	2022						2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor	Valor
Despesas pagas antecipadamente	8.951	15.853	10.937	6.764	3.303	45.808	73.387
Total de despesas pagas antecipadamente	**8.951**	**15.853**	**10.937**	**6.764**	**3.303**	**45.808**	**73.387**

Ativos não financeiros mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos não financeiros mantidos para venda totalizam R$91.885 (R$89.204 em 2021) com ajuste por redução ao valor recuperável no montante de R$5.175 (R$3.270 em 2021), tanto para o Banco quanto para o Consolidado.

13 DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros pelo Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch (dependência no exterior), incluídas nas Demonstrações Contábeis do Banco, estão apresentados a seguir:

	2022		2021	
	US$ mil	R$ mil (1)	US$ mil	R$ mil (1)
Ativos				
Disponibilidades	450	2.348	402	2.245
Aplicações interfinanceiras de liquidez	63.750	332.628	45.450	253.634
Títulos e valores mobiliários	9.163	47.810	1.552	8.661
Operações de crédito	434.391	2.266.524	253.446	1.414.356
Outros créditos	11.855	61.854	18.170	101.396
Outros valores e bens	49	255	-	-
Total de ativos	**519.658**	**2.711.419**	**319.020**	**1.780.292**
Passivos				
Depósito à vista	865	4.512	2.635	14.706
Depósito a prazo	279.722	1.459.505	92.787	517.798
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.866	9.734	8.403	46.892
Obrigações por empréstimos e repasses	202.771	1.058.000	183.156	1.022.099
Instrumentos financeiros derivativos	279	1.454	-	-
Outras obrigações diversas	1.409	7.352	1	5
Resultado de exercícios futuros	-	-	46	259
Total de passivos	**486.912**	**2.540.557**	**287.028**	**1.601.759**

(1) Os montantes em dólares norte-americanos foram convertidos para reais - R$, com base nas cotações desta moeda de R$/US$5,2177 e de R$/US$5,5805 divulgadas pelo BACEN, respectivamente para as datas de 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido no resultado do Banco, despesa de variação cambial no montante de R$11.761 (receita de R$12.689 em 2021) sobre o investimento no Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch.

14 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

a) Controladas diretamente

					Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor do Investimento Ajustado		Resultado de Equivalência	
Empresas	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações / Cotas	% Participação	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Daycoval Leasing (1)	692.551	343.781	5.780.078.463	100,0	82.498	71.861	652.827	583.019	82.498	71.861
Dayprev	37.366	25.000	19.591.614	97,0	2.259	901	36.036	34.028	2.190	874
ACS	875.423	623.597	54.225.800	99,9	34.747	13.688	875.899	848.098	34.747	13.688
Daycoval Asset	72.633	1.554	36.875	99,9	12.046	7.216	72.634	60.586	12.046	7.216
Total							**1.637.396**	**1.525.731**	**131.481**	**93.639**

(1) O deságio na aquisição de outra instituição financeira, em 2015, está sendo amortizado integralmente por um período igual a dez anos, bem como o reconhecimento da obrigação fiscal diferida constituída às alíquotas vigentes à época da amortização.O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R$20.131 (R$27.034 em 31 de dezembro de 2021).

b) Controladas indiretamente

					Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor do Investimento Ajustado		Resultado de Equivalência	
Empresas	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações / Cotas	% Participação	2022	2021	2022	2021	2022	2021
IFP	246.514	260.020	260.020.000	99,9	8.926	(1.434)	246.514	237.588	8.926	(1.434)
SCC	15.134	10.020	10.020.000	99,9	826	573	15.134	14.308	826	573
Treetop	83.706	13.924	2.668.585	99,9	(7.970)	(5.481)	83.706	104.678	(8.347)	(1.774)
Total							**345.354**	**356.574**	**1.405**	**(2.635)**

(1) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a anterior, despesa de variação cambial no montante de R$377 (receita de variação cambial no montante de R$3.707 em 31 de dezembro de 2022) sobre o investimento na Treetop.

(2) Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de equivalência patrimonial monta receita de R$1.405 (despesa de R$2.635 em 2021) que foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a.

c) Coligada

Empresa	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações / Cotas	% Participação	Valor do Investimento Ajustado	Resultado de Equivalência
					2022	
CIP S.A. (1)	2.222.489	959.982	250.002	0,49%	11.285	1.473
Total					**11.285**	**1.473**

(1) Em março de 2022, ocorreu a desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporado em uma nova CIP S.A, com fins lucrativos.

15 IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

a) Imobilizado de uso

	Banco				
	2022				2021
	Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Aeronave	10%	75.865	(39.829)	36.036	43.623
Computadores e periféricos	20%	31.966	(20.216)	11.750	10.837
Equipamentos de comunicação	20%	758	(658)	100	140
Equipamentos de segurança	10%	1.459	(1.238)	221	325
Imóveis de uso	4%	1.500	(300)	1.200	1.260
Instalações	10%	939	(718)	221	251
Móveis e equipamentos de uso	10%	8.899	(5.821)	3.078	3.107
Veículos	20%	3.504	(1.891)	1.613	1.611
Total		**124.890**	**(70.671)**	**54.219**	**61.154**

	Consolidado				
	2022				2021
	Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Aeronave	10%	75.865	(39.829)	36.036	43.623
Computadores e periféricos	20%	33.170	(21.330)	11.840	10.940
Equipamentos de comunicação	20%	1.100	(811)	289	329
Equipamentos de segurança	10%	1.459	(1.238)	221	325
Imóveis de uso	4%	4.142	(737)	3.405	3.583
Instalações	10%	5.039	(1.988)	3.051	3.476
Móveis e equipamentos de uso	10%	11.074	(6.911)	4.163	4.139
Veículos	20%	5.007	(2.905)	2.102	1.943
Total		**136.856**	**(75.749)**	**61.107**	**68.358**

b) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional (Consolidado)

	2022					2021
	Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10%	60	(30)	-	30	47
Máquinas e equipamentos	10%	461.564	(247.288)	(3.043)	211.233	222.580
Móveis	10%	17	(8)	-	9	14
Veículos	20%	927	(258)	-	669	562
Total		**462.568**	**(247.584)**	**(3.043)**	**211.941**	**223.203**

16 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS E INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO

a) Segregação das operações compromissadas por prazo (Banco e Consolidado)

	2022	2021
	Até 3 meses	Até 3 meses
Obrigações por operações compromissadas		
Carteira própria	**6.448.013**	**1.195.541**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.111.395	963.474
Letras do Tesouro Nacional - LTN	183	-
Debêntures	336.435	232.067
Carteira de terceiros	**384.002**	**1.278.978**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	29.453
Letras do Tesouro Nacional - LTN	300.050	265.194
Notas do Tesouro Nacional - NTN	53.009	984.331
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	30.943	-
Total	**6.832.015**	**2.474.519**

b) Resumo dos instrumentos de captação

O quadro a seguir, apresenta o resumo dos instrumentos de captação utilizados pelo Daycoval:

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos	**17.932.740**	**17.331.441**	**17.864.912**	**17.281.007**
À vista	1.765.296	1.539.909	1.760.552	1.535.027
Interfinanceiros	1.862.400	988.220	1.862.400	988.220
A prazo	14.293.851	14.791.000	14.230.767	14.745.448
Outros depósitos	11.193	12.312	11.193	12.312
Emissões de títulos	**23.476.949**	**20.542.824**	**23.079.455**	**20.160.278**
Letras de crédito imobiliário	1.754.269	1.465.309	1.754.269	1.465.309
Letras de crédito do agronegócio e financeiras	2.406.819	2.392.038	2.406.819	2.392.038
Letras financeiras	17.102.559	14.071.202	16.718.136	13.688.656
Emissões no exterior	2.213.302	2.614.275	2.200.231	2.614.275
Obrigações por empréstimos e repasses	**8.209.637**	**8.905.148**	**8.209.637**	**8.905.148**
Empréstimos no exterior	7.820.251	8.709.577	7.820.251	8.709.577
Repasses de instituições oficiais	389.386	195.571	389.386	195.571
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	**1.042.478**	**992.038**	**1.042.478**	**992.038**
Letras financeiras	1.042.478	992.038	1.042.478	992.038
Total	**50.661.804**	**47.771.451**	**50.196.482**	**47.338.471**

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Segregação dos instrumentos de captação por prazo

Banco	2022						2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Depósitos	**4.988.738**	**5.675.413**	**6.597.271**	**649.206**	**22.112**	**17.932.740**	**17.331.441**
À vista	1.765.296	-	-	-	-	1.765.296	1.539.909
Interfinanceiros	11.033	1.820.723	28.601	2.043	-	1.862.400	988.220
A prazo	3.201.216	3.854.690	6.568.670	647.163	22.112	14.293.851	14.791.000
Outros depósitos	11.193	-	-	-	-	11.193	12.312
Emissões de títulos	**2.654.569**	**3.348.881**	**14.414.731**	**2.480.473**	**578.295**	**23.476.949**	**20.542.824**
Letras de crédito imobiliário	188.066	512.479	1.033.883	12.993	6.848	1.754.269	1.465.309
Letras de crédito do agronegócio e financeiras	369.225	966.246	1.071.066	282	-	2.406.819	2.392.038
Letras financeiras (1) (5)	2.096.230	1.856.184	10.111.500	2.467.198	571.447	17.102.559	14.071.202
Emissões no exterior	1.048	13.972	2.198.282	-	-	2.213.302	2.614.275
Obrigações por empréstimos e repasses	**2.730.738**	**4.766.589**	**643.699**	**63.423**	**5.188**	**8.209.637**	**8.905.148**
Empréstimos no exterior	**2.695.872**	**4.666.092**	**458.287**	**-**	**-**	**7.820.251**	**8.709.577**
Obrigações em moedas estrangeiras (2)	1.022.376	761.175	-	-	-	1.783.551	1.884.758
Obrigações por empréstimos no exterior (3) (4)	1.673.496	3.904.917	458.287	-	-	6.036.700	6.824.819
Repasses de instituições oficiais	**34.866**	**100.497**	**185.412**	**63.423**	**5.188**	**389.386**	**195.571**
BNDES	15.702	20.953	14.910	1.219	-	52.784	71.921
FINAME	19.164	79.544	170.502	62.204	5.188	336.602	123.650
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.042.478**	**1.042.478**	**992.038**
Letras financeiras	-	-	-	-	1.042.478	1.042.478	992.038
Total	**10.374.045**	**13.790.883**	**21.655.701**	**3.193.102**	**1.648.073**	**50.661.804**	**47.771.451**

Consolidado	2022						2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Depósitos	**4.983.926**	**5.675.413**	**6.560.410**	**623.051**	**22.112**	**17.864.912**	**17.281.007**
À vista	1.760.552	-	-	-	-	1.760.552	1.535.027
Interfinanceiros	11.033	1.820.723	28.601	2.043	-	1.862.400	988.220
A prazo	3.201.148	3.854.690	6.531.809	621.008	22.112	14.230.767	14.745.448
Outros depósitos	11.193	-	-	-	-	11.193	12.312
Emissões de títulos	**2.654.543**	**3.348.881**	**14.017.263**	**2.480.473**	**578.295**	**23.079.455**	**20.160.278**
Letras de crédito imobiliário	188.066	512.479	1.033.883	12.993	6.848	1.754.269	1.465.309
Letras de crédito do agronegócio e financeiras	369.225	966.246	1.071.066	282	-	2.406.819	2.392.038
Letras financeiras (1) (5)	2.096.230	1.856.184	9.727.077	2.467.198	571.447	16.718.136	13.688.656
Emissões no exterior	1.022	13.972	2.185.237	-	-	2.200.231	2.614.275
Obrigações por empréstimos e repasses	**2.730.738**	**4.766.589**	**643.699**	**63.423**	**5.188**	**8.209.637**	**8.905.148**
Empréstimos no exterior	**2.695.872**	**4.666.092**	**458.287**	**-**	**-**	**7.820.251**	**8.709.577**
Obrigações em moedas estrangeiras (2)	1.022.376	761.175	-	-	-	1.783.551	1.884.758
Obrigações por empréstimos no exterior (3) (4)	1.673.496	3.904.917	458.287	-	-	6.036.700	6.824.819
Repasses de instituições oficiais	**34.866**	**100.497**	**185.412**	**63.423**	**5.188**	**389.386**	**195.571**
BNDES	15.702	20.953	14.910	1.219	-	52.784	71.921
FINAME	19.164	79.544	170.502	62.204	5.188	336.602	123.650
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.042.478**	**1.042.478**	**992.038**
Letras financeiras	-	-	-	-	1.042.478	1.042.478	992.038
Total	**10.369.207**	**13.790.883**	**21.221.372**	**3.166.947**	**1.648.073**	**50.196.482**	**47.338.471**

(1) Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 03 de maio de 2022, o Daycoval concluiu a sua décima segunda emissão de Letras Financeiras, totalizando R$1 bilhão. As Letras Financeiras foram emitidas em três séries, sendo a primeira no valor de R$406,0 milhões para 2 anos; a segunda, para 3 anos, de R$340,5 milhões; e a terceira, de R$253,5 milhões, em 4 anos.

(2) O saldo de "Obrigações em moedas estrangeiras", refere-se às captações para operações comerciais de câmbio, relativas a financiamentos à exportação e importação.

(3) Em 31 de dezembro de 2022, inclui operações de empréstimos no exterior, no montante de US$1,5 bilhão (US$613 milhões e €25 milhões em 31 de dezembro de 2021), objeto de hedge contábil de risco de mercado (Nota 8), cujo valor contábil e valor justo montam, respectivamente, R$5.326.667 e R$5.389.898 (R$6.284.123 e R$6.306.997 em 31 de dezembro de 2021).

(4) Em 15 de junho de 2022, o Daycoval captou junto ao International Finance Corporation - IFC, o montante de US$100 milhões, objeto de hedge contábil.

(5) Em 04 de julho de 2022, foram liquidadas antecipadamente Letras Financeiras Garantidas, no âmbito da Resolução CMN nº 4.795/20, no montante de R$1.048.641.

Financial covenants

Não houve descumprimento das cláusulas de covenants atrelados aos contratos de empréstimos com o International Finance Corporation - IFC e com o Inter-American Development Bank – IDB, reconhecidos na rubrica de "Obrigações por empréstimos", que poderiam acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Banco e estas instituições.

d) Dívidas subordinadas (Banco e Consolidado)

2022						
Nível de Capital	Instrumento de captação	Datas de emissão	Datas de vencimento	Valor da emissão	% do Indexador	Data de autorização do BACEN (1)
Complementar - Nível I	Letra financeira	15/10/2021	Perpétuo	500.000	140% CDI	15/10/2021
Complementar - Nível I	Letra financeira	11/02/2021	Perpétuo	163.875	150% CDI	05/03/2021
Complementar - Nível I	Letra financeira	15/04/2020	Perpétuo	240.000	150% CDI	10/06/2020
Complementar - Nível I	Letra financeira	19/02/2020	Perpétuo	50.000	135% CDI	15/04/2020

(1) As captações foram autorizadas pelo BACEN a compor o Patrimônio de Referência do Banco, nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21.

Não houve mudanças na composição de dívidas subordinadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

17 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	Banco Circulante 2022	Banco Circulante 2021	Consolidado Circulante 2022	Consolidado Circulante 2021
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio a pagar	75.806	205.104	75.806	205.104
Programa de participação nos resultados	198.942	163.676	201.777	166.346
Gratificações e participações a pagar	-	120	-	120
Total	**274.748**	**368.900**	**277.583**	**371.570**

b) Diversas

	Banco Circulante 2022	Banco Circulante 2021	Consolidado Circulante 2022	Consolidado Circulante 2021
Cheques administrativos	800	-	800	-
Credores por recursos a liberar	11.459	3.841	11.459	3.841
Valores a pagar a sociedade ligada	1.739	1.322	-	-
Valores a devolver a clientes	5.287	-	5.287	-
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros (Nota 9.h)	-	576	-	576
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	119.527	85.345	131.231	96.760
Títulos descontados recebidos parcialmente	9.221	34.715	9.221	34.715
Cobranças a liberar	29.116	28.735	29.116	28.735
Seguros a pagar	6.574	5.051	6.574	5.051
Rendas de títulos recebíveis	21.146	32.184	21.146	32.184
Comissões de fianças	37.615	26.993	96.272	30.508
Descontos vinculados às operações de arrendamento mercantil	-	-	15.646	13.458
Deságio da aquisição do Daycoval Leasing	-	-	20.130	27.034
Obrigações por devolução de tarifas	41	-	41	-
Outros credores diversos	66.293	32.086	72.869	46.003
Total	**308.818**	**250.848**	**419.792**	**318.865**

(1) Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Provisão para pagamentos a efetuar" (Banco e Consolidado) está composta, substancialmente, pelos seguintes itens: (i) despesas de pessoal no montante de R$55.938 para o Banco e de R$65.809 para o Consolidado (R$38.316 para o Banco e de R$46.030 para o Consolidado em 2021); (ii) despesas com fornecedores no montante de R$42.444 para o Banco e de R$45.645 para o Consolidado (R$25.098 para o Banco e de R$27.533 para o Consolidado em 2021); e (iii) comissões a pagar no montante de R$16.827 para o Banco e Consolidado (R$16.233 em 2021 para o Banco e Consolidado).

18 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

O Daycoval e suas controladas, não possuem ativos contingentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

b) Provisões para processos judiciais e obrigações legais

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.q. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas eventuais decorrentes dos respectivos processos.

Os saldos de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas constituídos e as respectivas movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão apresentados a seguir:

	Banco 2022	Banco 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Obrigações legais - Riscos fiscais	1.918.896	1.812.691	1.920.734	1.813.790
Riscos cíveis	138.177	115.688	138.960	116.382
Riscos trabalhistas	44.393	47.105	55.924	57.537
Total	**2.101.466**	**1.975.484**	**2.115.618**	**1.987.709**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Banco				Consolidado			
Riscos	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final
Fiscais	1.812.691	114.540	(8.335)	**1.918.896**	1.813.790	114.540	(7.596)	**1.920.734**
Cíveis	115.688	-	22.489	**138.177**	116.382	-	22.578	**138.960**
Trabalhistas	47.105	-	(2.712)	**44.393**	57.537	-	(1.613)	**55.924**
Total	**1.975.484**	**114.540**	**11.442**	**2.101.466**	**1.987.709**	**114.540**	**13.369**	**2.115.618**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Banco				Consolidado			
Riscos	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final
Fiscais	1.656.548	41.146	114.997	**1.812.691**	1.657.360	41.146	115.284	**1.813.790**
Cíveis	166.760	-	(51.072)	**115.688**	167.308	-	(50.926)	**116.382**
Trabalhistas	62.809	-	(15.704)	**47.105**	75.856	-	(18.319)	**57.537**
Total	**1.886.117**	**41.146**	**48.221**	**1.975.484**	**1.900.524**	**41.146**	**46.039**	**1.987.709**

c) Valores depositados em garantias para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	Banco 2022	Banco 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fiscais	1.733.400	1.528.906	1.733.400	1.528.906
Cíveis	45.749	38.773	45.772	38.856
Trabalhistas	15.288	13.685	19.473	17.559
Total	**1.794.437**	**1.581.364**	**1.798.645**	**1.585.321**

d) O Banco vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de alguns impostos e contribuições e os valores envolvidos estão integralmente provisionados e atualizados:

IRPJ

Questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço e a dedução do PAT em dobro, sendo o valor provisionado de R$15.084 (R$60.311 em 2021). O total dos depósitos judiciais para estes questionamentos, monta R$15.227 (R$22.878 em 2021).

CSLL

Questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço, contesta a exigência de alíquota diferenciada e questiona a majoração da alíquota de 9% para 15%, determinada pela Medida Provisória nº 413/08, convertida na Lei nº 11.727/08 e de 15% para 20%, determinada pela Lei nº 13.169/15. O valor provisionado monta R$1.048.913 (R$945.087 em 2021) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R$1.054.331 (R$882.641 em 2021).

COFINS

Questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98. O valor provisionado monta R$739.253 (R$698.034 em 2021) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R$544.121 (R$510.734 em 2021).

PIS

Questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98 e a exigência pela fiscalização de apuração da base de cálculo do PIS em desacordo com as Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97. O valor provisionado monta R$111.599 (R$105.437 em 2021) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R$114.137 (R$107.705 em 2021).

A provisão para outras obrigações legais monta R$4.046 (R$3.821 em 2021) e o total dos depósitos judiciais para estes questionamentos, monta R$5.584 (R$3.821 em 2021).

e) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir:

Processos de Execução fiscal de ISS dos municípios de Cascavel-PR e Uberlândia-MG, no montante atualizado de R$310, classificado como perda remota, onde é pretendido pelos municipios receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes domiciliados nestes.

Processo nº 1013470-42.2021.8.26.0068 Mandado de Segurança Civel, para a suspensão de exigibilidade do pagamento do ISS lançado pelo município de Barueri-SP com fundamentos na decisão da ADPF 189. Classificado como perda possível. O município de Barueri-SP lançou contra o Daycoval Leasing a importância de R$6.623, valor referente a diferença do ISS devido nos anos de 2016 e 2017, calculado entre a alíquota em vigor à época, estabelecida pelo próprio município, e a alíquota de 2%, que julgou o magistrado ser o legalmente aplicável para o serviço de arrendamento mercantil. O valor atualizado é de R$12.609.

Em 31 de dezembro de 2022, há processos judiciais referentes ao PAT provisionados pelo Daycoval Leasing no montante de R$166. Não houve processos referentes ao PAT provisionados em 31 de dezembro de 2021.

O Daycoval Leasing está questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS em juízo, com liminar favorável para o recolhimento com base no pedido. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de impostos não pagos, esperando o julgamento favorável das ações, é de R$1.673 (R$1.098 em 2021).

f) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista.

As ações cíveis, em 31 de dezembro de 2022, montam o risco aproximado de R$66.345 para o Banco e para o Consolidado (R$133.941 para o Banco e para o Consolidado em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, as ações trabalhistas montam R$122 para o Banco e para o Consolidado (R$142 para o Banco e R$143 para o Consolidado em 2021).

Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco ou das empresas integrantes do Consolidado.

19 TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R$240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras (1)	21,00%
Contribuição social - instituições não-financeiras (2)	9,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) Conforme Lei 14.446/22, a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi elevada de 20% para 21%, de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022. Para as controladas não financeiras, a alíquota permanece de 9%.

(2) As controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativa ficam sujeitas às alíquotas do PIS e da COFINS, respectivamente, de 1,65% e 7,6% sobre as receitas operacionais e 0,65% e 4% sobre suas receitas financeiras. Para as não financeiras sujeitas ao Lucro Presumido, as alíquotas de PIS e da COFINS são 0,65% e 3%.

a) Despesas com impostos e contribuições

i. Demonstração do cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):

	Banco 2022	Banco 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado	**1.569.098**	**2.332.427**	**1.668.076**	**2.408.152**
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes (1)	(711.970)	(1.102.506)	(756.880)	(1.137.044)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de IR e CSLL				
Participações em controladas	132.954	93.639	1.473	-
Juros sobre capital próprio	154.803	103.316	154.803	103.316
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(9.502)	(14.766)	(5.773)	(12.274)
Outros valores	(32.456)	2.089	43.390	52.072
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	**(466.171)**	**(918.228)**	**(562.987)**	**(993.930)**
Imposto corrente	(629.944)	(831.280)	(660.344)	(886.605)
Imposto diferido	163.773	(86.948)	97.357	(107.325)

(1) As alíquotas vigentes do IRPJ e CSLL consideradas no período findo em 31 de dezembro de 2022 são de 46% (50% em 2021).

ii. Despesas tributárias

	Banco 2022	Banco 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Contribuições ao COFINS	(171.514)	(161.330)	(189.163)	(174.632)
Contribuições ao PIS / PASEP	(27.871)	(26.216)	(31.108)	(29.048)
ISS	(18.050)	(12.948)	(38.373)	(26.906)
Outras despesas tributárias	(11.470)	(10.127)	(11.985)	(10.561)
Total	**(228.905)**	**(210.621)**	**(270.629)**	**(241.147)**

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativos e obrigações fiscais

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Ativos fiscais				
Correntes	**294.092**	**242.367**	**339.153**	**274.295**
Impostos e contribuições a compensar (1)	294.092	242.367	339.134	274.276
Imposto de renda a recuperar	-	-	19	19
Diferidos	**1.780.288**	**1.497.343**	**1.820.465**	**1.511.890**
Créditos tributários (nota 19.d)	1.780.288	1.497.343	1.820.465	1.511.890
Total	**2.074.380**	**1.739.710**	**2.159.618**	**1.786.185**
Obrigações fiscais				
Correntes	**680.824**	**760.530**	**714.733**	**819.638**
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	340.412	425.885	359.644	444.905
Provisão para contribuição social sobre o lucro	270.569	283.824	277.740	317.692
Impostos e contribuições a recolher	69.843	50.821	77.349	57.041
Diferidos	**586.982**	**470.478**	**759.895**	**551.328**
Obrigações fiscais (nota 19.d)	586.982	470.478	759.895	551.328
Total	**1.267.806**	**1.231.008**	**1.474.628**	**1.370.966**

(1) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de "Impostos e contribuições a compensar" está composto, substancialmente, por antecipações de imposto de renda e de contribuição social no montante de R$290.637 (R$239.605 em 2021), para o Banco, e R$320.603 (R$262.881 em 2021), para o Consolidado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo)

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco não possuía créditos tributários não ativados. No consolidado, o saldo de créditos tributários não ativados é de R$7.460 (R$8.520 em 2021).

d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	Banco			Consolidado		
	2021	**Constituição (Realização)**	**2022**	**2021**	**Constituição (Realização)**	**2022**
Créditos tributários						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Provisões para riscos fiscais	181.760	-	**181.760**	182.470	380	**182.850**
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	772.584	89.491	**862.075**	785.390	92.732	**878.122**
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	176.898	134.812	**311.710**	176.915	134.794	**311.709**
Atualização monetária de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	278.286	53.874	**332.160**	278.286	53.874	**332.160**
Outras adições temporárias, incluindo provisões cíveis e trabalhistas	87.815	4.768	**92.583**	88.829	26.795	**115.624**
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**1.497.343**	**282.945**	**1.780.288**	**1.511.890**	**308.575**	**1.820.465**
	2021	**Constituição (Realização)**	**2022**	**2021**	**Constituição (Realização)**	**2022**
Obrigações fiscais diferidas						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	227.363	61.364	**288.727**	227.363	61.365	**288.728**
Imposto de Renda diferido sobre a superveniência de depreciação	-	-	**-**	80.850	52.034	**132.884**
Amortização do deságio na aquisição do Daycoval Leasing	18.957	3.106	**22.063**	18.957	3.106	**22.063**
Atualização monetária de depósitos judiciais	224.158	52.034	**276.192**	224.158	92.062	**316.220**
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**470.478**	**116.504**	**586.982**	**551.328**	**208.567**	**759.895**

	Banco			Consolidado		
	2020	**Constituição (Realização)**	**2021**	**2020**	**Constituição (Realização)**	**2021**
Créditos tributários						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Provisões para riscos fiscais	181.760	-	**181.760**	182.358	112	**182.470**
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	761.590	10.994	**772.584**	773.458	11.932	**785.390**
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	108.882	68.016	**176.898**	108.917	67.998	**176.915**
Atualização monetária de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	259.770	18.516	**278.286**	259.770	18.516	**278.286**
Outras adições temporárias, incluindo provisões cíveis e trabalhistas	122.421	(34.606)	**87.815**	123.223	(34.394)	**88.829**
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**1.434.423**	**62.920**	**1.497.343**	**1.447.726**	**64.164**	**1.511.890**
	2020	**Constituição (Realização)**	**2021**	**2020**	**Constituição (Realização)**	**2021**
Obrigações fiscais diferidas						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	76.709	150.654	**227.363**	76.709	150.654	**227.363**
Resultados com instrumentos financeiros derivativos não realizados	11.562	(11.562)	**-**	11.562	(11.562)	**-**
Imposto de Renda diferido sobre a superveniência de depreciação	-	-	**-**	59.212	21.638	**80.850**
Amortização do deságio na aquisição do Daycoval Leasing	15.852	3.105	**18.957**	15.852	3.105	**18.957**
Atualização monetária de depósitos judiciais	206.646	17.512	**224.158**	206.646	17.512	**224.158**
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**310.769**	**159.709**	**470.478**	**369.981**	**181.347**	**551.328**

e) Previsão de realização e valor presente dos créditos tributários

	Banco					
	2022			2021		
	Diferenças temporárias			Diferenças temporárias		
	IR	**CSLL**	**Total**	**IR**	**CSLL**	**Total**
Até 1 ano	169.469	135.577	**305.046**	119.794	95.837	**215.631**
Até 2 anos	145.793	116.636	**262.429**	118.161	94.531	**212.692**
Até 3 anos	175.677	140.544	**316.221**	131.857	105.487	**237.344**
Até 4 anos	133.319	106.657	**239.976**	126.290	101.034	**227.324**
Até 5 anos	15.670	12.536	**28.206**	11.854	9.483	**21.337**
Acima de 5 anos	350.880	277.530	**628.410**	325.661	257.354	**583.015**
Total	**990.808**	**789.480**	**1.780.288**	**833.617**	**663.726**	**1.497.343**

	Consolidado					
	2022			2021		
	Diferenças temporárias			Diferenças temporárias		
	IR	**CSLL**	**Total**	**IR**	**CSLL**	**Total**
Até 1 ano	171.698	137.360	**309.058**	123.904	99.125	**223.029**
Até 2 anos	148.783	119.028	**267.811**	120.538	96.433	**216.971**
Até 3 anos	177.906	142.327	**320.233**	132.962	106.369	**239.331**
Até 4 anos	135.548	108.440	**243.988**	126.675	101.342	**228.017**
Até 5 anos	27.710	22.168	**49.878**	11.960	9.568	**21.528**
Acima de 5 anos	351.484	278.013	**629.497**	325.661	257.353	**583.014**
Total	**1.013.129**	**807.336**	**1.820.465**	**841.700**	**670.190**	**1.511.890**

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente do total de créditos tributários é de R$1.396.274 para o Banco (R$1.207.691 em 2021) e de R$1.426.603 para o Consolidado (R$1.220.734 em 2021), e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Banco e do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)

a) Capital social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social do Banco monta R$3.557.260, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.890.672.918 ações nominativas, composto por 1.323.471.042 ações ordinárias e 567.201.876 ações preferenciais.

b) Composição e movimentação do capital social em ações

	2022	**2021**
Ações ordinárias	1.323.471.042	1.323.471.042
Ações preferenciais	567.201.876	567.201.876
Total de ações	**1.890.672.918**	**1.890.672.918**

Não houve movimentação de quantidade de ações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

c) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

i. Demonstração do cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios:

	2022	**% (1)**	**2021**	**% (1)**
Lucro líquido	**1.102.927**		**1.414.199**	
(-) Constituição de reserva legal	(55.146)		(70.710)	
Lucro líquido ajustado	**1.047.781**		**1.343.489**	
Valor dos juros sobre o capital próprio	336.528		206.632	
(-) Imposto de renda retido na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(50.479)		(30.995)	
Valor dos dividendos obrigatórios	-		160.235	
Valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios	**286.049**	**27,30**	**335.872**	**25,00**

(1) Refere-se ao percentual relativo à soma do valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre o lucro líquido ajustado.

ii. Juros sobre o capital próprio declarados e/ou pagos:

Foram declarados e/ou pagos juros sobre o capital próprio ("JCP") que, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, conforme demonstrado a seguir:

2022

Data da RCA	**Data da disponibilização**	**Valor por ação ON**	**Valor por ação PN**	**Valor bruto**	**IRRF**	**Valor líquido**
30/12/2022	16/01/2023	0,04717	0,04717	89.183	(13.377)	75.806
30/09/2022	17/10/2022	0,04585	0,04585	86.694	(13.004)	73.690
30/06/2022	15/07/2022	0,04701	0,04701	88.881	(13.332)	75.549
31/03/2022	18/04/2022	0,03796	0,03796	71.770	(10.766)	61.004
			Total	**336.528**	**(50.479)**	**286.049**

2021

Data da RCA	**Data da disponibilização**	**Valor por ação ON**	**Valor por ação PN**	**Valor bruto**	**IRRF**	**Valor líquido**
30/12/2021	17/01/2022	0,0279	0,0279	52.788	(7.918)	44.870
30/09/2021	15/10/2021	0,0814	0,0814	153.844	(23.077)	130.767
			Total	**206.632**	**(30.995)**	**175.637**

iii. Dividendos:

	2021
Data da RCA	08/02/2022
Data de disponiblilização	09/02/2022
Valor em R$ por ação - ON	0,0848
Valor em R$ por ação - PN	0,0848
Valor total de dividendos - R$ mil	160.235

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram propostos dividendos aos acionistas.

iv. Dividendos adicionais de exercícios anteriores:

Foram distribuídos dividendos adicionais no montante de R$500.008, aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de outubro de 2021, sendo disponibilizados aos acionistas em 15 de outubro de 2021, relativo a exercícios anteriores.

d) Reserva de lucros

	2022	**2021**
Reserva legal (1)	184.987	129.841
Reservas estatutárias (2)	2.004.449	1.293.196
Total	**2.189.436**	**1.423.037**

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

(2) Reserva constituída conforme disposição estatutária.

e) Lucro líquido por ação (Controlador)

	2022	**2021**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.102.927	1.414.199
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações		
Ações ordinárias	772.049	989.939
Ações preferenciais	330.878	424.260
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social (1)		
Ações ordinárias	1.323.471.042	1.323.471.042
Ações preferenciais	567.201.876	567.201.876
Lucro líquido por ação - Básico		
Ações ordinárias	0,5834	0,7480
Ações preferenciais	0,5834	0,7480
Lucro líquido por ação - Diluído		
Ações ordinárias	0,5834	0,7480
Ações preferenciais	0,5834	0,7480

(1) A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN n° 4.818/20.

21 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) Carteira de crédito

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Operações de crédito	**5.285.314**	**4.371.620**	**5.324.567**	**4.396.238**
Adiantamento a depositantes	8.832	5.688	8.832	5.688
Conta-garantida / cheque especial	671.911	379.995	672.094	380.013
Títulos descontados	74.013	113.820	74.013	113.820
Repasse - Resolução nº 3.844/10	(36)	178	(36)	178
Capital de giro	1.057.702	637.427	1.057.702	637.427
Cédula de crédito de exportação - CCE	213.989	154.307	213.989	154.307
Repasse – BNDES	8.787	6.388	8.787	6.388
Repasse – FINAME	33.096	14.934	33.096	14.934
Crédito rural	47.984	18.120	47.984	18.120
Financiamento com interveniência	3.250	8.221	3.250	8.221
Financiamento em moeda estrangeira	(88.453)	21.335	(88.453)	21.335
FGI PEAC	738.202	936.013	738.202	936.013
FGO Pronampe	464	-	464	-
Crédito consignado	1.983.912	1.687.719	1.983.912	1.687.719
Financiamento de veículos	493.781	346.692	493.781	346.692
Financiamento de imóveis	25.265	17.051	25.265	17.051
Daypag - desconto de cheques despachantes	9	86	9	86
Outras operações de crédito	15.632	23.220	54.702	47.820
Rendas de aquisição de crédito	(3.026)	426	(3.026)	426
Resultado de operações de arrendamento mercantil	**-**	**-**	**332.953**	**181.507**
Receitas de arrendamento mercantil	**-**	**-**	**1.169.608**	**772.969**
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	-	-	992.743	627.480
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	-	-	140.190	108.259
Lucro na alienação de bens arrendados	-	-	36.675	37.230
Despesas de arrendamento mercantil	**-**	**-**	**(836.655)**	**(591.462)**
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	-	-	(724.515)	(499.287)
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	-	-	(3.194)	(4.240)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	-	-	(108.946)	(87.935)
Outros créditos com características de concessão de crédito	**1.471.342**	**648.829**	**1.471.342**	**648.829**
ACC / ACE	77.132	61.803	77.132	61.803
Rendas de aquisição de recebíveis sem direito de regresso	1.394.210	587.026	1.394.210	587.026
Recuperações de operações de crédito e de arrendamento mercantil	**181.774**	**177.505**	**182.330**	**181.024**
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.f)	181.774	177.505	181.774	177.505
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.f) - Arrendamento mercantil	-	-	556	3.519
Total	**6.938.430**	**5.197.954**	**7.311.192**	**5.407.598**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Títulos e valores mobiliários				
Títulos de renda fixa	1.155.945	347.467	1.165.159	355.398
Títulos de renda variável	37	26	784	493
Aplicações em cotas de fundos de investimento	152.692	26.261	200.403	50.936
Resultado na alienação de títulos e valores mobiliários	14.718	1.607	14.718	1.607
Ajuste a valor de mercado	31.073	2.535	31.072	1.616
Aplicações no exterior	5.216	6.783	5.216	6.784
Perdas permanentes com títulos e valores mobiliários	(12)	-	(12)	-
Total	**1.359.669**	**384.679**	**1.417.340**	**416.834**
Instrumentos financeiros derivativos				
Ganhos				
Swap	4.548.840	9.271.219	4.557.283	9.274.074
Termo ("NDF")	1.409.675	979.809	1.409.675	979.809
Futuro	1.206.315	953.472	1.206.315	953.472
Opções	29.620	10.879	29.620	10.879
Perdas				
Swap	(6.111.787)	(9.173.329)	(6.120.350)	(9.173.329)
Termo ("NDF")	(1.240.918)	(960.289)	(1.240.918)	(960.289)
Futuro	(1.336.684)	(568.811)	(1.336.684)	(568.811)
Opções	(16.478)	(8.601)	(16.478)	(8.601)
Total (1)	**(1.511.417)**	**504.349**	**(1.511.537)**	**507.204**

(1) Em 31 de dezembro de 2022, o resultado com instrumentos financeiros derivativos, inclui perdas líquidas de marcação a mercado no montante de R$17.846 para o Banco e R$19.907 para o Consolidado (perdas líquidas de marcação a mercado no montante de R$24.268 em 31 de dezembro de 2021).

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Operações compromissadas ativas	**523.547**	**159.086**	**523.547**	**159.086**
Posição bancada	245.016	83.596	245.016	83.596
Posição financiada	278.531	75.463	278.531	75.463
Posição vendida	-	27	-	27
Operações compromissadas passivas	**(558.630)**	**(124.034)**	**(558.630)**	**(124.034)**
Carteira própria	(280.513)	(48.757)	(280.513)	(48.757)
Carteira de terceiros	(278.117)	(75.251)	(278.117)	(75.251)
Carteira de livre movimentação	-	(26)	-	(26)
Resultado de operações compromissadas	**(35.083)**	**35.052**	**(35.083)**	**35.052**
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Pré-fixados	64.044	24.860	64.044	24.860
Pós-fixados	233.476	55.774	33.038	6.715
Total	**297.520**	**80.634**	**97.082**	**31.575**
Total	**262.437**	**115.686**	**61.999**	**66.627**

d) Operações de câmbio

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Rendas de operações de câmbio	258.323	126.911	258.323	126.911
Despesas de operações de câmbio	(201.287)	(99.333)	(163.646)	(79.809)
Variações cambiais	415.871	122.255	415.871	122.255
Total	**472.907**	**149.833**	**510.548**	**169.357**

DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

e) Depósitos interfinanceiros e a prazo e emissões de títulos no Brasil e no exterior

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Depósitos interfinanceiros	**(63.364)**	**(27.964)**	**(63.364)**	**(27.964)**
Pré-fixados	(2.912)	-	(2.912)	-
Pós-fixados	(60.452)	(27.964)	(60.452)	(27.964)
Depósitos a prazo	**(1.489.316)**	**(597.874)**	**(1.483.500)**	**(596.413)**
Pré-fixados	(111.593)	(18.911)	(105.777)	(18.911)
Pós-fixados	(1.444.155)	(553.192)	(1.444.155)	(551.731)
Vinculados à operações ativas (Resolução CMN nº 2.921/02) (Nota 9.g)	(4.756)	(2.762)	(4.756)	(2.762)
Variação cambial	94.560	-	94.560	-
Despesas de contribuição ao FGC	(23.372)	(23.009)	(23.372)	(23.009)
Total	**(1.552.680)**	**(625.838)**	**(1.546.864)**	**(624.377)**
Emissões no Brasil				
Letras de crédito imobiliário	**(182.254)**	**(69.769)**	**(182.254)**	**(69.769)**
Pré-fixados	(36.338)	(19.021)	(36.338)	(19.021)
Pós-fixados	(145.916)	(50.748)	(145.916)	(50.748)
Letras de crédito do agronegócio	**(251.645)**	**(104.267)**	**(251.645)**	**(104.267)**
Pré-fixados	(85.513)	(46.041)	(85.513)	(46.041)
Pós-fixados	(166.132)	(58.226)	(166.132)	(58.226)
Letras financeiras	**(2.099.960)**	**(719.928)**	**(2.050.030)**	**(700.504)**
Pré-fixados	(143.137)	(90.666)	(143.137)	(90.666)
Pós-fixados	(1.956.823)	(629.262)	(1.906.893)	(609.838)
Total	**(2.533.859)**	**(893.964)**	**(2.483.929)**	**(874.540)**
Emissões no exterior				
Encargos	(114.200)	(119.669)	(113.942)	(119.300)
Variação cambial	170.539	(117.555)	170.539	(117.555)
Ajuste a valor justo de emissões objeto de *hedge*	150.207	19.622	150.207	19.622
Total	**206.546**	**(217.602)**	**206.804**	**(217.233)**

f) Obrigações por empréstimos e repasses (Banco e Consolidado)

	2022	**2021**
Empréstimos no exterior	**280.282**	**(401.092)**
Encargos	(248.494)	(129.573)
Variação cambial	569.133	(238.609)
Ajuste a valor justo de empréstimos objeto de *hedge*	(40.357)	(32.910)
Obrigações com bancos no exterior	**(14.660)**	**(150.784)**
Encargos	(39.226)	(23.603)
Variação cambial	24.566	(127.181)
Operações de repasses - instituições oficiais	**(31.275)**	**(15.635)**
BNDES	(5.727)	(3.933)
FINAME	(25.548)	(11.702)
Total	**234.347**	**(567.511)**

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

g) Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Tarifas bancárias	191.502	126.942	191.502	126.942
Rendas de garantias financeiras prestadas	54.715	49.348	54.715	49.348
Administração de recursos (1)	43.515	24.149	64.783	41.899
Outros serviços (2)	90.452	71.282	91.237	71.831
Total	**380.184**	**271.721**	**402.237**	**290.020**

(1) Inclui as rendas de serviços de administração, gestão, controladoria, escrituração e custódia de fundos e clubes de investimento.

(2) Substancialmente composto por receitas de cobrança no montante de R$67.818 (R$48.783 em 2021), para o Banco e para o Consolidado.

h) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Honorários da diretoria e Conselho de Administração	(92.080)	(80.842)	(95.897)	(84.163)
Benefícios	(98.910)	(78.920)	(115.800)	(91.485)
Encargos sociais	(127.485)	(104.568)	(145.698)	(119.156)
Proventos	(340.472)	(264.663)	(395.507)	(309.060)
Treinamento	(78)	(103)	(107)	(104)
Remuneração de estagiários	(1.849)	(1.296)	(1.905)	(1.380)
Total	**(660.874)**	**(530.392)**	**(754.914)**	**(605.348)**

i) Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Despesas de água, energia e gás	(3.348)	(2.884)	(4.474)	(3.796)
Despesas de aluguéis e seguros	(26.147)	(20.593)	(27.927)	(22.652)
Despesas de comunicações	(20.652)	(12.518)	(22.827)	(14.532)
Despesas de contribuições filantrópicas	(24.515)	(17.514)	(37.168)	(31.465)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(4.901)	(11.557)	(7.603)	(13.379)
Despesas com materiais	(1.735)	(1.364)	(2.176)	(1.501)
Despesas de processamento de dados	(148.959)	(117.510)	(151.800)	(120.409)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(47.978)	(31.616)	(50.357)	(33.414)
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados (1)	(619.572)	(482.202)	(580.503)	(447.614)
Outras despesas administrativas	(77.790)	(69.865)	(79.989)	(72.531)
Total	**(975.597)**	**(767.623)**	**(964.824)**	**(761.293)**

(1) Inclui o reconhecimento das despesas de comissão pagas antecipadamente a terceiros, por originação de operações de crédito.

j) Outras receitas e despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Variação cambial (1)	165	36.094	17.927	58.731
Atualização de depósitos judiciais	132.367	41.066	132.679	41.311
Outras receitas operacionais	61.189	10.341	70.385	16.265
Total	**193.721**	**87.501**	**220.991**	**116.307**
Variação cambial (1)	-	(23.405)	(24.509)	(38.238)
Outras despesas operacionais (2)	(126.153)	(73.876)	(126.254)	(78.139)
Despesas com juros	(2.197)	(1.198)	(2.197)	(1.201)
Total	**(128.350)**	**(98.479)**	**(152.960)**	**(117.578)**
Total	**65.371**	**(10.978)**	**68.031**	**(1.271)**

(1) Refere-se à reclassificação da variação cambial sobre investimentos no exterior, não eliminadas no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis.

(2) As outras despesas operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão compostas, substancialmente, da seguinte forma: (i) descontos e ressarcimentos em operações de crédito - R$38.601 para o Banco e para o Consolidado (R$36.175 para o Banco e para o Consolidado em 31 de dezembro de 2021); e (ii) liquidação de processos judiciais - R$31.747, respectivamente, para o Banco e para o Consolidado (R$16.835 para o Banco e para o Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

k) Resultado não recorrente regulatório

	Banco		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro líquido do período	**1.102.927**	**1.414.199**	**1.102.927**	**1.414.199**
Resultado não recorrente regulatório				
Amortização do deságio na aquisição de outra instituição financeira (líquido dos efeitos fiscais)	(3.767)	(3.624)	(3.767)	(3.624)
Desmutualização - CIP (1)	(1.812)	-	(1.812)	-
Lucro líquido recorrente regulatório	**1.097.348**	**1.410.575**	**1.097.348**	**1.410.575**

(1) Resultado não operacional na desmutualização da sociedade CIP S.A em 2022. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporado em uma nova CIP S.A, com fins lucrativos.

22 PARTES RELACIONADAS

a) As empresas controladas, direta e indiretamente, e os acionistas do Banco, realizam transações, com o próprio Banco, em condições usuais de mercado vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações, e estão apresentadas em atendimento às Resoluções CMN nºs 4.693/18 e 4.818/20.

O quadro a seguir apresenta o saldo das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas:

	Banco			
	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
Transações	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Operações com derivativos	**291**	**(28)**	**141**	**(26)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**291**	**(28)**	**141**	**(26)**
Depósitos interfinanceiros	**1.859.737**	**1.348.675**	**200.438**	**38.007**
Controladas diretas	**1.859.737**	**1.348.675**	**200.438**	**38.007**
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	1.859.737	1.348.675	200.438	38.007
Operações de crédito (1)	**14.815**	**15.154**	**1.961**	**1.090**
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	**14.815**	**15.154**	**1.961**	**1.090**
Danuri Importação e Exportação Ltda	14.815	15.154	1.961	1.090
Depósitos à vista	**(7.590)**	**(8.973)**	**-**	**-**
Controladas diretas	**(945)**	**(292)**	**-**	**-**
ACS Participações Ltda.	(30)	(25)	-	-
Daycoval Asset Management Ltda.	(28)	(59)	-	-
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	(782)	(86)	-	-
Dayprev Vida e Previdência S.A.	(22)	(6)	-	-
Multigestão Renda Corporativa F.I. Imobiliário FII	(83)	(116)	-	-
Controladas indiretas	**(3.798)**	**(4.591)**	**-**	**-**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(3.496)	(659)	-	-
SCC Agência de Turismo Ltda.	(10)	(14)	-	-
Treetop Investments Ltd.	(292)	(3.918)	-	-
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	**(328)**	**(69)**	**-**	**-**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**(2.519)**	**(4.021)**	**-**	**-**
Depósitos a prazo	**(203.804)**	**(124.551)**	**(37.159)**	**(15.046)**
Controladas diretas	**(21.981)**	**(31.199)**	**(3.312)**	**(894)**
ACS Participações Ltda.	(21.040)	(30.236)	(3.176)	(880)
Daycoval Asset Management Ltda.	(941)	(963)	(136)	(14)
Controladas indiretas	**(41.103)**	**(14.352)**	**(2.763)**	**(1.516)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(33.970)	(7.035)	(2.197)	(778)
SCC Agência de Turismo Ltda.	(2.552)	(2.422)	(308)	(146)
Treetop Investments Ltd.	(4.581)	(4.895)	(258)	(592)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	**(9.360)**	**(8.667)**	**(2.386)**	**(398)**
Daycoval Metais Ltda.	(80)	(61)	(8)	(3)
Shtar Empreendimentos e Participações S.A.	(212)	(2.488)	(1.624)	(118)
Valco Adm. Part. e Representações Ltda.	(9.068)	(6.118)	(754)	(277)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**(131.360)**	**(70.333)**	**(28.698)**	**(12.238)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Banco			
	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
Transações	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Letras financeiras	**(623.376)**	**(594.000)**	**(75.198)**	**(51.472)**
Controladas diretas	**(364.819)**	**(320.552)**	**(44.266)**	**(20.174)**
ACS Participações Ltda.	(364.819)	(320.552)	(44.266)	(20.174)
Controladas indiretas	**(19.605)**	**(61.994)**	**(5.664)**	**(5.892)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(7.350)	(50.757)	(4.646)	(4.506)
SCC Agência de Turismo Ltda.	(12.255)	(11.237)	(1.018)	(1.386)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**(238.952)**	**(211.454)**	**(25.268)**	**(25.406)**
Letras de crédito do agronegócio	**(38.884)**	**(28.361)**	**(3.777)**	**(5.480)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(38.884)	(28.361)	(3.777)	(5.480)
Letras de crédito imobiliário	**(38.762)**	**(34.642)**	**(4.288)**	**(7.643)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(38.762)	(34.642)	(4.288)	(7.643)
Comissões	**(1.739)**	**-**	**(30.425)**	**(37.234)**
Controladas indiretas	**(1.739)**	**-**	**(30.425)**	**(37.234)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(1.739)	-	(30.425)	(37.234)
Taxas de administração	**13**	**14**	**144**	**77**
Controladas diretas	**13**	**14**	**144**	**77**
Multigestão Renda Corporativa F.I. Imobiliário FII	13	14	144	77
Taxas de escrituração	**3**	**3**	**29**	**15**
Controladas diretas	**3**	**3**	**29**	**15**
Multigestão Renda Corporativa F.I. Imobiliário FII	3	3	29	15

(1) O Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da publicação pelo Banco Central do Brasil (BACEN) da Resolução CMN nº 4.693/18, disciplinou as condições e os limites para a realização de operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por sociedades de arrendamento mercantil, definindo o conceito de participação qualificada como a participação, direta ou indireta, em outra sociedade, equivalente ou superior a 15% (quinze por cento) das ações ou quotas representativas. A Resolução também estabeleceu que o somatório dos saldos das operações de crédito contratadas com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido ajustado (PLA), observados os limites individuais de 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica, conforme previsto no artigo 7º da Resolução. Esses limites devem ser apurados na data da concessão da operação de crédito.

b) O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022, quais sejam:

Transações	**Taxa de remuneração (1)**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total ativo (passivo)**
Operações com derivativos		**25**	**63**	**131**	**72**	**-**	**291**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	CDI x Pré	25	63	131	72	-	291
Depósitos interfinanceiros		**-**	**1.859.737**	**-**	**-**	**-**	**1.859.737**
Controladas diretas		**-**	**1.859.737**	**-**	**-**	**-**	**1.859.737**
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	Pós	-	1.859.737	-	-	-	1.859.737
Operações de crédito		**14.815**	**-**	**-**	**-**	**-**	**14.815**
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas		**14.815**	**-**	**-**	**-**	**-**	**14.815**
Danuri Importação e Exportação Ltda	Pós	14.815	-	-	-	-	14.815
Depósitos a prazo		**(953)**	**(19.292)**	**(83.579)**	**(93.355)**	**(6.625)**	**(203.804)**
Controladas diretas		**-**	**-**	**(21.641)**	**(340)**	**-**	**(21.981)**
ACS Participações Ltda.	Pós	-	-	(21.040)	-	-	(21.040)
Daycoval Asset Management Ltda.	Pós	-	-	(601)	(340)	-	(941)
Controladas indiretas		**-**	**-**	**(15.289)**	**(25.814)**	**-**	**(41.103)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	-	-	(8.156)	(25.814)	-	(33.970)
SCC Agência de Turismo Ltda.	Pós	-	-	(2.552)	-	-	(2.552)
Treetop Investments Ltd.	Pré	-	-	(4.581)	-	-	(4.581)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas		**-**	**-**	**(7.132)**	**(2.228)**	**-**	**(9.360)**
Daycoval Metais Ltda.	Pós	-	-	(69)	(11)	-	(80)
Shtar Empreendimentos e Participações S.A.	Pós	-	-	(212)	-	-	(212)
Valco Adm. Part. e Representações Ltda.	Pós	-	-	(6.851)	(2.217)	-	(9.068)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas		**(953)**	**(19.292)**	**(39.517)**	**(64.973)**	**(6.625)**	**(131.360)**
Letras financeiras		**-**	**(10.456)**	**(592.780)**	**(17.899)**	**(2.241)**	**(623.376)**
Controladas diretas		**-**	**-**	**(364.819)**	**-**	**-**	**(364.819)**
ACS Participações Ltda.	Pré / Pós	-	-	(364.819)	-	-	(364.819)
Controladas indiretas		**-**	**-**	**(19.605)**	**-**	**-**	**(19.605)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	-	-	(7.350)	-	-	(7.350)
SCC Agência de Turismo Ltda.	Pós	-	-	(12.255)	-	-	(12.255)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	**-**	**(10.456)**	**(208.356)**	**(17.899)**	**(2.241)**	**(238.952)**
Letras de crédito do agronegócio		**(4.714)**	**(11.770)**	**(22.118)**	**(282)**	**-**	**(38.884)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(4.714)	(11.770)	(22.118)	(282)	-	(38.884)
Letras de crédito imobiliário		**(1.474)**	**(4.863)**	**(15.450)**	**(10.742)**	**(6.233)**	**(38.762)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(1.474)	(4.863)	(15.450)	(10.742)	(6.233)	(38.762)

(1) As taxas de remuneração variam de: (i) Prefixadas de 1,1% a 15% a.a.; e (ii) Pós-fixadas de 90% a 120% do CDI.

c) Remuneração do pessoal-chave da administração do Banco

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, o montante global de remuneração de até R$100 milhões (R$85 milhões para o exercício findo em 2021).

	2022	**2021**
Remuneração (pró-labore)	92.080	80.842
Benefícios diretos e indiretos (assistência médica)	1.394	1.264
Total de remuneração	**93.474**	**82.106**

O Banco não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

d) Participação acionária

A totalidade das ações ordinárias e preferenciais são detidas pelos administradores, conforme apresentado a seguir:

	2022	**2021**
Ações ordinárias (ON)	100,00%	100,00%
Ações preferenciais (PN)	100,00%	100,00%

23 VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação e hierarquia do valor justo

O Daycoval utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	Banco			
	2022		2021	
Classificação contábil	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado (livre negociação)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos privados	51.014	-	78.198	-
Títulos públicos federais	5.497.174	-	-	-
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	385.563	-	919.600
Mercado futuro	28.221	-	13.480	-
Operações de crédito				
Financiamento de veículos (objeto de *hedge* contábil)	-	864.457	-	-
Por meio de outros resultados abrangentes - PL (disponíveis para venda)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos federais	3.813.380	-	8.370.865	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	-	8.660
Títulos privados	343.864	709.983	180.302	64.818
Cotas de fundos de investimento	1.079.453	-	877.583	-
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado (livre negociação)				
Emissões no exterior				
Emissões no exterior (Bonds)	-	2.213.302	-	2.614.275
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior	-	5.530.632	-	6.054.043
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	530.265	-	152.715
Mercado futuro	19.464	-	54.873	-

	Consolidado			
	2022		2021	
Classificação contábil	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado (livre negociação)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos privados	5.455.829	-	78.198	-
Títulos públicos federais	92.420	-	325	-
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	385.563	-	919.600
Mercado futuro	28.221	-	13.480	-
Operações de crédito				
Financiamento de veículos	-	864.457	-	-
Por meio de outros resultados abrangentes - PL (disponíveis para venda)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos federais	3.851.637	-	8.405.835	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	66.819	-	102.108
Títulos privados	343.864	712.521	180.302	67.138
Cotas de fundos de investimento	1.478.146	-	1.228.543	-
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado (livre negociação)				
Emissões de títulos				
Emissões no exterior (Bonds)	-	2.213.302	-	2.614.275
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior	-	5.530.632	-	6.054.043
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	530.265	-	152.715
Mercado futuro	19.464	-	54.873	-

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o Daycoval não possuía nenhum instrumento financeiro classificado na categoria Nível 3.

b) Método de apuração do valor justo

Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, consideram técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.

Títulos e valores mobiliários

Os preços dos títulos e valores mobiliários cotados a mercado, são os melhores indicadores de seus respectivos valores justos. Cabe ressaltar que, para determinados instrumentos financeiros, não há liquidez de transações e/ou cotações disponíveis e, desta forma, é necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do valor justo. Na ausência de preço cotado na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas ou preços fornecidos por outros agentes de mercado que transacionam tais títulos. Os valores justos de títulos de dívida de empresas, quando não disponíveis no mercado ativo, são calculados, descontando-se os fluxos de caixa estimados, com base em taxas de juros praticadas no mercado e aplicáveis para cada fluxo de pagamento ou vencimento destas dívidas. Os valores justos das cotas referentes às aplicações em fundos de investimento, são disponibilizados por seus respectivos administradores.

Derivativos

- **Swaps:** os fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de juros ou outros indexadores que refletem os fatores de risco, com base nos preços de derivativos cotados na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de juros são utilizadas para se obter o valor justo de swaps.
- **Futuros e Termo ("*NDF*"):** cotações em bolsas ou com base nos mesmos critérios de avaliação a valor justo dos contratos de *swaps*.
- **Opções:** apurados com base em modelos matemáticos, utilizando-se de dados de mercado como volatilidade implícita, curva de juros e o valor justo do ativo objeto.

Operações de crédito, emissões no exterior e obrigações por empréstimos

São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

c) Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido.

Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:

	Banco			
	2022		2021	
Classificação contábil	**Custo amortizado**	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Valor justo**
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.730.619	6.274.698	4.659.241	4.990.196
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	44.959.296	47.660.721	39.931.187	40.472.177
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	280.628	276.109	16.843	18.891
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)	38.462.376	40.005.966	34.699.807	34.506.485
Obrigações por empréstimos e repasses	2.679.005	2.202.813	2.851.105	1.749.563

	Consolidado			
	2022		2021	
Classificação contábil	**Custo amortizado**	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Valor justo**
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.870.882	3.333.696	3.310.566	3.628.844
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	45.245.070	47.966.283	40.228.203	40.786.373
Operações de arrendamento mercantil	2.463.780	2.635.439	1.779.303	1.870.618
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	280.628	276.109	16.843	18.891
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)	38.014.869	39.558.459	34.271.709	34.078.388
Obrigações por empréstimos e repasses	2.679.005	2.202.813	2.851.105	1.749.563

Os instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, para fins de avaliação de seu potencial valor justo, foram classificados em instrumentos de "Nível 2" e para esta avaliação foram considerados preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

24 GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Daycoval entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor às entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. A área de GRC - Governança, Riscos e Compliance, subordinada à Alta Administração, desempenha papel institucional atuando sobre o aperfeiçoamento dos processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, social, ambiental e climática e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações, de forma integrada.

O Daycoval, além de estar alinhado com as exigências contidas na Resolução CMN nº 4.557, entende a gestão integrada de riscos como um instrumento essencial para disseminar atitudes que estimulem a formação de uma cultura orientada para gerenciá-los. Sendo assim, estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento, de retorno de investimentos e dos riscos a eles associados, permitindo explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização.

A estruturação do processo de Gestão Integrada de Riscos contribui para melhor Governança Corporativa, que é um dos focos estratégicos do Daycoval, estando alinhado com as diretrizes da Administração, Comitê Executivo e Integrado de Gerenciamento de Riscos e Capital, para nortear as ações visando garantir o cumprimento à regulamentação vigente, assegurar a implantação das ações e acesso às informações necessárias para a gestão.

As responsabilidades para identificação de riscos e seu gerenciamento, estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, com o objetivo de mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar os objetivos das unidades de negócio. Nesse contexto, o Comitê de Riscos e os gestores de riscos desempenham papel importante nas diversas áreas do Banco, para assegurar o crescimento contínuo e sustentável da instituição.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

As Gerências de Risco têm como atribuição identificar, mensurar, controlar, avaliar e administrar os riscos, assegurando a consistência entre os riscos assumidos e o nível aceitável do risco definido pela Instituição e, informar a exposição à Administração, às áreas de negócio e aos órgãos reguladores. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e, a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Daycoval investe no desenvolvimento de processos de gerenciamento de riscos apoiados pelos valores corporativos (agilidade, segurança, integridade, austeridade, relacionamento e sustentabilidade) que reforçam a responsabilidade dos colaboradores com a sustentabilidade dos negócios.

a) Gerenciamento de capital

O Conselho de Administração, órgão máximo no gerenciamento de capital do Daycoval, é o responsável por aprovar a Política de Gerenciamento de Capital, o nível aceitável de capital, o plano de capital e de contingência de capital e determinar quando o plano de contingência deve ser acionado, além de revisar as políticas e as estratégias para o gerenciamento de capital, bem como o plano de capital e de contingência de capital, no mínimo anualmente, de forma a determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da instituição e com as condições de mercado. As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com exigências regulatórias do BACEN, para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, e são apresentadas a seguir:

i. Requerimento de capital (Basileia)

Os requerimentos mínimos de capital do Banco Daycoval estão apresentados na forma do Indicador de Basileia, que resulta da divisão do Patrimônio de Referência (PR) pelo Patrimônio Mínimo Exigido, compostos pela somatória das parcelas dos ativos ponderados pelo risco ("Risk weighted assets" ou RWA), multiplicado pelo percentual de exigência mínima de capital que, atualmente, é de 8,00%. Estes requerimentos mínimos fazem parte de um conjunto de normativos divulgados pelo BACEN, com o objetivo de implantar padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III e, são expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador.

O Patrimônio de Referência ("PR") é definido como a soma do Nível I (capital principal e capital complementar) e do Nível II, sendo estes calculados de forma consolidada, considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial que, para o Banco Daycoval, incluem as operações do Banco, de sua dependência no exterior e do Daycoval Leasing.

As Resoluções CMN nº 4.955/21 e 4.958/21, estabelecem os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência ("PR"), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal considerando os seguintes percentuais:

	% mínimo de Capital	
	2022	**2021**
Patrimônio de Referência ("PR") - mínimo exigido	**8,00%**	**8,00%**
Nível I	**6,00%**	**6,00%**
Capital principal	4,50%	4,50%
Capital complementar	1,50%	1,50%
Nível II	**2,00%**	**2,00%**
Adicional de capital principal ("ACP")	**2,50%**	**2,00%**
ACP - Conservação (1)	2,50%	2,00%
ACP - Contracíclico (2)	0,00%	0,00%
ACP - Sistêmico (3)	0,00%	0,00%
Exigência total de capital (PR + ACP)	**10,50%**	**10,00%**

(1) A Resolução CMN n° 4.958/21, estabeleceu a alíquota de 2% para o Adicional de Capital Principal de Conservação (ACP Conservação), de 1° de outubro de 2021 a 31 de março de 2022 e de 2,5% a partir de 1° de abril de 2022.

(2) Conforme estabelecido pela Circular Bacen n° 3.769/15, no Art. 3º, o percentual do ACP Contracíclico é igual a 0%.

(3) O Adicional de Importância Sistêmica (ACP Sistêmico) é apurado com base em critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.768/15. O percentual do ACP Sistêmico é de até 2%, desde que a razão entre Exposição total, apurada conforme Art. 2º, inciso II, da Circular BACEN nº 3.748/15, relativo a 31 de dezembro do penúltimo ano em relação à data-base de apuração, e o PIB brasileiro, seja superior a 10%, caso contrário o percentual de ACP Sistêmico é igual a 0%.

A composição do Patrimônio de Referência, do Patrimônio Mínimo Exigido, dos ativos ponderados pelo risco ("*RWA*") e do indicador de Basileia, estão demonstrados a seguir:

	2022	**2021**
Patrimônio de referência	**6.752.551**	**5.958.513**
Patrimônio de referência - Nível I	**6.752.551**	**5.958.513**
Capital principal	**5.710.073**	**4.966.475**
Patrimônio líquido	5.738.459	4.981.278
Ajustes prudenciais - Resolução CMN nº 4.955/21	(28.386)	(14.803)
Capital complementar	**1.042.478**	**992.038**
Letras financeiras perpétuas (Nota 16.d)	1.042.478	992.038
Patrimônio de referência mínimo exigido (*RWA* x 8%)	**4.199.357**	**3.670.434**
Ativos ponderados pelo risco ("*RWA*")	**52.491.957**	**45.880.423**
Risco de crédito	47.254.922	40.863.566
Risco de mercado	**1.896.129**	**2.582.403**
Exposição cambial - RWAcam	1.289.501	971.726
Exposição à taxa de juros prefixada - RWAjur1	397.365	1.514.641
Exposição ao cupom cambial - RWAjur2	208.047	93.077
Exposição à inflação - RWAjur3	1.216	2.959
Risco operacional - RWAopad	**3.340.906**	**2.434.454**
Indicador de Basileia	**12,9%**	**13,0%**
Indicador de Basileia - Capital Nível I	12,9%	13,0%
Exposição de ativos à taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)	503.520	661.122
Excedente do Patrimônio de referência		
Sobre a exigência mínima	60,8%	62,3%
Sobre a exigência total	22,5%	29,9%

b) Risco de mercado

É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

i. Principais riscos de mercado aos quais o Daycoval está exposto:

Risco de preço de taxa de juros

Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em:

- Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos;
- Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva.

Risco de preço de tipo de câmbio

Definido como a sensibilidade do valor das posições em moedas estrangeiras às mudanças no tipo de câmbio.

Risco de preço de valores

Definido como a sensibilidade do valor das posições abertas em títulos perante movimentos adversos dos preços de mercado dos mesmos. Podem ser classificados em:

- Risco genérico ou sistemático: sensibilidade do valor de uma posição a mudanças no nível de preços geral;
- Risco específico: sensibilidade do valor não explicada por mudanças no nível de preços geral e relacionada com as características próprias do emissor.

ii. Metodologias de gestão de Risco de Mercado

Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco ou VaR (Value-at-Risk) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de Trading (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos.

Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval entende que a metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação.

Metodologia Paramétrica

Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições.

Carteira bancária (*Banking Book*)

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas:

- ΔEVE (Delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- ΔNII (Delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

iii. Teste de Estresse

É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado.

iv. Análise de Cenários

O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco.

Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo.

Na definição dos cenários, são considerados:

- A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas;
- O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados.

Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- Carteira Trading: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira Banking: refere-se às operações que não são classificadas na carteira Trading e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira Trading e Banking, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Trading e Banking para as datas-bases de 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	2022			2021		
	Cenários			Cenários		
Fatores de risco	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**
Prefixado	(17.550)	(39.964)	(59.022)	(61.365)	(134.732)	(199.949)
Moedas estrangeiras	(4.077)	(13.243)	(17.158)	2.941	8.056	14.365
Índices de preços	(9)	(18)	(25)	4	10	15
Total carteira de negociação (*Trading Book*)	**(21.636)**	**(53.225)**	**(76.205)**	**(58.420)**	**(126.666)**	**(185.569)**
Total carteira bancária (*Banking Book*)	**(148.266)**	**(327.355)**	**(489.303)**	**(510.477)**	**(1.093.680)**	**(1.646.240)**
Total geral	**(169.902)**	**(380.580)**	**(565.508)**	**(568.897)**	**(1.220.346)**	**(1.831.809)**

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R$/US$6,01 (R$/US$6,34 em 2021); (ii) taxa de juros prefixada de 16,13%a.a. (14,50%a.a. em 2021); (iii) Ibovespa de 89.982 pontos (85.954 pontos em 2021); (iv) cupom cambial de 8,78% a.a. (3,63%a.a. em 2021); e (v) cupom de índice de preços de 7,57% a.a. (7,21% a.a. em 2021).
- Cenário 2: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R$/US$7,52 (R$/US$7,92 em 2021); (ii) taxa de juros prefixada de 20,16%a.a. (18,13%a.a. em 2021); (iii) Ibovespa de 67.486 pontos (64.466 pontos em 2021); (iv) cupom cambial de 10,98%a.a. (4,54%a.a. em 2021); e (v) cupom de índice de preços de 9,46% a.a. (9,01% a.a. em 2021).
- Cenário 3: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R$/US$9,02 (R$/US$9,51 em 2021); (ii) taxa de juros prefixada de 24,20%a.a. (21,75%a.a. em 2021); (iii) Ibovespa de 44.990 pontos (42.977 pontos em 2021); (iv) cupom cambial de 13,17%a.a. (5,45%a.a. em 2021); e (v) cupom de índice de preços de 11,36% a.a. (10,82% a.a. em 2021).

É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 31 de dezembro de 2022 e de 2021. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas Informações Demonstrações Contábeis Intermediárias. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Trading e Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

v. Backtesting

A análise de Backtesting fornece a comparação entre uma estimativa de perda/ganho ex-ante e a perda/ganho efetivos. O intuito é avaliar a adequação e eficiência do modelo de risco implementado. Para efeitos de backtesting, utilizam-se perdas/ganhos efetivos para cada unidade de negócio.

c) Risco de liquidez

Define-se Risco de Liquidez a possibilidade de decorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas, localidade e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais fatores de risco de liquidez podem ser de origem externa ou interna:

i. Principais Fatores de Riscos Externos:

- Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais;
- Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador;
- Situações do comprometimento de confiança e consequentemente da liquidez do sistema;
- Avaliações de agências de ratings: risco soberano e risco da Instituição;
- Escassez de recursos no mercado.

ii. Principais Fatores de Riscos Internos:

- Apetite de risco do Banco e definição do nível aceitável de liquidez;
- Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados;
- Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito;
- Covenants assumidos pela Instituição: financeiro, econômico e referentes a gestão ambiental;
- Aumento no nível de resgates antecipados das captações ou de operações com cláusula de liquidez imediata ou com carência;
- Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez;
- Alavancagem.

Nas instituições financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos de prazos entre recebimentos e compromissos; tanto no curto, quanto no médio e longo prazos.

Os controles de risco de liquidez são realizados com alta periodicidade no portfólio, neste sentido, é avaliado o equilíbrio entre as obrigações e recebimentos dos books da instituição. Além de uma minuciosa análise dos fluxos de caixa, cenários extremos de risco de liquidez são considerados, assim como triggers de atuação.

d) Risco de crédito

É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados; a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

i. Classificação das Operações:

Para classificação das operações de crédito, o Daycoval utiliza–se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecerão o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, do Banco Central do Brasil.

ii. Modelos de Credit Scoring Daycoval:

São modelos desenvolvidos com abordagem estatística e utilizados para classificação de risco no processo de concessão de crédito, após a aplicação das políticas de crédito pré-analisadas e aprovadas com dados do cliente, bem como operações confirmadas e procedentes. Destaca-se ainda, que os bens objetos de financiamentos, para efeito de desenvolvimento do modelo de score são categorizados e obtida uma classificação do risco para cada produto.

iii. Tesouraria – Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras:

Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, através de análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas a bancos de grande porte no trato de posições alocadas.

e) Risco operacional

É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na gestão de riscos operacionais, o Daycoval conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Nestes processos, a área de GRC - Governança, Riscos e Compliance trabalha, em sinergia com os gestores das áreas executivas, na aplicação das metodologias e ferramentas de análise corporativas dos seguintes fatores:

- Mensuração do impacto do risco;
- Avaliação de frequência de ocorrência do risco;
- Cálculo da severidade do risco (impacto x probabilidade);
- Mensuração da efetividade do controle.

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Entendemos que esta atividade permeia os processos realizados por todas as áreas e, o resultado é construção de uma Matriz de Riscos e Controles, que apresenta uma visão detalhada da exposição ao risco operacional, sendo possível analisar os riscos que possuem maior nível de exposição para, se necessário, alinhar plano de ações de mitigação.

Para fins de continuidade dos negócios, a estratégia definida é manter em funcionamento todas as áreas e linhas de negócios, incluindo serviços relevantes prestados por terceiros, em contingência. Objetivando cumprimento da deliberação da alta administração, a gestão de continuidade de negócio deve ser implantada visando assegurar as condições de continuidade das atividades e limitando perdas decorrentes de possível interrupção dos processos críticos de negócio.

f) Risco de conformidade

Definimos como risco associado a sanções legais ou regulamentares, de perdas financeiras ou mesmo de perdas reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares e códigos de conduta.

No Daycoval, o acompanhamento das atividades para atendimento às leis e regulamentos é realizada pela área de GRC – Governança, Riscos e Compliance, com o objetivo de assegurar a conformidade no atendimento dos prazos e dos objetivos da Instituição e do Conglomerado, bem como gerenciar, de maneira integrada, este risco em conjunto com os demais, garantindo a efetividade das atividades relacionadas à função de conformidade para o cumprimento das normas regulamentares, legais e internas.

g) Responsabilidade social, ambiental e climática

É a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a risco social, ambiental e climático, em cada entidade individualmente, pertencentes ao Conglomerado Daycoval, respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) estabelece diretrizes que norteiam o Conglomerado Daycoval em aspectos sociais, ambientais e climáticos, proporcionais ao seu modelo de negócio, a natureza das operações e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição, bem como, na relação com as partes interessadas e prever a estrutura de governança para garantir a avaliação e o gerenciamento contínuo do risco social, ambiental e climático, considerando os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência.

As ações de mitigação do risco social, ambiental e climático são efetuadas por meio de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e, na gestão do risco social, ambiental e climático efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com suporte, conforme o caso, das áreas GRC e da área jurídica.

A estrutura de governança conta ainda com o Comitê Executivo de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais que norteiem as ações de natureza social, ambiental e climática nos negócios e na relação com as partes interessadas, visando assegurar adequada integração com a PRSAC.

25 BENEFÍCIOS A COLABORADORES

Programas de incentivo à educação e de participação nos resultados

Para alcançar o objetivo de posicionar-se entre as melhores empresas do país para se trabalhar, o Banco investe na capacitação e no bem estar de seus funcionários, através de programas que envolvem estudantes do ensino superior e programas de MBA's e Pós Graduação, participa do programa Jovem Aprendiz do Governo Federal e dá andamento a programas próprios de estagiários.

O Banco adota Programa de Participação nos Resultados (PPR) para todos os funcionários. Este programa é elaborado em parceria com o Sindicato dos Bancários, e baseia-se em metas de desempenho avaliadas anualmente, utilizando critérios de acordo com o programa de Avaliação de Desempenho.

26 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Administração e gestão de recursos de terceiros

O Banco Daycoval S.A. e a Daycoval Asset Management são responsáveis pela administração, gestão, controladoria, escrituração e custódia de recursos de terceiros por meio de fundos de investimento, clubes de investimento e carteiras administradas cujos patrimônios líquidos, em 31 de dezembro de 2022, totalizavam R$78,5 bilhões (R$49,6 bilhões em 2021).

b) Cobertura contra sinistros

O Banco e suas controladas, mesmo submetidos a reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens, em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

c) Relacionamento com auditores

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente.

A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

d) Comitê de Auditoria

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.198/04, vigente até 1º de janeiro de 2022, sendo revogada pela Resolução CMN nº 4.190, de 27 de maio de 2021, que passou a viger a partir daquela data, e visando à adoção das Melhores Práticas de Mercado na condução de seus negócios, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2009, foi deliberada e aprovada a constituição do Comitê de Auditoria, composto por 3 membros independentes, nos termos da legislação em vigor. A atual constituição deste comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 12 de setembro de 2022.

e) Impactos da Pandemia COVID-19

O Daycoval monitora os efeitos da Pandemia COVID-19 que possam afetar adversamente seus resultados e observa os protocolos adotados pelo Ministério da Saúde e pelas demais Autoridades para mitigar os efeitos da COVID-19, o que garante a manutenção de nossas atividades operacionais e administrativas.

Desde a decretação do estado de Pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em março de 2020, estruturamos Comitê de Crise formado pelos Diretores Executivos, Recursos Humanos e Gestão de Riscos Operacionais, que reporta periodicamente as avaliações sobre a evolução da COVID-19 e seus reflexos nas operações do Daycoval ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores.

A mensuração dos impactos relacionados à Pandemia sobre as condições econômicas continuará sendo apurada e monitorada pela Administração. Todas as projeções econômicas têm abrangido o efeito e o controle desta Pandemia, tendo em vista que sua duração ou agravamento não podem ser estimados com segurança, impactando de forma adversa as economias ao redor do mundo por tempo indeterminado, o que pode afetar negativamente o resultado e o desempenho das operações.

A ADMINISTRAÇÃO

LUIZ ALEXANDRE CADORIN - Contador - CRC 1SP243564/O-2

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco Daycoval S.A. ("Banco") foi instalado por deliberação do Conselho de Administração, visando a adoção das Melhores Práticas de Mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, atual Resolução nº 4.910, de 27 de maio de 2021, sendo composto por três membros, nos termos da legislação em vigor. A constituição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 26 de maio de 2009, tendo dentre suas atribuições, assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das Demonstrações Contábeis, acompanhar o cumprimento das exigências legais e regulamentares e monitorar e avaliar a independência do auditor independente. A atual composição do Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 12 de setembro de 2022.

No âmbito de suas atividades, o Comitê: (i) se reuniu com os Auditores Independentes responsáveis pelo exame destas Demonstrações Contábeis e pela emissão de relatório sobre sua adequação em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e do Plano Contábil das Instituições Financeiras, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O Comitê também avaliou aspectos relacionados à contratação dos auditores, suas certificações e qualificações; (ii) acompanhou o planejamento e o cronograma dos trabalhos dos Auditores Internos e revisou os apontamentos e as conclusões dos trabalhos realizados no período, sempre avaliando o grau de risco dos apontamentos, bem como o *follow-up* destes apontamentos; (iii) avaliou os trabalhos desenvolvidos pela área de Gestão de Riscos, Controles e Compliance para o aprimoramento dos principais processos e sistemas, bem como os relatórios existentes para a gestão dos riscos e apoio à governança; (iv) avaliou o processo de emissão e apresentação das Demonstrações Contábeis para assegurar a sua qualidade, transparência e integridade; (v) avaliou a eficácia dos controles internos do Banco e o sistema de gestão de risco, bem como dos relatórios emitidos; (vi) abordou com a Administração do Banco temas relacionados às atividades, à gestão interna, ao aprimoramento do gerenciamento de riscos e de governança e eventuais apontamentos levantados pelos órgãos reguladores; (vii) revisou as atas do Comitê de Riscos; (viii) se reuniu para revisar o plano de trabalho anual e elaborar as atas das reuniões. Como resultado das atividades realizadas, foi elaborado o Relatório Detalhado do Comitê de Auditoria que contém o resultado dos trabalhos e os apontamentos que o Comitê julgou apropriado submeter à Administração.

Com base nos relatórios apresentados pelos Auditores Independentes, no acompanhamento da execução dos trabalhos da Auditoria Interna, nas atividades executadas pelas áreas responsáveis pela gestão de Riscos, Controles e Compliance e pelas informações recebidas da Administração do Banco e, consideradas as limitações naturais decorrentes do escopo de atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023.

O Comitê de Auditoria
Eduardo Mormino – Coordenador do Comitê de Auditoria
Rony Dayan - Membro do Comitê de Auditoria
José Ferreira da Silva - Membro do Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Daycoval S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A. ("Banco"), identificadas como Banco e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Daycoval S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria - PAA são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito

As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito.

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve modelos internos na determinação do "rating" do tomador do crédito que levam em consideração dados econômico-financeiros, de mercado e cadastrais, garantias vinculadas, nível de inadimplência, entre outros. O "rating" do tomador do crédito também é revisado pela Administração do Banco quando há alteração da situação econômico-financeira de um determinado tomador ou de um determinado setor de atividade econômica. Pelo fato de envolver julgamento na estimativa de perda por parte da Administração, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do modelo interno utilizado na determinação do "rating"; (ii) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco; (iii) leitura da política de provisionamento do Banco; (iv) testes do desenho, implementação e efetividade dos controles internos; (v) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do "rating" de crédito; (vi) recálculo, com base em amostra, dos valores provisionados; e (vii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco e a política para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito são apropriados no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado - DVA referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

Daycoval Leasing
Banco Múltiplo S.A.
CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação

Senhores Acionistas,

A Administração do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Destaques Financeiros

O Daycoval Leasing apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 lucro líquido de R$ 82,5 milhões (R$ 71,9 milhões em dezembro de 2021). As carteiras de arrendamento mercantil e de operações de crédito encerraram 31 de dezembro de 2022 em R$ 2,7 bilhões (R$ 2,1 bilhões em 2021). As captações de recursos em dezembro de 2022 são mantidas junto ao Banco Daycoval no montante de R$ 1,9 bilhões (R$ 1,3 bilhões em 2021).

Governança Corporativa

O Daycoval Leasing adota política de gestão corporativa e de riscos integrada à gestão do Banco Daycoval (Controlador) que está alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com as normas emanadas do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado. O Daycoval Leasing busca frequentemente aprimorar seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, do respeito, da responsabilidade na condução dos negócios e da equidade no relacionamento com todos os seus públicos.

Mais informações relativas à gestão de riscos do Daycoval Leasing e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, podem ser obtidas no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br/ri - Governança Corporativa.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Daycoval Leasing que não sejam os de auditoria independente.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, em seu Artigo 27, a Diretoria do Daycoval Leasing declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Agradecimentos

A Administração do Daycoval Leasing agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023.

A Administração

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO

	Referência nota explicativa	2022	2021
Disponibilidades	**5**	**903**	**251**
Instrumentos financeiros		**2.572.834**	**1.888.650**
Carteira de crédito		**2.572.834**	**1.888.650**
Operações de crédito	6	267.372	287.631
Operações de arrendamento mercantil financeiro	6.e	2.286.458	1.591.383
Operações de arrendamento mercantil operacional		208.202	218.144
(-) Rendas a apropriar de arrendamento operacional		(207.600)	(217.893)
Outros créditos com características de concessão de crédito	6	18.402	9.385
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**7**	**(33.974)**	**(25.916)**
Operações de crédito		(6.769)	(9.588)
Operações de arrendamento mercantil		(27.091)	(16.310)
Operações de outros créditos com características de concessão de crédito		(114)	(18)
Ativos fiscais correntes e diferidos	**13.b**	**62.929**	**36.097**
Outros créditos		**707**	**861**
Diversos	8	707	861
Outros valores e bens		**1**	**1**
Ativos não financeiros mantidos para venda		1	1
Imobilizado de uso	**9**	**893**	**899**
Imobilizações de uso		3.304	3.140
(Depreciações acumuladas)		(2.411)	(2.241)
Imobilizado de arrendamento operacional	**10**	**211.942**	**223.203**
Bens arrendados		462.569	409.213
(Depreciações acumuladas)		(250.627)	(186.010)
Total do Ativo		**2.816.235**	**2.124.046**

PASSIVO

	Referência nota explicativa	2022	2021 (Reapresentado)
Instrumentos financeiros	**11**	**1.859.737**	**1.348.675**
Depósitos interfinanceiros		1.859.737	1.348.675
Provisões para riscos	**14**	**2.582**	**1.743**
Fiscais		1.839	1.098
Cíveis		728	645
Trabalhistas		15	-
Obrigações fiscais correntes e diferidas	**13.b**	**176.363**	**128.902**
Outras obrigações		**104.595**	**34.673**
Sociais e estatutárias	12.a	20.198	690
Diversas	12.b	84.397	33.983
Patrimônio líquido	**15**	**672.958**	**610.053**
Capital social		343.781	343.781
Reservas de capital		350	350
Reservas de lucros		328.827	265.922
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.816.235**	**2.124.046**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Referência nota explicativa	2° Semestre de 2022	2022	2021
Receitas da Intermediação Financeira		**208.020**	**372.763**	**209.643**
Operações de crédito	16.a	21.313	39.254	24.617
Arrendamento mercantil financeiro	16.b	170.807	302.228	160.091
Arrendamento mercantil operacional	16.b	15.900	31.281	24.935
Despesas da Intermediação Financeira		**(125.170)**	**(211.000)**	**(58.305)**
Operações de captação no mercado	16.c	(117.555)	(200.438)	(49.060)
(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	7	(7.615)	(10.562)	(9.245)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**82.850**	**161.763**	**151.338**
Outras Receitas e Despesas Operacionais		**(16.085)**	**(31.324)**	**(30.208)**
Receitas de prestação de serviços		78	400	272
Despesas de pessoal	16.d	(6.336)	(12.882)	(12.356)
Outras despesas administrativas	16.e	(1.775)	(3.209)	(3.663)
Despesas tributárias	13.a	(12.471)	(23.844)	(19.073)
Outras receitas operacionais	16.f	4.870	9.099	5.417
Outras despesas operacionais	16.g	(451)	(888)	(805)
Resultado Operacional		**66.765**	**130.439**	**121.130**
Resultado não Operacional	**16.h**	**12.134**	**19.496**	**17.033**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**78.899**	**149.935**	**138.163**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**13**	**(34.659)**	**(66.437)**	**(65.242)**
Provisão para imposto de renda		-	(21)	(13.240)
Provisão para contribuição social		14.785	-	(31.625)
Ativo fiscal diferido		(49.444)	(66.416)	(20.377)
Participações no Resultado		**(470)**	**(999)**	**(1.060)**
Lucro Líquido		**43.770**	**82.499**	**71.861**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

				Reservas de lucros			
	Referência nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Legal	Estatutárias	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 30 de Junho de 2022		**343.781**	**350**	**9.135**	**258.723**	**36.793**	**648.782**
Lucro líquido		-	-	-	-	43.770	**43.770**
Destinações:							
Reserva legal	15.b	-	-	2.189	-	(2.189)	-
Reserva estatutária	15.b	-	-	-	58.780	(58.780)	-
Dividendos	15.c	-	-	-	-	(19.594)	(19.594)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		**343.781**	**350**	**11.324**	**317.503**	**-**	**672.958**
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		**343.781**	**350**	**7.199**	**258.723**	**-**	**610.053**
Lucro líquido		-	-	-	-	82.499	82.499
Destinações:							
Reserva legal	15.b	-	-	4.125	-	(4.125)	-
Reserva estatutária	15.b	-	-	-	58.780	(58.780)	-
Dividendos	15.c	-	-	-	-	(19.594)	(19.594)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		**343.781**	**350**	**11.324**	**317.503**	**-**	**672.958**
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		**343.781**	**350**	**3.606**	**190.455**	**-**	**538.192**
Lucro líquido		-	-	-	-	71.861	71.861
Destinações:							
Reserva legal	15.b	-	-	3.593	-	(3.593)	-
Reserva estatutária	15.b	-	-	-	68.268	(68.268)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		**343.781**	**350**	**7.199**	**258.723**	**-**	**610.053**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021(Em milhares de reais - R$)

	2° Semestre de 2022	2022	2021
Lucro Líquido	**43.770**	**82.499**	**71.861**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	**43.770**	**82.499**	**71.861**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	2° Semestre de 2022	2022	2021 (Reapresentado)
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido	**43.770**	**82.499**	**71.861**
Ajustes de Reconciliação entre o Lucro Líquido			
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais			
Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional	55.374	107.607	85.162
Depreciações e amortizações	122	258	239
Provisão para desvalorizações de imobilizado de arrendamento operacional	178	790	466
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.615	10.562	9.245
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	49.444	66.415	20.377
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	(14.785)	21	44.865
Provisão para participações no lucro	470	999	1.060
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	437	838	250
Reversão provisões operacionais	-	(8)	(256)
Atualização monetária - Imposto de renda e contribuição social	(1.490)	(1.490)	-
Total dos Ajustes de Reconciliação	**97.365**	**185.992**	**161.408**
Lucro Líquido Ajustado	**141.135**	**268.491**	**233.269**
Variação de Ativos e Passivos	**(89.607)**	**(170.450)**	**(54.929)**
(Aumento) Redução da carteira de arrendamento mercantil	(446.049)	(696.936)	(530.287)
(Aumento) Redução da carteira de crédito	(7.492)	19.168	(96.612)
(Aumento) Redução em outros créditos	(76.214)	(55.821)	32.823
(Aumento) Redução em outros valores e bens	-	-	(1)
Aumento (Redução) em outras obrigações	132.941	96.778	27.305
Aumento (Redução) em depósitos	317.015	511.061	555.511
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.808)	(44.700)	(43.668)
Caixa Líquido Proveniente de Atividades Operacionais	**51.528**	**98.041**	**178.340**
Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado de arrendamento operacional	110.923	261.873	474.280
Alienação de imobilizado de arrendamento operacional	(162.529)	(359.009)	(652.461)
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	-	(253)	(2)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	**(51.606)**	**(97.389)**	**(178.183)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(78)**	**652**	**157**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	981	251	94
Caixa e equivalente de caixa no final do período	903	903	251
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(78)**	**652**	**157**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), com sede na Avenida Paulista, 1.842, na cidade e estado de São Paulo, controlado pelo Banco Daycoval S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco Daycoval S.A., que está organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições integrantes do Conglomerado Daycoval, que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhe forem atribuídos.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação: As Demonstrações Contábeis do Daycoval Leasing, aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20 que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19 e na Circular BACEN nº 3.959/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes. O Daycoval Leasing adota critérios de apresentação em suas Demonstrações Contábeis, com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações e observando os critérios de elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, e normativas complementares para os quais destacamos: **b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"):** Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Daycoval Leasing, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
..continuação - **Pronunciamentos emitidos pelo CPC**	**Resolução CMN**
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de contrato com cliente	4.924/21

c) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura: i. Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiro por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso. A adoção dos normativos anteriormente mencionados e dos potenciais normativos complementares relacionados ao tratamento contábil de instrumentos financeiros, incluindo a reestruturação do Plano Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Daycoval Leasing. O Plano de Implementação, inicialmente, estabelecido com base nas definições contidas na Resolução CMN n° 4.966/21, adotado pelo Daycoval Leasing prevê fases a serem executadas durante os exercícios de 2023 e 2024 para a efetiva implementação a partir de 1° de janeiro de 2025 e a constituição de Comitê específico, compostos por diversas áreas que estarão dedicadas à identificação dos impactos da adoção dos normativos e do acompanhamento de sua implementação considerando, dentre outros aspectos, os impactos em processos e sistemas legados e revisão dos modelos e critérios utilizados na determinação de estimativas contábeis. Cabe ressaltar que, como serão publicados normativos complementares pelo CMN e/ou BCB, novos ajustes ao Plano de Implementação podem ser realizados. A Administração do Daycoval Leasing está acompanhando o processo de adoção da Resolução nº 4.966/21 e os impactos nas Demonstrações Contábeis serão divulgados a partir da definição completa do arcabouço regulatório. **ii. Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021:** Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção. **iii. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022:** Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração. **d) Adoção de novas normas emitidas pelo BCB com vigência a partir de 1° de janeiro de 2022: i. Resolução BCB nº 92, de 06 de maio de 2021:** Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A adoção deste normativo, a partir de 1° de janeiro de 2022, implicou na reclassificação das rubricas de "Resultado de exercícios futuros" para o grupo de "Outras obrigações - Diversos" e, para fins de manter a comparabilidade das Demonstrações Contábeis, foram realizadas reclassificações conforme apresentadas no item ii. **ii. Ajustes de adoção das novas normas emitidas pelo BCB para fins de comparabilidade das Demonstrações Contábeis:**

	2021		
	Valor divulgado	Reclassificações	Valor reapresentado
Daycoval Leasing			
Balanço patrimonial - passivo			
Diversas	19.782	14.201	33.983
Resultado de exercícios futuros	14.201	(14.201)	-
Total do Passivo	**2.124.046**	**-**	**2.124.046**

Daycoval | Leasing

D

Daycoval Leasing
Banco Múltiplo S.A.
CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

Notas explicativas às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)

	2021		
	Valor divulgado	Reclassi-ficações	Valor reapresentado
Daycoval Leasing			
Demonstrações dos fluxos de caixa			
Aumento (Redução) em outras obrigações	19.651	7.654	27.305
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	7.654	(7.654)	-

Estas reclassificações não resultaram em alterações no lucro líquido do período.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis são: a) As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Daycoval Leasing. b) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "*pro rata*" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. c) Caixa e equivalentes de caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. d) As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "*pro rata*" dia, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. e) Operações de arrendamento mercantil: i. A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN. ii. As operações de arrendamento mercantil são apresentadas pelos montantes totais a receber previstos em contrato. No cálculo do valor presente de cada operação, é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual. iii. Imobilizado de arrendamento operacional: É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. f) As operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). g) As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas. As operações em nível "H" permanecem nesta classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não mais figurando no balanço patrimonial. h) Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxas anuais, mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. i) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (*impairment*); Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidências de que tenha ocorrido redução de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. j) Outros ativos e passivos são demonstrados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, juros e variações monetárias ou cambiais, incorridos em base "*pro rata*" dia. k) O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 13.a.i e 13.d. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, são atendidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. l) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais correntes e diferidas", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 13.e. m) Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, devem ser classificados como: i. Próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou ii. Recebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio. n) Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são reconhecidos, mensurados e divulgados, da seguinte forma:
• Ativos contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
• Contingências passivas - são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, de acordo com a sua probabilidade de perda. o) O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB n° 2/20. p) Uso de estimativas contábeis - A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento; (ii) amortizações de ativos diferidos; (iii) provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) avaliação de instrumentos financeiros; e (v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. q) Resultado não recorrente: (i) Oriundos de operações/transações realizadas pelo Daycoval Leasing que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas; (ii) Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Daycoval Leasing; e (iii) Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 16.h.

4 - SUPERVENIÊNCIA (INSUFICIÊNCIA) DE DEPRECIAÇÃO

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro atendem às normas do Banco Central do Brasil. Em consequência, de acordo com a Instrução CVM nº 58/86 e Circular BACEN nº 1429/89, o Daycoval Leasing registrou o ajuste de superveniência de depreciação, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R$216.219 (R$89.935 em 2021), classificada no resultado de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento mercantil, determinado com base nas taxas internas de retorno de cada operação. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo acumulado de ajuste de superveniência de depreciação, no montante de R$532.126 (R$323.401 em 2021) compõe o valor presente das operações de arrendamento mercantil financeiro, conforme desmembramento da nota 6.e.

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Disponibilidades	903	251

6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Resumo da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil

	2022	2021
Empréstimos	31.873	52.971
Financiamentos	235.499	234.660
Total de operações de crédito	**267.372**	**287.631**
Arrendamento mercantil financeiro	2.286.458	1.591.383
Arrendamento mercantil operacional (1)	177.322	187.920
Total de operações de arrendamento mercantil	**2.463.780**	**1.779.303**
Outros créditos	18.402	9.385
Total de outros créditos com características de concessão de crédito	**18.402**	**9.385**
Total	**2.749.554**	**2.076.319**

(1) A carteira de arrendamento mercantil está apresentada a valor presente.

b) Composição da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil por nível de risco:

i. Por tipo de operação e nível de risco

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Empréstimos	15.750	14.116	1.658	-	-	349	-	-	-	31.873
Financiamentos	4.294	52.255	151.630	16.667	5.906	1.431	72	-	3.244	235.499
Arrendamento mercantil	552.433	965.785	789.592	123.169	20.998	1.753	3.975	57	6.018	2.463.780
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.982	4.127	9.293	-	-	-	-	-	-	18.402
Total	**577.459**	**1.036.283**	**952.173**	**139.836**	**26.904**	**3.533**	**4.047**	**57**	**9.262**	**2.749.554**
Segregação das operações										
Operações em curso normal (1)	577.459	1.035.802	944.752	137.167	26.638	2.737	540	57	2.857	2.728.009
Operações em curso anormal (2)	-	481	7.421	2.669	266	796	3.507	-	6.405	21.545
Total	**577.459**	**1.036.283**	**952.173**	**139.836**	**26.904**	**3.533**	**4.047**	**57**	**9.262**	**2.749.554**

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Empréstimos	39.195	11.289	1.973	-	-	-	514	-	-	52.971
Financiamentos	8.471	56.230	141.927	8.994	8.911	5.213	168	-	4.746	234.660
Arrendamento mercantil	501.479	610.626	573.863	67.369	18.769	3.984	1.496	133	1.584	1.779.303
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.866	3.519	-	-	-	-	-	-	-	9.385
Total	**555.011**	**681.664**	**717.763**	**76.363**	**27.680**	**9.197**	**2.178**	**133**	**6.330**	**2.076.319**
Segregação das operações										
Operações em curso normal (1)	555.011	681.550	712.273	71.633	22.903	8.969	1.345	-	4.764	2.058.448
Operações em curso anormal (2)	-	114	5.490	4.730	4.777	228	833	133	1.566	17.871
Total	**555.011**	**681.664**	**717.763**	**76.363**	**27.680**	**9.197**	**2.178**	**133**	**6.330**	**2.076.319**

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.
(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

ii. Por faixa de vencimento, nível de risco e distribuição da provisão associada ao risco de crédito

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	**577.459**	**1.035.802**	**944.752**	**137.167**	**26.638**	**2.737**	**540**	**57**	**2.857**	**2.728.009**
Parcelas vincendas	**577.459**	**1.033.639**	**943.417**	**136.973**	**26.354**	**2.685**	**536**	**57**	**2.846**	**2.723.966**
Até 3 meses	77.827	120.551	122.587	17.357	4.986	520	158	57	553	344.596
De 3 a 12 meses	139.442	274.368	276.827	41.265	9.501	1.197	270	-	1.122	743.992
De 1 a 3 anos	249.919	470.285	440.146	66.551	10.487	968	108	-	1.171	1.239.635
De 3 a 5 anos	110.247	155.851	100.898	11.798	1.380	-	-	-	-	380.174
Acima de 5 anos	24	12.584	2.959	2	-	-	-	-	-	15.569
Vencidas até 14 dias	**-**	**2.163**	**1.335**	**194**	**284**	**52**	**4**	**-**	**11**	**4.043**
Operações em curso anormal (2)	**-**	**481**	**7.421**	**2.669**	**266**	**796**	**3.507**	**-**	**6.405**	**21.545**
Parcelas vincendas	**-**	**461**	**7.364**	**2.399**	**241**	**590**	**2.680**	**-**	**4.931**	**18.666**
Até 3 meses	-	56	1.146	336	51	138	631	-	597	2.955
De 3 a 12 meses	-	151	2.602	891	125	303	1.595	-	1.567	7.234
De 1 a 3 anos	-	254	3.611	1.172	65	149	454	-	2.759	8.464
De 3 a 5 anos	-	-	5	-	-	-	-	-	8	13
Parcelas vencidas	**-**	**20**	**57**	**270**	**25**	**206**	**827**	**-**	**1.474**	**2.879**
Até 60 dias	-	20	57	270	23	98	434	-	437	1.339
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	2	53	238	-	235	528
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	55	155	-	487	697
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	315	315
Total	**577.459**	**1.036.283**	**952.173**	**139.836**	**26.904**	**3.533**	**4.047**	**57**	**9.262**	**2.749.554**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (3)	-	5.181	9.522	4.195	2.690	1.060	2.024	40	9.262	33.974
Total	**-**	**5.181**	**9.522**	**4.195**	**2.690**	**1.060**	**2.024**	**40**	**9.262**	**33.974**

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	**555.011**	**681.550**	**712.273**	**71.633**	**22.903**	**8.969**	**1.345**	**-**	**4.764**	**2.058.448**
Parcelas vincendas	**555.003**	**681.458**	**711.983**	**71.625**	**22.895**	**8.965**	**1.340**	**-**	**4.764**	**2.058.033**
Até 3 meses	76.275	97.743	99.196	11.945	3.426	1.014	425	-	578	290.602
De 3 a 12 meses	119.893	185.059	212.748	20.438	7.616	2.775	439	-	1.517	550.485
De 1 a 3 anos	238.154	310.920	327.487	31.070	10.173	4.949	471	-	2.398	925.622
De 3 a 5 anos	112.743	86.931	71.063	8.172	1.678	227	5	-	271	281.090
Acima de 5 anos	7.938	805	1.489	-	2	-	-	-	-	10.234
Vencidas até 14 dias	**8**	**92**	**290**	**8**	**8**	**4**	**5**	**-**	**-**	**415**
Operações em curso anormal (2)	**-**	**114**	**5.490**	**4.730**	**4.777**	**228**	**833**	**133**	**1.566**	**17.871**
Parcelas vincendas	**-**	**108**	**5.385**	**4.297**	**3.695**	**185**	**759**	**98**	**559**	**15.086**
Até 3 meses	-	19	661	746	1.479	30	92	16	108	3.151
De 3 a 12 meses	-	53	1.486	1.523	2.216	65	333	44	210	5.930
De 1 a 3 anos	-	36	2.940	2.028	-	90	334	38	202	5.668
De 3 a 5 anos	-	-	298	-	-	-	-	-	39	337
Parcelas vencidas	**-**	**6**	**105**	**433**	**1.082**	**43**	**74**	**35**	**1.007**	**2.785**
Até 60 dias	-	6	105	433	1.082	21	48	11	172	1.878
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	-	11	26	6	92	135
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	11	-	18	292	321
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	451	451
Total	**555.011**	**681.664**	**717.763**	**76.363**	**27.680**	**9.197**	**2.178**	**133**	**6.330**	**2.076.319**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (3)	-	3.408	7.178	2.291	2.768	2.759	1.089	93	6.330	25.916
Total	**-**	**3.408**	**7.178**	**2.291**	**2.768**	**2.759**	**1.089**	**93**	**6.330**	**25.916**

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.
(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.
(3) Refere-se à provisão para perdas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores.

c) Diversificação por setor econômico da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil:

	2022		2021	
	Valor	% de exposição	Valor	% de exposição
Setor privado				
Indústria	627.365	22,82	529.218	25,49
Comércio	523.364	19,03	380.907	18,35
Intermediários financeiros	349.276	12,70	310.040	14,93
Outros serviços	1.161.537	42,24	846.788	40,78
Pessoas físicas	88.012	3,21	9.366	0,45
Total	**2.749.554**	**100,00**	**2.076.319**	**100,00**

d) Concentração das operações da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil:

	2022		2021	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	725.289	26,38	601.117	28,95
50 seguintes maiores devedores	759.618	27,63	583.173	28,09
100 seguintes maiores devedores	521.845	18,98	342.169	16,48
Demais devedores	742.802	27,01	549.860	26,48
Total	**2.749.554**	**100,00**	**2.076.319**	**100,00**

e) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis: Na sistemática de contabilização adotada pelo plano de contas COSIF, as operações de arrendamento mercantil financeiro, são contabilizadas de acordo com sua natureza, os quais são sumarizados a seguir:

	2022	2021
Operações de arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro a receber	2.323.631	1.589.455
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil financeiro a receber	(2.289.409)	(1.557.946)
Total	**34.222**	**31.509**
Residual		
Valores residuais a realizar	938.867	638.801
Valores residuais a balancear	(938.867)	(638.801)
Total	**-**	**-**
Diversos		
Taxa de compromisso	2.847	1.171
Total	**2.847**	**1.171**
Imobilizado de arrendamento mercantil financeiro		
Bens arrendados	3.391.359	2.339.887
Superveniência de depreciação (nota 4)	577.510	403.645
(-) Insuficiência de depreciação (nota 4)	(45.384)	(80.244)
(-) Depreciação acumulada sobre bens de arrendamento mercantil financeiro	(1.184.939)	(826.724)
Perdas em arrendamento a amortizar	18.104	24.533
Total	**2.756.650**	**1.861.097**
Outras obrigações		
(-) Valor residual garantido antecipado (VRGA)	(507.261)	(302.394)
Total	**(507.261)**	**(302.394)**
Total operações de arrendamento mercantil financeiro	**2.286.458**	**1.591.383**

f) Montante de operações de crédito e de arrendamento mercantil renegociadas: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Daycoval Leasing renegociou operações de crédito e de arrendamento mercantil de clientes inadimplentes no montante de R$7.594 (R$7.351 em 2021).

g) Recuperação de créditos baixados como prejuízo: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Daycoval Leasing recuperou operações de crédito e/ou arrendamento mercantil anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R$556 (R$3.519 em 2021), conforme detalhado na nota explicativa 16.b.

7 - PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi constituída conforme critérios descritos na Nota 3.f, e é considerada suficiente para absorver eventuais perdas da carteira de operações de crédito. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a despesa de provisão para operações de créditos e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, reconhecida nas demonstrações do resultado, na rubrica de "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", apresentou as seguintes movimentações:

		Constituição de provisão		
2022	Saldo inicial de provisão	Total de despesa de provisão	Baixa de operações para prejuízo	Saldo final de provisão
Operações de crédito	9.588	(1.729)	(1.090)	6.769
Operações de arrendamento mercantil	16.310	12.195	(1.414)	27.091
Outros créditos com características de concessão de crédito	18	96	-	114
Total de provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil	**25.916**	**10.562**	**(2.504)**	**33.974**

		Constituição de provisão		
2021	Saldo inicial de provisão	Total de despesa de provisão	Baixa de operações para prejuízo	Saldo final de provisão
Operações de crédito	4.278	5.503	(193)	9.588
Operações de arrendamento mercantil	14.594	3.872	(2.156)	16.310
Outros créditos com características de concessão de crédito	148	(130)	-	18
Total de provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil	**19.020**	**9.245**	**(2.349)**	**25.916**

8 - OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos está apresentado da seguinte forma:

a) Diversos

	2022		2021	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	32	-	45	-
Devedores por depósitos em garantia (1)	-	109	-	150
(-) Rendas a apropriar de contratos em taxa de compromisso (2)	(2.847)	-	(1.171)	-
Devedores diversos (3)	3.163	-	1.837	-
Outros créditos sem características de concessão de crédito	250	-	-	-
Total	**598**	**109**	**711**	**150**

(1) Refere-se à depósitos dados em garantia no montante de R$ 109 (R$ 150 em 2021).
(2) Referem-se a mensuração dos juros de contratos em estágio pré contratual (taxa de compromisso).
(3) Referem-se a valores a receber de venda de imobilizado com vencimento em até 90 dias.

9 - IMOBILIZADO DE USO

	2022				2021
	Depreciação anual - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10%	208	(157)	51	57
Mobiliário	10%	693	(623)	70	80
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.204	(1.113)	91	102
Equipamentos de comunicação e segurança	20%	342	(153)	189	189
Veículos	20%	355	(139)	216	94
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	502	(226)	276	377
Total		**3.304**	**(2.411)**	**893**	**899**

10 - IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

	2022			
	Custo	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Total
Máquinas e equipamentos	461.565	(247.288)	(3.043)	211.234
Móveis	17	(8)	-	9
Veículos	927	(258)	-	669
Instalações	60	(30)	-	30
Total	**462.569**	**(247.584)**	**(3.043)**	**211.942**

	2021			
	Custo	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Total
Máquinas e equipamentos	407.743	(182.911)	(2.252)	222.580
Móveis	17	(3)	-	14
Veículos	1.393	(831)	-	562
Instalações	60	(13)	-	47
Total	**409.213**	**(183.758)**	**(2.252)**	**223.203**

11 - DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e a prazo, são negociadas a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	2022		2021	
	De 3 a 12 meses	Total	De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros (1)	1.859.737	1.859.737	1.348.675	1.348.675

(1) Os Depósitos interfinanceiros, mantidos com o Banco Daycoval, estão sujeitos a variação de 109% do CDI.

12 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias:

	2022	2021
Dividendos a pagar	19.594	-
Programa de participação nos resultados	604	690
Total	**20.198**	**690**

Daycoval Leasing
Banco Múltiplo S.A.
CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Diversas:

	2022		2021	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Credores diversos (1)	80.877	-	30.763	-
Provisão para pagamentos a efetuar (2)	2.021	179	2.479	-
Credores por recursos a liberar (3)	1.099	-	616	-
Despesas administrativas a pagar (4)	116	31	88	28
Valores a pagar sociedade ligadas	74	-	9	-
Total	**84.187**	**210**	**33.955**	**28**

(1) Referem-se substancialmente a fornecedores de equipamentos de arrendamento e resultado de exercícios futuros
(2) Referem-se a provisões para despesas de pessoal, férias e 13º salário.
(3) Referem-se a fornecedores de despesas administrativas.
(4) Referem-se substancialmente à despesas administrativas e honorários advocatícios de sucesso no valor de R$31 (R$28 em 2021).

13 - TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R$ 240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras (1)	21,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) Conforme Lei 14.446/22, a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi elevada de 20% para 21%, de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

a) Despesas com impostos e contribuições: i. Demonstração do cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):

	2022	2021
Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado	**148.936**	**137.103**
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes (1)	67.031	65.227
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de IR e CSLL		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(615)	128
Outros valores	21	(113)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**66.437**	**65.242**
Imposto corrente	(21)	(44.865)
Imposto diferido	(66.416)	(20.377)

(1) As alíquotas vigentes do IRPJ e CSLL consideradas até julho de 2022 eram de 45% e a partir de agosto de 2022 são de 46%.

ii. Despesas tributárias

	2022	2021
Contribuições ao COFINS	6.818	6.571
Contribuições ao PIS / PASEP	1.108	1.462
ISS	15.817	10.983
Outras despesas tributárias	101	57
Total	**23.844**	**19.073**

b) Ativos e obrigações fiscais

	2022	2021
Ativos fiscais		
Correntes	**22.753**	**21.567**
Impostos e contribuições a compensar (1)	22.753	21.567
Diferidos	**40.176**	**14.530**
Créditos tributários (nota 13.d)	40.176	14.530
Total	**62.929**	**36.097**
Obrigações fiscais		
Correntes	**3.450**	**48.052**
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	-	13.149
Provisão para contribuição social sobre o lucro	-	31.625
Impostos e contribuições a recolher	3.450	3.278
Diferidos	**172.913**	**80.850**
Obrigações fiscais (nota 13.d)	172.913	80.850
Total	**176.363**	**128.902**

(1) Referem-se substancialmente à antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$18.473 (R$21.205 em 2021).

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo): Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	2021	Constituição (Realização)	2022
Créditos tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	710	377	1.087
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	12.806	3.240	16.046
Prejuízo fiscal do imposto de renda	-	21.672	21.672
Outras adições temporárias	1.014	357	1.371
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**14.530**	**25.646**	**40.176**
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre superveniência	80.850	92.063	172.913
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**80.850**	**92.063**	**172.913**

	2020	Constituição (Realização)	2021
Créditos tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para contingências	598	112	710
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	11.868	938	12.806
Outras adições temporárias	802	212	1.014
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**13.268**	**1.262**	**14.530**
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda diferido sobre superveniência	59.212	21.638	80.850
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**59.212**	**21.638**	**80.850**

e) Previsão de realização dos créditos tributários:

	2022		
	Diferenças temporárias		Total de impostos diferidos
	Imposto de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	2.229	1.783	4.012
Até 2 anos	2.990	2.392	5.382
Até 3 anos	2.229	1.783	4.012
Até 4 anos	2.229	1.783	4.012
Até 5 anos	12.040	9.632	21.672
Acima de 5 anos	604	483	1.087
Total	**22.320**	**17.856**	**40.176**

	2021		
	Diferenças temporárias		Total de impostos diferidos
	Imposto de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	4.110	3.288	7.398
Até 2 anos	2.377	1.902	4.279
Até 3 anos	1.094	875	1.969
Até 4 anos	385	308	693
Até 5 anos	106	85	191
Total	**8.072**	**6.458**	**14.530**

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente do total de créditos tributários é de R$24.769 (R$12.495 em 2021) e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes. As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

14 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Daycoval Leasing não reconheceu ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias: O Daycoval Leasing é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.n). A Administração do Daycoval Leasing entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O saldo de provisões para riscos cíveis e trabalhistas constituído e as respectivas movimentações estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Processos cíveis	728	645
Processos trabalhistas	15	-
Processos fiscais	1.839	1.098
Total	**2.582**	**1.743**

2022	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldo no início do exercício	**645**	**-**	**1.098**
Constituição	83	15	741
Saldo ao final do exercício	**728**	**15**	**1.839**

2021	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldo no início do exercício	**543**	**47**	**813**
Constituição (reversão)	102	(47)	285
Saldo ao final do exercício	**645**	**-**	**1.098**

c) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir: Processos de Execução fiscal de ISS dos municípios de Cascavel-PR e Uberlândia-MG, no montante atualizado de R$310, classificado como perda remota, onde é pretendido pelos municípios receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes domiciliados nestes. **Processo nº 1013470-42.2021.8.26.0068** Mandado de Segurança Cível, para a suspensão de exigibilidade do pagamento do ISS lançado pelo município de Barueri-SP com fundamentos na decisão da ADPF 189. Classificado como perda possível. O município de Barueri-SP lançou contra o Daycoval Leasing a importância de R$6.623, valor referente a diferença do ISS devido nos anos de 2016 e 2017, calculado entre a alíquota em vigor à época, estabelecida pelo próprio município, e a alíquota de 2%, que julgou o magistrado ser o legalmente aplicável para o serviço de arrendamento mercantil. O valor atualizado é de R$12.609. Em 31 de dezembro de 2022, há processos judiciais referentes ao PAT provisionados pelo Daycoval Leasing no montante de R$166. Não houve processos referentes ao PAT provisionados em 31 de dezembro de 2021. O Daycoval Leasing está questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS em juízo, com liminar favorável para o recolhimento com base no pedido. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de impostos não pagos, esperando o julgamento favorável das ações, é de R$1.673 (R$1.098 em 2021). **d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as ações cíveis e trabalhistas não apresentam valores com a referida classificação. Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Daycoval Leasing.

15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social é de R$ 343.781 (R$ 343.781 em dezembro de 2021), totalmente subscrito e integralizado, está representado por 5.780.078.463 ações ordinárias nominativas (5.780.078.463 em 2021), sem valor nominal.

b) Reservas de capital e lucros:

	2022	2021
Reserva de capital	**350**	**350**
Reservas de lucros	**328.827**	**265.922**
Reserva legal (1)	11.324	7.199
Reservas estatutárias (2)	317.503	258.723

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.
(2) É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Dividendos: Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.
i. Demonstração dos dividendos obrigatórios:

	31/12/2022	% (1)
Lucro líquido	**82.499**	
(-) Constituição de reserva legal	(4.125)	
Lucro líquido ajustado	**78.374**	
Valor dos dividendos obrigatórios	19.594	25,00

(1) Conforme disposição estatutária.

Em Assembleia realizada em 08 de fevereiro de 2022, foi deliberado e aprovado a não distribuição de dividendos aos acionistas, referentes ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

d) Lucro líquido por ação

	2022	2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas	82.499	71.861
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações		
Ações ordinárias	82.499	71.861
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social (1)		
Ações ordinárias	5.780.078.463	5.780.078.463
Lucro líquido por ação - Básico		
Ações ordinárias	0,01427	0,01243
Lucro líquido por ação - Diluído		
Ações ordinárias	0,01427	0,01243

(1) A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB n° 2/20.

16 - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) Operações de crédito	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	39.254	24.617
Total do resultado com operações de crédito	**39.254**	**24.617**

b) Operações de arrendamento mercantil	2022	2021
Arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro - recursos internos	992.743	627.481
Lucro na alienação de bens arrendados	36.638	32.603
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 6.h)	556	3.519
(-) Despesas de arrendamento mercantil financeiro	(727.709)	(503.512)
Rendas com operações de arrendamento mercantil financeiro	**302.228**	**160.091**
Arrendamento mercantil Operacional		
Arrendamento mercantil operacional - recursos internos	140.190	108.260
Lucro na alienação de bens arrendados	37	4.627
(-) Despesas de arrendamento mercantil operacional	(108.946)	(87.952)
Rendas com operações de arrendamento mercantil operacional	**31.281**	**24.935**

DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

c) Operações de captação no mercado	2022	2021
Depósitos interfinanceiros	(200.438)	(49.060)
Total do resultado de operações de captação no mercado	**(200.438)**	**(49.060)**

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

d) Despesas de pessoal

	2022	2021
Proventos	(7.166)	(7.025)
Encargos sociais	(2.668)	(2.573)
Benefícios	(1.915)	(1.717)
Honorários da diretoria	(1.111)	(972)
Acordos trabalhistas	-	(47)
Treinamento	(18)	-
Remuneração de estagiários	(4)	(22)
Total de despesas com pessoal	**(12.882)**	**(12.356)**

e) Outras despesas administrativas

	2022	2021
Despesas de processamento de dados	(985)	(1.345)
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados	(1.006)	(1.145)
Outras despesas administrativas	(462)	(445)
Despesas de aluguéis e seguros	(324)	(295)
Despesas de depreciação e amortização	(259)	(239)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(71)	(107)
Despesas de comunicações	(17)	(21)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(62)	(42)
Despesas de água, energia e gás	(23)	(23)
Despesas com materiais	-	(1)
Total de outras despesas administrativas	**(3.209)**	**(3.663)**

f) Outras receitas operacionais

	2022	2021
Outras receitas operacionais (1)	9.093	5.247
Variação monetária (2)	6	123
Reversão de contingências trabalhistas de exercícios anteriores	-	47
Total de outras receitas operacionais	**9.099**	**5.417**

(1) Substancialmente composto por ganhos nas cessões de operações de crédito no montante de R$5.846 em 31 de dezembro de 2022 (R$1.111 em 2021) .
(2) Refere-se à variação monetária dos contratos de operações de crédito indexados ao CDI.

g) Outras despesas operacionais

	2022	2021
Contingências Fiscais	(740)	(513)
Outras despesas operacionais	(50)	(190)
Contingências Trabalhistas	(15)	-
Contingências Cíveis	(83)	(102)
Total de outras despesas operacionais	**(888)**	**(805)**

h) Resultado não operacional

	2022	2021
Lucros na alienação de valores e bens arrendados	19.758	17.467
Prejuízo na alienação de valores e bens arrendados	(303)	(434)
Outras rendas não operacionais	41	-
Total de resultado não operacional	**19.496**	**17.033**

i) Resultado não recorrente: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há resultados não recorrentes nas demonstrações de resultado.

17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) O Daycoval Leasing realiza transações de captação, com o próprio conglomerado, em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas da operação, assim como nas datas de suas respectivas liquidações.

O quadro a seguir apresenta as transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	2022		2021	
Transações	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Controlador	**(1.858.955)**	**(200.438)**	**(1.348.589)**	**(49.060)**
Banco Daycoval S.A.	**(1.858.955)**	**(200.438)**	**(1.348.589)**	**(49.060)**
Disponibilidades	782	-	86	-
Depósitos interfinanceiros	(1.859.737)	(200.438)	(1.348.675)	(49.060)

b) O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, quais sejam:

2022		Passivo	
Transações	Taxa de remuneração	De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros		**(1.859.737)**	**(1.859.737)**
Controlador		**(1.859.737)**	**(1.859.737)**
Banco Daycoval S.A.	109% CDI	(1.859.737)	(1.859.737)

2021		Passivo	
Transações	Taxa de remuneração	De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros		**(1.348.675)**	**(1.348.675)**
Controlador		**(1.348.675)**	**(1.348.675)**
Banco Daycoval S.A.	109% CDI	(1.348.675)	(1.348.675)

Nos termos da legislação brasileira, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos ou garantir operações de seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Desta forma, o Daycoval Leasing não concede empréstimos ou adiantamentos, nem garante qualquer operação de empresas controladas, direta e indiretamente, de seus administradores ou seus familiares.

c) Remuneração do pessoal-chave da administração, anualmente, quando da realização da assembleia geral ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o estatuto social do Banco: Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022, foi fixado o montante global de remuneração de até R$1,8 milhão (R$1 milhão em 2021).

	2022	2021
Remuneração (pró-labore)	1.111	972
Benefícios diretos e indiretos (assistência médica)	21	20
Total de remuneração	**1.132**	**992**

O Daycoval Leasing não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

18 - VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação e hierarquia do valor justo: O Daycoval Leasing utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento; • Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e • Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado. **b) Método de apuração do valor justo:** Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, consideram técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval Leasing sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos. **c) Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:** O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido. Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:

	2022		2021	
Classificação contábil	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	2.749.554	2.941.002	2.076.319	2.184.814
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Depósitos interfinanceiros	1.859.737	1.879.231	1.348.675	1.361.351

Os instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, para fins de avaliação de seu potencial valor justo, foram classificados em instrumentos de "Nível 2" e para esta avaliação foram considerados preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de va-

Daycoval Leasing
Banco Múltiplo S.A.
CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)

lorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

19 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Daycoval Leasing faz parte do Conglomerado Daycoval que exerce a gestão de governança de forma integrada, valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias e ferramentas de mensuração e controle, para isso se utiliza de estrutura comum de Gestão de Riscos e Compliance; Auditoria Interna; Ouvidoria e Comitê de Auditoria. A Gestão de Riscos, subordinada à Alta Administração, desempenha papel institucional atuando sobre o aperfeiçoamento dos processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, social, ambiental e climática e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações, de forma integrada. O Daycoval Leasing, além de estar alinhado com as exigências contidas na Resolução CMN nº 4.557, entende a gestão integrada de riscos como um instrumento essencial para disseminar atitudes que estimulem a formação de uma cultura orientada para gerenciá-los. Sendo assim, estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento, de retorno de investimentos e dos riscos a eles associados, permitindo explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização. A estruturação do processo de Gestão Integrada de Riscos contribui para melhor Governança Corporativa, que é um dos focos estratégicos do Daycoval Leasing, estando alinhado com as diretrizes da Administração, Comitê Executivo e Integrado de Gerenciamento de Riscos e Capital, para nortear as ações visando garantir o cumprimento à regulamentação vigente, assegurar a implantação das ações e acesso às informações necessárias para a gestão. As responsabilidades para identificação de riscos e seu gerenciamento, estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, com o objetivo de mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar os objetivos das unidades de negócio. Nesse contexto, o Comitê de Riscos e os gestores de riscos desempenham papel importante nas diversas áreas do Banco, para assegurar o crescimento contínuo e sustentável da instituição. As Gerências de Risco têm como atribuição identificar, mensurar, controlar, avaliar e administrar os riscos, assegurando a consistência entre os riscos assumidos e o nível aceitável do risco definido pela Instituição e, informar a exposição à Administração, às áreas de negócio e aos órgãos reguladores. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e, a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Daycoval Leasing investe no desenvolvimento de processos de gerenciamento de riscos apoiados pelos valores corporativos (agilidade, segurança, integridade, austeridade, relacionamento e sustentabilidade) que reforçam a responsabilidade dos colaboradores com a sustentabilidade dos negócios. **a) Risco de mercado:** É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros. **i. Principais riscos de mercado aos quais o Daycoval Leasing está exposto: Risco de preço de taxa de juros:** Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em: • Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos; • Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva. **ii. Metodologias de gestão de Risco de Mercado: Valor em Risco (VaR):** O Valor em Risco ou VaR (Value-at-Risk) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de Trading (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos. Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval Leasing entende que a metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação. **Metodologia Paramétrica:** Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições. **Carteira bancária (*Banking Book*):** A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas: • ΔEVE (Delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros; • ΔNII (Delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. **iii. Teste de Estresse:** É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado. **iv. Análise de Cenários:** O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco. Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo. Na definição dos cenários, são considerados: • A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas; • O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados. Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval Leasing, possui um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras: • Carteira Banking: refere-se às operações que não são classificadas na carteira Trading e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco. A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval Leasing e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira Trading e Banking, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval Leasing. O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Banking para as datas-base de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Fatores de risco	2022 Cenários 1	2022 Cenários 2	2022 Cenários 3	2021 Cenários 1	2021 Cenários 2	2021 Cenários 3
Pré-fixado	(55.941)	(131.430)	(199.197)	(52.983)	(116.995)	(174.712)
Pós-fixado	(3.736)	(9.130)	(14.359)	(2.758)	(6.328)	(9.798)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários: • Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) taxa de juros prefixada de 16,13% a.a. (14,50% a.a. em 2021); (ii) Ibovespa de 89.982 pontos (85.954 pontos em 2021); e (iii) cupom de índice de preços de 7,57% a.a. (7,21% a.a. em 2021). • Cenário 2: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) taxa de juros prefixada de 20,16% a.a. (18,13% a.a. em 2021); (ii) Ibovespa de 67.486 pontos (64.466 pontos em 2021); e (iii) cupom de índice de preços de 9,46% a.a. (9,01% a.a. em 2021). • Cenário 3: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) taxa de juros prefixada de 24,20% a.a. (21,75% a.a. em 2021); (ii) Ibovespa de 44.990 pontos (42.977 pontos em 2021); e (iii) cupom de índice de preços de 11,36% a.a. (10,82% a.a. em 2021). É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 31 de dezembro de 2022 e de 2021. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas Demonstrações Contábeis. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Daycoval Leasing. **b) Risco de liquidez:** Define-se Risco de Liquidez a possibilidade de decorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas, localidade e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os principais fatores de risco de liquidez podem ser de origem externa ou interna: **i. Principais Fatores de Riscos Externos:** • Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais; • Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador; • Situações do comprometimento de confiança e consequentemente da liquidez do sistema; • Avaliações de agências de ratings: risco soberano e risco da Instituição; • Escassez de recursos no mercado. **ii. Principais Fatores de Riscos Internos:** • Apetite de risco do Daycoval Leasing e definição do nível aceitável de liquidez; • Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados; • Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito; • Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez; • Alavancagem. Nas instituições financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos de prazos entre recebimentos e compromissos; tanto no curto, quanto no médio e longo prazos. **c) Risco de crédito:** É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados; a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. **i. Classificação das Operações:** Para classificação das operações de crédito e de arrendamento mercantil, o Daycoval Leasing utiliza–se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecerão o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, do Banco Central do Brasil. **ii. Modelos de Credit Scoring Daycoval Leasing:** São modelos desenvolvidos com abordagem estatística e utilizados para classificação de risco no processo de concessão de crédito, após a aplicação das políticas de crédito pré-analisadas e aprovadas com dados do cliente, bem como operações confirmadas e procedentes. Destaca-se ainda, que os bens objetos de financiamentos, para efeito de desenvolvimento do modelo de score são categorizados e obtida uma classificação do risco para cada produto. **iii. Tesouraria – Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras:** Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, através de análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas a bancos de grande porte no trato de posições alocadas. **d) Risco operacional:** É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Na gestão de riscos operacionais, o Daycoval Leasing conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Nestes processos, a área de GRC - Governança, Riscos e Compliance trabalha, em sinergia com os gestores das áreas executivas, na aplicação das metodologias e ferramentas de análise corporativas dos seguintes fatores: • Mensuração do impacto do risco; • Avaliação de frequência de ocorrência do risco; • Cálculo da severidade do risco (impacto x probabilidade); • Mensuração da efetividade do controle. Entendemos que esta atividade permeia os processos realizados por todas as áreas e, o resultado é construção de uma Matriz de Riscos e Controles, que apresenta uma visão detalhada da exposição ao risco operacional, sendo possível analisar os riscos que possuem maior nível de exposição para, se necessário, alinhar plano de ações de mitigação. Para fins de continuidade dos negócios, a estratégia definida é manter em funcionamento todas as áreas e linhas de negócios, incluindo serviços relevantes prestados por terceiros, em contingência. Objetivando cumprimento da deliberação da alta administração, a gestão de continuidade de negócio deve ser implantada visando assegurar as condições de continuidade das atividades e limitando perdas decorrentes de possível interrupção dos processos críticos de negócio. **e) Risco de conformidade:** Definimos como risco associado a sanções legais ou regulamentares, de perdas financeiras ou mesmo de perdas reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares e códigos de conduta. No Daycoval Leasing, o acompanhamento das atividades para atendimento às leis e regulamentos é realizada pela Gestão de Riscos e Compliance, com o objetivo de assegurar a conformidade no atendimento dos prazos e dos objetivos da Instituição e do Conglomerado, bem como gerenciar, de maneira integrada, este risco em conjunto com os demais, garantindo a efetividade das atividades relacionadas à função de conformidade para o cumprimento das normas regulamentares, legais e internas. **f) Responsabilidade social, ambiental e climática:** É a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a risco social, ambiental e climático, em cada entidade individualmente, pertencentes ao Conglomerado Daycoval, respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade. A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) estabelece diretrizes que norteiam o Conglomerado Daycoval em aspectos sociais, ambientais e climáticos, proporcionais ao seu modelo de negócio, a natureza das operações e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição, bem como, na relação com as partes interessadas e prever a estrutura de governança para garantir a avaliação e o gerenciamento continuo do risco social, ambiental e climático, considerando os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência. As ações de mitigação do risco social, ambiental e climático são efetuadas por meio de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e, na gestão do risco social, ambiental e climático efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com suporte, conforme o caso, das áreas GRC e da área jurídica. A estrutura de governança conta ainda com o Comitê Executivo de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais que norteiem as ações de natureza social, ambiental e climática nos negócios e na relação com as partes interessadas, visando assegurar adequada integração com a PRSAC.

20 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Relacionamento com auditores: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente. A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **b) Impactos da Pandemia COVID-19:** O Daycoval Leasing monitora os efeitos da pandemia COVID-19 que possam afetar adversamente seus resultados e observa os protocolos adotados pelo Ministério da Saúde e pelas demais Autoridades para mitigar os efeitos da COVID-19, o que garante a manutenção de nossas atividades operacionais e administrativas. Desde a decretação do estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em março de 2020, estruturamos Comitê de Crise formado pelos Diretores Executivos, Recursos Humanos e Gestão de Riscos Operacionais, que reporta periodicamente as avaliações sobre a evolução da COVID-19 e seus reflexos nas operações do Daycoval Leasing ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores. A mensuração dos impactos relacionados à Pandemia sobre as condições econômicas continuará sendo apurada e monitorada pela Administração. Todas as projeções econômicas têm abrangido o efeito e o controle desta Pandemia, tendo em vista que sua duração ou agravamento não podem ser estimados com segurança, impactando de forma adversa as economias ao redor do mundo por tempo indeterminado, o que pode afetar negativamente o resultado e o desempenho das operações.

A ADMINISTRAÇÃO

Contador: LUIZ ALEXANDRE CADORIN - CRC 1SP243564/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas do
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.